

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA

O SOCIALISMO BRASILEIRO

E

A SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

VOLUME I – PRIMÓDIOS DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

(fins do século XIX – 1930)

FRUTOS DA ALIANÇA COM OS LIBERAIS

Por Antônio Paim, Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodriguez

Editora Humanidades

SUMÁRIO

TEXTO I - TRAJETÓRIA DO SOCIALISMO BRASILEIRO

- Visão sintética
- Apresentação do senador Lúcio Alcântara do livro *O socialismo brasileiro*, de Evaristo de Moraes Filho

TEXTO II - LINHAS DE ATUAÇÃO NO CICLO INICIAL

- Situação material da classe trabalhadora, segundo Evaristo de Moraes Filho
- Movimentos reivindicatórios dos trabalhadores

TEXTO III - AS CONQUISTAS DA LEGISLAÇÃO SOCIAL

- Comissão de Legislação Social da Câmara (1918) e primeiras leis
- Personalidades destacadas

TEXTO IV – TENTATIVAS FRUSTRADAS DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA

- As iniciativas mais relevantes
- Os programas partidários

TEXTO I – TRAJETÓRIA DO SOCIALISMO BRASILEIRO

Visão sintética

No seu livro clássico *O socialismo brasileiro* (1981), Evaristo de Moraes Filho estabeleceu os parâmetros básicos a serem seguidos na consideração do tema.

A primeira de suas diretrizes consiste em distinguir nitidamente o socialismo, democrático, reformista, radicado no Ocidente, tanto do comunismo – que teve maior fortuna e sobreviveu ao longo do século XX – como do anarquismo que virtualmente desapareceu após as primeiras décadas desse século. Aquela espécie de socialismo fez sua aparição no Brasil ainda no século XIX. Até a década de vinte, no plano reivindicatório, atuou juntamente com os anarquistas. Com o aparecimento dos comunistas em cena, em 1922, estes progressivamente irão reclamar de exclusividade na matéria. No interregno democrático pós-45, quando a vertente socialista assume feição amadurecida, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) entrará em franco conflito com o PC. Renascendo, como diversas outras agremiações, após os governos militares, o PSB é sucessivamente desfigurado. Em compensação, em face da derrocada da União Soviética, o próprio PCB passa a denominar-se Partido Popular Socialista (PPS), aderindo ao socialismo democrático, e surge outra agremiação pretendendo assumir tal condição: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Naquele primeiro ciclo, em aliança com os liberais, os socialistas alcançam expressivas conquistas, notadamente após a Primeira Guerra, quando se organiza, na Câmara dos Deputados, a Comissão de Legislação Social. Começa a estruturar-se a legislação do trabalho, tornada privativa da União com a Reforma Constitucional de 1926. Formula-se Código do Trabalho que, entretanto, não chega a ser votado.

Os anos trinta representam uma reviravolta em face do franco predomínio das correntes autoritárias. O Partido Comunista, que até então era uma pequena seita, recebe a adesão de militares positivistas, com Prestes à frente, e realiza ampla movimentação com a Aliança Nacional Libertadora. Sem que se estabeleça uma nítida separação entre socialistas e comunistas, este segmento da opinião acaba de igual modo distanciando-se do compromisso com as instituições do sistema representativo. Também aquela parcela dos militares mantida fora do governo Vargas, organizado em decorrência da Revolução de 30, passa a proclamar-se socialista, notadamente através de uma organização denominada *Clube 3 de Outubro*,⁽¹⁾ inteiramente dissociada de preocupações de índole democrática.

Ao mesmo tempo, os castilhistas no poder, com Vargas à frente, cuidam de apropriar-se da bandeira da reforma social. Os sindicatos são colocados sob a égide do Estado.

O momento devia ser de enorme perplexidade. A crise de 1929 levava os grandes países capitalistas a enfrentar desemprego em massa. Os liberais pareciam desarvorados e deixavam a impressão de que não sabiam o que fazer. O *laissez faire*, isto é, o não intervencionismo na vida econômica, que os caracterizava, fora apanhado de surpresa. O fato de que John Maynard Keynes (1883/1946) acentuasse suas divergências com a condução da economia européia, desde os tempos de Versalhes,⁽²⁾ publicando em 1926 um livro justamente intitulado *O fim do laissez-faire*, não produziu maior impacto. Tal somente

ocorreria a partir do New Deal de Roosevelt, que consubstanciava uma proposta intervencionista, inspirada nas idéias daquele renovador do liberalismo clássico.

Entre nós, poucos autores⁽³⁾ contestaram que o problema social decretara o fim do liberalismo, como desde então tornou-se um lugar comum.

Nesse clima, os próprios socialistas democráticos decidiram-se a pactuar com o governo em matéria de reforma social. Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta, expoentes daquela vertente, aceitaram a estatização dos sindicatos. A esse propósito escreve Evaristo de Moraes Filho: "Socialistas ambos, democratas, por uma sociedade aberta e pluralista, levaram para a norma jurídica a experiência acumulada ao longo dos anos. Pensavam que havia chegado o momento da vitória final, fazendo do Estado o aval e a garantia das reivindicações dos trabalhadores. De um sindicalismo de oposição, procuraram instituir um sindicalismo de controle, integrando o sindicato no Estado, não vendo neles rivais de soberania, mas, antes, aliados no encaminhamento da longa e ampla reforma social que se iniciava."⁽⁴⁾

E, assim, o socialismo democrático deixa-se suplantar pelas vertentes autoritárias. O Estado Novo, sufocando todas as liberdades, fez o resto. Tivemos que esperar o interregno democrático para que se formulasse uma proposição clara em matéria de socialismo democrático. Desincumbiu-se da tarefa o Partido Socialista Brasileiro, organizado em 1945.

Com base na trajetória do socialismo democrático brasileiro antes brevemente descrita, a presente disciplina será apresentada deste modo:

- Vol. I. Primórdios (fins do século XIX a 1930) quando, em aliança com os liberais, obtêm o início da legislação social;
- Vol. II. Vitória da correntes autoritárias nos anos 30 e renascimento após o Estado Novo;
- Vol. III. Agremiações políticas socialistas depois da abertura política de 1985.
(I) – O PSB E O PPS;
- Vol. IV. Agremiações políticas socialistas depois da abertura política de 1985.
(II) – O PT;
- Vol. V - A social democracia brasileira.

- Apresentação do Senador Lúcio Alcântara do

livro *O socialismo brasileiro*, de Evaristo de Moraes Filho

Impunha-se, por diversas razões, a reedição de *O socialismo brasileiro*, da autoria de Evaristo de Moraes Filho.

Em primeiro lugar pelo fato de que, aparecido em 1981, acha-se inteiramente esgotado.

Mais importante que isto é a circunstância de que constitui uma comprovação acabada de que o nosso país dispõe de uma larga tradição do socialismo democrático. Na Europa, ao contrário do Brasil, a qualificação é inteiramente desnecessária. O socialismo, desde o seu nascedouro, está associado às causas democráticas, a partir mesmo da adesão à luta pelo sufrágio universal. O comunismo é que assumiu feição totalitária, pouco tendo a ver com socialismo, sendo uma expressão do despotismo oriental. Com o seu retumbante fracasso e o simultâneo abandono pelos socialistas do projeto de sociedade sem classes para apostar no aprimoramento do capitalismo – vertente que passou a ser denominada de *social-democracia* – o caráter moral do socialismo passa a primeiro plano, como queria Edward Bernstein. Presentemente é reivindicado por personalidades do porte de Tony Blair. Os livros desses autores aparecidos precedentemente comprovam-no integralmente.

Evaristo de Moraes Filho é justamente um dos mais qualificados representantes do socialismo moral, ocupando na cultura brasileira posição análoga à de Norberto Bobbio em relação a cultura italiana.

No preparo deste livro optou por selecionar os documentos que melhor expressam tanto a presença como a evolução do socialismo no Brasil, comentando-os e situando-os em magnífica introdução. A coletânea abrange uma centúria, de fins dos anos 70 do século passado a 1979.

Herdeira autêntica da tradição socialista é a social-democracia, o que justifica plenamente a inclusão de *O socialismo brasileiro* nesta Coleção. Está em curso a pesquisa que nos permitirá complementá-lo com o desenvolvimento dessa vertente nas duas últimas décadas.

Evaristo de Moraes Filho, nascido em 1914, é carioca. Seu pai, Evaristo de Moraes (1871-1939) foi o precursor do Direito do Trabalho, advogando em favor dos trabalhadores, em caráter pioneiro. Evaristo de Moraes Filho complementaria esse trabalho dando forma acabada àquele ramo do Direito.

Professor da Universidade do Brasil (atual UFRJ), implantou naquela instituição a pesquisa sociológica. É também destacado participante do movimento filosófico nacional, integrante que é do Instituto Brasileiro de Filosofia. Pertence à Academia Brasileira de Letras.

Brasília, novembro de 1998.

Lúcio Alcântara

Senador e Presidente do Instituto Teotônio Vilela

TEXTO II – LINHAS DE ATUAÇÃO NO CICLO INICIAL

– Situação material da classe trabalhadora, segundo Evaristo de Moraes Filho

Indústria, proletariado e imigração – Em 1890 possuía a Capital Federal uma população de cerca de 522.000 habitantes, para somente 65.000 de São Paulo. Em 1900, atingia esta última a cifra de 240.000 numa verdadeira mutação urbana, segundo as palavras de Moreira Pinto, que a chamava de "a cidade de italianos", já no último ano do século. Segundo estimativas, pela ausência de censos diretos, São Paulo apresentava 300.000 e 375.000 habitantes, respectivamente, em 1905 e 1910. Quando do recenseamento levado a efeito a 20 de setembro de 1906, havia no Rio de Janeiro 463.453 homens e 347.990 mulheres, num total de 811.443 habitantes.

Com a Abolição entraram no Brasil 443.892 imigrantes entre 1891/1900, superior à totalidade chegada entre 1808 (data do Decreto do Príncipe Regente, de 25 de novembro, como primeira tentativa de imigração dirigida) e 1890. Pois bem, era grande o número de imigrantes em ambas as metrópoles. Basta dizer que, dos 522.000 de 1890, 124.000 eram estrangeiros no Rio de Janeiro, isto é, 25%. De 1887 a 1900 entraram no Estado de São Paulo 909.417 imigrantes, com uma taxa de aumento da população de 86%. De 1901 a 1920 declina esta quota para 38,5%, com entrada de 823.642 imigrantes. No Rio, eram, na maioria, de nacionalidade portuguesa, espanhola, italiana; invertendo-se esta ordem em São Paulo. Somente a partir de 1920 é que cresceu a imigração japonesa nesse estado. Mais particularmente ainda, de 1900 a 1907, entraram no Estado de São Paulo 308.809 imigrantes e dele saíram 227.029, mostrando que já havia passado o período mais forte e significativo do processo imigratório."

Em ambas as cidades crescia a concentração urbana estrangeira. Revela Bandeira Júnior que a percentagem de estrangeiros nas atividades fabris era da ordem de 80%; outros autores chegam a 90%.

Segundo os dados do recenseamento de 1906, no Rio de Janeiro, ocupavam-se no comércio em geral 66.062 pessoas; nos transportes, 14.217 e na indústria, 73.243, o que representava, de certa forma, uma população economicamente ativa e bem significativa para esses setores. Pela distribuição das idades, já despontava a característica que ainda hoje persiste na composição da população brasileira: 257.334 eram menores de 14 anos, para 528.395 que se colocavam entre essa faixa etária e 70 anos.

Em 1907, concentravam-se na Capital Federal 30% das indústrias nacionais, possuindo todo o Estado de São Paulo somente 16% do total. No primeiro ano do século, conforme inquérito realizado, apresentava a cidade de São Paulo, 144 estabelecimentos importantes, com 11.590 operários, com exclusão dos engenhos de açúcar. Em 1907, dispunha a mesma metrópole de 153 estabelecimentos industriais, com 14.614 operários. Pelo visto, era bem maior o proletariado urbano guanabarrino, em decorrência das próprias funções econômicas e políticas da cidade, como capital do país, dispondo de vias de comunicação ferroviária com as fontes produtoras de Minas e Estado do Rio. Pelo seu porto escoavam essas riquezas, ao mesmo tempo que por ele eram importadas as matérias-primas, combustíveis e outros produtos manufaturados. As grandes fábricas, àquela época, procuravam localizar-se nos fundos dos vales, à sombra das montanhas cariocas, no que era a periferia da cidade, além

de grande concentração nos bairros da Gamboa e São Cristóvão. Assim é que chegaram até nossos dias alguns estabelecimentos fabris situados na Gávea, na Tijuca e nas Laranjeiras.

As indústrias de tecidos e de alimentação eram as mais proeminentes, a par de um sem-número de pequenos estabelecimentos, oficinas, manufaturas – de calçados, de vestuário em geral, de móveis, de tintas, de material de escritório, de tinturarias, de fundições, etc. – instalados em galpões, fundos de armazéns, em locais mais ou menos escondidos, longe dos olhos do público e da fiscalização. A indústria têxtil a mais representativa, dispunha – ainda na capital paulista – de 17 estabelecimentos, com 4.570 trabalhadores, em 1900; de 18, com 6.298 trabalhadores, em 1905 e 24, com 13.396, em 1910. Pelo recenseamento de 1º de setembro de 1920, assim se distribuía a p.e.a. brasileira: 6.377.000 (69,7%) na agricultura; 1.264.000 (13,8%) na indústria; 1.509.000 (16,5%) nos serviços, num total de 9.150.000. Durante a Primeira Guerra, surgiram entre nós 5.940 estabelecimentos industriais novos, perfazendo um total existente de 13.336, dos quais, já agora, 4.145 se localizavam em São Paulo e 1.541 nesta Capital. Se em 1900 a mão-de-obra estrangeira no país era da ordem de 59,6%; em 1920 havia caído um pouco essa percentagem, ficando em 54,5%.

Admitem os autores que foi esta a marcha brasileira quanto ao efetivo de trabalhadores industriais: 1907, 3.187 estabelecimentos, 149.140 operários; 1920, 13.336, 275.512; 1940, 49.418, 781.185; 1950, 89.096, 1.256.807. Estes dados são suficientes para os nossos propósitos, quanto ao aparecimento e desenvolvimento do socialismo entre nós.

A herança que a República recebeu – dissemos, os primeiros anos da República foram de grande agitação. Se 1888 significou, por si só, a primeira grande lei social entre nós, acabando com a escravidão e instituindo o regime do trabalho livre, as conseqüências que acarretou foram profundas e duradouras. Faltou-lhe uma complementação necessária, como já em 1864 aconselhava Tavares Bastos, quando cuidava da emancipação do chamado elemento servil. À época da Abolição, outro não era o conselho de alguns espíritos alentados, entre eles, Silva Jardim, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Pregavam uma lei de reforma agrária, que fixasse o homem à terra, o tornasse proprietário, dividisse os latifúndios, com radical alteração do sistema rural até então vigente, a fim de que, com o novo regime de trabalho, não se desorganizasse a produção dos campos.

Como vimos, os fazendeiros – o que equivale dizer, a classe latifundiária que apoiava o Imperador – voltaram-se contra ele, aderindo à propaganda republicana. Por isso mesmo, coube ao novo regime herdar todos os problemas que se originavam da Abolição: campo desorganizado; quebra da produção; ausência de braço livre para substituir, de repente, o trabalho escravo; migração para os centros urbanos dessa mão-de-obra desempregada e faminta, quando não se deixava ficar pelos próprios campos, como fantasma a perambular em torno das antigas fazendas. Tudo isso se transformou em fator sociopático nas cidades, principalmente na Capital Federal: mendigos, vagabundos, prostitutas, desabrigados; mão-de-obra despreparada e desqualificada, sem aprendizado nem formação profissional para os novos trabalhos mecânicos que iam surgindo. Empregavam-se por qualquer salário e para todo o serviço.

O problema da infância abandonada e desvalida saltava aos olhos. Os poderes públicos não estavam preparados para abrigar, alimentar e educar essas legiões de crianças – filhas de escravos, de ex-escravos, de imigrantes, das classes pobres em geral – que se deixavam ficar pelas ruas, entregues à ociosidade, ao vício, iniciando-se no crime, com várias entradas nas delegacias policiais e na própria Detenção. Em 11 de setembro de 1896,

exclamava Lopes Trovão, no Senado Federal: “Quem com olhos observadores percorre a capital da República vê apesarado que é neste meio (a rua) que boa parte da nossa infância vive às soltas, em liberdade condicional, ao abandono, imbuindo-se de todos os desrespeitos, saturando-se de todos os vícios, aparelhando-se para todos os crimes”.

Por outro lado, ainda como concausa da agitação, jovem também era o próprio regime republicano, lutando igualmente por firmar-se em meio a crises de toda ordem –econômicas, financeiras, políticas e sociais. Conspirava-se contra a nova ordem; os monarquistas nutriam ainda esperanças de uma reviravolta. Entre os próprios republicanos lavraram a discórdia e a incompreensão. Já a 2 de outubro de 1890, antes do primeiro aniversário do 15 de novembro, desencantava-se Silva Jardim, dizendo em carta a Rangel Pestana: “Comunico-lhe que parto para a Europa, a demorar-me o tempo preciso a que este país atravesse o período revolucionário de ditadura tirânica e de anarquia. Colocado à margem, sem responsabilidade *oficial*, diminuída a minha responsabilidade para com o povo, não querendo *nem concordar, nem perturbar*, retiro-me”.

Aquela não era a República dos seus sonhos... Toda a década que se iniciava iria ser cruenta, sanguinária, agitada plena de violências. Mil oitocentos e noventa e um vai assistir a golpes e contragolpes de Estado. Nos dois anos seguintes virão as deposições de governadores, protestos e reformas de militares, demissões de professores vitalícios em Pernambuco e no Rio de Janeiro, afastamento de ministros do Supremo Tribunal Federal, agitação de rua, decretação de estado de sítio, expedição Wandenkolk, a revolta da Armada e a revolução federalista.

Ao assumir a Presidência da República, dirigia-se Prudente de Moraes à Nação, dizendo nesse *Manifesto* de 15 de novembro de 1894: "As constantes agitações que, no primeiro quinquênio, perturbaram a vida da República, não causaram surpresa; eram previstas como conseqüência da revolução de 15 de novembro. Não se realizam revoluções radicais, substituindo a forma de governo de uma nação, sem que nos primeiros tempos as novas instituições encontrem a resistência e os atritos, motivados pelos interesses feridos pela revolução, que embaraçam o funcionamento do novo regime. Foi o que aconteceu no Brasil... Felizmente, graças à atitude patriótica, pertinaz e enérgica do Marechal Floriano Peixoto, secundado pela grande maioria da Nação, parece estar encerrado em nossa pátria o período das agitações, dos pronunciamentos e das revoltas, que lhes causavam danos inestimáveis, sendo muitos deles irreparáveis".

Infelizmente, enganara-se o autor destas palavras: todo o seu quadriênio foi pleno de luta, sangue e revolta. Basta destacar a Guerra de Canudos. Somente ao deixar o governo., em 1898, é que se poderá dizer que, de certo modo, a República estava consolidada e pacificada. O novo regime ficava definitivamente reconhecido como irreversível.

As condições de vida e de trabalho nas duas capitais – Tanto no Rio como em São Paulo, a mão-de-obra mais qualificada ou semi-qualificada, por assim dizer, compunha-se de estrangeiros. O trabalho do menor e a crise habitacional constituíram os dois maiores problemas herdados pela República. O primeiro já vinha do Império, posto a nu com a Abolição. A 17 de maio de 1888 registrava o *Diário de Notícias*: “Habitações para os operários e os novos libertos pela Lei Áurea nº 3.353 – Sem dúvida que pela extinção da escravidão os novos libertos de perto ou de longe terão de afluir à Corte e acumular-se nos cortiços e estalagens, cujas condições ficarão piores do que ora são. Assim, pois, julgamos a propósito nestes dias de festa chamar a atenção de todos sobre uma pequena função que foi

feita no ato de serem examinadas as plantas de uma sociedade, que tem por fim remediar a grande falta de casas apropriadas para os pobres".

E vem então a descrição do que foi a cerimônia realizada na sede da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, na Rua dos Inválidos, para o estudo e exame dos projetos para a construção dessas casas para operários. A República recebia intacto, sem solução alguma, o problema do desemprego e da miséria. Em ambas as metrópoles – para falar somente em Rio e São Paulo – persistiam os mesmos problemas de uma urbanização sem plano, com falta de habitações, transportes escassos, ruas sujas, estreitas e sem calçamento, serviços de água e esgotos precários, abastecimento insuficiente. Os mais pobres, como é natural, sofriam diretamente na própria carne e sentiam de maneira sufocante todas essas deficiências.

Morando em bairros anti-higiênicos, em cabeças-de-porco, nas primeiras favelas que já iam surgindo; aglomeradas as famílias em cômodos imundos, sem ar nem luz, entregues os seus chefes a trabalhos estafantes, de 10, 12 ou mais horas de serviço, mal remunerados, executados os trabalhos em locais quase sempre insalubres, escuros, mal ventilados, assim viviam os trabalhadores. Mulheres ainda que grávidas e crianças de tenra idade eram obrigadas a mourejar nos serviços mais pesados e penosos, durante mais de 12 horas, com salários ínfimos, a fim de poderem contribuir, de qualquer forma, com alguma coisa, para o orçamento doméstico. A tuberculose, moléstia endêmica entre as classes pobres, ceifava milhares de vidas por ano.

1. Ainda assim, quando do início da República, não faltou quem afinasse pelo porque-me-ufano do meu país, fazendo desta nação um oásis de fortuna e bem-estar em confronto com outros povos. O Dr. Urias, já aqui referido mais de uma vez, escrevia em 1890: "A uberdade do seu solo, a regularidade de suas estações, a pureza de sua atmosfera, e a limpidez do seu céu fazem deste País um verdadeiro Paraíso terreal. Os seus habitantes vivem fartamente. O estado de miséria, igual ao que existe em Londres, Nápoles etc., é completamente desconhecido no Brasil. O trabalho é sempre recompensado com generosidade... No Brasil, mais do que em qualquer país, 'com inteligência, trabalho e economia, só não é rico quem mesmo quiser ser pobre'".

Cinco anos mais tarde outro não era o pensamento de Silvio Romero: num. "abençoado clima", com oportunidade para todos, com falta de braços, não se distinguiam aqui classes ricas e classes pobres, exploradores e explorados. Comparando as nossas classes com as européias, chega a escrever: "Reconhecemos, por toda parte, uma pobreza geral, dando-se até uma singular anomalia: a classe mais pobre que existe no país é justamente a que corresponde à burguesia da Europa".

E depois de dividir a população brasileira em seis classes, concluiu: "No sexto grupo façamos aparecer os operários propriamente ditos: alfaiates, sapateiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, ferreiros, tipógrafos, encadernadores etc., etc. Em um sentido geral são a gente mais próspera e satisfeita de todo o Brasil,. Não se queixam de falta de trabalho, pois, ao contrário, ele superabunda".

Esta "*gente mais próspera e satisfeita de todo o Brasil*" o é em relação a banqueiros, donos de fábrica, industriais, comerciantes, militares, profissionais liberais,

políticos etc. É o caso de se usar a expressão do próprio autor: “*Ora, Sr. Silvio, dê-se ao respeito!*”

2. Muito ao contrário do que pensavam e pregavam Urias e Sílvio, grande era a pobreza – como ainda é – neste país. As condições de trabalho eram as mais penosas possíveis, num verdadeiro capitalismo selvagem, num vale-tudo sem regras de jogo, numa sociedade anômica. “*Enriquecei-vos!*”, foi a palavra de ordem que logo se ouviu no início da década de 90, com o encilhamento. Na indústria, no comércio, nos transportes, por toda a parte, pagava-se um salário de simples subsistência, em troca de numerosas horas de trabalho, sem repouso, sem férias, sem as mínimas condições de higiene e segurança.

Ainda nos primeiros anos deste século, testemunhava Evaristo de Moraes: “Nesta cidade, sabemos existirem fábricas onde trabalham crianças de 7 a 8 anos, junto a máquinas, na iminência aflitiva de terríveis desastres, como alguns já sucedidos. O trabalho noturno das crianças é praticado em certas fábricas – com o das mulheres – cercado de todos os inconvenientes e desmoralizações. Ainda nenhum Ministro da Indústria sentiu a necessidade de um inquérito, que servisse para evitar abusos e verdadeiros crimes, e indicasse a necessidade das reformas e a maneira de as executar. Aqui, o trabalho é exercido em condições primitivas”. E em outro passo: “Há meses, todos os jornais noticiaram que, em certa fábrica, uma operária de seis anos (!) fora colhida por aparelho mecânico, que a deformara para sempre”.

Em inquérito de 1901, escrevia Bandeira Junior sobre as condições de moradia do operariado paulistano: “Nenhum conforto tem o proletário nesta opulenta e formosa Capital. Os bairros em que mais se concentram, por serem os que contêm o maior número de fábricas, são os do Brás e do Bom Retiro. As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos. O mesmo se dá em Água Branca, Lapa, Ipiranga, São Caetano e outros pontos um pouco afastados...” E pouco antes: “É considerável o número de menores, a contar de 5 anos, que se ocupam em serviços fabris...”

Em 1934, como Diretor do Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo, confessava Jorge Street, sobre as condições de trabalho do seu tempo de industrial... (décadas de 10 e de 20): “Havia entre nós no entanto, incontestavelmente, abusos e injustiças contra crianças, mulheres e mesmo operários homens, no que diz respeito à idade de admissão, do horário e do salário principalmente. E sabeis que falo de experiência própria, porque durante mais de 35 anos dirigi fábricas com milhares de operários e sei bem o que vos digo. Confesso que trabalhei com crianças de 10 e 12 anos e talvez menos, pois, nesses casos, os próprios pais enganavam. O horário normal era de 10 horas e, quando necessário, de 11 ou 12 horas. O que vos dizer das mulheres grávidas que trabalhavam até a véspera, que vos dizer? Até quase a hora de nascer o filho. Não preciso explicar os exemplos, cito estes unicamente para mostrar que o problema existia”.

Surpreendentemente vamos encontrar nas memórias de Maurício Nabuco, há pouco desaparecido, um depoimento bem severo do que presenciou ou do que participou no começo de sua vida: “E não vou tentar aqui explicar essas minhas conclusões sobre uma indústria que se baseava em um protecionismo *à outrance*. E a isso ia-se juntando minha repulsa social ao que via e que, feito o desconto da época e do nosso clima mais ameno, vai descrito em muita obra estrangeira. Na sua vida da Rainha Vitória, por exemplo, *Victoria of England*, Edith Sitwel, no capítulo intitulado *The March Past*, lembra muito do que vi no

bairro do Brás, na cidade de São Paulo, em 1910. Diz a célebre escritora em inglês rico aqui vertido para o meu português pobre: “Essas infelizes crianças (algumas com apenas cinco anos de idade), condenadas à escravatura das (*mills*) fábricas de fiação e tecelagem... quando conseguem chegar em casa pelos seus próprios meios, com suas próprias pernas, atiram-se ao chão... e pegam no sono sem conseguir comer uma migalha sequer de alimento”. Ou então: "E aqui deparamos com vultos alquebrados, arrastando-se desesperados como animais. São mulheres prestes a dar à luz e que durante doze ou catorze horas enfrentam os seus teares, mediante a remuneração horária de um *penny*."

Isso não difere muito do que presenciei, digo melhor, daquilo de que participei, no começo do século, na fábrica Sant'Ana. Eu mesmo trabalhava doze, quando não catorze horas diárias. A princípio custava-me ficar de pé e depois não gostava mais de sentar-me. A gente se acostumava a tudo. Não se pensava ainda em semana inglesa, e, algumas vezes, trabalhava-se aos domingos".

No inquérito já referido de 1901, registra Bandeira Junior a grande crise que acabava de se abater sobre o país com a derrocada financeira de 1897 a 1900: “Com a diminuição geral do trabalho em todas as fábricas, algumas das quais funcionavam apenas dois dias por semana e outras que, em número não pequeno, cessaram de trabalhar, muitos operários emigraram, poucos dos mais prudentes vão lentamente se colocando em outros estabelecimentos de melhores condições”.

Iniciava-se o século com crise, em plena carestia de vida, carestia esta que haveria de ser a constante da história republicana brasileira, até hoje, com os protestos desesperados das classes subalternas. Outro autor paulista, Rangel Pestana, já referido, informa que as maiores vítimas foram os pequenos estabelecimentos, improvisados na primeira década republicana pela inflação do encilhamento. Para socorrer e reorganizar os que escaparam do "tufão devastador", logo cuidou o governo de baixar nova política alfandegária protecionista em 1900, outra constante da história econômica nacional.

3. Quanto às condições de trabalho no Rio de Janeiro e para concluir esta parte de depoimentos – mediante fontes primárias, de contemporâneos – bastam esta linhas de tese de doutoramento, em 1907, do jovem médico Raul Sá Pinto: "O operário, nas suas atuais condições de vida, dizemos e havemos de repetir, não morre naturalmente: é assassinado aos poucos (...) Dir-se-á então com acerto: a alimentação de um indivíduo deve ser diretamente proporcional ao trabalho mecânico por ele produzido. E entre nós os operários seguem esse conselho? Não, porque não podem. Porque sejam mínimos os seus salários, relativamente a vida que é caríssima, eles sentem-se obrigados a regular as suas despesas pela mais estrita das economias (...) E que os operários tenham, em breve, como primeiro passo para a sua tardia integração social, residências, senão ótimas, ao menos salubres e decentes, que os sosseguem do espantallo dos atuais cortiços lóbregos, onde lhes falta o ar, a água e todos os princípios essenciais da higiene (...) No Brasil, país grande em todos os sentidos – na extensão incalculável do seu território, na opulência esplendorosa da sua natureza, na inteligência pujante dos seus filhos – parece incrível mas é verdade, os operários vivem na mais contristadora das misérias famintos, rotos, desabrigados e esfalfados. E nada se tem feito por eles, que – coitados! – se encontram agora, como sempre, nas mesmas condições lamentabilíssimas".

Em seu livro sobre o Brasil, registrava o Padre Gaffré, no fim da segunda década da República: “Todavia, mesmo para estes elementos de consumo da vida material, os preços

correntes são infinitamente muito elevados relativamente ao ganho do operário. O quilo de arroz até seiscentos réis (um franco); o quilo do feijão até seiscentos réis. É claro que esta contradição entre o salário do trabalho e o preço dos alimentos mantém um estado de miséria física indigno de um grande país que tende para o progresso como o Brasil, e prepara, para dias que não estão talvez muito afastados, como geralmente se acredita, um largo terreno para o socialismo”.

Á época, outro não era o comentário de Clemenceau, que aqui estivera antes de Gaffré: "Nossas leis francesas de proteção social para os operários na indústria e na agricultura são inexistentes..." Entre "outros fatos que muito o contristaram", refere expressamente o de "ver mulheres em adiantado estado de gravidez trabalhando horas inteiras de pé. Não há necessidade de ser médico para se sentir o sofrimento dessas operárias".

Sociedade altamente elitista, acalentada num longo passado de regime monárquico, caricatamente aristocrático, e na escravidão, entregava-se o país a torneios literários e políticos, inteiramente indiferente aos novos escravos que lhe proporcionavam o conforto e o gozo dos bens da vida. Quando em 1919, Rui Barbosa – em plena campanha presidencial, levado por um grupo de antigos militantes socialistas – denunciou a miséria e a morbidez do operariado nas grandes cidades brasileiras, foi como se o Brasil tivesse sido descoberto de novo. Consagrou-se Monteiro Lobato, e muitos indiferentes – como o próprio Rui, anteriormente – lançaram-se com todas as forças no caminho da reforma social. E Rui, talvez, o mais radical dos liberais brasileiros, fortemente atacado pelos anarquistas.

Em 1921 escrevia Evaristo de Moraes: “De uns e de outros (do médico e do demografista) se conclui que a tuberculose mora com o pobre, fazendo boa companhia, aliás, ao alcoolismo, à prostituição, ao abandono da infância idênticos produtos da penúria econômica. Aqui, no Brasil, não escapamos à regra geral, porque estamos sujeitos a todas as contingências do capitalismo e do industrialismo, e, portanto, ao que se pode (falando a linguagem médica) chamar seus ‘efeitos secundários’. As normas do proceder capitalístico são estas: tirar do capital a maior soma possível de vantagens para o seu detentor, promovendo a elevação da renda, sem atenção às conseqüências remotas dos seus atos de arrocho – tomam em consideração apenas o interesse pessoal e próximo do capitalista, sobrepondo-o aos interesses gerais... Não é portanto de admirar o que, no seu último relatório, consignou o Ministro da Justiça e Negócios do Interior, observando que, nesta cidade, de 1903 a 1920, algumas moléstias infecciosas – febre amarela, peste, varíola, sarampo, enquanto que a tuberculose, só ela, matou em idêntico período nada menos de 68.985”.

O assunto é pacífico, não havendo duas opiniões a respeito: eram péssimas, e continuam péssimas até hoje, as condições de habitação de milhões de brasileiros, sem um mínimo de conforto e de higiene – sem esgotos, aparelhos sanitários, água corrente, cômodos separados, nem qualquer privacidade de seus ocupantes. A convivência é suja e promíscua.

Em discurso proferido na Câmara, em 1917, denunciava o deputado Metelo Junior que “José Carlos de Macedo Soares, passeando de São Paulo a Santos, encontrou, às 4 horas da manhã, a caminho de Guarujá, naquele terrível frio de São Paulo, naquela temperatura cortante, um bando de seis a oito crianças, que nem sequer tinham tomado café e que iam em busca da fábrica, tiritantes. Eram crianças de 6 a 7 anos de idade”.

(Transcrito de *O socialismo brasileiro*, 2ª ed., págs. 31-33)

– Movimentos reivindicatórios dos trabalhadores

Consoante os levantamentos efetuados por Evaristo de Moraes Filho, a primeira iniciativa digna de nota corresponde ao I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1906, oportunidade em que já aparecem duas tendências: a anarquista e a reformista. Criou-se uma entidade propondo-se congregar o operariado, a partir de 1908 denominada de Confederação Operária Brasileira. Entretanto, essa Confederação somente dará sinal de vida em 1912, quando convoca o II Congresso. Nesse mesmo período também surgem organizações operárias em São Paulo.

Em resposta a essa movimentação, o governo promulga, em 1907, decreto em que autoriza o funcionamento de sindicatos mistos, de patrões e empregados, iniciativa que viria a ser ridicularizada na Câmara. Ainda no mesmo ano, a Câmara dos Deputados aprova uma lei autorizando a expulsão do país de estrangeiros considerados indesejáveis, visando evidentemente os emigrantes anarquistas.

Nas proximidades da Primeira Guerra aparecem muitos jornais de vida e efêmera, em especial de caráter anarquista.

Os registros das primeiras greves, em São Paulo, são de 1917. Em 1918 chegou-se a alardear quanto à possibilidade de uma greve geral.

Na década de vinte, com o aparecimento do Partido Comunista, observa-se certo arrefecimento na movimentação dos anarquistas. Em contrapartida, as lideranças reformistas mobilizam-se, com sucesso, para obter, do Parlamento, leis protecionistas dos trabalhadores.

As iniciativas quanto à criação do Partido Socialista são consideradas adiante.

TEXTO III – AS CONQUISTAS DA LEGISLAÇÃO SOCIAL

– Comissão de Legislação Social da Câmara (1918) e primeiras leis

A exemplo do que viria a ocorrer na Europa, a idéia socialista no Brasil seria difundida por uma parcela da elite intelectual, partindo abertamente de uma inspiração moral. De início, essa adesão decorria da circunstância de que as correntes científicas do século XIX incorporavam o socialismo como parte do processo de instauração da sociedade racional. E, embora o cientificismo estivesse em declínio desde os começos deste século, a denominada questão social adquire autonomia, entre outras coisas graças a altura em que situavam essa bandeira as Igrejas Católica e Positivista.

Se deixarmos de lado as adesões meramente declaratórias, a ação dos socialistas no Brasil somente adquire relevância quando se direciona no sentido da obtenção, no Parlamento, da legislação protecionista do trabalho. Nessa fase, constituem uma espécie de ala esquerda do elemento liberal que, de um modo geral, perde terreno para o autoritarismo em ascensão ao longo de toda a República Velha. Mas é precisamente a liderança mais representativa do liberalismo que acoberta, com a sua autoridade, a atuação do reduzido contingente de intelectuais que se revela aberto àquela problemática. Assim, Pedro Lessa, professor famoso da Faculdade de Direito de São Paulo e ministro do Supremo Tribunal, campeão da luta pela consolidação do “habeas-corpus” e do sistema representativo em sua totalidade, manifesta publicamente a convicção de que o socialismo há de impor-se à sociedade, em vista de corresponder a profundas aspirações humanitárias. Em carta a Evaristo de Moraes, Rui Barbosa teria oportunidade de escrever: “Nunca fui, nem sou socialista, e ninguém está mais longe de o ser. Mas reconheço, como todas as almas justas, que, entre as reivindicações das classes operárias, muitas há equitativas, irrecusáveis, necessárias à boa organização da sociedade.”

A principal linha de atuação dos intelectuais socialistas dirigiu-se, portanto, no sentido de obter uma legislação protecionista do trabalho, no que alcançaram notáveis progressos.

Evaristo de Moraes Filho, que é sem favor o mais importante estudioso da questão trabalhista no Brasil, desde que a considera em toda a sua amplitude, entende que há, na mesma fase, um grupo de intelectuais voltado para a organização do operariado e que insiste na formação de um Partido Socialista. Ainda que não tenham sido bem sucedidos, atribui grande importância à sua atividade.

São portanto duas as linhas de atuação do socialismo democrático neste ciclo inicial. A segunda linha (organização partidária) é abordada no Texto IV, a seguir.

Evaristo de Moraes (1871/1939), ao lado de Joaquim Pimenta (1886/1963), é sem dúvida o mais incansável organizador da expressão política dos assalariados, nas primeiras décadas deste século. Contudo, deve-lhe ser atribuída igualmente a inspiração da simultânea atuação parlamentar, em prol da obtenção de leis protecionistas do trabalho. Na série de artigos publicados no *Correio da Manhã*, a partir de 1903, e que posteriormente reuniria no livro *Apontamentos de direito operário* (1905), Evaristo de Moraes teria oportunidade de indicar:

“É digno de nota o que se passa, entre nós, com o movimento operário: fundam-se agremiações de classe, fazem-se greves, organizam-se festividades, enfim, dá-se ao público leitor dos noticiários a perfeita ilusão da existência de um partido operário, com idéias assentadas, programa discutido e geralmente aceito, baseado em qualquer doutrina social-econômica e orientado no sentido de uns tantos princípios.

Entretanto, em ocasiões aproveitáveis, como a atual, bem se vê que afora uma ou outra idéia de velho cunho liberal e republicano; apenas preocupa seriamente o nosso ardente e brioso proletariado a sempre lembrada conquista das famosas oito horas de trabalho; havendo, mesmo, quem se contente com sua decretação para uso e gozo exclusivo dos operários das oficinas pública, para os trabalhadores assalariados pelo Governo...

Até a presente data, bem não se conhece qualquer programa de feição possibilista, com outras exigências mínimas – que, ao menos, servisse para ponto de apoio a algum legislador mais consciencioso e adiantado, quando quisesse, porventura, prestar atenção aos árduos problemas sociais-econômicos. O que, entre nós, mais se aproveita é o que se poderia chamar a *liturgia do socialismo*; tudo se limita a exterioridade brilhantes e a declamações entusiástica, na sua maior parte sinceras – mas baldas de significação prática. De quando em vez, por ocasião das greves, sempre se faz, de momento e com caráter provisório, algum trabalho aproveitável, conquistando-se para operários de certas especialidades umas tantas vantagens profissionais. E é só...

Já era tempo, entretanto, de se cuidar, no terreno legislativo, em abrir caminho a alguns institutos jurídicos, especialmente destinados à proteção das classes trabalhadoras e à modificação das suas condições de existência. Dada a felicidade social de que nos podemos orgulhar, confrontando nossa situação com a de países em que a luta das classes é muito mais violenta e pronunciada; aproveitadas as condições admiráveis do nosso clima; tomada em consideração a relativa harmonização dos nossos capitalistas com os produtos – ninguém dirá seriamente que, no Brasil, a legislação operária, dentro de certos limites, ofereça maiores dificuldades do que na França, na Alemanha, na Itália, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Incontestavelmente, no que dizia respeito a velhas relações da vida social, a resistência deveria ter sido, naqueles países, muito mais tenaz e persistente do que poderá ser aqui, onde nem existem partidos organizados, onde os mais radicados interesses cedem a pressões mínimas e a entusiasmos de ocasião".

Evaristo de Moraes já então, critica o liberalismo clássico quando classifica como restritivo à liberdade o empenho de regulamentar as relações de trabalho. Aponta para o surgimento do que chamaria de *direito privado social* tendo em vista que a liberdade, nessa matéria, conduz sobretudo a iniquidades. Impõe-se a necessidade da regulamentação, “no interesse do trabalhador e sem prejuízo do industrial, das condições em que venderá a este seu esforço consciente. Urge pois intervir por meios legislativos no sentido de ser efetivamente melhorada a posição econômica do homem assalariado; é preciso regular as condições de trabalho, dando satisfação às necessidades humanas do trabalhador”. Enumera estes pontos: salário mínimo; jornada de trabalho e legislação de acidentes. É deveras notável que já nos começos deste século Evaristo de Moraes tivesse esta intuição: “A organização oficial de um tribunal de patrões e operários, destinado a resolver as questões suscitadas a propósito do trabalho assalariado, evitará, até certo ponto, a eclosão de greves, e resolverá sem prejuízo das partes, outras questões de somenos importância, mas dignas de atenção e estudo”.

Em que pese a pregação de Evaristo de Moraes e outros precursores, muitos anos iriam decorrer até que no Parlamento se constituísse uma facção impulsionadora de tais reivindicações.

A legislação da primeira década deste século é imprecisa e não muito claramente direcionada. A esse propósito escreve Evaristo de Moraes Filho na introdução à antologia antes mencionada:

“Já a essa altura havia o governo federal promulgado duas leis sobre a sindicalização, uma de 1903 e outra de 1907, respectivamente, nº 979 e 1.637. A primeira somente aplicável ao campo, era mais de natureza econômica, de organização rural, do que propriamente social. A segunda, bem mais ampla, abrangia de forma democrática todas as atividades urbanas, inclusive as profissionais liberais. No art. 8º tentava uma sindicalização de natureza corporativa, mista de empregados e empregadores, como meio de conciliar os conflitos entre as duas categorias. Na Câmara, Medeiros e Albuquerque ridicularizava o dispositivo, tomando-o como absurdo, porque “não se exige que dos sindicatos de patrões façam parte os operários, só dos sindicatos dos operários se exigem que, para representarem qualquer coisa, deles façam parte os patrões.”

É inequívoco o sentido anti-socialista do 1.637, daí essa sindicalização mista. Quando do discurso de apresentação do projeto, dizia o seu autor, deputado Inácio Tosta: “A minha convicção (de conversão em lei do projeto) ainda mais se robustece diante dos fatos que ultimamente se passaram na famosa baía de Guanabara e na movimentada cidade de Santos, depois que o ciclone do socialismo, atravessando o oceano até a República Argentina, dali se desencadeou tenebrosamente sobre nós”.

De 1907 também é a chamada Lei Adolfo Gordo, autorizando a expulsão de estrangeiros indesejáveis do território nacional. O diploma tinha em vista os imigrantes anarquistas ou agitadores, equiparados, para esses fins, aos proxenetas e aos cáftens.

A formação da *ala trabalhista* da Câmara dos Deputados pode ser datada da época da Primeira Guerra Mundial. Destacando-se nesse grupo: Nicanor Queiroz do Nascimento, cujo primeiro mandato data de 1911; Maurício de Lacerda, deputado federal a partir de 1912 e Deodato Maia. Integraram a Comissão de Legislação da Câmara, organizada em fins de 1918.

São estas as principais conquistas sociais, consignadas em lei graças à ação de tais personalidades:

- 1) Criação, na Câmara dos Deputados, em 1918, da Comissão de Legislação Social;
- 2) Adesão do Brasil à Organização Internacional do Trabalho, então criada;
- 3) Atribuição de competência privativa à União para legislar em matéria de trabalho, através da reforma constitucional de 1926;
- 4) Consagração em lei de diversas reivindicações, tais como: fixação da jornada de trabalho; férias anuais remuneradas; regulamentação dos direitos do assalariado nos casos de acidentes do trabalho etc.; e

5) Criação das primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Às vésperas da Revolução de 30, encontravam-se no Parlamento grande número de projetos de lei relativos à questão trabalhista, inclusive um Código do Trabalho.

Personalidades destacadas

Parlamentares

Transcreve-se a seguir as indicações de caráter biográfico dos parlamentares antes mencionados, coligidos por Evaristo de Moraes Filho, bem como um discurso de Deodato Maia, que exprime com clareza o sentido de sua atuação.

Nicanor Queiroz do Nascimento, nascido no Rio de Janeiro, a 24 de agosto de 1871, foi eleito pela primeira vez deputado federal, pela sua cidade, em 3 de março de 1911. Formado em Direito, por São Paulo, em 1893. Reelegeu-se em 1912, 1915 e 1924. Desde cedo voltou-se para a proteção das classes trabalhadoras, apresentando projetos de leis que lhes regulassem as condições de vida e de prestação de serviço.

Jamais enganou sobre a sua orientação política: social-democrata, intervencionista, nem socialista se considerava, pois não almejava nem pregava o total desaparecimento da estrutura social do seu tempo. Mas estava sempre a postos em defesa das causas populares. Quando da greve paulista de 1917 e das violências policiais que se praticaram naquele Estado, para lá se deslocou, visitando fábricas, percorrendo delegacias e hospitais, vindo mais tarde a prestar contas à Câmara do que observou..

Fez parte da Comissão de Legislação Social, instituída em fins de 1918 com o firme propósito – e isso o demonstrou – de dar cabal desempenho aos seus ideais. Por isso mesmo não teve o seu mandato reconhecido em 1921, e foi *degolado*. Fez-se mais tarde professor de Direito Público Constitucional, na Universidade Livre da Capital Federal, e Professor de Economia Social, na Faculdade de Filosofia. Entre outros, publicou dois livros. depois de 1930, com muita citação e muita confusão também, a despeito do segundo apresentar como subtítulo – anticonfusãoismo. Nesse último, não se consegue surpreender qual a doutrina que abarca, tal é o seu cuidado em expor o anarquismo, o comunismo e o socialismo. Escreve na Introdução: “Todos os intelectuais sinceros – de qualquer credo – devemos combater esta gente ambidestra, ou lhes seja o defeito congênito ou educação da malícia, jorrando focos de luz claríssima sobre os fatos, em ordem a iluminar todo o campo, separando as doutrinas, mostrando-lhes a essência diferencial, definindo-as, caracterizando-as. Não quero que ninguém se faça anarquista, comunista, bolchevista. Não estou a fazer proselitismo. Nem estou em prol de nenhum credo. Classifico-os apenas. Taxolôgia.”

Maurício Paiva de Lacerda (1888/1959) era natural de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, filho de Sebastião de Lacerda, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal. Formado em Direito no ano de 1909, já no ano anterior havia representado os estudantes brasileiros no 1º Congresso Sul-americano de Estudantes. Serviu como oficial de gabinete do Presidente Hermes e 15 de novembro de 1910 a 1º de maio de 1912. Foi eleito deputado pela

primeira vez, pelo Estado do Rio, a 30 de janeiro de 1912, reeleito em 1915. Como Nicanor, foi “degolado” em 1921. Mais tarde, foi intendente pelo Distrito Federal (1928).

Quando eleito em 1912, rompeu com o Presidente Hermes, passando a lhe fazer oposição. Palavra fácil, brilhante, segundo Dunshee de Abranches, “em toda a vida legislativa da República, foi o deputado que maior número de discursos pronunciou até a presente data (1917).”

Desde cedo colaborou na imprensa operária, como em *Na Barricada* (1915) *O Debate* (1917), *Voz do Povo* (1920) e outros periódicos. Apresentou na Câmara projeto de Código do Trabalho (1917) e do Departamento Nacional do Trabalho (1918), transformado em lei, mas que permaneceu letra morta. Participou ativamente dos trabalhos da Comissão de Legislação Social e fez-se eco na tribuna da Câmara dos protestos operários da época (1917/1920).

Na década de 20 polemizou com os comunistas, foi atacado, revidou, tendo tentado organizar uma coligação de esquerda às vésperas da revolução de 30 para apoiá-la. Conspirou largamente, viajando para Buenos Aires, à procura de Prestes e de outros militares revolucionários. Preso mais de uma vez, desde os tempos de Bernardes, viveu realmente uma vida agitada, sempre voltada para a classe operária que lhe correspondia, dando-lhe maciça votação para os cargos aos quais se candidatou. Ao contrário do que se pensa, esteve com a revolução, comparecendo mesmo a Montevideu como seu porta-voz, espécie de representante seu. Somente em 1931 rompeu com o movimento vitorioso, fazendo-lhe oposição, tendo inclusive, a sua casa varejada pela polícia. Mais tarde, porém, bem mais tarde, veio a dizer a Vargas, referindo-se à sua plataforma de Aliança Liberal: “Essa tão eloqüente página foi a primeira das muitas que devia escrever esse apostolizador dos direitos do trabalho no Brasil, uma vez no governo revolucionário de 30, em que começou criando o Ministério do Trabalho em 1930, para o qual chegou a pensar em levar-me como expus num dos meus livros sobre a 2ª República, e que seria, como foi o órgão supremo da sua prática social, da qual dimanaria toda uma legislação trabalhista, a qual veio a consolidar em 1943, na "maturidade de urna ordem social" como uma "coordenação sistematizada" da mesma, tendente um dia a "codificar-se".”

É estranho, realmente, estranho, este elogio de Maurício a essa legislação do trabalho, chegando a analtecê-la até em sua forma consolidada de 1943, quando esta significava a consolidação do corporativismo autoritário e fascitizante, bem oposta a tudo que o antigo deputado pregara. Dele disse seu filho, também Maurício: “Conquanto não radical, era um socialista no mais correto e maravilhoso sentido da palavra.”

Deodato da Silva Maia, natural de Sergipe foi um grande lutador em prol dos direitos do trabalhador na sociedade capitalista e liberal da 1ª República. Não possuía o talento nem os rasgos verbais de Nicanor nem de Maurício, mas, como a formiga, não se cansava obscuramente de ir carregando o seu grão a favor da reforma. Já em 1912 publicara um livro, embora restrito a certos problemas, reunindo artigos aparecidos em *O Paiz*, sobre o trabalho da mulher e do menor, além de um projeto sobre a matéria por ele apresentado ao Instituto dos Advogados Brasileiros, e um anteprojeto de lei instituindo o Departamento Geral do Trabalho.

Deputado na legislatura de 1918/1920, fez-se alto funcionário do Ministério do Trabalho, vindo a ser Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, criada em 1941. Não se

poderia dizer que algum dia chegara a ser socialista, mas não resta dúvida de que se constitui como um dos integrantes da "esquerda" parlamentar de antes de 30.

Discurso de Deodato Maia (1918)

Segue-se a transcrição do discurso pronunciado por Deodato Maia na sessão de 11 de outubro de 1918, da Câmara dos Deputados:

A escola de Manchester, todavia vendo-se enfraquecida, procurou justificar a sua ação por meio da doutrina de Darwin.

Este, porém, lá no fim de sua vida, viu que a teoria, aplicada àquela hipótese, não foi das mais felizes, porque nem sempre os homens de dinheiro são os melhores, os mais aptos, os mais capazes.

Então, e apesar dessa campanha formidável, a legislação operária tomou um grande impulso. Peço permissão à Câmara para ler o que em alguns países se tem feito, se tem produzido sobre o trabalho. Em geral, as leis de proteção à mulher e ao menor são as mais antigas de que há notícia.

A França possui a lei de 2 de dezembro de 1892, a de 30 de março e a de 29 de dezembro de 1890; a Alemanha a de 1 de junho de 1901 e 14 de agosto de 1903; a Bélgica a de 21 de maio de 1884; a Holanda a de 5 de maio de 1889, de 20 de junho de 1895; a Espanha as de 24 de julho de 1893, 13 de março de 1890 e 8 de janeiro de 1907; o Estado de Nova Iorque as de 10 de abril e 17 de maio de 1906; a Suíça a de 23 de março de 1904, além de diversas leis cantonais nomeadamente a de Basiléia, de 27 de abril de 1905

Existe mais uma infinidade de leis em todos os países e seria desnecessário lê-las, porque todos conhecem o ponto a que chegou a legislação operária nas nações européias.

Eu poderia, Sr. Presidente, demorar-me sobre a análise das leis estrangeiras, comparando-as ao projeto ora em discussão. Pelo adiantado da hora, porém, restringirei minhas ponderações, aguardando-me para ampliá-las em outra ocasião.

O contrato de trabalho, conforme o projeto, não é mais do que uma transplantação de doutrinas já consagradas por outros povos. Assemelha-se muito ao contrato de trabalho da Bélgica, e ao contrato de trabalho espanhol.

Às disposições sobre a idade dos menores, já o ilustre representante de São Paulo, Sr. Raul Cardoso, apresentou as necessárias emendas. Como estas, outras foram apresentadas no sentido de que não se ferisse tão de perto o nosso sistema de leis. O que dispõe o Código Civil não pode se enquadrar na legislação do trabalho, porque são espíritos diferentes e diversos os que presidem à confecção de um e outro.

O nosso Código, tratando da locação de serviços, não rege, com este instituto o contrato moderno de trabalho, porque os códigos civis, em geral, giram em torno da propriedade, esquecendo-se da propriedade mais importante do operário, que é a sua mão-de-obra. O contrato de locação de serviços não poder reger relações do trabalho, porque o trabalho não é mercadoria que se possa vender ou alienar. Mercadoria é o produto da

atividade humana, mas separável do produtor. O trabalho não deixa de ser o resultado dessa mesma atividade, mas é inseparável da personalidade.

Como vê a Câmara, a locação é uma revivescência do antigo direito, que tinha seu fundamento na *conducio locatio operarum* dos romanos, isto é, os contratos que serviam para os escravos e também para pessoas livres, que quisessem contratar seus serviços e que ficavam nessas condições na mesma posição de escravo.

O operário hodierno dista destes tempos e não será na locação de serviços que podemos enfeixar suas aspirações. O mais é círculo vicioso, troca de palavras sem efeito prático. No dia em que tivermos promulgado um Código de Trabalho, todas as relações jurídicas entre operários e patrões estarão devidamente reguladas.

E se é necessário o Código de Trabalho, no estado atual da nossa civilização, se o operário nacional precisa de garantias, justo é que a Câmara aprove o projeto com as modificações apresentadas pelo Sr. Raul Cardoso, porque, assim, poderá satisfazer todas as suas necessidades. Outro ponto importante do projeto é o que se refere à redução das horas de trabalho. A este, como aos demais, já têm sido apresentadas emendas que a Comissão tomará na devida consideração.

Quanto aos acidentes de trabalho, o ilustre Deputado por Pernambuco cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Andrade Bezerra, já se manifestou de forma e de modo a ilustrar a Casa perfeitamente sobre as origens desse instituto, desde a culpa delituosa até o risco profissional consagrado pelas legislações adiantas. Se, Presidente, se nós quisermos aprovar este projeto, com as emendas, daremos um bom passo em favor do operário nacional. Mas, como essas questões são de grande importância, não seria demais que a Câmara nomeasse uma Comissão Especial para proceder a um inquérito nas fábricas e conhecer as condições do trabalho em todo o país.

O Sr. RAUL CARDOSO: – Como fizeram as outras nações.

O Sr. DEODATO MAIA: – ... é, então, de acordo com a observação e a experiência, se iriam confeccionando leis protetoras do trabalhador. Já não é novidade em nosso país a criação de um Departamento de Trabalho. No Estado de São Paulo, que é o pioneiro da nossa civilização, bandeirante que, não cansado de desbravar a terra, vai pelos caminhos da ciência procurando o que há de melhor na legislação dos povos cultos, a fim de transplantar criteriosamente para o nosso país, existe um Departamento de Trabalho, com serviço de estatística perfeito, sobre todo o movimento operário e industrial do grande Estado, e naturalmente seria ele um órgão consultivo para a Comissão a que aludi. Sr. Presidente, não querendo tomar mais o tempo precioso da Câmara, visto estar mesmo finda a hora regimental, declaro a V. Exa., não tenho constrangimento em dar meu voto ao projeto, se a medida que tenho a honra de propor, ou seja, a nomeação de uma Comissão Especial para estudar o assunto for julgada em oportunidade.

Apresentarei por escrito o meu requerimento nesse sentido.

(Transcrito de *O socialismo brasileiro* (antologia organizada por Evaristo de Moraes Filho, ed. cit.)

Líderes socialistas

No texto seguinte são apresentados dados biográficos dos principais dentre os líderes socialistas.

TEXTO IV – TENTATIVAS FRUSTRADAS DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA

– As iniciativas mais relevantes

Na década de noventa são efetivadas tentativas de organização destes partidos de inspiração socialista: Partido Operário (1890); Partido Operário Brasileiro (1893); Partido Operário Socialista (1895) e Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897).

Contudo, as iniciativas mais importantes parecem ter sido as de criação do Partido Socialista em 1902, 1909, 1912 e 1925. Entre as personalidades que se vinculam a tais propósitos destacam-se, entre outros: Evaristo de Moraes, Antonio Piccarolo, Joaquim Pimenta e Agripino Nazaré. Os dados biográficos desses intelectuais, coligidos por Evaristo de Moraes Filho, são transcritos ao fim deste tópico.

A respeito destes programas, Evaristo de Moraes Filho manifestou-se, na antologia citada, desta forma: “Não concordamos com os que enxergam nos programas e manifesto socialistas reivindicações estranhas à realidade brasileira, como se fossem meras traduções ou ecos das exigências alienígenas. Inspirados, embora, nas doutrinas e nas teorias que se haviam formado nos países europeus com maior ou menor ênfase, jamais deixaram esses partidos de levar em conta as necessidades do trabalhador nacional. Mergulhados até o pescoço no dia a dia da vida miserável que levava o operário brasileiro, fizeram-se porta-vozes das suas angústias e anseios. Reformistas em sua maioria, esperando que a conquista do poder se viesse a dar indiretamente, pela conquista do Congresso, pelo voto, pelas leis, pelas mudanças institucionais, pela pressão popular nem por isso deixaram outros de chegar a apelos revolucionárias ou à própria ação direta, pela greve e demais instrumentos de fatos correlatos.”

Em que pese o caráter precursor de tais iniciativas, o respaldo moral de que se revestiam e as simpatias que sua ação encontrava em setores cada vez mais amplos da elite, cumpre reconhecer que careciam de maior elaboração doutrinária, como se pode ver dos programas transcritos ao fim do tópico. Assim, no programa do Partido Socialista de 1912, aparece esta indicação: “Na parte política, a proposição principal a realizar seria o estabelecimento de um regime eleitoral novo, fundado na representação proporcional de todas as opiniões”, idéia que não chega a ser desenvolvida. Contudo, esta idéia não era de procedência socialista.

No manifesto do Partido Socialista Brasileiro (1925), da autoria de Evaristo de Moraes, já transparece certo desencanto pelas soluções liberais, que por essa época parece apossar-se da elite intelectual. Condena o presidencialismo e, em seu lugar, sugere um governo colegiado, a representação por classes e a extinção do Senado.

De todos os modos, nenhuma das tentativas descritas chegou a vingar.

Acerca dos principais líderes socialistas do período, Evaristo de Moraes Filho, coligiu os elementos adiante transcritos:

Antonio Evaristo de Moraes (1871/1939), carioca da rua Larga de São Joaquim, lançou-se desde cedo no jornalismo e às campanhas em prol da Abolição e da República. Seu

nome vem referido por Silva Jardim em suas memórias. Com dezessete anos editou o jornalzinho *A Metralha*. Fica com França e Silva e funda o Partido Operário em 1890, do qual foi orador. Mais tarde, colabora com Gustavo de Lacerda. Toma parte nas greves dos sapateiros e em quase todas as que se realizaram na Capital Federal nos primeiros anos do século. Faz-se sócio da Residência dos Trabalhadores do Cais do Porto, com carteira e chapa comuns, além de seu advogado.

Publica no *Correio da Manhã* a partir de 1903 numa série de artigos sobre a questão social e a condição operária, reunindo-os em livro, sob o título de *Apontamento de Direito Operário*, 1905. Anticlerical, publica em 1911 *A Moral dos jesuítas*. Dele dizia *O Amigo do Povo* de 6/9/1902: “Em defesa dos marceneiros, auxiliando-os e libertando-os das infames ciladas da burguesia, das autoridades e das leis, novamente na arena das querelas entre a vítima e o algoz, surgiu o grande coração, a grande alma de Evaristo de Moraes. Este homem, excelente advogado, espírito cultivadíssimo, um dos mais eruditos na sua classe, talvez, sobre a questão social, e que já tem, por um número infinito de vezes, prestado os seus valiosos e desinteressados serviços aos operários em greve, perseguidos desatendidos, é um dos raríssimos vitoriosos sobre a torpe abjeção em que se afundam os mais ou menos intelectuais de nossa época”.

Colaborador da maioria dos jornais do Rio, advogado gratuito dos trabalhadores em dificuldade, principalmente nos processos de expulsão do território nacional, conseguindo decretar a inconstitucionalidade da lei de 1913, nunca ocupou funções públicas àquela época, nem recebeu benesses dos governos. Toda a sua vida e sua obra voltaram-se para o combate às injustiças sociais: denunciou os imperialismos dos *trusts* internacionais (hoje, seriam as multinacionais), o enriquecimento de uma classe de privilegiados, em detrimento da grande maioria entregue a mais abjeta miséria.

Socialista, à Benoit Malon, possibilista, pregava e defendia o direito de greve e a liberdade sindical como instrumentos, que se oferecem ao trabalhador, para a mudança social. Participou de todos os movimentos revolucionários a partir de 1922. Preso várias vezes, a partir de 1897, esteve na Detenção em 1924 por quarenta dias, ameaçado de ser embarcado para a Clevelândia. Participa da Aliança Liberal, vindo a ser Consultor Jurídico, do Ministério do Trabalho, de janeiro de 1931 a março de 1932, pedindo demissão do cargo. Fundou partidos e tomou parte na maioria dos movimentos que significassem o combate à miséria e ao obscurantismo.

Antonio Piccarolo (1863/1947), natural da Itália, formado pela Universidade de Turim, emigra para o Brasil em 1903. Desde cedo imiscui-se no movimento operário, participando da revista *Avanti!*, editada em São Paulo desde 1900 e que defende idéias socialistas. Homem inteligente e culto, cedo se assenhoreia do movimento socialista em São Paulo, publicando *II Socialismo in Brasile* em 1908. Analisou as condições econômicas e sociais do país, recém-saído da escravidão, e concluiu que, tirante algumas poucas manchas de industrialização (São Paulo, Rio) e de forte movimento portuário (Rio e Santos), não se podia ainda admitir o advento de um socialismo, baseado num forte proletariado. Aconselhava, pois, a pregação de uma social democracia, como o melhor caminho a seguir. Nem por isso deixou de tomar parte, ativisticamente, nos protestos operários e nos comícios de reivindicações da classe trabalhadora. Com razão, pôde escrever Dulles: ‘Não obstante as divergências com os anarquistas, o professor socialista Piccarolo freqüentemente lutou ao lado deles. Assim é que, em 1904 *Avanti!* e o periódico *La Battaglia*, de Oreste Ristori, publicaram simultaneamente,

em italiano e em português, o manifesto da Comissão Pró Mártires da Rússia, denunciando “a crueldade da Rússia autocrática contra seus filhos, culpados de um só crime, o de terem amado a liberdade e o bem dos seus próprios irmãos.” Depois de reprimida a revolução russa de 1905, Piccarolo associou-se a Ristori, Neno Vasco e a Ricardo Gonçalves, jovem poeta anarquista, na convocação de um comício de solidariedade aos mártires russos.

Na década anterior à sua morte, escreveu: "Carlos Marx suscitou de um lado admiradores incondicionais, cegos, fetichistas, que juram por sua palavra e fazem do *O Capital* um novo evangelho; de outro lado adversários, detratores furibundos, que negam ao pensador de Trêves a mais elementar das compensações econômicas. Eu penso que uns e outros estão em grande erro, e que só abandonando estes extremismos podemos formar um justo conceito de Marx economista... Marx foi um grande pensador, um grande economista, que dedicou toda a sua atividade no estudo dos interesses e do bem-estar das classes trabalhadoras, e disso devem ser-lhe gratos todos os que vivem do próprio trabalho. Mas foi homem; não Deus, nem semideus ... Marx, numa vida de lutas e de sacrifícios, sobretudo numa vida de puríssimo altruísmo, deu à ciência, juntamente com erros inevitáveis, uma grande soma de verdades, que não podem ser nem esquecidas, nem negadas por quem, acima de toda paixão partidária, se dedique ao estudo da economia política”.

Antifascista ferrenho, discorda do anarquismo, essencialmente abstrato e idealista, aproximando-se mais de uma fé religiosa, do que de um sistema social científico, e deixa transparecer a sua simpatia por um socialismo sem doutrina, nada dogmático, simples socialismo de movimento, com olhos fitos na longínqua Canaan da verdade e da justiça.

Professor de Economia Social, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, veio a ter morte trágica, assaltada sua casa por ladrões, em 1947. Conhecendo-o na década de 20, Hermes Lima refere-se a ele como um *scholar*, “um socialista a serviço dos mais puros ideais. Natural da Itália, Piccarolo tinha uma riqueza – a simpatia humana, o saber amadurecido, a erudição aberta, era bom estar junto ao velho Piccarolo”.

Joaquim Pimenta (1886/1963), natural do Ceará, fez sua carreira universitária em Recife, como aluno e como professor, até vir para o Rio no segundo terço da década de 20. Fez concurso para professor da Faculdade local em 1917, escrevendo mais de uma tese em concursos posteriores. Já em 1919, o seu nome é encontrado como um dos chefes e organizadores da greve na companhia Pernambuco Tramways e na Great Western, ambas inglesas. Apoiada pela União Cosmopolita e pela Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras, a greve durou pelo menos quatro dias, paralisando toda a costa pernambucana. Circulava somente o jornal *Tribuna do Povo*, da Federação, que, com a vitória da greve, se transformou em *A Hora Social*, mas agora como jornal diário, talvez o primeiro, com esta natureza, em todo o Norte e Nordeste. Homem culto, inquieto, combativo, líder incontestado dos trabalhadores de Pernambuco, coloca-se contra Bernardes. Pouco depois foi criticado por aceitar cargo no gabinete de João Luís Alves. Anticlerical ferrenho, foi um dos fundadores do Grupo *Charté* em 1921. Colaborou com a Aliança Liberal, da qual fez parte, em 1929/30. Vitoriosa a revolução passa a fazer parte do *staff* de Color, vindo a ocupar o cargo de Procurador daquela agência administrativa. Desde 1932 transferira-se para a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, ficando no Doutorado, porque a matéria de Direito Industrial e Legislação Operária estava a cargo de Irineu Machado, antigo político carioca, também com larga folha de serviços prestados às idéias liberais e ao operariado da Capital. Pimenta não chegou a ser um marxista, nem um socialista radical, mas foi um grande

conhecedor das suas doutrinas, militando sempre a favor de um mundo melhor e de uma sociedade brasileira mais justa. Caritativo e bom o foi até o instante final de vida, dividindo com os pobres grande parte do que recebia do seu trabalho.

Agripino Nazaré, natural da Bahia, jornalista militante desde moço, também formado em direito, fez a sua vida de agitador social no Rio de Janeiro e na sua terra natal. Seu nome veio a público, com muito escândalo, com processo criminal e prisão, na conspiração da projetada revolta dos sargentos, para instituir uma república parlamentar, sob a chefia do General Emídio Dantas Barreto. Da mesma acusação como líderes civis, constavam ainda Barbosa Lima e Maurício de Medeiros. Em fins de 1917 colaborava em *O Debate*, divulgando a Revolução Russa. Participou no movimento de novembro de 1918, juntamente com Oiticica, Astrojildo, para derrubar o governo, com conspiração nos quartéis em meio a uma possível greve geral. Fracassado o movimento, embarcava para a Bahia. Chefou aí a maior greve que Salvador jamais assistira, em 1919. Por vários dias, a vida da cidade parou, com os operários exigindo várias melhorias das condições de trabalho, entre as quais, 8 horas de jornada, no que foram atendidos pelo Governador Antônio Moniz. Em 1920 lança *Germinal*, periódico socialista e se candidata pelo recém fundado Partido Socialista Baiano a deputado federal, sem lograr êxito. Em princípio de 1920 lidera nova greve na Bahia, em solidariedade com a greve da Leopoldina do Rio. É expulso da Bahia como anarquista, passando a morar definitivamente no Rio de Janeiro, vindo a colaborar em *A Pátria*, *A Época*, *A Vanguarda* e o *Imperial*, entre outros jornais.

– Os Programas partidários

Programa do Partido Socialista (1902)

Programa Máximo

Considerando:

Que os graves males e as grandes injustiças da presente organização social derivam do fato de serem os homens divididos em duas distintas classes – capitalista e trabalhadores ou assalariados, ou proletários;

que a classe dos capitalistas, com o monopólio dos meios de produção e da troca, e com o exercício do inadmissível domínio e do aproveitamento do produto do trabalho alheio, leva à conseqüência lógica da degeneração física e moral da classe dos trabalhadores, bem como da escravidão econômica, e da opressão política; que de fato é hoje o capitalista quem dispõe da vida do trabalhador e da de sua família, quando determina por si: quer sobre o salário do operário, quer sobre a duração do seu trabalho; se o filho terá que fazer concorrência ao ordenado do pai, e a mulher ao do marido; se as oficinas são ou não salubres; se as crianças devem arruinar o seu corpo nas fábricas desprovidas de higiene, quando todos os homens têm o direito comum de fruir os benefícios da vida social, desde que para criá-la e mantê-la concorram segundo as próprias forças;

que a luta universal para conquistar o progressivo melhoramento do proletariado, ou classes assalariadas em geral, começa a manifestar-se também no continente sul-americano, e de modo especial no Brasil, onde a crise agrícola e industrial está

evidenciando, cada dia mais, os problemas sociais, que até agora não apareciam por causa da existência do trabalho servil ou escravo, que foi substituído pelo trabalho assalariado;

que é tempo dos proletários dessa terra, seja qual for a sua nacionalidade, cor e sexo, unirem-se ao grande partido internacional, que em todo o mundo se bate pela conquista do direito do proletário, pois que as necessidades do operário e a exploração do capitalista não distinguem os acidentes de pátria, cor ou sexo, e também assim deve ser a resistência e a luta dos trabalhadores conscientes.

Reconhecendo, por outro lado, que não se poderá alcançar a emancipação da classe sujeita, e, logo, a instalação do direito comum, senão quando todos os meios de produção, de transporte, de distribuição e de troca (terras, minas, fábricas, estradas de ferro, navios, máquinas, enfim todos os instrumentos de trabalho) dos quais, como do ar, depende a vida de todos, deixarem de ser propriedade individual, tornando-se propriedade Social;

Considerando ainda:

Que para chegar a esse fim é necessária e indispensável, antes de tudo, a organização do proletariado em partido de classe, devendo os trabalhadores do Brasil, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou categoria, e que se proponham a emancipação da própria classe, constituir-se em partido, conforme os princípios acima expostos e com os fins mais imediatos, como sejam: propaganda ativa, tenaz, por meio da imprensa e da palavra entre os operários, para que fiquem cômnicos dos próprios direitos e convencidos da urgente necessidade de se organizarem em partido, aconselhando-os simultaneamente à sobriedade, combatendo o alcoolismo e a ociosidade;

empregar esforço constante para mover e aviventar o sentimento e a razão de cada um, e para atrair à causa socialista os inteligentes e operosos da classe privilegiada;

promover e propugnar a constituição das câmaras de trabalho, das associações de artes e profissões e de resistência para os melhoramentos imediatos da vida operária;

estimular a opinião pública para obter uma séria legislação em defesa do trabalho, especialmente dos camponeses, de modo a tutelar a vida e a saúde dos operários e, particularmente, da mulher e da criança;

exercer pressão constante do trabalho sobre o capital para que se consiga a limitação das horas de trabalho, e que as greves dos operários venham a ser as reguladoras dos aumentos dos seus ordenados, e da conquista dos seus direitos sociais;

tornar assídua, a participação dos operários na vida pública, para a fiscalização das rendas públicas e do modo porque são elas empregadas na satisfação das necessidades mais comuns dos menos protegidos da fortuna;

Em resumo: lutar pela conquista dos poderes públicos, na Federação, no Estado e no Município, para os transformar de instrumentos, que são hoje, de exploração capitalista e de opressão da massa popular em instrumento para anular o monopólio econômico e político da classe dominante.

Programa Mínimo

- 1 - Imposto direto e proporcional sobre a renda.
- 2 - Abolição dos impostos indiretos, e especialmente os de consumo e alfândega.
- 3 - Trabalho permanente de qualificação eleitoral, e demais reformas que facilitem a ação eleitoral.

Seja o dia de eleição marcado para o domingo.
- 4 - Horário máximo de 8 horas de trabalho para os adultos, de 6 para os menores de 14 a 18, e proibição do trabalho dos menores de 14 anos. Descanso obrigatório de 36 horas contínuas, ou dia e meio, por semana.
- 5 - Responsabilidade penal e civil dos patrões nos acidentes do trabalho nas oficinas.
- 6 - Supressão do exército permanente a armamento geral do povo.
- 7 - Extinção gradual e, em geral, de todas as medidas tendentes a valorizá-lo.
- 8 - Reconhecimento do direito de cidadãos brasileiros a todos os estrangeiros que tenham um ano de residência no país.
- 9 - Instrução gratuita e obrigatória para todos os menores até 14 anos, ficando a cargo do Estado ou das municipalidades, nos casos em que seja necessário, a manutenção dos educandos.
- 10 - Revogabilidade dos representantes eleitos, no caso de não cumprirem o mandato popular.
- 11 - Regulamento higiênico do trabalho industrial e limitação do trabalho noturno aos casos indispensáveis; proibição do trabalho das mulheres quando haja perigo para a maternidade e inconvenientes para a moralidade.
- 12 - Criação de comissões inspetoras das fábricas, oficinas e fazendas, eleitas pelos operários e retribuídas pelo Estado.
- 13 - Criação de tribunais arbitrais, nomeados dois terços pelo operários e um terço pelo patrões, para resolverem sobre as divergências que entre as duas classes se produzem..
- 14 - Igualdade de retribuição, desde que haja igualdade de produção para ambos os sexos..
- 15 - Separação efetiva da igreja e do Estado.
- 16 - Jurados eleitos pelo povo para toda a classe de delitos, como também eleitos todos os membros dos tribunais julgadores, sendo os jurados retribuídos pelo Estado.
- 17 - Supressão de todo o fomento artificial da imigração.
- 18 - Adoção de uma lei de divórcio, com a dissolução de todos os vínculos.

- 19 - Referendum econômico, por voto direto, de iniciativa popular.
- 20 - Justiça gratuita para todos, ficando as partes isentas de toda e qualquer retribuição.
- 21 - Imposto progressivo sobre heranças, até sua completa extinção.
- 22 - Igualdade política para os dois sexos.
- 23 - Voto político para todos os cidadãos, maiores de 18 anos, inclusive as mulheres.
- 24 - Neutralidade absoluta do Estado nos conflitos entre o capital e o trabalho, e reconhecimento do direito da maioria nas greves.
- 25 - Abolição dos artigos 204 e 207 do Código Penal, limitando a liberdade de greve.
- 26 - Reforma penitenciária, sendo abolidas as segregações e as penas que destroem a personalidade moral do sentenciado, e também a detenção dos menores de 18 anos; aplicação do princípio da liberdade condicional.
- 27 - Tornar privilegiados, em primeiro lugar, todos os créditos dos operários nos casos de falências, e quaisquer execuções de dívidas e liquidações forçadas.
- 28 - Absoluta proibição do pagamento de salários em gêneros de consumo.
- 29 - Pensão aos inválidos e a todos os operários com mais de 60 anos de idade.
- 30 - As obras públicas confiadas a sociedades cooperativas de trabalhadores.
- 31 - Revogação dos artigos do Código Civil; que atacam a personalidade humana, e, entre eles, o que restringe a liberdade de testar.
- 32 - Reconhecimento da liberdade profissional.
- 33 - Substituição dos presidentes políticos efetivos por comissões executivas; votos dos jurados a descoberto.
- 34 - Proibição da exploração de qualquer jogo, inclusive as loterias.
- 35 - Finalmente, médico, farmácia, luz e águas, gratuitamente para o povo, por conta dos municípios.

(Transcrito de *O Estado de S. Paulo*, 28/8/1902)

Partido Operário Socialista (1909)

O Partido Operário, que ora surge, é mais do que uma necessidade, é uma contingência; abrange não só os interesses econômicos, como as relações políticas; aqueles

representam o acúmulo das riquezas dos que exploram as gerações trabalhadoras, estas a premissa dos que auferem as posições de mando e poder. Destarte, o Partido tem de compreender os núcleos políticos propriamente ditos, conjuntamente com as classes formadas em sindicatos, contrabalançando aos sindicatos capitalistas de que os partidos burgueses tiram preponderância. Assim a organização do Partido, supondo como primeira das suas conquistas a do município ou comuna, faz constituir a sua organização no seguinte programa:

1º - Conquista do poder municipal para transformação gradual do município burguês em comuna socialista.

2º - Estabelecimento do tempo máximo de trabalho, de cada ofício, em cada dia útil; mínimo e máximo das idades do trabalhador; mínimo dos salários regulados pelos preços correntes das aquisições indispensáveis à subsistência.

3º - Assistência obrigatória aos trabalhadores pelos empresários e patrões, em casos de acidente e de invalidez no trabalho.

4º - Assistência oficial aos velhos e inválidos, desprovidos no direito à assistência do artigo anterior; fiscalização da assistência particular, higiene pública e privada.

5º - Difusão do ensino pela difusão das escolas comuns de aprendizado teórico e prático.

6º - Tributação dos bens acumulados, da propriedade territorial, e da exploração de prédios.

7º - Garantia das colocações por meio de indenizações por perdas e danos, aos despedidos sem causas razoáveis, comprovadas.

8º - Remodelação do regime de vitaliciedade dos funcionários públicos.

9º - Reconsideração do direito constituído em face do direito lógico, da boa razão, tendo em vista o legítimo interesse dos indivíduos na comunhão.

10 - Reivindicação do caráter autônomo do Município, em suas relações para com o Estado.

11 - Reconsideração das velhas fórmulas oriundas da superstição tradicional do direito e da justiça.

12 - Limite máximo da tributação individual, direta ou indireta, em relação com as economias do indivíduo no Município.

13 - Termo de moralidade para o número e as vantagens dos indivíduos, por qualquer modo intrometidos nas funções administrativas ou de eleição para os cargos representativos.

14 - Sanção plebiscitária do povo no caso de prestação do chamado tributo de guerra – Este é o programa mínimo ou de iniciação comunista, propriamente dito, supondo que o programa médio, compreenderá maior amplitude para a representação das comunas no Estado.

Claro fica, que, com esta orientação, que tende a espancar o parasitismo, os cargos de representação não devem ser exercidos por períodos sucessivos, porque não devem constituir nem patrimônio, nem modo de vida, que seria a afirmação de uma imoralidade consagrada pela burguesia.

É preciso ter a certeza de que para lutar contra os interesses usurpadores da burguesia organizada, só é capaz o proletariado fortalecido pela organização e a disciplina.

Nestas condições, companheiros, formemos as nossas legiões, que facilitem a vitória no único terreno em que nos podemos medir com vantagem, com os detentores do poder – as urnas! Nós somos os números e a razão, eles são a minoria, a intriga e a iniquidade: eles têm as armas, que são a sua força, nós temos o trabalho, que é a nossa superioridade!

– Viva o Partido Operário Socialista.

(Transcrito de *O Operário*, Rio, 3/2/1909)

Fundação de um Partido Socialista No Rio de Janeiro (1912)

É uma idéia que entre nós não aparece pela primeira vez, essa da fundação de um partido socialista.

Já várias tentativas foram feitas nesse sentido e todas, por diferentes motivos, falharam completamente.

Mas a de agora – dizem os seus iniciadores, – promete vingar, a exemplo da vitória que, na Inglaterra, acaba de conquistar Robert Smillie, por assim dizer a alma e o chefe da descomunal greve das Índias Negras.

Vinha, pois, a propósito, falarmos ao Sr. Melchior Pereira Cardoso e dele colhermos as suas impressões sobre o movimento que ora se pretende levantar.

Foi nessas condições que ontem o procuramos, na sede da Sociedade de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas.

– O Sr. Melchior? – perguntamos.

– Um seu criado.

E entramos a dialogar.

– É a primeira sociedade socialista de que vai fazer parte?

– Não. Fui um dos fundadores, em 1908, do Partido Operário Socialista, que ainda hoje existe, e que só não foi adiante por não contar nessa época com elementos seguros. É precisamente o que se não dá agora. Tanto assim que, desta vez, garanto o sucesso do meu empreendimento.

– É a primeira sociedade de que é fundador?

– Não. Entre muitas outras, fundei também a Sociedade de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas.

– Foi bem recebida a idéia da fundação do novo partido?

– Muito bem. Temos recebido, eu e os meus companheiros, adesões de todos os pontos de todos os Estados e muito principalmente de São Paulo. Ainda hoje recebi dessa capital uma carta concebida nestes expressivos termos, do dr. Alberico Miguel Roth: “A fundação do Partido Socialista Brasileiro, nessa deslumbrante metrópole, é mais uma prova de que a sociedade evolui quotidianamente para o progresso e dá cabal testemunho de que verdadeiros paladinos do socialismo não cessam de trabalhar para a reivindicação dos direitos das classes laboriosas e oprimidas. Congratulo-me com o Partido Socialista Brasileiro e desejo-lhe uma longa existência, sempre na vanguarda dos desprotegidos e fracos. Desejando ser útil a esse partido, desde já podem dispor os seus organizadores do meu pequeno auxílio intelectual”.

– Já foi eleita a diretoria?

– Por enquanto, apenas a diretoria provisória; 1º secretário, o sr. Antonio Alves Coelho; tesoureiro, o sr. Rafael Serrato Munhoz, e eu, que sou o presidente.

– De que constará a solenidade de amanhã?

– De dois discursos proferidos pelos Drs. Irineu Machado e Caio Monteiro de Barros e da festiva comemoração da data de 1º de maio.

– Estão já assentadas as bases do partido?

– Já.

– E o programa a seguir?

– Está no próprio socialismo. Queremos, acima de tudo, a transformação do município burguês em socialista. Conseguido esse *desideratum*, bater-nos-emos pela regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças, a fim de protegê-las das classes que as exploram. Outro ponto que discutiremos é o salário mínimo. Quanto aos casos de acidentes, faremos questão da indenização obrigatória dos respectivos trabalhadores.

– E que mais?

– Poderei enumerar outros pontos, como seja:

a) A assistência oficial aos velhos, inválidos e enfermos.

b) A fiscalização da assistência particular, higiene pública privada das oficinas e das fábricas.

c) Promover a realização de conferências e congressos socialistas, bem como a fundação de escolas para a difusão do ensino geral.

d) A garantia das colocações e a indenização por perdas e danos dos despedidos sem causas razoáveis.

e) Promover uma legislação tendente a regularizar os conflitos entre operários e patrões pelo sistema da arbitragem, no sentido de organizar uma jurisdição especial do trabalho, para garantir o pagamento dos salários e os direitos do trabalhador.

f) A organização de um grande órgão de publicidade, destinado a defender os interesses do partido e a desenvolver a propaganda do mesmo.

g) Espalhar pelos Estados o socialismo.

h) Comemorar condignamente a data de 1º de maio.

Depois de ouvirmos o sr. Melchior Pereira Cardoso, procuramos o dr. Caio Monteiro de Barros, que nos disse:

– A tentativa de agora é já a terceira que entre nós se realiza, posto que datam a primeira de 1908 e a segunda do ano passado. Ambas não progrediram. A de agora, entretanto, estou que triunfará, dada a coesão dos elementos que se uniram para tal fim. Antes de mais nada, devo dizer-lhe que nem eu, nem o Dr. Irineu Machado temos participação direta nesse *tentamen*. Fomos convidados e nesse caráter é que nos associamos ao partido que se acaba de fundar.

– E acha viável essa idéia?

– Perfeitamente viável. Enrico Ferri, quando aqui esteve, achou que não tínhamos uma questão social a resolver. Penso que tal afirmação é um absurdo, por isso que vivemos sob o regime do capitalismo. Logo, a questão social existe e devemos abraçá-la. É absolutamente racional.

E em seguida, o dr. Caio Monteiro de Barros nos expôs as suas idéias, que ele frisou serem unicamente suas, e são as seguintes:

I) A supressão de todas as despesas sem utilidade social de que está onerado o tesouro público.

II) O imposto direto e progressivo sobre a renda, estabelecendo-se uma isenção mínima.

III) A abolição dos impostos que encarecem a vida do povo e a aplicação do imposto direto e progressivo sobre o capital, nas sucessões, doações, terras e propriedades urbanas.

IV) A regularização do trabalho fixando-se um salário mínimo e um horário máximo.

V) A criação de estatística, da inspeção e das bolsas de trabalho. As bolsas seriam subvencionadas pela caixa do partido ou pelas municipalidades e terão por fim a resistência, a propaganda, o ensino, a mutualidade, o socorro e o *viaticum*.

VI) A proibição do trabalho às crianças menores de 14 anos e diminuição progressiva do jornada, considerando-se como máxima a de quatro horas para os trabalhadores de 14 a 20 anos; a de seis para as mulheres e de oito para os homens.

VII) A proibição do trabalho prejudicial à mulher no período de gravidez e do aleitamento e do trabalho noturno, que não seja rigorosamente indispensável.

VIII) Um programa mínimo, constando de uma parte política e uma parte econômica. Na parte política, a proposição principal a realizar seria o estabelecimento de um regime eleitoral novo, fundado na representação proporcional de todas as opiniões, na perpetuidade do eleitor e no reconhecimento da sua capacidade pela magistratura.

Garantir-se-ia o sufrágio dos dois sexos e municipalizar-se-iam os serviços de utilidade pública.

IX) A reforma da legislação civil e penal, a reforma do ensino com o método nacionalista, o ensino obrigatório aos menores de 14 anos, a supressão do exército permanente e da política militar e a extinção imediata dos tribunais militares.

X) A abolição das subvenções e prerrogativas de que gozam os institutos religiosos e a extinção das congregações religiosas, com reversão de seus bens à Fazenda Pública.

XI) A revogação da lei de expulsão de estrangeiros e a concessão da cidadania aos mesmos, com mais de dois anos de residência, no Brasil, bastando para isso a simples inscrição no alistamento eleitoral.

XII) Regularizar o trabalho comercial, rural, a domicílio e o serviço doméstico.

XIII) Estabelecer o descanso semanal de 36 horas seguidas.

XIV) Abolir o regime dos certificados ou cadernetas para os operários e as cooperativas ou armazéns patronais.

XV) Estabelecer a responsabilidade dos patrões, sob a garantia do Estado, nos acidentes do trabalho e conceder a pensão para os trabalhadores, invalidados por acidentes, doença ou velhice, contribuindo para a mesma o Estado e os patrões.

(Transcrito do *Correio da Manhã*, 1/5/1912)

O manifesto do Partido Socialista Brasileiro (1925)

Rio, 30 – Será distribuído amanhã em todo o país um manifesto do Partido Socialista do Brasil.

A publicação condena o presidencialismo, por favorecer o poder pessoal, mostrando-se simpático à criação de uma nova forma de governo que é a colegiada – pequeno grupo de administradores. Igualmente responsáveis e investidos da autoridade coletiva sem distinção de hierarquia, apenas, até certo ponto, especializado em determinadas funções.

Propõe a reforma do sistema eleitoral consignando neste capítulo, como pontos de seu programa, a representação por classe e o voto obrigatório e secreto.

Faculta os direitos eleitorais à mulher, aos marinheiros e aos soldados, e o voto aos estrangeiros residentes no país.

Condena a existência do Senado, que considera inútil, como uma concepção que já não tem razão de ser.

Promete combater, por todas as formas, o armamentismo, promovendo a sincera união de todos os povos, principalmente os das repúblicas sul-americanas – que deseja ver ligadas por uma Confederação.

Promete ainda propugnar pelo reconhecimento da República dos Soviéticos e pela liberdade dos cultos, sem nenhum privilégio de religião. Pleiteia a supressão da Embaixada junto ao Vaticano e promete promover a instrução primária e profissional, ambas gratuitas, como também a superior.

Prossegue o manifesto dos socialistas: O partido cuidará ativamente da regulamentação higiênica do trabalho, da instituição dos salários mínimos, de acordo com o custo da subsistência e igualdade do salário para ambos os sexos. Sustentará o princípio da obrigatoriedade do trabalho civil, provendo o Estado os meios de cada um poder empregar a sua atividade segundo as respectivas aptidões – para supressão da vagabundagem e da mendicidade. Oficializar á e desenvolverá assistência a todos os necessitados – convencido dos estragos do alcoolismo e da precariedade dos paliativos que contra ele têm sido utilizados; incluirá pois, no programa, a supressão do comércio do álcool, associando a animação compensadora do emprego do álcool nas indústrias. Também se baterá o partido pela supressão das loterias cuja existência legitima o jogo em todas as suas modalidades.

Bater-se-á pela instituição do imposto único e pela limitação da propriedade territorial; pela oficialização das indústrias e pela limitação dos lucros; pela entrega ao Estado de todos os serviços de transportes marítimos, terrestres, fluviais e aéreos, bem como os serviços relativos aos portos, à viação, à energia elétrica, às minas e outros semelhantes.

Bater-se-á ainda pela animação franca e proteção intensa às cooperativas.

Empenhar-se-á pela propaganda sindicalista, devendo todos os seus membros fazer parte de sindicatos profissionais.

O partido é favorável à criação de uma magistratura eletiva e de uma justiça gratuita.

Os signatários do manifesto assumem a responsabilidade da fundação do partido sob tais bases, e dirigem o seu apelo à Nação, para que esta lhe preste o seu apoio.

– O manifesto foi redigido pelo dr. Evaristo de Moraes, tendo sido assinado por vários jornalistas, operários, engenheiros, professores, advogados e comerciantes.

(Transcrito de *O Estado de S. Paulo*, 1/5/1925)

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**O SOCIALISMO BRASILEIRO
E
A SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**

VOLUME II

**VITÓRIA DAS CORRENTES AUTORITÁRIAS
NOS ANOS TRINTA E RENASCIMENTO DO
SOCIALISMO DEMOCRÁTICO APÓS O ESTADO NOVO**

Por Antônio Paim, Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodriguez

Editora Humanidades

SUMÁRIO

TEXTO I - ASCENSÃO DAS CORRENTES AUTORITÁRIAS NOS ANOS TRINTA

- As correntes autoritárias ocupam a praça
- O contexto doutrinário da Carta de 1937

TEXTO II - ESTATIZAÇÃO DOS SINDICATOS E APROPRIAÇÃO DA BANDEIRA DA QUESTÃO SOCIAL POR VARGAS

- Circunstâncias gerais
- O incipiente desenvolvimento industrial
- O caráter da nova legislação
- Consolida-se o controle dos sindicatos sob o Estado Novo

TEXTO III - EMERGÊNCIA DO SOCIALISMO AUTORITÁRIO

- O Partido Socialista Brasileiro de 1932
- Partidos Socialistas estaduais e presença na Assembléia Constituinte
- Confusão com o nacional socialismo
- O destino dos socialistas democratas

TEXTO IV – RENASCIMENTO DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO (1947-1964)

- Constituição do Partido Socialista Brasileiro (PSB)
- Principais líderes
- Programa do PSB

TEXTO I – ASCENSÃO DAS CORRENTES AUTORITÁRIAS NOS ANOS TRINTA

– As correntes autoritárias ocupam a praça

A circunstância básica dos anos trinta, no que respeita ao curso político do país, com enorme reflexo sobre o destino histórico do socialismo brasileiro, corresponde à sucessiva ascendência das correntes autoritárias, culminando com golpe o Estado de novembro de 1937, que instaura uma ditadura que duraria até 1945.

No governo provisório organizado em decorrência da vitória da Revolução de 30, chefiado por Getúlio Vargas, o grupo castilhistas por ele liderado rapidamente conquista a hegemonia.

A revolta militar contra o governo federal partiu basicamente do governo do Rio Grande do Sul, com participação de menor relevância de Minas Gerais e de alguns estados nordestinos. Desencadeada a 3 de outubro de 1930, resolveu-se rapidamente já que a resistência programada para efetivar-se em São Paulo não teve lugar. No Rio, os chefes militares depuseram o Presidente constitucional (Washington Luís) e entregaram o poder a Vargas a 24 de outubro. Rotulado de “provisório”, o novo governo tratou de postergar por todos os meios o reordenamento institucional, nomeando interventores militares nos estados. Em 1932, em São Paulo, desencadeou-se movimento contra a situação ditatorial que, embora derrotado, obrigou o governo a convocar a Assembléia Constituinte, que promulgou a Constituição de 1934. Tanto o chefe do Executivo federal como dos estados passaram a ser eleitos indiretamente. A Carta fixou, entretanto, eleições presidenciais diretas para 1938.

A situação no país não era de molde a favorecer o ordenamento democrático. Importantes agrupamentos autoritários, com efetivo apelo popular, progressivamente ocuparam a cena.

Esquemáticamente tal processo pode ser descrito como segue.

Formou-se a Ação Integralista Brasileira, que preconizava a instauração de governo forte, nos moldes fascistas. Tinha o apoio de grande parte da Igreja Católica e tornou-se movimento de massa disseminado a nível nacional.

Ao mesmo tempo, o Partido Comunista – agora reforçado pela adesão de militares de prestígio – lança a Aliança Nacional Libertadora que também aspirava revogar o sistema representativo. Esse movimento promoveu uma insurreição militar, que seria sufocada, em novembro de 1935.

Interessa-nos mais de perto bem fixar como se dá o surgimento do que se poderia denominar de **socialismo autoritário**, uma contradição em termos desde que o socialismo vitorioso na Europa achava-se visceralmente comprometido com o sistema democrático representativo. Para tanto imprescindível se torna considerar os desdobramentos da ação política desenvolvida pelos elementos militares.

Transcorridos poucos dias da posse do novo governo, a 15 de novembro, dois dos mais importantes de seus integrantes – Oswaldo Aranha, ministro da Justiça e Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe de Estado Maior das Forças Nacionais – lançam um manifesto conclamando à criação da **Legião de Outubro**. Depois de afirmar que “vencestes a luta armada”, os signatários dizem que então se iniciava uma fase mais importante, a da criação da

Segunda República. Para atuar nesse sentido, conclamam ao alistamento de voluntários da Legião, anunciando que dentro em breve começarão a funcionar centros cívicos. Aos voluntários será exigido “um compromisso solene e vitalício, efetivado com solenidade, ritualmente”, consubstanciado na “honra e na inviolabilidade de uma Fé Jurada”. Essa mística visa criar uma nova estrutura, capaz de dar suporte ao governo, ao arrepio do sistema constitucional. O futuro regime, diz-se, sob a bandeira da Legião “assentará sobre alicerces sólidos e indestrutíveis”.

Em que pese haja sido vitoriosa, durante a República Velha, a corrente militar que encaminharia o Exército no sentido da profissionalização, remanescentes do clima positivista do início da República, nos anos vinte, promoveram algumas insurreições com o propósito de “purificar a República”. Como a maioria era de jovens oficiais, passaram à história com o nome de **tenentismo**. Os tenentes aspiravam conquistar a hegemonia na Revolução de 30 mas alguns de seus líderes, como os signatários do manifesto antes referido, acabaram preferindo a “ordem” imaginada por Vargas. O tenentismo viu-se isolado do poder mas prosseguiu em sua marcha, criando algumas organizações, a mais importante das quais seria o **Clube 3 de outubro**. No documento aprovado na Convenção Nacional, de novembro de 1932, afirma-se entre outras coisas o seguinte: “tendo sido a ditadura estabelecida, em nome da Revolução, para realizar determinados problemas fundamentais da coletividade nacional, abstém-se a convenção de discutir a oportunidade ou inoportunidade da convocação da Assembléia Constituinte, preferindo manifestar-se no sentido de obter que o governo ditatorial torne efetivas, quanto antes, as medidas constantes do manifesto dirigido à Nação, pelo chefe do governo provisório, em 14 de maio do corrente ano”. No que se refere aos aspectos institucionais, trata-se da implantação de um sistema eleitoral colocado ao serviço do que chamam de “representação econômico-profissional”. A representação profissional deverá ser equivalente à representação política. O regime deve também enfeixar maior soma de poderes em mãos da União, eliminando o que se denomina de “excessos da autonomia local”. Os prefeitos devem passar a ser nomeados pelos interventores estaduais. O direito de propriedade ficará subordinado “aos imperativos originários de sua finalidade social”. Estavam lançadas as bases da criação do Partido Socialista Brasileiro, de franca inspiração autoritária.

Os tentáculos do autoritarismo fecham-se sobre o país. E ainda que os liberais tenham obtido que seja aprovada uma nova Constituição, esta nunca chegará a ser implementada. Em 1937, tem lugar campanha eleitoral com vistas à escolha do futuro Presidente, no pleito do ano seguinte, com marcante presença da candidatura liberal de Armando de Salles Oliveira. As eleições entretanto não terão lugar. Precedendo-as desfecha-se o golpe de 11 de novembro, instalando-se abertamente a ditadura que até então funcionava em moldes mais ou menos disfarçados.

Tendo aceitado colaborar com o governo na elaboração de legislação social destinada a enquadrar o movimento operário, os socialistas democráticos avalizam a legitimidade do processo em curso. A bandeira da questão social, por eles sustentada com respaldo dos liberais, depois da Primeira Guerra Mundial, passa às mãos das novas forças sociais em ascensão, francamente autoritárias, desinteressadas da sorte do sistema representativo.

– O contexto doutrinário da carta de 1937

Promulgada por Getúlio Vargas para substituir a Constituição de 1934, votada na Constituinte, a Carta de 37 passou à história com o nome de **Polaca**. O apelido resultou do interesse de seu autor, Francisco Campos, pela Constituição Polonesa de 1935, traduzida ao português e publicada no Brasil por instâncias suas. Sem discutir a veracidade do fato ou negar a eficácia da denominação em termos de oposição política, a identificação daquela Carta com um estatuto estrangeiro importa enorme simplificação. Reforça a convicção, vigente em certos círculos, de que o País está disponível para incorporar seja o que for, no plano das idéias, desde que sua origem estrangeira as recomende. Na verdade, nossa cultura tem-se revelado extremamente seletiva a ponto de que, desde que nos tornamos independentes, há mais de século e meio, sequer conseguimos consolidar o que temos produzido de novo em relação à herança portuguesa, a exemplo do sistema representativo. No caso específico da Constituição de 37, explica-se inteiramente no contexto doutrinário existente no País nos anos trinta.

Há outro aspecto digno de nota. Na consideração das influências externas, parece imprescindível discriminar bem as diversas correntes, ao invés de agregá-las sem critério. Ubiratan Macedo acha que a Constituição Polonesa de 1935 obedece à mesma inspiração da Carta Portuguesa de 1933.

Desse empenho simplificador, resultou grande vantagem para os comunistas, na medida em que o **fascismo** foi adotado como parâmetro de uma parcela dos totalitarismos entretanto, o mais correto é partir-se do **nacional-socialismo**, cuidando de verificar se, de fato, tem alguma distinção essencial em relação ao **internacional-socialismo**. Parece que não. Assim, ambos se proclamam socialistas e entendem o socialismo como equivalendo à estatização da economia. Ambos aproximam-se das tradições imperialistas de suas respectivas culturas (russa e alemã), divergindo apenas na forma como as justificam. Ambos aplicam os mesmos procedimentos para transformar o povo em massa e quebrar a solidariedade social, como nos ensinou Hannah Arendt em sua magistral lição.

Essa digressão tem muito a ver com o contexto cultural dos anos trinta em nosso País. Assim, a primeira hipótese é a seguinte: as correntes emergentes e em ascensão são todas autoritárias, inexistindo expressão relevante do totalitarismo.

O Partido Comunista – que deixou de ser uma seita insignificante, como ocorria no decênio anterior, graças à adesão dos tenentes – somente fará uma opção clara pelo totalitarismo nos anos cinqüenta. A própria Aliança Nacional Libertadora não pretendia implantar no País regime parecido com o soviético. Sua liderança era constituída de positivistas, alguns egressos da própria Igreja Positivista, como Prestes. Provavelmente não tinha maior clareza doutrinária, satisfazendo-se com o fato de que seus adeptos detestassem o Parlamento e simpatizassem com a ditadura, a exemplo do republicanismo de origem militar.

Os integralistas estavam divididos em três grandes vertentes, a saber: tradicionalistas, capitaneados por Plínio Salgado; socialistas, como Reale, Dom Helder, Jeovah Mota etc., e nacionais socialistas, liderados por Gustavo Barroso. Das três, a única que poderia ser caracterizada como totalitária seria a última, que, entretanto, não era a dominante. O tema do integralismo mereceu um estudo definitivo do prof. Francisco Martins de Souza (**Raízes teóricas do corporativismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1999).

No seio do autoritarismo ascendente, havia três expressões rigorosamente

fundamentais:

I) **A corporativista.** Pela expressão doutrinária de seus representantes, talvez fosse a mais relevante. Unidos na certeza de que a nova forma de organização econômica, política e social superava os defeitos do capitalismo e do liberalismo, divergiam na maneira como a justificavam. Além das vertentes tradicionalista e socialista do integralismo, a corrente corporativista tem dois teóricos destacados: Francisco Campos e Azevedo Amaral.⁽¹⁾

II) **A castilhista.** Pela expressão política é a corrente dominante. Do ponto de vista doutrinário, tem em seu favor a grande tradição fixada no Rio Grande do Sul desde a Constituição de 1891.⁽²⁾ Vargas apresentaria uma contribuição significativa a essa doutrina.

III) **O autoritarismo instrumental,** devido a Oliveira Viana. Essa denominação é devida ao prof. Wanderley Guilherme dos Santos, em face da necessidade de bem fixar as distinções adiante indicadas.

O autoritarismo instrumental não teria vigência no Estado Novo. Presumivelmente corresponde ao fundamento doutrinário da Revolução de 1964, porquanto esta nunca renegou abertamente o sistema representativo nem procurou estruturar algo de definitivo em seu lugar. Na proposta de Oliveira Viana, o Estado faria uma intervenção corretiva, incidindo sobre a sociedade para eliminar seu caráter clânico e patriarcal, tornando-a, de fato, liberal, isto é, promovendo a diversificação dos interesses e estabelecendo-se práticas democráticas. Seu equívoco parece ter residido na suposição de que semelhante desfecho poderia ser alcançado no âmbito de um regime autoritário. Pelo menos é a conclusão a que se chega à luz da experiência dos vinte anos do movimento de 64.

A Carta de 37 corresponde a uma tentativa de conciliar o corporativismo com o castilhismo. O Estado Novo inclinou-se por este último, com as inovações introduzidas por Vargas, o que explica não tenha sido aquela Constituição sequer implementada.

A tese de que a Carta de 37 pretende sintetizar corporativismo e castilhismo é devida a Francisco Martins de Souza na introdução que redigiu para a antologia **O Estado Nacional e outros ensaios**, de Francisco Campos (Brasília, Câmara dos Deputados, 1983). Adiante procurarei resumi-la.

Para Francisco Martins de Souza, ao adotar o corporativismo, Francisco Campos preservou as duas principais componentes da filosofia política luso-brasileira pós-pombalina, isto é, o cientificismo e o tradicionalismo. O cientificismo é o elemento que o aproxima do castilhismo. O tradicionalismo, na versão reformada que lhe deram Sardenha e Salazar, permitiria a Francisco Campos a possibilidade de adotar o corporativismo para “dar às atividades econômicas uma estruturação sólida o bastante em que se pudesse apoiar uma estrutura política centralizada, mas legitimada em suas bases” (antologia cit., ed. cit., p. 24).

A Carta de 37 sustenta-se, portanto, num tripé: corporativismo-castilhismo-tradicionalismo.

Pode-se conceder que o corporativismo seria o núcleo fundamental. Mas o Conselho da Economia Nacional, que é um órgão equiparável aos demais poderes, não é simplesmente a cúpula das corporações que reúnem os diversos segmentos da economia. É igualmente uma instituição destinada a promover a racionalidade das atividades econômicas. O castilhismo de Vargas tudo pretendia reduzir a questões técnicas e, assim, no próprio núcleo corporativista, está presente a tradição gaúcha.

A Carta de 37 preservou o Parlamento, composto da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal, para funcionar durante quatro meses em cada ano, virtualmente sem iniciativa em matéria legislativa. Além de outras restrições, o Executivo podia obstar o andamento de qualquer projeto simplesmente declarando que dele pretende ter a iniciativa. A matéria legislativa também é assunto técnico e estará sobretudo a cargo de órgãos com tal característica. A elaboração orçamentária, por exemplo, é atribuição do Departamento Administrativo, diretamente subordinado ao Presidente da República. O acompanhamento da execução orçamentária está afeto ao Tribunal de Contas, com **status** equivalente ao dos tribunais superiores de Justiça.

Na Constituição castilhistas, a Câmara dos Deputados (Assembléia de Representantes) reúne-se dois meses em cada ano e só se ocupa do orçamento. O Executivo é que faz as leis, publicando-as para ouvir a opinião organizada. O esquema Francisco Campos é inquestionavelmente assemelhado. Mesmo a consulta à opinião foi considerada na forma de múltiplos plebiscitos.

Francisco Martins de Souza lembra que o tradicionalismo luso alimentou a crença na existência de instituições democráticas, em Portugal, anteriores ao absolutismo, e que consistiriam em conselhos municipais. Esta marca encontrou seu lugar no texto de Francisco Campos. Deste modo, na escolha dos membros da Câmara dos Deputados, participam os vereadores municipais e dez cidadãos **eleitos** por sufrágio direto em cada município. Também a Câmara Municipal seria eleita por voto direto. Na teoria tradicionalista, a democracia repousa nos corpos intermediários, denominados **naturais**, como a família ou os conselhos municipais. Aos partidos políticos faltaria essa característica. Por isto é chamada de democracia orgânica.

Sabemos que a Carta de 37 não foi aplicada. Apesar do muito que concedeu aos castilhistas, Francisco Campos não os conquistou integralmente. E eram eles, inquestionavelmente, que detinham a hegemonia do processo.

TEXTO II – ESTATIZAÇÃO DOS SINDICATOS E APROPRIAÇÃO DA BANDEIRA DA QUESTÃO SOCIAL POR VARGAS

– Circunstâncias gerais

Para que se compreenda perfeitamente o significado dos acontecimentos dos anos trinta no tocante ao curso histórico ulterior da corrente socialista no Brasil é imprescindível levar em conta que, como insistiria Evaristo de Moraes Filho, no que se refere à questão social a Revolução de 30 "não encontrou um país morto", como posteriormente procurou-se fazer crer. Ao mesmo tempo, como igualmente tornou-se praxe fantasiar, inexistia entre nós desenvolvimento social que pudesse confirmar a hipótese da existência de movimento operário de maior expressão, forte o suficiente para encurralar o governo e levá-lo a dotar o país de uma legislação social.

Pelos elementos mobilizados no Texto I, é fácil verificar que existia uma consciência já formada, no seio do elemento liberal quanto à importância da questão social. A par disto, eminentes personalidades, oriundas da intelectualidade ou de outro meio social que não os proletários, vinham dando sua adesão ao socialismo democrático.

Que mudou nos anos trinta?

Em primeiro lugar, não ficou claro, de imediato, que a Revolução de 30 nada tinha de liberal, em que pese tenha se originado num movimento denominado Aliança Liberal, que sustentou a candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais. Como se considerou que estas haviam sido fraudadas, aquele movimento transformou-se em pronunciamento armado. O governo então constituído não manifestou nenhum interesse em promover o reordenamento institucional. Ao contrário, o esforço direcionava-se no sentido contrário: prorrogar ao máximo a situação ditatorial. Somente a Revolução Constitucionalista de 32 viria deslindar os campos. O elemento liberal sobreviveria e opunha-se à situação.

A par disto, os próprios socialistas democráticos entenderam que deveriam colaborar com Vargas no que se refere à feição que desejava atribuir aos sindicatos, colocando-os sob a égide do Estado. Imaginavam estar "queimando etapas" no processo sem perceber o caráter conservador da iniciativa. Evaristo de Moraes Filho explica deste modo a circunstância de que Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta tivessem aceito colaborar no novo ordenamento jurídico. Escreve a esse propósito: "Socialistas ambos, democratas, por uma sociedade aberta e pluralista, levaram para a norma jurídica a experiência acumulada ao longo dos anos. Pensavam que havia chegado o momento da vitória final, fazendo do Estado o aval e a garantia das reivindicações dos trabalhadores. De um sindicalismo de oposição, procuraram instituir um sindicalismo de controle, integrando o sindicato no Estado, não vendo neles rivais de soberania, mas antes aliados no encaminhamento da longa e ampla reforma social que se iniciava."

Finalmente, é nos anos trinta que segmentos sociais inteiramente desinteressados da sorte do sistema representativo proclamam-se socialistas. Nos anos vinte, na Europa, com a chegada dos comunistas ao poder na Rússia e o seu esforço no sentido de organizar Partidos Comunistas em toda a parte, começa a estabelecer-se uma nítida distinção entre comunistas e socialistas. Os primeiros eram a favor da luta armada para alcançar a posse do poder. Na Rússia inventaram um novo sistema político. Ainda que o seu caráter totalitário não se achasse suficientemente explicitado, tratava-se de uma ditadura como denunciavam os socialistas europeus. Com o ambiente autoritário emergente no país no período considerado, o

fato de que o socialismo fosse associado a formas ditatoriais de exercício do poder não se tornava muito chocante. O certo é que, comunistas e socialistas autoritários, desde então e durante largo ciclo histórico, passaram a dominar a cena. Os socialistas democráticos desaparecem na década de trinta. Renascem após a queda do Estado Novo mas numa condição minoritária, o que se prolonga no tempo. As raízes de tais circunstâncias encontram-se justamente na época que ora estamos procurando reconstituir.

– O incipiente desenvolvimento industrial

Estima-se que a população brasileira, em 1930,⁽¹⁾ ascendia a 35 milhões de habitantes. A população rural deveria equivaler a mais de 75%, correspondendo a cerca de 27 milhões.

Nessa época o país era, como então se dizia, eminentemente agrícola. O número de fazendas organizadas situava-se abaixo de 1 milhão (o Censo de 1920 registrara a presença de 648 mil). Dedicavam-se à agricultura de exportação (café, cacau, algodão fumo etc.). A produção de café, nos meados da década de vinte, alcançara 20 milhões de sacas. O Brasil era também importante produtor de açúcar.

A receita das exportações provinha destes produtos:

PRODUTOS	1900	1910	1920	1930
	%	%	%	%
Café	57,0	41,0	49,0	62,9
Açúcar	3,5	1,1	6,0	0,9
Cacau	2,2	2,2	3,7	0,3
Fumo	3,9	2,6	2,4	2,5
Algodão	4,3	1,4	4,6	2,9
Borracha	12,4	40,1	3,3	1,2
Couros e pele	0,5	1,8	6,3	5,0
TOTAL	83,8	90,2	75,4	75,7

Fonte: *Serviço de Estatística Económico-Financeira*

Como se vê, à época da Revolução de 30, a borracha, cuja exploração permitira se estendesse à Amazônia a colonização, já não se incluía entre as principais atividades.

As fazendas voltadas para o atendimento ao mercado interno eram incipientemente estruturadas e registravam, em geral, baixa produtividade.

Incluía-se nesse grupo a maioria dos criatórios de bovinos. Por isso, talvez, o Brasil, que dispunha de rebanho bovino de 35 milhões de cabeças segundo o Censo de 1920, nunca conseguiu firmar-se como exportador de carnes, a exemplo da Argentina.

No campo, as principais categorias de trabalhadores eram os colonos de café, os assalariados dos plantios de cana e das usinas de açúcar e os agregados das fazendas dedicadas à pecuária. Salvo os trabalhadores do açúcar, as demais categorias importantes não

eram propriamente assalariados, participando dos resultados dos empreendimentos.

De um modo geral, no campo não havia condições propícias à organização sindical, nem esta existia.

A vida urbana ainda girava em torno das atividades comerciais ou do Estado. Estima-se que a população das cidades ascendia a 8 milhões em 1930. O Rio de Janeiro tinha pouco mais de 1 milhão de habitantes (entre 1920 e 1940, a cidade passou de 1.157 mil para 1.764 mil habitantes). São Paulo experimentava grande crescimento: em 1920 tinha 580 mil habitantes e, em 1940, 1.326 mil. Salvador, Recife, Belém e Porto Alegre, eram os outros centros maiores, cada um com pouco mais de 200 mil habitantes. Considerada a vastidão do país, observa-se que a vida urbana caracterizava-se pela dispersão. Nessas cidades é que tinha lugar o aparecimento de sindicatos de trabalhadores. As categorias mais dinâmicas eram as vinculadas aos transportes urbanos, os marítimos e portuários. O funcionalismo público, embora numeroso, não estava organizado. Os comerciários não formavam quaisquer concentrações.

O desenvolvimento industrial urbano era muito recente e circunscrevia-se às indústrias têxtil, gráfica, de bebidas e alimentícia em geral. Somente os têxteis formavam contingente significativo. O Censo de 1920 encontrara no país 13 mil estabelecimentos têxteis, empregando 356 mil pessoas, concentrados em São Paulo (4 mil estabelecimentos), Distrito Federal e Rio de Janeiro (2 mil), Rio Grande do Sul (1,7 mil) e Minas Gerais (1,3 mil). Dentre estas categorias, somente os gráficos abrigavam ativistas sindicais.

De sorte que na avaliação dos passos empreendidos pelo grupo getulista no poder, em matéria de organização sindical, cabe levar em conta as circunstâncias descritas para não sobrevalorizar a vida sindical brasileira.

A importância atribuída à questão social advinha quase que exclusivamente do empenho da elite intelectual e da atuação dos socialistas democráticos, caracterizada no Texto I. Mesmo os anarco-sindicalistas mais atuantes como José Oiticica, Leuenroth, Astrojildo Pereira, José Martins, Orlando Correia Lopes, Max de Vasconcelos, Ulisses Martins etc., pertenciam à classe média intelectual. Para não mencionar a plêiade de intelectuais que, de posições mais moderadas, interveio em defesa dos assalariados ao longo da República Velha.

– O caráter da nova legislação

Evaristo de Moraes Filho expressa assim o caráter – e o desfecho – da febre legiferante ensejada pela Revolução de 30: “Reformista, colocou-se o movimento num meio-termo, de equilíbrio entre os fatores da produção, pela coordenação e não pela luta de classes. Como justificativa da sufocação das agitações anteriores, chamou o Estado para si muitas das reivindicações do proletariado, fazendo-as suas, dando-lhes remédio, mas acabando de uma vez por todas com a sua espontaneidade. Nascia o paternalismo estatal, que nunca mais deixaria de marcar o movimento social brasileiro após 30, até hoje. Como um pai dádivo, o Governo dá, outorga, mas exige respeito e obediência. Começou aqui a farta geração dos pelegos.”⁽¹⁾

O paternalismo getulista estava alicerçado numa visão organicista e conservadora da sociedade, em que era atribuída ao Estado a função primordial de presidir à construção orgânica daquela, integrando todos, trabalhadores e patrões, no organismo político, sem violências, evitando o risco das “inundações revolucionárias”. Tratava-se, enfim, de uma marcha decidida em direção à civilização sob a coordenação perfeita de todas as iniciativas

pelo Estado.

As palavras de Getúlio não deixam lugar à dúvida: “Explosão da consciência coletiva do país – frisava ele em discurso às classes armadas, de 2 de janeiro de 1931 – a revolução não foi feita para beneficiar uma classe, um grupo ou um partido... Aos verdadeiros partidários do movimento triunfante cumpre o dever de canalizar as correntes profundas da opinião nacional, disciplinando-as, para impedir o perigo das inundações, e procurando, ao mesmo tempo, uniformizar as tendências sociais em aparência díspares, a fim de evitar os atritos que retardam o desenvolvimento perfeito das funções do Estado.”

Num outro discurso, de 4 de maio de 1931, também citado por Evaristo de Moraes Filho, Getúlio afirmava que “daí se induz não devermos apoiar incondicionalmente o imperialismo econômico, que, de longa data, demonstrou as falhas da sua organização, nem fornecer amparo irrestrito ao proletariado, o que acarretaria o predomínio de outra tirania, talvez funesta à marcha da civilização... Para levar a efeito essa revisão, faz-se mister congregiar todas as classes, em colaboração efetiva e inteligente. Ao direito cumpre dar expressão e forma a essa aliança capaz de evitar a derrocada final. Tão alevantado propósito será atingido quando encontrarmos, reunidos numa mesma assembléia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas, todos os representantes das corporações de classe, integrados, assim, no organismo político do Estado”. E frisava ainda o Chefe do Governo Provisório: “Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e de comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradores da administração pública (...)”

Finalmente, em discurso de 3 de outubro de 1931, salientava Getúlio: “(...) a legislação que tem sido elaborada por intermédio desta Secretaria de Estado, com alto espírito de conciliação, sem extremismos de escolas, antes seguindo orientação conservadora, adequada ao nosso meio e às tendências pacíficas do fator humano que nela impera, começa a produzir os primeiros frutos.” Anteriormente, a 4 de maio do mesmo ano, tinha afirmado: “As leis, há pouco decretadas, reconhecendo as organizações sindicais, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado. Explica-se, assim, a conveniência de fazê-las compartilhar da organização política, com personalidade própria, semelhante à dos partidos, que se representam de acordo com o coeficiente das suas forças eleitorais (...).”

Trata-se, portanto, de orientação eminentemente conservadora, recebida por Getúlio do castilhismo. Basta-nos aqui, para lembrar esse influxo sobre a legislação trabalhista getuliana, citar este trecho de Evaristo de Moraes Filho, no ensaio antes referido: “Aí está, bem dentro das diretivas positivistas de seus chefes, Castilhos e Borges, não escondia o Chefe do Governo a sua orientação conservadora, de integração do proletariado à sociedade moderna, mantida em sua estrutura e organização. Em exposição de motivos de um dos decretos daquele ano, referiu-se Lindolfo Collor expressamente ao nome de Augusto Comte. Em conclusão a uma política de equilíbrio entre o Capital e o Trabalho, procurando aos extremismos, inaugurou a revolução o regime bismarckiano de paternalismo, impedindo a luta de classes, contenda as reivindicações dos sindicatos, que passaram a girar, na órbita do Estado, como seus órgãos consultivos e de colaboração. Este o sistema que, com maiores ou menores temperamentos, se encontra em vigor no Brasil há quarenta e cinco anos.”

Evaristo de Moraes reconhece que o grande mérito da Revolução de 30, no campo da legislação sindical e trabalhista, foi a criação do Ministério do Trabalho, fato que aconteceu

a 26 de novembro de 1930. A 4 de fevereiro de 1931 era criado o Departamento Nacional do Trabalho “(...) dentro do qual e diante do qual se iria desenrolar todo o movimento sindical brasileiro (...)”. A 19 de março do mesmo ano, o Decreto nº 19.770, de autoria de Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta, regulava a sindicalização.

O cerne do mencionado Decreto consistia em despolitizar, de um lado, a atividade sindical, proibindo-se, no seio das organizações trabalhistas (...) “toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso,” de outro, colocando toda a vida dos sindicatos sob o rigoroso controle do Estado, através do Ministério do Trabalho. O art. 1º do mencionado Decreto dispunha, efetivamente, o seguinte: “Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o governo da República e por intermédio do Ministério do trabalho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias (...)”. No relacionado com o reconhecimento, os sindicatos ficavam obrigados, pelo art. 2º, a enviar ata dos trabalhos de instalação, bem como a relação dos sócios e a cópia dos estatutos. O conteúdo destes era também regulamentado, sendo que qualquer alteração seria inválida sem a aprovação do Ministério.” (...) Era – conclui Moraes Filho – “o início do controle ministerial, embora bem intencionado, que (...) chegará ao auge com o chamado Estado Novo.”

A estrutura e as prerrogativas dos sindicatos podem ser resumidas como segue.

Eram reconhecidos como órgãos de cúpula da organização sindical, as Confederações Nacionais, de empregadores e empregados. As faculdades permitidas aos sindicatos, no relativo à organização da classe, são do seguinte teor: elaboração de contratos de trabalho, manutenção de cooperativas, agências de colocação, caixas beneficentes, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de caráter assistencial. Lindolfo Collor, na exposição de motivos que acompanhou o Decreto nº 19.770, situava a legislação sindical a meio caminho entre o direito privado e o direito público: “Ela já não cabe dentro dos quadros clássicos (do direito privado), e não é ainda, todavia, parte integrante (do direito público). O direito coletivo, ou ainda o sindical, é o traço de união ou o termo de passagem entre o direito privado e o direito público.” Assim expressava Collor a inspiração positivista dessa concepção: “Guiados por essa doutrina (o comtismo), nós saímos fatalmente do empirismo individualista, desordenado e estéril, que começou a bater em retirada há quase meio século, para ingressarmos no mundo da cooperação social, em que as classes interdependem umas das outras e em que a idéia do progresso está subordinada à noção fundamental de ordem.”

Moraes Filho sintetiza assim os tópicos relativos à liberdade sindical no Decreto nº 19.770: “a).sindicalização facultativa, e não obrigatória; b) trazendo o sindicato para a órbita do Estado, como seu colaborador e órgão consultivo, limitava-lhe e de muito a autonomia sindical; c) a forma de sindicalização adotada era a de unidade sindical, e não da pluralidade.” De outro lado, a proibição contida no art. 12, impedindo que os sindicatos pudessem fazer parte de organizações internacionais, tinha como finalidade reforçar a dependência do sindicato com relação ao Estado, tornando-o representativo, unicamente, dos interesses profissionais, e afastando-o dos partidarismos políticos, ideológicos ou religiosos.

Apesar de que a Constituição Federal de 16 de julho de 1934, no art. 120, assegure a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos, Oliveira Vianna, quando Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, desfazia assim as esperanças de intelectuais ligados à Igreja verem surgir sindicatos católicos: “(...) O direito de associação não sofre com isto nenhum atentado: os católicos, como tais, ficam com a liberdade de fundar as associações que quiserem – e eles estão aí fundando associações de toda ordem, culturais, filantrópicas, econômicas educativas. O que não compreendo bem é que eles queiram fazer o mesmo com o

sindicato. Esta é a forma de associação própria às classes, que são grupos sociais diferentes e distintos das seitas. O critério, pois, da sua formação deve ser profissional e não confessional. O contrário seria confundir o grupo-classe com o grupo-seita. Permitir que se fundem sindicatos de classes contendo unicamente os profissionais deste ou daquele credo religioso não seria esquecer a classe para só ver a confissão religiosa? Neste caso, não teríamos quebrado a unidade dessa formação social específica, que é a classe, fragmentando-a em associações de vários credos?” (cit. por Evaristo de Moraes Filho).

Outra questão, relacionada ao tema considerado – e ao mesmo tempo desfiguradora de representação política – era a **representação profissional**.

A legislação ensejada pela Constituição de 1934 reforçou tendências existentes na legislação anterior, como a proibição de as entidades sindicais fazerem parte de organizações internacionais, sem permissão expressa do Ministério do Trabalho, a obrigatoriedade da sindicalização para o gozo de certos benefícios de legislação do trabalho, a intervenção judicial ou do Ministério do Trabalho nos sindicatos, sem quebra de autonomia etc. Porém, como frisa Moraes Filho: “(...) a grande novidade criada pela Constituição de 34 foi a representação profissional das classes junto ao Congresso político, eleito este diretamente por sufrágio universal. Dispunha sobre a matéria o art. 23, do parágrafo 3º ao 9º. Os deputados das profissões eram eleitos na forma da lei ordinária por sufrágio indireto das associações profissionais, compreendidas para esse efeito, e com os grupos afins respectivos, nestas quatro divisões: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais e funcionários públicos.”

A representação classista junto ao Congresso produziu efeitos negativos como a confusão decorrente de estarem reunidos, na mesma casa parlamentar, com funções e poderes semelhantes, deputados eleitos pelo sufrágio universal e os provenientes da representação classista. Outro efeito negativo foi a subserviência dos deputados representantes classistas ao Executivo, que lhes tinha aberto o ingresso ao Parlamento. Em suma, conclui a respeito Moraes Filho: “(...) foi o Estado cerceando cada vez mais os livres movimentos da associação de classe, manipulando-a a seus serviços, trazendo-a para seus quadros burocráticos, legislativos e judiciários, tutelando-a, controlando-a, tirando-lhe quase que toda parcela de autodeterminação administrativa. Desde então já existia no Departamento Nacional do Trabalho o chamado estatuto-padrão, simples formulário uniforme para preenchimento dos sindicatos nos espaços vazios...” O controle estatal sobre os sindicatos viu-se reforçado pela Constituição de 10 de novembro de 1937, que instaurava o Estado Novo. Influenciada pela *Carta del Lavoro* fascista, de 21 de abril de 1927, a Constituição de 37 estabelecia, no seu artigo 138: “A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas ao poder público.” Em síntese, foram estabelecidos o sindicato único, dependente do Estado, e o imposto sindical.

– **Consolida-se o controle dos sindicatos sob o Estado Novo**

A legislação ensejada pelo Estado Novo norteou-se exclusivamente pelo controle total dos sindicatos pela máquina burocrática do Estado. O Decreto-Lei nº 2.377 de 1940 regulava o pagamento e a arrecadação das contribuições sindicais devida “(...) por todos

aqueles que participarem da atividade econômica, em favor da associação profissional legalmente reconhecida como sindicato representativo da respectiva categoria.” De outro lado, o Ministro do Trabalho pressionava a favor da sindicalização ao determinar, pela Portaria nº 790 de 1942, que “(...) nenhuma repartição subordinada sua tomasse conhecimento das consultas formuladas por qualquer pessoa, a não ser as que fossem apresentadas pelas respectivas entidades sindicais.”

Em relação com a tendência getuliana à sindicalização em massa, Moraes Filho enxerga nas palavras do Chefe do Estado Novo “(...) o ensaio de um plano político de eleições indiretas, através dos sindicatos.” Eis um trecho significativo do discurso proferido por Getúlio a 1º de maio de 1943: “(...) quero lembrar a necessidade de aumentarmos a inscrição nos sindicatos profissionais. Não se cogita de alterar-lhes a organização, a estrutura ou a finalidade, mas apenas de fazer com que o número de sindicalizados se eleve até abranger todos os trabalhadores, de forma que estes, representando a totalidade das profissões, possam influir mais diretamente nas resoluções de caráter econômico, social e político. Não há, aí, apenas um dever patriótico a cumprir. Reclamam-no os interesses gerais e o interesse particular do próprio trabalhador, que, falando por si mesmo junto às instâncias da administração, mais se integra na organização do Estado e se liberta por completo das explorações parasitárias de politiqueros e demagogos, sempre prontos a prometer o que não podem dar em troca de tudo aquilo a que não têm direito.” Eis a caracterização cartorial que das associações profissionais fazia a Comissão do Ministério do Trabalho encarregada de elaborar o Projeto nº 1.402, em 1939: “Com a instituição deste registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão.”

A Consolidação das Leis do Trabalho, que entrou em vigor a 10 de novembro de 1943, como frisa Moraes Filho, “(...) nada mais fez do que ordenar num só texto o que já se continha nos diplomas sindicais anteriores, mormente a legislação de 1939 (Decreto-Lei nº 1.402) de 1940 e 1942, sobre imposto e enquadramento sindical. O rigoroso controle ministerial continua o mesmo, sem relaxamentos.”

Vários controles foram estabelecidos, no plano do funcionamento dos sindicatos, para reforçar a dependência deles com relação ao Estado: o modelo do estatuto-padrão (que foi reelaborado pelo Departamento Nacional do Trabalho, de forma tal que tudo aparecesse previsto e regulamentado, não deixando ao sindicato nenhuma possibilidade de evasão); o livro de registro, autenticado pelo funcionário competente do Ministério (no qual devem aparecer os nomes e endereços dos associados); a exigência de atestado negativo de ideologia (conferido pela Ordem Política e Social, para os candidatos a cargos eletivos sindicais), etc.

Segadas Vianna, quando Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, confessava em 1943: “Entidades delegadas do poder público, com poderes e atribuições que lhes são conferidos com o reconhecimento, os sindicatos estão, portanto, sob um regime especial de tutela que se manifesta com o reconhecimento ou integração na estrutura sindical, com a aprovação dos estatutos que podem ser alterados ex-officio pelo poder público, com a discriminação dos poderes de diretoria, com a aprovação de eleições, das propostas orçamentárias, dos relatórios etc.”

TEXTO III – EMERGÊNCIA DO SOCIALISMO AUTORITÁRIO

– O Partido Socialista Brasileiro de 1932

No ambiente formado nos anos trinta, era necessário dispor de uma base doutrinária sólida como de vínculos efetivos com o exterior a fim de conseguir orientar-se numa situação desconfortável e de franca perplexidade. Tal não parece ser o caso dos socialistas democráticos no Brasil daquela década.

Algumas de suas lideranças mais representativas, como vimos, aceitaram a estatização dos sindicatos.

A par disto, a situação na Europa era muito complexa, desde que os socialistas democráticos encontravam-se sob ataque de diferentes forças sem qualquer compromisso com o sistema democrático representativo que se apresentavam como sendo os autênticos representantes das aspirações socialistas. A Segunda Internacional Socialista, que consolidara aliança com os liberais para assegurar a sobrevivência da democracia, encontrava-se em vias de grande isolamento. Estava perdendo a sua principal base, a Alemanha, com a derrocada da República de Weimar.

Assim se apresentavam, na Europa, as principais forças que faziam a sua aparição ofuscando a natureza democrática do socialismo:

I) Mussolini que ajudara a criar o Partido Fascista e encontrava-se no poder na Itália, dirigindo governo francamente autoritário, provinha do Partido Socialista onde desfrutara de liderança expressiva;

II) Na Alemanha, o agrupamento liderado por Hitler – e que chegou ao poder no mesmo período – denominava-se **Partido Nacional Socialista**; e

III) Na Rússia, por sua vez, os comunistas alardeavam estar construindo a primeira etapa do seu sistema que corresponderia ao socialismo, com uma forma extremada de regime ditatorial que depois foi chamado de **totalitarismo**, para distinguí-lo do autoritarismo que era a forma de ditadura conhecida no Ocidente.

Acresce a tudo isto o fato de que o mote do dia consistia em afirmar que o sistema liberal de **laissez-faire** fracassara diante da questão social. Poucos tomaram conhecimento das idéias de Keynes, mesmo porque as suas diretrizes somente tornaram-se mais conhecidas com a ascensão de Roosevelt ao poder, nos Estados Unidos, em 1933, e o lançamento do **New Deal**.

Assim, o quadro tanto nacional como internacional não era favorável seja ao liberalismo seja ao socialismo democrático, levando em conta que as duas correntes estiveram aliadas para proceder à democratização do sistema representativo.

Em tais circunstâncias não é de estranhar que haja surgido no país uma agremiação socialista francamente autoritária, em 1932, denominando-se Partido Socialista Brasileiro. Ainda que não haja conseguido impor-se às demais correntes – que continuaram atuando como indicaremos – cumpre registrar sua emergência porquanto se trata de manifestação concreta da pretensa adequação do socialismo ao autoritarismo dominante. Embora o texto integral do seu documento constitutivo encontre-se transcrito adiante, vamos brevemente chamar a atenção para alguns de seus aspectos.

A origem da crise porque passa o mundo é debitada "à iníqua distribuição das

riquezas, da nefasta absorção dos meios de produção e dos transportes, da exploração miserável a que, meia dúzia de potentados submete uma grande maioria e deserdados da fortuna". Todo o mal provém portanto do capitalismo. E ainda que a agremiação reúna "correntes de pensamento, na aparência tão díspares e antagônicas" reconhecem que o socialismo seria o antídoto àquele malfadado sistema. Para levá-lo à prática, levando em conta as particulares condições do país (por isto o partido não é apenas socialista mas também brasileiro), propõem "a sindicalização, em pé de igualdade, da massa patronal e de todas as profissões liberais existentes no país" a fim de estruturar a "representação das classes no Parlamento". Sentenciam peremptoriamente: "Dessa conquista, decorrerão naturalmente as cooperativas de crédito, de produção e de consumo, isto é, a organização e a garantia do trabalho, a vitalidade de todas as forças econômicas. Todo o resto virá depois: o ressurgimento financeiro, a riqueza melhor distribuída, toda uma vasta construção de assistência social, o saneamento, a educação."

Segue-se a transcrição do manifesto aprovado no Congresso Revolucionário de 1932, inserido na obra de Evaristo de Moraes Filho que vimos tomando por base.

Todas as organizações revolucionárias em que se congregaram os elementos que animaram e realizaram a insurreição de 1930, reuniram-se nesta capital, como é do domínio público e, animados de propósitos altamente patrióticos, imbuídos de um esplêndido sentimento de harmonia e de concórdia, realizaram um congresso memorável pelo seu brilho e resultados positivos alcançados.

E se assim procederem, foi por se haverem capacitado da urgente conveniência de se organizarem mais eficientemente já para enfrentar a onda reacionária que se avoluma e que pretende restabelecer um passado nefasto, pelo Brasil inteiro repudiado e condenado; já para estabelecer as bases de um programa de reconstrução nacional capaz de unificar não somente os responsáveis pelo advento revolucionário, mas também todos os brasileiros de boa vontade que se queiram unir e trabalhar, sem prevenções mesquinhas, pela grandeza do Brasil.

Nunca talvez, em nossa Pátria, correntes de pensamento, na aparência tão díspares e antagônicas, se hajam reunido para, num ambiente de tanto idealismo e tamanha tolerância, discutir e debater problemas brasileiros procurando apontar-lhes soluções que fossem o reflexo perfeito da realidade brasileira, isto é, das necessidades brasileiras.

Ao contrário do que muitos esperavam, foi completo o triunfo.

Após dez dias de atividades incessantes, em que todos os delegados presentes demonstraram propósito fundamental de cooperação e de harmonia conseguiu o Congresso aprovar o conjunto das teses que lhe foram apresentadas elaborando um programa que traduz a média de aspirações das correntes renovadoras no mesmo representadas.

Como conseqüência lógica desse trabalho urgente surgiu o Partido Socialista Brasileiro. Socialista – mais por suas tendências predominantes do que mesmo pelo conteúdo de seu programa; Brasileiro – por desejarmos deixar bem claro que, obedecendo embora as tendências socialistas, todos os nossos problemas aí foram estudados e resolvidos segundo uma inspiração brasileira, dentro de uma realidade brasileira, observadas as necessidades brasileiras, as tradições brasileiras, as qualidades e defeitos do povo brasileiro. Brasileiro ainda, porque desejamos frisar o seu caráter nacional, visando obter a coesão política do Brasil, até hoje fragmentado em pequenos blocos regionais em que os partidos existentes, longe de serem fatores de felicidade para o povo, transformaram-se antes em instrumentos de desagregação, pois que fazem a luta de Estados contra Estados, de regiões contra regiões, de interesses de uns contra interesses de outros.

Julgamos ter feito, assim, obra de sã patriotismo, e estamos satisfeitos. Sabemos de nossas responsabilidades perante a convulsão que agitou o país de 22 a 30 dando em resultado a vitória da Nação contra seus opressores.

Temos bem claro a noção dessa responsabilidade e nos achamos no direito, ou melhor, no dever, de intervir na vida nacional pacificamente pelas idéias uma vez que interferimos ontem, violentamente pelas armas. Não fomos, na luta que se travou, adesistas da undécima hora: fomos antes, em nossa grande maioria seus precursores e servidores dedicados.

Acreditamos, pois, que nos assiste, mais do que a ninguém, o dever de falar no país, dizendo o que pensamos, o que queremos, qual a diretriz que norteará nosso caminho.

Somos leais. Externamos o nosso pensamento, condensando-o num corpo claro de doutrina perfeitamente militar e assimilada. De forma diferente procedem muitos outros que nos atacam e nos combatem, mas que, por incapazes ou insinceros, não disseram jamais o que pretendem, nem tiveram jamais uma linha inflexível de conduta.

No extenso programa que apresentamos a consideração de nossos compatriotas haverá erros e imperfeições. É natural que isso aconteça, pelo complexo dos problemas que nele se apresentam. Mas receberemos sugestões. Outros Congressos discutirão novas teses e reverão as que já foram discutidas e aprovadas. Assim havemos de chegar a um estado satisfatório de equilíbrio. O programa de um partido não pode ser um frio e inalterável corpo de princípios de testes e regras imutáveis. Deve ter vida. E, acima de tudo, um esboço das principais aspirações daqueles que no mesmo se congregam, como tal, tem de ser flexível, de sorte a refletir os anseios transitórios e as necessidades permanentes da coletividade que constitui e vitaliza esse partido. Assim pensando, não temos a estulta pretensão de haver firmado a solução definitiva de todos os programas brasileiros. Limitando-nos a negar o passado – nefasto, postiço e vicioso preconizando alguma coisa de novo e realmente nosso, que fique em seu lugar. Pensamos que já é tempo de afirmar a nossa personalidade, pondo à parte o feio hábito de copiar o que é próprio de outros povos.

Como princípio orientador de seus trabalhos, adotou o Congresso uma linha geral tendente ao socialismo, subordinando-a porém, à realidade brasileira. Isso quer dizer que procuramos resolver todos os problemas que nos foram apresentados enquadrando-os dentro do imperativo do momento. O mundo inteiro passa hoje por uma crise sem precedentes em sua história. E, muito embora, grandes capacidades mentais atribuam sua origem ao tremendo desequilíbrio provocado pela Grande Guerra a verdade é que a sua persistência está indicando que motivos doutra ordem ou coisa diferentes contribuem para a mesma. A nosso ver, quase todo esse mal provém da desorganização do trabalho, resultando do formidável aperfeiçoamento da mecânica – donde surgiram máquinas perfeitas; e, paralelamente, o empobrecimento dos povos, a redução da capacidade aquisitiva das nações.

Um trabalho qualquer, industrial ou agrícola, que antes demandava dez homens para realizá-lo, exige hoje apenas um. Daí resultam nove sem trabalho. Quer dizer que, para uma doutrina da produção, correspondeu uma diminuição de consumo, visto como, sem trabalho e, portanto, sem dinheiro o homem não pode adquirir mesmo aquilo que lhe é indispensável. O capitalista, por sua vez, para aumentar seu lucro ameaçado diminui os salários, aviltando ainda mais o poder aquisitivo de seus próprios operários.

Asfíxiado nesse ciclo vicioso, o mundo debate-se agoniadamente, sem querer confessar a falência de sistemas condenados a enveredar corajosamente pelo caminho certo.

Em sua superstição pelas velhas fórmulas e velhos preconceitos não quer o mundo declarar lisamente que todo o seu mal provém de iníqua e irracional distribuição das riquezas da nefasta absorção dos meios de produção e de transportes, da exploração miserável a que, meia dúzia de potentados submete uma grande maioria de deserdados da fortuna.

E isso que temos a coragem de afirmar. A crise do mundo sendo principalmente econômica, a solução da mesma, deve ser, por conseqüência reabilitar as suas forças econômicas. E, quando falamos na crise que assoberba o mundo, estamos falando, implicitamente, na crise do Brasil. Foi por pensar dessa maneira, que sujeitamos nosso programa a uma orientação socialista-brasileira. Aos que, por má fé ou ignorância nos acusam de ser ora fascistas, ora comunistas, respondemos que não somos nem uma coisa nem outra. Procuramos dentro das justas reivindicações de nossa época, atender à solução do caso brasileiro, preocupados seriamente em não copiar figurinos estrangeiros.

Não somos extremistas. Procuramos adotar do socialismo aquilo que responder às necessidades do país. Pretendemos, assim, preparar o Brasil para a transformação social que fatalmente nos atingirá evitando que a mesma se faça aqui ex-abrupto, desorganizando a vida nacional e causando aos países prejuízos materiais e morais incalculáveis. Dessa forma, julgamos prudente e justa a nossa diretriz.

Pugnando pela sindicalização de todas as profissões de sorte que por meio dos sindicatos, todas as forças vivas da nação se façam representar no Parlamento, não temos outro objetivo senão incorporar no governo do país, os elementos que, de fato, concorrem para seu progresso, grandeza e bem-estar. Também isso tem parecido a observadores superficiais ou a exploradores da opinião pública uma tendência acentuada para o bolchevismo.

Aos que nos lêem portanto, fazemos ressaltar, que nos batemos – não pela sindicalização da massa proletária apenas – mas pela sindicalização, em pé de igualdade, da massa patronal e de todas as profissões liberais existentes no país. Essa medida visa, além de tudo mais, atenuar senão dirimir, a luta indissolúvel das classes, estabelecendo o regime construtivo de cooperação e harmonia sociais. Só assim acreditamos alcançar esse elevado objetivo, bem como esperamos destruir a doentia mentalidade politqueira, o perigoso prurido regionalista, a dolorosa estagnação que, durante quarenta e tantos anos explorou, dividiu e empobreceu a nossa terra. Sindicalização e representação profissional das classes no Parlamento – são portanto, as duas teses fundamentais que apresentamos como bandeira e como base ao seguro encaminhamento dos demais problemas que tanto nos atingem. Dessa conquista, decorrerão naturalmente as cooperativas de crédito de produção e de consumo, isto é, a organização e a garantia do trabalho, a vitalidade de todas as forças econômicas. Todo o resto virá depois; o ressurgimento financeiro, a riqueza melhor distribuída, toda uma vasta construção de assistência social, o saneamento, a educação. Isso porque, a nosso ver, somente os países economicamente emancipados e financeiramente prósperos, podem cuidar com eficácia de seus problemas de higiene e de educação, duas necessidades nacionais que escrevemos entre as mais relevantes e prementes.

Não nos sendo possível, neste ligeiro manifesto, fazer uma análise detida de todas as teses do programa, limitando-nos a traçar as linhas gerais que definem a orientação. Assim, mais sinteticamente, tudo podemos resumir nos seguintes postulados:

- 1) Socialismo – Adaptado às condições do meio, das necessidades e tendências nacionais.
- 2) A União fortalecida e seus interesses sobrepostos aos interesses do indivíduo.

3) O interesse da coletividade sobreposto aos interesses do indivíduo.

4) O interesse do Brasil sobreposto aos do internacionalismo.

5) Todo poder emanado e dependendo da vontade dos cidadãos encarado sem distinção de qualquer espécie, como células políticas e como elementos componentes de todas as classes profissionais que a integram.

O programa aí está. Fazemos ardente apelo para que, todos aqueles que pensam como nós cerrem fileiras em torno das idéias nele defendidas.

S6 assim podemos fazer um Brasil mais forte e próximo, um Brasil efetivamente uno e indivisível. Precisamos de união. Precisamos ter fé. Nós, revolucionários, que incorporamos o Partido Socialista Brasileiro, esquecidas pequenas dissensões que nada poderiam construir, estamos todos unidos e animados de um só pensamento: ser úteis ao país. E com esse propósito, e com esse pensamento, havemos de lutar até o fim – pelo Partido Socialista Brasileiro.

Evaristo de Moraes Filho indica que a documentação do evento em apreço foi publicada pelo **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro (edição de 24.11.1932).

– Partidos socialistas estaduais e presença na Assembléia Constituinte

O Partido Socialista Brasileiro, criado em 1932, não conseguiu aglutinar todos os elementos que vinham participando do movimento político desencadeado a partir da Revolução de 30. É interessante registrar as reações que viria a provocar, identificadas por Evaristo de Moraes Filho, notadamente porque comprovam como o empenho maior consistia em adequar-se à nova conjuntura autoritária do país. Assim, por exemplo, no Maranhão, critica-se acerbamente a iniciativa mas, supostamente, de um ponto de vista comunista porquanto a epígrafe adotada é diretamente de Stalin. Essa agremiação denominou-se Partido Socialista Radical.

O descontentamento indicado tornar-se-ia mais visível em 1933, em razão da campanha para as eleições à Constituinte, convocadas para o mês de novembro. Relata Evaristo de Moraes Filho na obra indicada: "Em São Paulo, há o Partido Socialista de Guaraci Silveira e João Cabanas, e o Partido 25 de janeiro, que se diz "republicano socialista", mas surpreendentemente "exige a socialização dos meios de produção e do comércio, por ser de justiça e de equidade". No Distrito Federal registra-se também um Partido Socialista local com finalidade de moralização da vida pública e, especialmente, da administração municipal."

A Constituinte era integrada por 300 parlamentares, dos quais cinquenta da chamada "representação profissional", pessoas indicadas pelos sindicatos patronais e de trabalhadores, dentre os quais os interventores estaduais escolheriam os que teriam assento na Assembléia.

Segundo Evaristo de Moraes Filho, na composição da Assembléia Constituinte havia deputados eleitos pelos partidos que se consideravam socialistas, do mesmo modo que entre os chamados classistas". Conseguiu deles obter as informações adiante: "Quando da instalação da Assembléia Constituinte a 15 de novembro de 1933, verifica-se que 14 são os deputados eleitos por agremiações que se dizem de esquerda, apoiada pelos interventores locais, o que representa mais de 6,5% do total dos eleitos. Os restantes 40 eram classistas, fora do sufrágio popular. Vão assim discriminados: Leopoldo Tavares Cunha Melo, Alfredo da

Mata e Álvaro Botelho Maia (Partido Socialista do Amazonas), Luiz Tireli (Partido Trabalhista, do Amazonas), Agenor Monte, Francisco Freire de Andrade e Francisco Pires Gayosa (Partido Nacional Socialista, do Piauí); Antonio Xavier de Oliveira (Legião Cearense do Trabalho, do Ceará); Alípio Costelat e César Tinoco (Partido Socialista Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro); Zoroastro Gouveia, Lacerda Werneck e Guaraci Silveira (Partido Socialista Brasileiro, de São Paulo); Alfredo Pacheco (Partido Socialista de Mato Grosso). Homens que, à época e mais tarde, vieram a se revelar convictos e fortes socialistas, como Domingos Velasco (Goiás) e Osório Borba (Pernambuco) não foram eleitos por partidos socialistas, inexistentes nos seus estados. Deste último diziam os dois autores de um almanaque sobre a Assembléia de 1934. Nessa casa legislativa, como um dos colaboradores da nossa Carta Magna, tem ventilado especialmente os problemas sociais, as reivindicações trabalhistas e a questão da laicidade das instituições republicanas, batendo-se contra as medidas religiosas, como também contra o fascismo.”

– Confusão com o nacional socialismo

Na enumeração efetivada por Evaristo de Moraes Filho vê-se que havia, no Piauí, Partido Nacional Socialista. Essa escolha não parece ter sido episódica. A identificação do socialismo autoritário brasileiro com o nazismo acha-se rigorosamente estabelecida no Congresso Revolucionário de abril de 1934, pouco antes da promulgação da Carta de 34, que teve lugar a 16 de julho. Em abril, contudo, o sentido geral da Carta achava-se estabelecido. Ainda que a nova Constituição haja feito toda sorte de concessões aos ativistas cujas idéias temos comentado – tintura socialista, criação da Justiça do Trabalho e incorporação de toda as conquistas da legislação social, disposições de caráter nacionalista para obstar a presença de estrangeiros nas principais atividades econômicas do país, preservação da representação profissional no Parlamento, etc. –, os revolucionários de 30 que inventaram o socialismo autoritário manifestam o maior despreço pela Assembléia. Também os que têm assento no Catete teriam traído os ideais de 30. E assim por diante.

O Congresso de 1934, ao definir em que consistiria o “outubrismo”, estabelece o seguinte confronto: “como foi o fascismo manifestação tipicamente italiana, como o comunismo o foi caracteristicamente russa, como o nazismo genuinamente alemã, quer ser o outubrismo uma nítida renovação brasileira”. O movimento reconhece e proclama a existência de “traço comum entre o outubrismo e o nazismo”, a saber: “libertar-se uma pátria econômica e moralmente escravizada” e a “inclusão do conceito socialista dentro do espírito do nacionalismo superior, não como simples soma mas como um todo orgânico inseparável.” Poder-se-ia conceder que, achando-se os nazistas no poder a relativamente pouco tempo, ainda não teriam demonstrado a sua verdadeira face. Mas se esses movimentos tivessem mesmo algo a ver com o socialismo achavam-se no dever de conhecer a atitude crítica que os Partidos Socialistas europeus desenvolviam contra o comunismo, o fascismo e o nazismo.

Segue-se o inteiro teor do documento.

O Clube 3 de Outubro, organização revolucionária que formou corpo de doutrina e coerente com ele se mantém na atualidade, alheio ao comodismo impatriótico e ao personalismo dissolvente, entende ter chegado o momento de falar à nação brasileira. Vai romper o silêncio a que se condenou durante os torneios da Assembléia Constituinte para que não lhe imputassem intuídos de perturbador.

Na elevação dos seus interesses, quer ser agora julgado pelo povo que pensa e quer que o povo julgue também do patriotismo acomodaticio de quantos se arvoraram em seus

representantes, mercê do confucionismo inevitável nos vórtices de um maremoto político-social.

Entretanto, fizeram-se as eleições dentro da opinião nacional desorientada por comoções violentas, quando um prazo razoável, mas fixo, seria condição “sine qua non” de qualquer campanha eleitoral honesta. A representação profissional improvisou-se à boca das urnas para que nela se infiltrasse a política, antes que a organização sindical pudesse ponderar candidatos bastantes de representação eficiente e legítima. E fossem embora livre as urnas em boa parte do país, é mister muita hipocrisia para pretender-se que delas pudesse resultar um conjunto expressivo das aspirações e dos interesses da nacionalidade.

Que se confrontem as nossas palavras proféticas de há um ano com os frutos de tão acidentada elaboração profissional... Patentes estão eles e não fomos nós os primeiros a escarpelar-lhes a polpa verminada.

Incapacidade da Assembléa Constituinte – Bem cedo caracterizou-se a incapacidade gestatória da Assembléa. A balbúrdia, abrindo caminho a intromissões estranhas, a desordem nas discussões pelo abandono da base natural do anteprojeto e pela infiltração do vírus politiquero, levaram-na bem cedo à verdadeira abdicação.

O Clube evitou cuidadosamente qualquer manifestação que se pudesse eivar de intromissão indébita; calou-se em face das mais desbragadas manifestações de politicagem. Os deputados que com ele mantém afinidades ideológicas, agindo em plena liberdade ou ligados aos partidos, por que se fizeram eleger, mantiveram dentro da Assembléa a mais discreta atitude, limitando-se ao exame crítico e à defesa doutrinária.

Entretanto, apesar do esforço de um pugilo de homens de fé, que num trabalho de Sísifo querem salvar alguma coisa dos escombros, a Constituinte, moralmente, dia a dia se anula, entre os elementos pressagos do patriotismo alarmado e a chacota irreverente do garoto anônimo, que condecora os heróis da defesa do subsídio.

Larvas de uma Revolução fracassada – E neste ponto não pode mais o Clube reter o seu protesto enérgico contra as larvas que pensam poder impunemente pastar no cadáver insepulto de uma revolução fracassada. Mas é preciso que se não confunda o fracasso de alguns revolucionários os pseudo-revolucionários com o fracasso da revolução brasileira. Esta vive pela força imanente da idéia renovadora, vive entre nós e vive mesmo, inconsciente embora, na alma de muitos que se dizem ou se imaginam anti-outubristas.

A representação profissional – Contra a representação profissional se têm assanhado todo o ardor do profissionalismo político e toda a massa de preconceitos que formam o fundo da estafada e corrompida democracia liberal. Contra ela ainda se não produziu argumento que não seja falho ou sofisticado; os que impressionam e valem não só os que se atiram contra a representação profissional em tese e sim os que ferem tais ou quais modalidades de representação. A fórmula expressa da penúltima edição do substantivo não passava de meto engodo sem significação prática. A última, aceitável, tudo nos leva a crer que não a respeitará o plenário.

Tem-se alegado contra a representação profissional o ser mais um obstáculo à formação dos partidos. Curioso é que se tenha arraigado nó cérebro de muita gente com força

férrea de dogma que o grande mal e causa de todos os males é a ausência de verdadeiros partidos.

Não é verdade. O mal não está na ausência de partidos e sim na ausência de organização nacional. A nação organizada, como todo organismo superior em que a mínima partícula tem satisfeitas as condições de subsistência normal e normalmente concorre para o exercício da personalidade coletiva, não carece da infecção tumultuária e dissolvente das competições partidárias. Carece, isto sim, de representação verdadeira, em que a mínima célula, como no organismo, possa fazer ouvir os seus reclamos.

Desde que, para o exercício dos direitos políticos, deve estar o cidadão filiado a uma associação profissional, como deve estar em dia com o serviço militar, a existência de uma câmara corporativa é problema simples e meio idôneo de uma representação real e não fictícia ou fraudulenta.

Sem conselhos técnicos, órgãos estáveis e de competência especializada, capazes de traduzir as aspirações teóricas em termos de exequibilidade prática, jamais será possível organização que nos liberte do empirismo aventureiro dos estadistas-terremoto, gerados da cabala e dos conchavos e geradores de catástrofes a serem pagas por gerações e gerações.

Como freio político moderador, instrumento de ajuste e de equilíbrio, um conselho federal de representantes dos Estados substituiria o antigo Senado com vantagem.

Câmara Profissional, Conselho Federal, com o subsídio dos conselhos técnicos, seriam fundamentos de organização racional e simplificada. Entretanto, preferiu o substitutivo complicar sem melhorar: é a câmara política, ainda com o anexo profissional; é o senado, também político, e é ademais disso, como super-fetição política um conselho nacional que não pode ser técnico porque não lhe permite a organização, mas que se destina seguramente a ser viveiro seletivo do parasitismo político e meio sólido de empurrar ainda mais a já tão emperrada máquina da burocracia brasileira.

A arca que o dilúvio de outubro levou a encalhar no Catete – O clube sabia e sabia bem que não é lícito esperar-se a existência do espírito revolucionário em mentalidades enquistadas no intestino político da velha República; tinha, porém, e mantém o direito de conclamar a resistência contra a reimplantação de um regime falido por certa fauna que soube empoleirar-se na arca que o dilúvio de outubro levou a encalhar no Catete. Fauna que é a alma das resistências suspeitas a quanto interessa à consolidação da verdadeira soberania nacional e que de tudo lança mão contra as legítimas reivindicações do trabalho brasileiro.

Muito se tem discutido se as culpas da desagregação em que nos debatemos são do regime ou dos homens. As da velha República, um pouco de bom senso as vai dar a ambos:

– ao regime, que facilitou em tudo e por tudo a seleção da incompetência e aos homens exploradores das facilidades do regime.

As da República nova só podem ser dos homens, porque regime nenhum tivemos e ainda menos ditaduras, limitando-se o governo a oscilar ao léu das circunstâncias, tentando, com pertinácia louvável, o difícil problema do equilíbrio em corda bamba.

Mas, já que se trata de criar regime novo, fazê-lo restabelecendo o velho é mais que inépcia: é crime. Crime contra a inconsciência porque sob a calma e a podre dos conchavos a que se apegam políticos como a bóias de salvação, alastra-se implacável a fermentação subterrânea ao povo desiludido e bem capaz em desespero de causa das piores

loucuras extremistas.

E entretanto, para reabilitar-se a farândola de sombras do passado, todos os recursos da hipocrisia os tentam. Como fraca é a memória do povo, os erros próximos se agitem como cortina para os crimes antigos. A incapacidade da Revolução em punir, a desmoralização da sua justiça de Tartufo, cheia de restrições mentais que indiciariam, quando muito, cumplicidades entre novos e velhos, hoje serve de argumento para inocentarem-se os mais impudentes criminosos de outrora.

E ainda se reclama de um complexo de revolucionários novos e de carcomidos velhos, como se possível a resposta em comum, a definição do espírito revolucionário e a designação de onde se aninham os ideais da revolução.

Entretanto para nós que não vivemos de Revolução, que incluímos nos estatutos que nos regem a proibição do recurso a favores dos poderes públicos, que não solicitamos nem sequer a franquia postal e telegráfica quando em momento grave prestávamos ao governo constituído serviços maiores do que se imaginam e que nunca quisemos lembrar, para nós a resposta é fácil.

O que é ter espírito revolucionário – Ter espírito revolucionário não é só ter pegado em armas pelo triunfo de uma idéia: é ter o espírito de renovação, é ter a energia moral bastante a romper com as cadeias da política, com a mentalidade gregária, com o comodismo dos ajustamentos a todo transe; é ser capaz de todos os sacrifícios e de nenhuma transigência em se tratando do bem público; é querer preparar energeticamente um futuro melhor de olhos abertos para a realidade e sem respeito algum pelo bolor dos preconceitos.

Mas... não é ter espírito revolucionário ser basbaque de progressos de fachada, simples sobra de operações ruinosas, feitas com sacrifício da potencialidade econômica do país, com a ruína da geração presente e das futuras. Não é ter espírito revolucionário censurarem-se as mistificações financeiras dos governos velhos e ao depois fantasiarem-se saldos conversíveis em **déficits**. Não é ter espírito revolucionário desmoralizar a Revolução, proclamando no poder que ela se não pode sustentar sem os vícios do passado, sem o abuso do filhotismo, sem o suborno aos cabos eleitorais de todos os tempos, sem a distribuição de propinas e de empregos de favor.

E o pudor dos revolucionários legítimos em verberar tão espantosos desvios de princípios tanta vez pregados é que tem sobretudo facilitado a ação do reacionarismo impenitente que a tudo e a todos confunde no ataque tenaz e hipócrita que move aos erros e deslizes que mancham, em muitos setores, a obra da Revolução de Outubro.

A morfina da Censura e o óleo canforado da Estado de Sítio – É preciso que se afirme uma verdade que nem todos querem ver: toda revolução que não repele decisivamente os processos do passado ou morre ou se prolonga em agonia inglória à custa da morfina da censura e do óleo canforado do estado de sítio preventivo e permanente.

E o clube que em sua fase orgânica elegeu para juizes permanentes os nomes impolutos de José Américo, Juarez Távora e Ary Parreiras, que se manteve á distância de todos os desvios censurados, sempre que o quiser poderá falar bem alto porque lhe não pesam na consciência cumplicidades inconfessáveis.

A ideologia revolucionária – Quanto à ideologia revolucionária não atinge ao Clube a increpação corrente. Foi a primeira agremiação que em pleno turbilhão revolucionário procurou concretizar as aspirações patrióticas que o animavam no sentido da reconstrução nacional.

O "Esboço de um programa", elaborado logo após a sua fundação e que se não chegou a discutir por motivos de força maior decorrentes da agitação reinante, nem por isso deixa de ser notável marco na evolução ideológica do Clube e merece amplamente conhecimento pela riqueza de sugestões que contém. A "convenção outubrista" encerrada aos 9 de julho de 32, representou novo esforço profícuo no sentido da unificação psíquica do outubrismo. O Congresso revolucionário do mesmo ano, tão precário por heterogêneo não deixou contudo de revelar o franco progresso dos ideais do Clube. Imediatamente após deu-se no clube a grande crise interna, o grave colapso que resultou o seu ressurgimento com o manifesto de 21 de abril, expurgado, homogeneizado e com programa definitivo. É esta a "síntese outubrista", visão de conjunto de todas as necessidades construtivas da Nação, como as encara o Clube.

Podem, pois, ser indefiníveis os ideais da complicada "família revolucionária", onde há um filho espúrio e tantos primos adventícios. Claros tidos, insofismáveis são-no, porém, os ideais do Clube.

O que é outubrismo – Verdade é que quantos não compreendem nada que se não enquadre de todo num esquema estrangeiro, esquecidos de que o programa é a verdadeira definição do título, reclamam de quando em quando que se defina, em face das correntes internacionais, aquilo que chamamos de outubrismo, como fruto que amadureceu na revolução de outubro.

Não temos a superstição da superioridade do alheio, nem a credence em frases feitas. Como todo movimento de sinceridade, o Outubrismo busca raízes nas aspirações profundas do povo brasileiro. Terá de comum com os movimentos de outros povos os pontos com que se assemelham as necessidades vitais de uns e de outros e apenas isso. Em conjunto, como foi o fascismo manifestação tipicamente italiana, como o comunismo o foi caracteristicamente russa, como o nazismo, genuinamente alemã, quer ser o outubrismo uma nítida renovação brasileira.

Movimento brasileiro, sob os imperativos da nossa história, da nossa geografia e dentro das necessidades do momento que passa.

Traço comum entre o outubrismo e o nazismo – Para exemplo tem com o nazismo um traço comum: a necessidade, ainda entre nós insuficientemente sentida, pela ignorância da situação verdadeira, de libertar-se uma pátria econômica e moralmente escravizada. E, em parte decorrente disso mesmo, temos ainda em feição comum e inclusão do conceito socialista dentro do espírito do nacionalismo superior, não como simples soma, mas como um todo orgânico inseparável.

Não há antagonismo entre socialismo e nacionalismo bem entendidos. O nosso nacionalismo não é nenhum nacionalismo político-burguês e xenófobo, e mascar com o conceito da pátria os interesses inconfessáveis de grupo. É a consciência de uma nação que se forma e afirma o seu direito à vida e o seu lugar ao sol. É o imperativo do momento mundial que veda a inocência de cordeiros querendo pregar a irmãos lobos. É o senso natural que não permite corrida a miragens de paraíso inacessível, esquecendo a dureza do caminho a trilhar e os grilhões que ao tornozelo nos prendeu e agiotagem internacional. É legítima defesa contra o imperialismo material, moral e espiritual. E neste ponto, subscrevemos o conceito de que o velho nacionalismo burguês e patrioteiro de fachada é o pior inimigo da verdadeira idéia nacional.

O nosso nacional-socialismo, anseio que nada poderá deter de justiça social, de equilíbrio racionalizado, de freio às explorações humanas, está tão claramente expresso em

nosso programa que a simples leitura deixará patente que não julgamos o socialismo como monopólio de qualquer agremiação de exploração marxista.

O nosso programa não é programa de emergência para conquista de votos. Não recorre à fácil lisonja das massas e enfrenta interesses quase onipotentes entre nós. É programa definitivo a ser executado sem restrições. Para fixar as bases orgânicas e a marcha evolutiva da nação pelo trabalho e pela disciplina.

O Clube não busca triunfos ilusórios à custa de transigências. Não tem buscado alianças e tem declinado de várias que o têm buscado. A fundir-se em agremiações heterogêneas ou ligar-se com elementos de duvidosa sinceridade, prefere marchar só com os prosélitos que a ele dia a dia afluem, apesar da guerra surda que se lhe move, mas que não impede o reconhecimento gradativo da elevação de suas vistas.

O Clube há de rasgar aos olhos das populações iludidas o véu mistificador da democracia liberal, máscara da ditadura disfarçada dos trustes político-financeiros, cancro ruinoso a que hoje mal resistem mesmo as grandes nações fartamente alimentadas da exploração de impérios coloniais.

Momentos das decisões supremas – O Clube reclama ampla liberdade responsável na manutenção do pensamento negando apenas ao pensamento individual o direito de agredir a Nação. O Clube não tem a obsessão da força nem o fanatismo da idéia pura. Dentro dos seus objetivos, não compreende ação sem força atuante nem compreende força que não seja criadora e a serviço de uma grande idéia.

O Clube não quer mais que brasileiros sejam servos de gleba, escravizados a qualquer imperialismo mais ou menos disfarçado. Não quer que se repita a injúria de inferiores e improdutivas a populações roubadas no seu esforço, espoliadas dos frutos do seu trabalho.

O Clube há de levar ao fim o seu programa. Invocando para ele a atenção e pedindo para ele a solidariedade dos que ainda têm amor aos seus e à sua terra, dos que ainda preferem morrer com a Pátria a vê-la dilacerada e vendida, quer fazer ainda uma advertência final:

–O momento, se é de grandes confusões também o é das decisões supremas.

Não é meio idôneo de repulsa digna, não é protesto salutar contra alguns vampiros da república nova a reação estéril em torno de sombras e múmias de um passado aviltante. O retrocesso é recurso mortal de povos irremediavelmente falidos.

Que os duendes se recolham e que lhes vão fazer amável companhia os que, na hora histórica que atravessamos, se revelaram incapazes de enfrentar os problemas do futuro.

Não queiramos a Nação inerte, sonâmbula, ensimesmada no mero problema de existir. Façamos dela o organismo sadio, em marcha incontável para a frente, forjando o futuro com vontade esmagadora dos fortes.

E saibamos varrer de vez do pensamento brasileiro a exploração regionalista, a cuja sombra, como o figurou um dia a voz reboante de Ruy, a sombra da grande Pátria Brasileira se esvai com a duração de uma saudade rapidamente devorada. É o momento de cada um cumprir o seu dever.

(O documento transcrito apareceu num jornal da época que se editou no Rio de Janeiro – A Platéia – e foi reproduzido na antologia **A Segunda República**, São Paulo, Difel,

1978, p. 270-277).

– O destino dos socialistas democratas

Evaristo de Moraes, que ajudara a conceber os novos institutos jurídicos destinados a incorporar as reivindicações do mundo do trabalho – pelas quais vinha lutando denodadamente desde os princípios do século – demite-se das funções de Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho em março de 1932. Estava clara a ausência de compromisso com o reordenamento institucional em bases democráticas. Ainda em fins de 1931, tivera oportunidade de afirmar que o novo regime revelara-se “uma pândega”, “um saco de gatos”. Viria a falecer em 1939, sob o Estado Novo.

Ainda que a Carta tivesse restaurado do Estado de Direito e fixado calendário para a completa reconstitucionalização do país – através de eleições diretas para a Presidência, em 1938 – o grupo castilhista no poder não renunciara a transplantar para o plano nacional a sua experiência rio-grandense, de cunho francamente ditatorial. Em 1935, a pretexto da agitação política que campeava no país, o governo promulga Lei de Segurança, em abril daquele ano, que lhe permite suspender as garantias constitucionais. Com a insurreição comunista de novembro, é decretado Estado de Guerra. O país achava-se em marcha batida para a revogação do Estado de Direito, o que viria a ocorrer em novembro de 1937. Na perseguição aos opositores, os socialistas democratas tornaram-se vítimas preferenciais, não obstante encontrarem-se entre eles personalidades de grande nomeada, como os professores a seguir mencionados.

João Mangabeira (1932/1933), destacada personalidade do mundo jurídico, condição graças à qual participara da chamada "Comissão do Itamarati", constituída para elaborar projeto de Constituição submetido à Assembléia, elegeu-se deputado em maio de 1935, para a legislatura subsequente à promulgação da Carta. Antes mesmo do fechamento do Congresso – ocorrido em novembro de 37, razão pela qual teria o mandato cassado –, em 1936 foi preso e processado pelo Tribunal de Segurança, instituto de exceção criado pela Lei de Segurança. Sendo um jurista de renome, revestido de imunidade parlamentar, obteve habeas corpus do Supremo Tribunal Federal, aprovado por unanimidade. Mas, depois do golpe, viu-se privado da possibilidade de exercer qualquer atividade política.

Diversos professores, comprometidos com o socialismo democrático, foram afastados da cátedra e até presos e processados, a pretexto de punir os comunistas. Entre estes Edgardo de Castro Rebelo (1884/1970), catedrático da Faculdade Nacional de Direito. Tal se deu em fins de 1935. Somente voltaria ao exercício do magistério com o fim do Estado Novo.

TEXTO IV -RENASCIMENTO DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO (1947/1964)

– Constituição do Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Com a queda do Estado Novo, os socialistas democráticos constituem a denominada Esquerda Democrática, como integrantes da União Democrática Nacional (UDN). No manifesto em que apóia a candidatura de Eduardo Gomes, patrocinada pela UDN, em 1945, a Esquerda Democrática declara que **não é um partido político; mas em partido político se transformará**. Faz profissão de fé em favor do sistema representativo, pretendendo ao mesmo tempo que a propriedade seja subordinada ao interesse social. A entidade era integrada sobretudo por intelectuais (João Mangabeira, que foi seu presidente, Domingos Velasco, Castro Rebelo, Hermes Lima, Rubem Braga, Homero Pires, Osório Borba, Joel Silveira, Guilherme Figueiredo, entre outros), e igualmente alguns tenentes, como Juraci Magalhães, que ficou com a UDN no momento da transformação da Esquerda Democrática em Partido Socialista. Tal se deu na convenção realizada em abril de 1947. O Programa do PSB, cujo texto integral se transcreve ao fim do tópico, adota como lema Socialismo e Liberdade, pretende a **gradual e progressiva socialização dos meios de produção**, dispendo-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política. Admite a possibilidade de torná-las realidade, em certa medida, sob o regime capitalista, mas bate-se pela abolição dos antagonismos de classe. O programa do PSB considera ainda que a socialização dos meios de produção não equivale à simples intervenção do Estado na Economia. Esta, além de que **só deverá ser decidida pelo voto do parlamento democraticamente constituído**, será executada por órgãos administrativos eleitos em cada empresa.

Ao longo do período 1947/1964, o PSB manteve uma representação parlamentar diminuta. Assim, na legislatura iniciada em 1962, integrada a Câmara por 409 deputados, o PSB dispunha de quatro representantes, nenhum deles eleito pela legenda mas pelo artifício das “alianças de legenda”. Em 1950, na oportunidade da substituição do primeiro governo constitucional após o Estado Novo (marechal Eurico Dutra), o PSB lançou a candidatura de seu presidente, João Mangabeira, à Presidência da República. Tratou-se de gesto meramente simbólico.

O PSB, de um modo geral, participou e deu apoio a campanhas diversas no período considerado, não tendo entretanto, iniciado nenhum movimento próprio digno de nota.

Quando da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, em 1961, o PSB apoiou o movimento em prol da posse do vice-presidente, João Goulart, que se elegera mesmo pertencendo à chapa contrária à vitoriosa, o que era facultado pela legislação eleitoral em vigor naquela oportunidade. Igualmente pronunciou-se contra o parlamentarismo, que seria a fórmula encontrada para permitir a ascensão de Goulart ao poder. O PSB ingressou na coligação constituída para formar o governo Goulart, tendo sido entregue o Ministério da Justiça ao seu presidente, João Mangabeira.

Coincide com o ciclo autoritário pós-64 o falecimento das grandes personalidades que o animavam, como João Mangabeira ou Hermes Lima.

Principais Líderes

Acerca dessas personalidades, Evaristo de Moraes Filho coligiu os elementos adiante transcritos:

Edgardo de Castro Rabelo (1884/1970), baiano de nascimento, crítico de dente duro, como a ele se referiu Henri Hauser, foi um grande teórico do marxismo. Professor de Direito Comercial, por concurso aos trinta anos de idade (1914), o magistério foi a característica básica da sua personalidade. Advogado, estudioso e curioso das ciências humanas, não chegou a ser propriamente um militante e ativista, embora se mantivesse atento ao movimento social do seu tempo. Seu nome, por exemplo, nem aparece na obra de Dulles, quando aí devia se encontrar por mais de um título. Em 1922 confessa-se marxista no Congresso Jurídico Nacional, na mesma década polemiza com Oiticica... Advogado de **A Nação**, recorreu ao Supremo Tribunal Federal, no primeiro semestre de 1927, contra a sentença que proibira a realização de um ato público em homenagem à memória de Lênin, vindo a ganhar, afinal.

Defendeu os padeiros, em sua greve de 1929. Depois de 30, foi membro do Conselho Nacional do Trabalho, vindo a ser preso em fins de 1935 e afastado da cátedra durante todo o Estado Novo. A ela voltou somente em 1945, em decorrência de acórdão do Supremo. Foi da Esquerda Democrática em 1945 e fundador do Partido Socialista Brasileiro.

João Mangabeira (1880/1964), nascido na Bahia, grande constitucionalista, iniciou-se na política, sempre amigo, colaborador e, de certa forma, seguidor de Rui. Foi deputado federal pela Bahia a partir de 3 de maio de 1909 até 31 de dezembro de 1929, somente não se elegendo em 1912 (até 31 de dezembro de 1914). Depois de 30, participou com destaque da chamada Comissão do Itamarati, incumbida de redigir o anteprojeto da nova Constituição (1932/33).

Novamente deputado de 3 de maio de 1935 a 9 de novembro de 1937, quando foi fechado o Congresso Nacional pelo golpe de 10 de novembro. Preso em 1936, foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, vindo a ganhar, por unanimidade, o pedido de **habeas-corpus**, concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Mais uma vez, de 28 de maio de 1947 a 29 de junho de 1950 elegeu-se deputado. Neste último ano, candidatou-se à Presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro. Ministro das Minas e Energia, e da Justiça, do período parlamentarista de João Goulart.

Corajoso, independente, grande orador, fez da tribuna da Câmara o seu veículo de denúncia e de protesto contra o arbítrio e a miséria em que jazem as classes subalternas brasileiras. Praticou sempre um socialismo à Jean Jaurès pluripartidarista, democrático e livre, de cunho cristão, profundamente nacionalista!

Hermes Lima (1902/1978), baiano, já em 1924 era oficial de gabinete do Governo da sua terra. Professor de Sociologia, à mesma época, do Ginásio Baiano, já antes de 30 havia conquistado duas docências na Faculdade de Salvador e na do Largo de São Francisco, em São Paulo. Jornalista militante, ganha realmente notoriedade com a obtenção da cátedra de Introdução à Ciência do Direito, em 1933, da Faculdade de Direito, da Universidade do Rio de Janeiro. Colabora com Anísio Teixeira na antiga Universidade do Distrito Federal (1935), ano em que foi preso e destituído da sua cátedra, à qual voltou, por força de acórdãos do Supremo, somente em 1945. Fundador da Esquerda Democrática, elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte, em 1945, na qual desempenhou papel relevante.

Fundador do Partido Socialista Brasileiro dois anos mais tarde, vindo a ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro, em 1959. Sempre coerente, anticlerical a princípio, agnóstico durante toda a sua existência, contra a ditadura e a violência, teve no marxismo um método do pensamento mais do que uma doutrina hermética e infalível. Nunca escondeu as suas idéias, qualquer que fosse o cargo que estivesse ocupando, mas a sua conduta não se desviara dos padrões democráticos da confiança dos seus concidadãos. Ocupou cargos nos três Poderes da República, sempre com destaque e respeito. No manifesto dos que o apoiavam a candidatura da Esquerda Democrática, em 1945, diz-se ali que “o professor Hermes Lima é um militante das grandes causas do progresso social e político... O Dr. Hermes Lima sempre foi digno representante da nossa cultura na luta pelos ideais da liberdade civil e política, que a onda totalitária ameaçou no mundo inteiro. Nos escuros dias da ditadura, seu nome esteve sempre na vanguarda de todo pensamento da libertação.”

Programa do PSB

Na Convenção de 1947, o Partido Socialista Brasileiro aprovou o seguinte documento programático:

Os atuais membros do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, reunidos em CONVENÇÃO NACIONAL,

– Considerando que a Sociedade atual assenta em uma ordem econômica de que decorrem, necessariamente, desigualdades sociais profundas, e o predomínio de umas nações sobre outras, o que entrava o desenvolvimento da civilização;

– Considerando que a transformação econômica e social que conduzirá a supressão de tais desigualdades e predomínio pode ser obtida por processos democráticos;

– Considerando, ainda, que as condições históricas, econômicas e sociais peculiares ao Brasil não o situarão fora do mundo contemporâneo, quanto aos problemas sociais e políticos em geral e as soluções socialistas que se impuseram;

Resolvem constituir-se em Partido, sob o lema de SOCIALISMO E LIBERDADE, e orientado pelos seguintes princípios:

I - O Partido considera-se, ao mesmo tempo resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro.

II - As peculiaridades nacionais serão pelo partido consideradas, de modo que a aplicação de seus princípios não constitua solução de continuidade na história política do país, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro.

III - Sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram, eficazmente, para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social, entende que as cisões provocadas por essa influência nos vários grupamentos partidários estão em grande parte superadas.

IV - O partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes como forma política, para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem, pelo homem.

V - O Partido não tem uma concepção filosófica da vida, nem credo religioso;

reconhece a seus membros o direito de seguirem, nessa matéria, sua própria consciência.

VI - Com base em seu programa, o Partido desenvolverá sua ação no sentido de fazer proselitismo, sem prejuízo da liberdade de organização partidária, princípio que respeitará, uma vez alcançado o poder.

VII - O objetivo do Partido, no terreno econômico é a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios da produção, que procurará realizar na medida em que as condições do país a exigirem.

VIII - No terreno cultural, o objetivo do Partido é a educação do povo em bases democráticas, visando a fraternidade humana e a abolição de todos os privilégios de classe e preconceitos de raça.

IX - O Partido dispõe-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política.

X - O Partido admite a possibilidade de realizar algumas de suas reivindicações em regime capitalista, mas afirma sua convicção de que a solução definitiva dos problemas sociais e econômicos mormente os de suma importância, como a democratização da cultura e a saúde pública, só será possível mediante a execução integral de seu programa.

XI - O Partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de uma classe, mas pelos de todos os que vivem do próprio trabalho, operários do campo e das cidades, empregados em geral, funcionários públicos ou de organizações paraestatais, servidores das profissões liberais, – pois os considera, todos, identificados por interesse comuns. Não lhe é, por isto, indiferente a defesa dos interesses dos pequenos produtores e dos pequenos comerciantes.

Com base nos princípios acima expostos, o Partido adota o programa:

CLASSES SOCIAIS - O estabelecimento de um regime socialista acarretará a abolição do antagonismo de classe.

SOCIALIZAÇÃO - O Partido não considera socialização dos meios de produção e distribuição a simples intervenção do Estado na economia e entende que aquela só deverá ser decretada pelo voto do parlamento democraticamente constituído e executada pelos órgãos administrativos eleitos em cada empresa.

DA PROPRIEDADE EM GERAL - A socialização realizar-se-á gradativamente, até a transferência, ao domínio social, de todos os bens passíveis de criar riquezas, mantida a propriedade privada nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo.

DA TERRA - A socialização progressiva será realizada segundo a importância democrática e econômica das regiões e a natureza da exploração rural, organizando-se fazendas nacionais e fazendas cooperativas assistidas estas, material e tecnicamente, pelo Estado. O problema do latifúndio será resolvido por este sistema de grandes explorações, pois assim sua fragmentação trará obstáculos ao progresso social. Entretanto, dada a diversidade do desenvolvimento econômico das diferentes regiões, será facultado o parcelamento das terras da Nação em pequenas porções de usufruto individual onde não for viável a exploração coletiva.

NA INDÚSTRIA - Na socialização progressiva dos meios de produção industrial partir-se-á dos ramos básicos da economia.

DO CRÉDITO - A socialização da riqueza compreenderá a nacionalização do crédito, que ficará, assim, a serviço da produção.

DAS FINANÇAS PÚBLICAS - Serão suprimidos os impostos indiretos e aumentados, progressivamente os que recaiam sobre a propriedade territorial, a terra, o capital, a renda em sentido estrito e a herança; até que a satisfação das necessidades coletivas possa estar assegurada sem recurso ao imposto.

– Os gastos públicos serão orçados e autorizados pelo Parlamento, de modo que assegurem o máximo de bem-estar coletivo.

DA CIRCULAÇÃO - O comércio exterior ficará sob controle do Estado até se tornar função privativa deste. A circulação das riquezas será defendida dos obstáculos que a entram, promovendo-se formas diretas de distribuição sobretudo através de cooperativas.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO - O trabalho será considerado direito e obrigação social de todo cidadão válido, promovendo-se a progressiva eliminação das diferenças que atualmente separam o trabalho manual do intelectual. O Estado assegurará o exercício desse direito. O cidadão prestará à sociedade o máximo de serviços dentro de suas possibilidades e das necessidades sociais, sem prejuízo de sua liberdade, quanto à escolha da empresa e natureza da ocupação.

– A liberdade individual de contrato de trabalho sofrerá as limitações decorrentes das convenções coletivas e da legislação de amparo aos trabalhadores.

– Os sindicatos serão órgão de defesa das forças produtoras. Deverão, por isto, gozar de liberdade e autonomia.

– Será assegurado o direito de greve.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA - O Estado será organizado democraticamente, mantendo sua tradicional forma federativa e respeitando a autonomia dos municípios, observado os seguintes princípios:

– constituição dos órgãos do Estado por sufrágio universal, direto e secreto, com exceção do Judiciário;

– Parlamento permanente e soberano;

– autonomia funcional do Poder Judiciário;

– vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de seus vencimentos;

– justiça gratuita;

– neutralidade do Estado em face dos credos filosóficos e religiosos;

– liberdade de organização partidária dentro dos princípios democráticos;

– A política externa será orientada pelo princípio de igualdade de direitos e deveres entre as nações, e visará o desenvolvimento pacífico das relações entre elas. Só o Parlamento será competente para decidir da paz e da guerra.

DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO - Todos os cidadãos serão iguais perante a lei, sendo-lhes asseguradas as liberdades de locomoção, de reunião, de associação, de manifestação do pensamento, pela palavra escrita, falada ou irradiada: a liberdade de crença e de cultos de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou aliança.

– Será assegurada a igualdade jurídica do homem e da mulher.

EDUCAÇÃO E SAÚDE - A educação é direito de todo cidadão, que a poderá exigir do Estado, dentro dos limites de sua vocação e capacidade, sem qualquer retribuição. A educação visará dar ao homem capacidade de adaptação à sociedade em que vive e não a um grupo ou classe. O ensino oficial será leigo e organizado de modo que vise o interesse público e não fins comerciais. O professor terá liberdade didática em sua cadeira. O educador, no exercício de sua profissão, nenhuma restrição sofrerá de caráter filosófico, religioso ou político.

– A manutenção da saúde pública é dever do Estado, que não só estabelecerá condições gerais capazes de assegurar existência e trabalho sadios em todo o território nacional, como ainda proporcionará a todos assistência médico-higiênica e hospitalar.

REIVINDICAÇÕES IMEDIATAS - Enquanto não lhe for possível, como governo, realizar este programa, o Partido propugnará as seguintes reivindicações imediatas que serão ampliadas e desdobradas na medida em que a consecução de uma, permita a apresentação das subseqüentes, bem como de outras que, dentro dos princípios gerais do Partido, devam ser levantadas em virtude do aparecimento de novas situações:

1ª) Subordinação da nacionalização de bens pela União, Estados e Municípios, em cada caso particular ao voto das respectivas câmaras legislativas.

2ª) Administração das empresas nacionalizadas por órgãos constituídos de representantes dos respectivos governos, indicados pelo executivo e aprovados pelo legislativo, e de representantes eleitos pelos empresários das empresas.

3ª) Nacionalização das fontes e empresas de energia, transportes e indústrias extrativas consideradas fundamentais.

Elaboração e execução de um plano destinado a colocar o potencial de energia hidráulica e de combustíveis a serviço do desenvolvimento industrial.

Exclusividade da navegação de cabotagem, inclusive fluvial, para os navios brasileiros.

4ª) Nacionalização das terras não exploradas, ou de terras cuja exploração atual não atende ao interesse público, a partir das situadas nas regiões populosas, de modo adequado, inclusive pela instalação de cooperativas de trabalhadores. Assistência financeira material e técnica às cooperativas instaladas nos latifúndios e às organizadas pelos agricultores. Abolição imediata do aforamento de terras particulares. Proibição de alienação das terras públicas, sendo a renda do domínio direto partilhada pelos Governos federal, estaduais e municipais. Parcelamento das terras da Nação onde não for viável a instalação de cooperativas, em pequenas porções de usufruto individual.

Libertação de uma área em torno das cidades, vilas e povoados, destinada a produção de gêneros de imediato consumo alimentício local. Concessão de crédito fácil e barato (penhor agrícola) aos pequenos agricultores.

5ª) Nacionalização do crédito e das operações de seguro. Abolição dos impostos sobre o comércio interestadual, sobre os gêneros de primeira necessidade, vestuário indispensável às classes pobres e médias, livros, medicamentos, e demais utilidades destinadas à educação e saúde pública, instrumentos manuais do trabalho do operário urbano ou do trabalhador rural, e dos pequenos agricultores e, ainda, sobre a renda mínima necessária a uma substância digna e eficiente e sobre as pequenas propriedades agrícolas. Abolição

gradativa dos impostos indiretos e taxaço fortemente progressiva sobre a terra, a renda, o capital e a herança.

6ª) Incentivo à organização de cooperativas de consumo, em municípios, bairros e empresas pela facilitação de crédito e isenção de impostos.

7ª) Liberdade e autonomia dos sindicatos considerada a unidade sindical dos trabalhadores, aspiração a ser realizada por eles próprios; direito irrestrito de greve em todos os ramos da atividade profissional: organização do trabalho de modo que os direitos individuais e sociais dos trabalhadores sejam assegurados e ampliados, quer na indústria quer no campo; salário mínimo que possa garantir o necessário à subsistência do trabalhador e de sua família e à educação de seus filhos; seguro social universal; instituto único de previdência e assistência, dirigido por órgão misto de representantes das partes contribuintes e descentralizado administrativamente no que diz respeito à concessão de benefícios; participação dos trabalhadores na direção e nos lucros das empresas, independentemente dos salários; fixação das aposentadorias e pensões em quantia nunca inferior ao salário mínimo; impenhorabilidade da casa de pequena valia onde residir o devedor; reconhecimento do direito de sindicalização de todas as categorias profissionais, inclusive aos funcionários públicos, federais, municipais e paraestatais; elaboração e execução de um plano do sistema de transportes, marítimo, fluvial, terrestre e aéreo de modo a permitir a articulação das comunicações entre as nossas diversas regiões; estímulo à imigração para desenvolvimento industrial e agrário do país e povoamento do seu solo, respeitada a segurança nacional; livre entrada para as máquinas operatrizes e aparelhamentos industriais não fabricados no Brasil; tarifa de renda de 15% para os demais produtos e matérias-primas que não tenham similar nacional segundo um plano a ser executado em cinco anos.

8ª) Defesa e desenvolvimento da forma democrática de governo e garantias às liberdades e direitos fundamentais do homem; regime representativo de origem popular, através do sufrágio universal, direto e secreto, com representação proporcional, garantida a possibilidade do exercício do direito do voto a bordo, a tripulantes e passageiros e a empregados em ferrovia ou rodovia, durante a viagem; direito de voto a todos os militares e aos analfabetos; liberdade de manifestação do pensamento pela palavra escrita, falada e irradiada; liberdade de organização partidária, de associação, de reunião; igualdade jurídica do homem e da mulher, liberdade de crença e de cultos, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou aliança; proibição de qualquer espécie de subvenção, auxílio ou doação oficial a igrejas, congregações ou organizações religiosas ou filosóficas; organização racional das repartições públicas.

Unidade do direito substantivo, do processual e da magistratura; justiça gratuita; restauração da instituição do júri sobre suas bases populares; adoção na justiça do trabalho, do critério de escolha, nomeação e carreira vigente na justiça comum; extensão aos juizes do trabalho, das garantias vigentes para a justiça comum; gratuidade do registro civil das pessoas naturais, compreendendo nascimentos, casamentos e óbitos; transformação, para isto, dos respectivos cartórios em departamentos do Estado, mediante o enquadramento de seus serventuários no funcionalismo, para todos os efeitos, ainda que subordinado o respectivo serviço ao judiciário.

Fortalecimento do poder legislativo pela adoção do sistema unicameral com uma Assembléia permanente cujas sessões se poderão suspender a seu próprio critério.

Responsabilidade efetiva dos governantes em todos os seus graus, criando-se para isto órgãos de fiscalização, ligados diretamente ao Poder Legislativo e exclusivamente dele

dependentes. Competência ao Supremo Tribunal Federal para declarar a inconstitucionalidade do estado de sítio, quando decretado com inobservância das condições e limites fixados na Constituição.

Autonomia do Distrito Federal, quanto aos seus interesses puramente locais, e eleição do seu prefeito e da câmara local pelo voto popular.

Instituições, nos Estados, de órgãos deliberativos para decisões em matéria fiscal, à maneira do que já ocorre em relação à União.

9ª) Plano nacional de educação que atenda à conveniência de transferir-se gradativamente o exercício desta ao Estado e de suprimir-se, progressivamente, o ensino particular de fins lucrativos; subordinação do ensino particular ao interesse público. Autonomia administrativa e didática das universidades; liberdade de programas no ensino superior e no secundário, sem prejuízo do currículo geral. Liberdade de cátedra. Criação e incentivo de órgãos culturais complementares do organismo educacional. Subordinação obrigatória de funcionamento de fábricas ou quaisquer empresas agrícolas e industriais de relativa importância ao funcionamento de creches, ambulatórios, escolas, restaurantes e cozinhas centrais junto a elas. Gratuidade e obrigatoriedade imediatas do ensino primário; gratuidade do ensino técnico profissional; gratuidade do ensino secundário e superior, na medida do possível. Amparo material ao estudante pobre, quanto ao ensino secundário e ao superior, na medida de suas necessidades e de seu merecimento. Correspondência do ensino técnico-profissional do primeiro e do segundo grau com os caracteres e as necessidades da economia regional, criação de institutos agronômicos e de pesquisa nas diversas regiões do país, conforme suas condições geo-econômicas. Destinação de um mínimo de 15% da receita pública ao ensino, com sua aplicação no mesmo período orçamentário. Remuneração do professor na base da manutenção de uma existência digna, incluída uma quota destinada ao desenvolvimento de seu preparo; adoção de uma escala de salários estabelecida com um critério capaz de atrair o professor para as zonas menos povoadas e de menores recursos; afastamento do simples arbítrio do executivo no recrutamento dos quadros docentes.

Organização adequada dos serviços de saúde pública; assistência médica para os trabalhadores, mediante planos de remuneração mínima, ou até de gratuidade, conforme o caso, sem prejuízo das aspirações de sobrevivência e progresso técnico da profissão.

Combate às endemias e epidemias e eficazes medidas contra a desnutrição o povo, especialmente as crianças, dos trabalhadores e das gestantes; adoção de um plano geral do amparo à maternidade e à infância, envolvendo a organização do trabalho, a educação e a assistência médico-higiênica propriamente dita, desenvolvimento da assistência hospitalar mediante subordinação dos estabelecimentos de caridade já existentes a um plano geral de assistência que os coloque a serviço efetivo do povo; saneamento das regiões insalubres, a começar pelas mais povoadas; assistência à invalidez, desenvolvimento de um plano destinado a atrair e fixar nos municípios do interior, privados de assistência médica, profissionais que ali possam viver de sua profissão, com benefício para a coletividade; disseminação adequada de centros de Puericultura e Centros de Saúde e fomento à organização de Escolas de Enfermagem e Obstetrícia prática, estas principalmente nas cidades do interior saneamento permanente de rios, portos e canais.

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA

O SOCIALISMO BRASILEIRO

E

A SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

VOLUME III

**AGREMIÇÕES SOCIALISTAS DEPOIS
DA ABERTURA POLÍTICA
(I) O PSB E O PPS**

Por Antônio Paim, Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodriguez

Editora Humanidades

SUMÁRIO

TEXTO I - O SOCIALISMO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS: MUDANÇAS EXPRESSIVAS

TEXTO II - EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DOUTRINÁRIA DO PSB

- Indicações de ordem histórica
- O Programa do PSB
- Elaboração doutrinária
- Textos doutrinários de Roberto Amaral e Célio Castro
- Resolução do VI Congresso (1997)
- Desligamento do PSB do Senador Roberto Saturnino (2002)

TEXTO III - O PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS)

- Do Partido Comunista ao PPS
- A verdade sobre 1935
- O Programa do PPS
- Resultados eleitorais e candidatura Ciro Gomes
- Elaboração teórica
- Texto doutrinário de Roberto Freire

TEXTO IV – AVALIAÇÃO CRÍTICA DA EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DAS DUAS AGREMIÇÕES

- Premissas gerais
- Como se pode apreciar a evolução doutrinária do PSB
- Avaliação crítica do posicionamento doutrinário do PPS

TEXTO I – O SOCIALISMO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS; MUDANÇAS EXPRESSIVAS

A mudança substancial no quadro político brasileiro, nas duas últimas décadas, corresponde ao término do regime de exceção, sob os militares, tendo sido criadas todas as condições para a reconstituição do sistema democrático representativo. Assim, regressam ao País as lideranças de oposição que se encontravam no exílio, beneficiadas por lei de anistia; suspendem-se as restrições ao funcionamento do Parlamento; reconquista-se plena liberdade de imprensa; o Judiciário é colocado a salvo de aposentadorias compulsórias, e assim por diante. Embora legislação correspondente não haja sido integralmente adaptada à nova circunstância, preservando-se restrições ao seu exercício, as greves não são reprimidas. Chega ao fim o bipartidarismo, e realizam-se eleições livres para os governos estaduais em 1982. Tudo isso ainda no último governo chefiado por um militar, o General João Figueiredo.

Supostamente, a tarefa primordial deveria consistir no reordenamento institucional e na reconstituição da convivência pacífica. Na transição espanhola do franquismo para o regime democrático, as diversas forças políticas firmaram um pacto segundo o qual as divisões que levaram à guerra civil, à derrota dos republicanos e a décadas de ditadura não seriam ressuscitadas. As regras do jogo seriam respeitadas por todos, e assim ocorreu. Evitou-se a caça às bruxas. Ninguém contestava a restauração da monarquia, e os partidos políticos, entregues a si mesmos, trataram de fixar seu posicionamento na sociedade por meio da disputa do eleitorado.

No Brasil, nada disso ocorreu. Os que haviam aderido ao terrorismo e à luta armada não reviram aquelas posições nem reconheceram que suas ações só serviram para prolongar a existência, no seio das Forças Armadas, das facções que entediavam devessem ingerir-se diretamente na política. Quando o último governante militar recusou-se a convocar eleições diretas para a sua substituição na Presidência da República, o desejo dos extremistas era “virar a mesa”, pouco importando-lhe se gestos impensados pudessem precipitar o país na guerra civil. Em consequência, grande parte da oposição não valorizou a solução pacífica então negociada: as eleições seriam indiretas, como queria o governo, mas o eleito poderia sair das fileiras da oposição, hipótese que os militares, inicialmente, não admitiam. A morte do eleito no Colégio Eleitoral, o Presidente Tancredo Neves, tampouco sensibilizou os mencionados setores da oposição, que tudo fizeram para inviabilizar o governo José Sarney.

Em suma, progressivamente evidenciou-se que o socialismo brasileiro mantinha-se fiel à sua tradição autoritária, mais afeiçoada ao totalitarismo soviético que ao socialismo democrático ocidental. Assim, a tarefa magna de reconstituir a convivência democrática no País não lhes dizia respeito. Comportavam-se como se os militares tivessem abandonado o governo por fraqueza, e o governo Sarney não passasse de um fantoche da ditadura. Desse modo, não demonstravam qualquer empenho em respeitar as regras do jogo.

Houve, entretanto, outra grande mudança no quadro político do País, desta vez no próprio campo socialista. Pela primeira vez em nossa história, sindicatos livres da tutela governamental criam um partido político: o Partido dos Trabalhadores (PT), nova carta lançada no baralho. Contando com o apoio ostensivo da Igreja Católica, a nova agremiação iria alastrar-se rapidamente pelo País. Inicialmente, o seu discurso em nada se distinguia dos daqueles segmentos oposicionistas que minimizavam o significado das mudanças introduzidas no governo Figueiredo, em termos de liberdade política, e continuavam falando em *ditadura*

militar. O PT formou abertamente no campo daqueles que preferiam soluções de força. Contudo, os êxitos eleitorais que viriam a experimentar forçaram-no primeiro, a uma atuação dúbia, isto é, passam a admitir a conquista do poder pelo voto, mas para substituir, progressivamente, o sistema representativo pelo sistema cooptativo, invenção dos regimes totalitários; e, segundo, no curso da campanha eleitoral de 2002 a comprometer-se com as regras básicas do Estado de Direito (a questão do cumprimento dos contratos, por exemplo) e a apresentar-se como opção normal de alternância no poder.

Há, contudo, mudança vinda de fora que cria um raio de esperança no tocante ao reconhecimento, pelos socialistas, da superioridade do sistema democrático-representativo sobre as fórmulas totalitárias postas em circulação pelos comunistas. Temos em vista os acontecimentos de fins de década de 80 e início dos anos 90: a derrubada do muro de Berlim e o fim da União Soviética.

Com o fim da União Soviética, pôde o Ocidente inteirar-se da verdade. Ao contrário do que alardeara pelo mundo, o regime soviético não retirou o povo russo da pobreza. Dados publicados pela revista francesa *Commentaire* revelam este quadro real: 10% da população encontra-se abaixo da linha da pobreza, cabendo defini-los como indigentes, e entre 30 e 50%, segundo as regiões, é classificada como pobre. Fazendo caso omissos dos critérios para definir o poder aquisitivo dos pobres num ou noutro dos países, registre-se que, nos Estados Unidos, as famílias classificadas como pobres (renda anual em torno de US\$ 17 mil anuais) correspondem a 15% da população, enquanto a classe média alcança aproximadamente 75%. Dessa simples comparação, vê-se que a tão decantada distribuição de renda é uma invenção do capitalismo. Certamente que tal não se deu por qualquer espécie de incitamento moral, mas pelos ganhos incessantes de produtividade, resultantes da concorrência. O barateamento dos custos levou ao consumo de massa. Quando Henry Ford (1863/1947)⁽¹⁾ preferiu aumentar os salários de seus operários – e reinvestir a parte restante dos lucros –, em vez de distribuir dividendos aos acionistas, pôs em circulação a marca registrada do capitalismo: lucrar menos por unidade de produto e induzir à máxima expansão de seu consumo.

Além do fracasso no plano material, os crimes do comunismo soviético, agora tornados públicos com farta documentação colhida nos arquivos da KGB, estarrecem o mundo. Tornou-se *best seller* *O livro negro do comunismo. Crimes. Terror. Repressão*, de Stephane Courtois. Enquanto os tribunais czaristas, incluindo as cortes marciais que funcionaram em tempos de guerra, entre 1825 e 1917, isto é, ao longo de 92 anos, condenaram 6.321 pessoas, sendo que, nesse conjunto, as condenações à morte totalizaram 1.310, tão-somente no mês de agosto de 1918, os comunistas fuzilaram 15 mil pessoas. Há nesse livro relatos impressionantes. Apenas um exemplo: transcreve um documento firmado por Béria, o sanguinário chefe de polícia de Stalin, mandando constituir um “tribunal” para “julgar” entre outros, 14.376 oficiais e soldados poloneses, presos durante a invasão russa daquele país, e ainda 11 mil bielorrussos e ucranianos considerados “contra-revolucionários”. Indica o nome dos membros do “tribunal” e o veredicto: todos deverão ser fuzilados. O documento está datado de 5 de março de 1940, e corresponde a uma ordem para matar cerca de 36 mil pessoas.

Os eventos relacionados ao fim da União Soviética impuseram o aprofundamento da distinção entre socialismo e comunismo. O maior Partido Comunista do Ocidente, o PC Italiano, rompeu radicalmente com o comunismo e aderiu ao socialismo democrático, autodissolveu-se e constituiu uma nova agremiação, iniciativas todas que mereceram o mais amplo apoio da população, a ponto de que, nas eleições de 1994 foi incumbido de organizar o

governo.

É interessante assinalar aqui o que vem ocorrendo com os remanescentes comunistas.

Na Itália, reagindo à evolução descrita, criou-se o denominado Partido de la Rifondazioni Comunista, ao mesmo tempo em que sobrevivem partidos comunistas na França, na Espanha, em Portugal e na Grécia. Para avaliar a situação desse grupo, realizou-se, na Universidade de Nanterre (França), em fins de 1996, um colóquio intitulado “Desagregação, estabilização ou retorno do comunismo na União Européia”. Análise circunstanciada do evento apareceu na revista *Esprit* (março/abril, 1997), da autoria de Marc Lazar. Os comunistas que permanecem em suas crenças, observa Lazar, admitem um certo pluralismo interior, mas querem aparecer unidos para efeito externo. Com vistas a esse fim, empenham-se na obtenção de questões essenciais.

O primeiro ponto desse acordo é deveras espantoso: *esquecer a União Soviética*, quando parecia devesse ser o contrário, isto é, balancear exaustivamente aquela traumática experiência. Como o assunto não pode deixar de ser referido, contentam-se com a atribuição da derrocada ao fato de que Gorbachov teria cedido ao capitalismo. De todos os modos, enfatizam que desde há muito tempo não mais estavam ligados à URSS. Além disso, não se pode falar unilateralmente em crise do comunismo porquanto também estariam em crise a social-democracia e o liberalismo. Para esse tipo de tirada é que os americanos inventaram a expressão *wishful thinking*.

A bandeira desfraldada pelos comunistas inclui quatro pontos: anti-capitalismo; antiimperialismo, antifascismo e anti-racismo. O inimigo principal é, entretanto, o capitalismo, porquanto dele é que decorrem os outros. Escreve Marc Lazar: “Têm uma visão unívoca, apocalíptica e catastrófica do capitalismo que se mantém, a seus olhos, como a fonte fundamental do mal; assim, se reconhecem os progressos científicos e tecnológicos, os dissociam completamente do sistema econômico no qual ocorrem”.

Todos pretendem romper com o mercado e ultrapassar o capitalismo. Mas, quando se trata de explicar em que consiste esse proeza, reina a mais absoluta confusão. O PCF não abdica da mais completa estatização; embora menos estatizantes, os italianos condenam enfaticamente a privatização. Como em matéria econômica o terreno apresenta-se movediço, recorrem a este artifício: o comunismo não se justifica pela economia, representando “um humanismo, uma exigência ética e uma necessidade histórica”. Ora, a experiência soviética serve justamente para refutar as três premissas indicadas, que teriam sido formuladas por Marx; nunca a pessoa humana foi tão aviltada, tendo a moral sido reduzida à fórmula cínica de que os fins justificam os meios, enquanto a tal necessidade histórica foi para o espaço com a queda do Muro de Berlim.

Finalmente, como parte do empenho de *esquecer a URSS*, o comunismo agora tem origens nacionais. Fazendo caso omissivo da velha palavra de ordem “proletários de todos o mundo, uni-vos”, entram em franca disputa para “provar” que o “seu” comunismo nasceu por ali mesmo. Nesse embate, os franceses são os mais desarvorados, ao colocar nada mais nada menos que a Revolução Francesa como a raiz autóctone do comunismo nacional.

Em termos eleitorais, os remanescentes referidos apresentam-se deste modo: o PCF teve 4,6% nas eleições de 1991 e 3,84% nas de 1995; o PC espanhol praticamente desapareceu como força autônoma, comparecendo às eleições sob a bandeira da “Esquerda Unida” (menos de 10% do eleitorado); Portugal, 8,6% em 1995 contra 18% em 1983; e Grécia, 5,6% em 1996. A Rifondazioni italiana obteve 6,2% nas eleições de 1994 e 5,6% nas

de 1996. Nesta, o PDS (Partido Democrático de la Sinistra, formado pelos que dissolveram o PC) alcançou 26,5%.

As breves indicações precedentes servem para evidenciar que a “refundação comunista” não tem maior fôlego. Na Europa Ocidental, o comunismo voltou à condição que Marx refere no Manifesto, isto é, a de simples fantasma.

Em síntese, embora a análise que se segue evidencie a prevalência do autoritarismo⁽²⁾ – do mesmo modo que a sobrevivência do totalitarismo – não se pode descartar a hipótese de que acabe por firmar-se no país uma agremiação autenticamente socialista. Entre outras coisas, pelo imperativo de consumir a plena distinção entre *comunismo* – variante de despotismo oriental, na Rússia, tudo indicando que talvez consista sobretudo numa virtualidade do Estado Patrimonial, se tivermos presente o parentesco do nazismo com o estalinismo e do Estado Prussiano com as estruturas estatais herdadas do *czarismo* – e o socialismo, que teve um papel notável na história do Ocidente neste século, notadamente por seu substrato moral.

TEXTO II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DOUTRINÁRIA DO PSB

– Indicações de ordem histórica

O Partido Socialista Brasileiro foi reconstituído em 1985, por iniciativa de um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro. Seu primeiro presidente seria Antonio Houaiss (1915/1999), conhecido escritor e filólogo, membro da Academia Brasileira de Letras. Com a eleição de Roberto Saturnino – personalidade de conhecida tradição socialista, naquela altura filiado ao PDT – para a Prefeitura do Rio de Janeiro, assumiu, na condição de suplente, a cadeira que mantinha no Senado, Jamil Haddad, outro socialista histórico que participara da reorganização do PSB e fez com que a cadeira se transferisse para essa legenda, possibilidade facultada pela legislação eleitoral. Devido a essa circunstância, Jamil Haddad assumiu a presidência do PSB.

Haddad permaneceu no cargo até 1993, quando escolheu-se Miguel Arraes para a presidência. Arraes havia ingressado no PSB em 1990. Afastado do governo de Pernambuco com o movimento militar de 1964, viveu no exílio até a anistia. De regresso ao Brasil, integrou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e voltou à militância política, elegendose deputado federal por aquele Estado. Concorreu e venceu as eleições para governador em 1994. Candidato à reeleição em 1998, foi derrotado.

Desde a sua reorganização, o PSB procurou desenvolver atividade doutrinária e interessar a militância no funcionamento permanente do Partido, entre outras coisas mediante a realização de Congressos Nacionais. O último desses conclaves, o sexto, teve lugar em fins de novembro de 1997, na Câmara dos Deputados, em Brasília, denominando-se *Congresso do Cinquentenário*, por ter sido formalizada a criação do PSB a 6 de abril de 1947. Em que pese semelhante empenho, a agremiação não conseguiu enraizar-se em grande número de estados, logrando representação diminuta no Congresso.

Nas eleições de 1986 para a Câmara dos Deputados, o PSB obteve 440 mil votos em todo o País, equivalentes a menos de 1% (0,9) do eleitorado votante. Nos pleitos que se seguiram, sobre os quais o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou os resultados discriminados, melhorou aquela posição, mas sem que isso correspondesse a alterações substanciais. Assim, nas eleições de 1990, aquela votação elevou-se para 756 mil votos (1,9% do total) e, em 1994, para 995 mil (2,2% do total).

A representação do PSB na Assembléia Constituinte esteve circunscrita a um deputado (eleito pelo Amazonas) e ao Senador Jamil Haddad. Nessa circunstância, não teve maior participação na elaboração da nova Carta.

Nos pleitos subseqüentes, a bancada na Câmara evoluiu como segue: 1990, 11 deputados (cinco eleitos em Pernambuco, graças à mencionada adesão de Arraes); 1994, 15 deputados (sete originários de Pernambuco). No último (1998), alcançou 19 deputados. Em 1994, elegeu um senador, e, em 1988, três.

A representação nas Assembléias Legislativas estaduais tampouco alcança números expressivos. Em 1990, havia 17 deputados estaduais, sendo quatro de Pernambuco. Nesse ano é que Miguel Arraes venceu a disputa para governador, obtendo, no primeiro turno, 54,1% dos votos.

No pleito de 1986, conquistou a Prefeitura de uma capital (Aracaju), mas a perdeu

subseqüentemente. Em 1992, elegeu os prefeitos de Maceió, Natal e São Luís. Em 1996, elegeu a Célio de Castro Prefeito de Belo Horizonte, liderança que conquistou certa nomeada no plano nacional, mantendo ainda a Prefeitura de Maceió.

Nas eleições municipais de 1996, o PSB conquistou, na Região Norte, cinco prefeituras no Pará, três no Amapá e uma em Rondônia. Não obteve administrações municipais na Região Centro Oeste. Na Região Sul: três no Rio Grande do Sul e nenhuma em Santa Catarina e no Paraná. No Nordeste, o desempenho deu-se como segue: Maranhão, quatro prefeituras; Ceará, três; Rio Grande do Norte, uma; Paraíba, quatro; Pernambuco, 79 (em um total de 184); Alagoas, dez; Sergipe, três; e Bahia, seis. Finalmente, na Região Sudeste: Espírito Santo, cinco; Minas Gerais, seis; Rio de Janeiro, cinco e São Paulo, nove. Nesse pleito, em todo o País o PSB elegeu 1.303 vereadores.

Do que precede, verifica-se que o PSB vem conseguindo algum enraizamento em determinadas unidades da federação, sem que semelhante resultado se tenha universalizado. Nos primeiros quinze anos após a reorganização, conseguiu promover uma nova liderança, a de Célio de Castro, em Minas Gerais, e identificar com a sua legenda lideranças consagradas, como a de Roberto Saturnino, no Rio de Janeiro, e a de Miguel Arraes, em Pernambuco.

Em 2002, contudo, por divergências com o partido que o elegeu governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho ingressou no PSB e logo conseguiu maioria no diretório, porquanto pretendia candidatar-se à Presidência da República pela legenda. Nesse propósito, obteve o apoio do Presidente do PSB, Miguel Arraes mas provocou o afastamento de outro socialista histórico, Roberto Saturnino.

– O Programa do PSB

Muito apropriadamente, os reorganizadores do PSB resolveram adotar o mesmo programa que havia sido elaborado em 1945. Como há de ter verificado o participante deste curso, pela transcrição efetivada no volume precedente, trata-se de um documento primoroso, magnificamente escrito, que expressa grande prudência e sabedoria política. O intróito que lhe foi adicionado, em contrapartida, não tem estilo, além de confuso e redundante.

O Programa do PSB foi escrito por um notável grupo de intelectuais, entre os quais sobressaía João Mangabeira (1880/1964), escolhido presidente da nova agremiação, e Hermes Lima (1902/1978), eleito representante do PSB à Assembléia Constituinte de 1946.

O Programa do PSB reitera, sempre que oportuno, seu inequívoco compromisso com o sistema democrático-representativo. Antes de mais nada, deixa claro que a aplicação dos princípios que preconiza não se constituirá “em solução de continuidade na história política do País, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro”. Desse modo, rompe frontalmente com a tradição, emergente nos anos trinta, de “passar o País a limpo”, “inaugurar os novos tempos” e outras tiradas messiânicas desse tipo.

O Programa expressa a intenção de preservar a Federação brasileira e a autonomia municipal. Todas as principais características da organização democrática do Estado são claramente referidas.

O PSB incorpora, como “patrimônio inalienável da humanidade”, as conquistas democrático-liberais, embora as considere insuficientes para alcançar a almejada eliminação do sistema econômico que se baseia na “exploração do homem pelo homem”.

Se chegar a alcançar o poder, o PSB preservará a liberdade de organização

partidária.

As transformações que almeja introduzir na estrutura econômica do País também são apresentadas de forma equilibrada. Assim, preconizando a “gradual e progressiva socialização dos meios de produção”, entende que somente deverão ser realizadas na medida em que as próprias condições do País o exijam. Ainda mais: a mencionada socialização não é identificada com a posse estatal, não poderá ser efetivada ao arrepio do Parlamento nem exclui a circunstância de que possam ser preferidas organizações cooperativas. Tampouco se cogita da completa eliminação da propriedade privada.

O documento evita a expressão “luta de classes”, dando preferência a “antagonismo de classe”.

Finalmente, o PSB não pretende identificar-se com nenhuma concepção filosófica nem circunscrever-se à defesa de determinado grupo social, dizendo-se comprometido com todos que vivem do próprio trabalho.

Limitamo-nos a transcrever o intróito da autoria dos reorganizadores que, a nosso ver, destoa do programa original. Segue-se a transcrição:

“Os partidos devem revelar nitidez em seus programas e em suas práticas. O Programa que adotamos é o mesmo do dos fundadores do Partido. É de dramática atualidade. Quarenta anos depois, o País se vê prisioneiro das mesmas formas de exploração. Ainda agravadas pela brutalidade da ditadura militar. O programa é em si mesmo uma denúncia. Caberá à vida partidária incorporar ao seu programa a denúncia e o combate a antigas formas de exploração, agora mais bem identificadas. A comprovada discriminação racial, a opressão às minorias, às mulheres e às crianças, a violência contra manifestações culturais alternativas, a degradação da qualidade de vida e a depredação do meio ambiente e o genocídio das nações indígenas. Haverá também lugar para uma moderna declaração dos direitos do ser humano que contemple efetivas garantias de cidadania em face do controle exercido seja pelas grandes corporações, estatais ou provadas, seja mediante o uso da informática e dos meios de comunicação de massa, e agregue aos direitos individuais tradicionais: o direito social à educação, à saúde, ao transporte público, à habitação e ao saneamento básico; o direito de vizinhança, ao seguro-desemprego e às novas formas de organização social e comunitária, o direito à privacidade, o acesso à informação e ao controle das atividades estatais e à mais ampla participação política. Finalmente, um Partido Socialista moderna haverá de estar aberto à descentralização mais completa do poder; aberto à interferência sistemática dos cidadãos, ao mesmo tempo em que buscará valorizar a soberania popular mediante o controle, pelo Legislativo, das atividades do Estado numa economia progressivamente socializada. Este Partido, porque Socialista, não se conformará apenas com um programa democrático, mas também com uma organização democrática, avessa a máquinas partidárias, a clientelas e a oligarquias. No plano externo, o Partido Socialista lutará pelos princípios de autodeterminação dos povos, pelo fortalecimento dos organismos internacionais, contra todas as formas de imperialismo, colonialismo e belicismo, nelas incluídas as propostas hegemônicas das grandes potências. Pela organização de países do Terceiro Mundo e pelo maior entendimento entre as nações latino-americanas em sua luta comum pela afirmação soberana de seus interesses nacionais, inclusive na negociação profunda de uma dívida externa contraída por governos ilegítimos.

O Partido Socialista é um partido aberto, sua vontade será a vontade de seus militantes. Para a execução de seu programa convoca todos os setores e movimentos populares, democráticos e socialistas; mas para a defesa do regime civil e das liberdades

públicas, dispõe-se a aliar-se com todos os brasileiros. A Assembléia Nacional Constituinte será o momento decisivo da reorganização democrática do Estado brasileiro. Convocamos todos os socialistas para participarem de sua eleição e nela cumprirem seu papel. Liberdade e socialismo.”

– Elaboração doutrinária

Ao assumir a presidência do PSB – e certamente louvando-se da experiência de participação nas eleições de 1986 e na Assembléia Constituinte, que apontava nitidamente a impossibilidade de, atuando isoladamente, exercer qualquer influência – Jamil Haddad passou a empenhar-se na constituição do que veio a ser denominada de *Frente Brasil Popular*, que concorreu às eleições de 1989 com a chapa Luís Inácio Lula da Silva (PT), para presidente da República e José Paulo Bisol (PSB), para vice-presidente.

Na apresentação do livro *Prestando contas* (Brasília, 1990), em que Jamil Haddad resume a sua atuação no Senado, o jornalista Armando Rollemberg presta o seguinte depoimento: “No futuro, quando os historiadores forem recordar a formação da Frente Brasil Popular – a articulação que levou um operário a disputar pela primeira vez e com chances reais de vitória a presidência da República em nosso país – não haverá de passar despercebido o papel desempenhado pelo senador Jamil Haddad ... Jamil Haddad foi dos primeiros a perceber a necessidade de as esquerdas se unirem em torno de um programa e de um candidato para disputar o poder central. E muito antes de serem iniciados os contatos entre os partidos, já não fazia segredo de que em sua opinião não havia ninguém em melhores condições do que Lula para encarar essa candidatura. Foi assim, com esse desassombro, que Jamil foi abrindo caminho. Primeiro, convenceu seu partido – o PSB – de que essa posição era a mais correta. Depois, devidamente credenciado pelo PSB a prosseguir perseguindo o acordo, sentou-se à mesa do entendimento com os dirigentes do PT e do PC do B. Na costura dessa grande aliança, ele serviu de linha, de ponto de ligação, de aparador de arestas”.

A postura capitaneada por Jamil Haddad correspondia a uma contradição flagrante em relação ao comportamento dos socialistas desde a reforma partidária de 1980, que perseguira a formação de um grande partido socialista, ao invés de diluir-se numa “frente”. Obscurecer, também, a natureza democrática do socialismo, diluindo-se na esquerda, sinalizando de modo errado ao eleitorado, que tende naturalmente a dividir-se em correntes de opinião com as quais, de uma forma ou de outra, os partidos políticos deveriam ajustar-se.

Coube a Roberto Amaral Vieira, na condição de secretário-geral do PSB, buscar uma justificativa teórica para as contradições antes enunciadas, no documento *O PSB e as eleições presidenciais de 1989*, adiante transcrito.

Começa com um trocadilho, buscando estabelecer distinção entre “partidos-frente” e “frente de partidos”. Nesse documento, o autor avança uma conceituação de partido político que imagina seria distinta do modelo leninista, mas, na verdade, corresponde ao mesmo entendimento.

Como indicamos precedentemente, na apresentação do Programa do PSB, os seus fundadores recusavam modelos pré-fabricados, bem como a armadilha de identificar socialismo com estatização da economia, admitindo ainda que sua implantação seria progressiva, respeitadas as condições e tradições do País.

Em contrapartida, embora pareça admitir que a “revolução socialista” possa

efetivar-se sem recurso à força, a concepção de Roberto Amaral Vieira é caudatária das famosas discussões suscitadas pelos comunistas acerca do “caráter da revolução brasileira”. Para esse autor, o partido político é uma expressão de determinada classe, e a questão central que se coloca é a da classe hegemônica (nessa transição, naturalmente, está implícito que o partido é que fala pela classe). A única diferença do modelo leninista consiste em que admite a existência de tendências internas, “subordinada(s) todavia, nas questões fundamentais, à obediência às decisões partidárias coletivas”. Exclui também que essa tendência disponha, formal ou informalmente, de direções próprias, tendo em vista, talvez, a situação do PT.

No texto em apreço, Roberto Amaral Vieira parte da premissa de que os reorganizadores do PSB, desde 1984, entenderam que “o momento político exigia a conformação do pluripartidarismo, ensejador das definições ideológicas programáticas”. É interessante que a vigência do personalismo seja apresentada como exigência do “momento político”. Só depois dessas definições é que emergiria a questão da “frente”. Apresenta o ponto de vista do PSB e a divergência com o PCB, por onde se vê que preconiza posições mais rígidas que este último. Senão, vejamos.

Escreve: “Os setores mais conservadores da esquerda combatiam tanto a emergência de partidos de esquerda-socialista quanto a conveniência de uma frente de esquerda, as teses da direção socialista do PSB. Defendiam, uns e outros, a constituição de um amplo partido de esquerda, mais democrático-burguês do que socialista, mais social-democrata do que socialista, que, conservando o que havia de ‘charme’ do PMDB, adotasse uma linha programática que não ameaçasse a grande burguesia nacional. Era, na verdade, um projeto neoliberal cujo caráter ideológico se revelava numa segunda e substantiva divergência relativa ao caráter de Frente. Defendíamos uma frente de esquerda socialista, flexível, como núcleo representativo dos trabalhadores, disposta a ampliar suas alianças com os partidos progressistas e as amplas forças e organizações do movimento social”

Dessa vez, a divergência é com o PCB. Afirma: “Para esses companheiros, a frente deve ser a mais ampla possível, não importando que sua hegemonia esteja com a direita, como tem ocorrido historicamente, inclusive na frente que se desdobrou na Nova República. (Daí a crítica deles à ‘estreiteza’ da Frente Brasil-Popular, que, para eles, só seria realmente uma Frente se, desde o primeiro turno, já incluísse, digamos, o PMDB...)”.

Para que não parem dúvidas quanto ao referencial do autor (o partido único leninista e não a experiência do socialismo democrático europeu), veja-se o que afirma mais adiante: “O PSB entendia, desde então (isto é, desde as eleições de 1986), a necessidade de todos os partidos de esquerda crescerem como um todo, convencido que estava, e está hoje, mais do que nunca, que cessada estava a utopia européia da construção do partido único, farol da humanidade e construtor da revolução, caracterizada pelo assalto ao poder através de uma sublevação. Essa, a revolução, do nosso ponto de vista, dar-se-ia, dar-se-á, como conquista de uma política de frente que reúna todos os partidos de esquerda e possa ampliar seu arco de apoio ao conjunto maior da sociedade, onde se instalam forças outras democráticas, social-democratas e de esquerda sem vinculação socialista”.

O autor apresenta ainda o “saldo da eleição presidencial” como consistindo na afirmação nacional do PSB e em ter contribuído, “estrategicamente, para o processo revolucionário brasileiro, cuja base ancilar é a organização da sociedade e a formação de seu bloco histórico renovador”. No melhor estilo estalinista, segundo o lema de que “o golpe principal deve ser desfechado contra aquelas forças que podem desviar o proletariado do caminho revolucionário”, Roberto Amaral Vieira desfecha uma crítica contundente contra os

diversos aliados que só tardiamente (no segundo turno) aderiram à Frente Brasil Popular.

Roberto Amaral Vieira permaneceu à frente do PSB durante cerca de dez anos, desde a reorganização, em 1985, até o congresso realizado em fins de 1995. Nesse período, desenvolveu ampla atividade teórica. Além dos textos que divulgou em parceria com Antonio Houaiss, primeiro presidente da agremiação (entre outros *Socialismo e liberdade*, 1990, e *Variações em torno do conceito de democracia*, 1992), redigiu os “informes” aos congressos, visivelmente tendo por modelo o PCUS. A exemplo do partido soviético, também o Secretário Geral é que deveria ser a figura-chave. Para aferir o teor desses trabalhos, parece suficiente transcrevermos a parte final do documento *Teses controversas* (Brasília, 1992).

O autor começa afirmando que o “PSB foi dos poucos partidos de esquerda, e particularmente da esquerda socialista, que não padeceu qualquer sorte de abalo sísmico” em face do fim do comunismo totalitário na extinta URSS. O esclarecimento tornava-se desnecessário, bastando verificar que não dá o menor valor à “democracia burguesa”, (que não só chama de “ditadura”, como escreve preciosidades deste tipo: “O autoritarismo claro, objetivo, é o estado latente do capitalismo, prestes a vir à tona, com toda a sua força, como arma de defesa do sistema de classe, ameaçado, em face das pressões sociais decorrentes dos momentos de crise (uma recessão prolongada, por exemplo) e de possível disfunção ou desmoração. Neste ponto se nivelam Brasil, Bolívia, Chile, Alemanha, Itália, Suíça, Suécia...” Não falta nesse arrazoado o elogio da União Soviética e de Cuba. No fundo, o autor quer se valer das franquias democráticas para substituir o sistema democrático representativo pelo sistema cooptativo, em uma reafirmação de sua recusa do socialismo democrático do Ocidente. Supunha-se, entretanto, que tinha sido justamente essa espécie de socialismo o que levou homens da categoria de João Mangabeira e Hermes Lima a afrontar a contundência do ataque dos comunistas e tentar firmar, em nosso País, um mínimo de tradição socialista autêntica, já que o nome daquela de que se louva chama-se *comunismo*.

Roberto Amaral Vieira dedica-se ainda a uma avaliação do processo industrial brasileiro, valendo-se das diversas categorias marxistas aparecidas para explicar como países atrasados da África e da Ásia, por um passe de mágica, transitaram diretamente ao regime socialista. Dispensamo-nos de proceder desde logo à análise de tais aspectos porquanto aparecem talvez com maior nitidez na atuação e na elaboração doutrinária do PT, de que nos ocuparemos adiante (Texto IV).

Na parte final do documento considerado, Roberto Amaral Vieira revê a defesa precedente da “frente das esquerdas” e empreende uma crítica demolidora a todas as agremiações que supostamente situar-se-iam naquele arco, crítica de que não escapa nem o próprio PT. Em uma arenga estalinista completamente despropositada diz, por exemplo, que “a social-democracia surge como desdobramento das dificuldades encontradas pelo capital monopolista europeu, em consequência da integração de suas economias no mercado internacional... O projeto social-democrata europeu foi e é sustentado por uma associação das frações monopolistas do capital nacional com estratos superiores da classe operária...”

Devido a essa tese (que lembra Lenine denunciando a “aristocracia operária” e apostando, nos começos do século, que o capitalismo não teria condições de generalizar o bem-estar material, impossível de negar às vésperas do novo milênio, como faz o autor), que é aceita como um dogma no qual a realidade deve enquadrar-se, não faz sentido a existência do PSDB, já que o capital monopolista brasileiro não tem interesses próprios e obedece à batuta do capitalismo internacional. O autor não chega a advogar a necessidade do partido único, mas afirma, sem qualquer cerimônia, que só o PSB seria o detentor da verdadeira proposta socialista. Escreve coisas deste tipo, depois de demolir todos os eventuais parceiros:

“Queremos dizer que para o PSB – partido que deve ter vivos e presentes projetos de curto, médio e longo prazos, distintos e nem sempre sucessivos – estão dadas as condições objetivas para tomar a si a bandeira do socialismo democrático. Só a história, derivada de nossa prática, poderá dizer se estamos ou não à altura dessa desafio”.

Quisemos insistir no caráter nitidamente estalinista do encaminhamento que o seu primeiro secretário-geral pretendeu imprimir à agremiação – ao arrepio do teor da mensagem imaginada por seus idealizadores e em franca contradição à iniciativa da adoção do mesmo programa de 1947 – para fazê-la contrastar com a resolução aprovada no chamado Congresso do Cinquentenário (Resolução Política do VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, novembro de 1997), documento que igualmente transcrevemos.

Após reafirmar a continuidade do ideário dos fundadores, “que inscreveu em seu programa, em 1947, a associação do socialismo com liberdade, ideário que reanima nossas crenças e torna ainda mais atual nossa luta, pois a construção do socialismo com liberdade e democracia é tarefa contemporânea, possível e necessária”, diz-se textualmente: “O Partido deve, em consequência, se afirmar como uma força política nacional e não como agremiação de uma classe, porém, como um Partido que vê o país a partir das perspectivas dos setores populares, e assim procurar se constituir em uma entidade que expresse a real necessidade e preocupações da maioria substancial da população brasileira que ainda continua excluída do planejamento social e do processo político”.

Depois de enfatizar o papel mediador do partido político, distingue partido de quadros de partido de massas, optando por buscar configurar-se em consonância com o último modelo. A arenga revolucionária é substituída por uma plataforma que enfatiza estes pontos:

- preservação da autonomia nacional, que estaria ameaçada pela globalização, o que requer, entre outras coisas, reforma do Estado e do sistema tributário;
- fortalecimento da federação;
- consolidação dos movimentos populares;
- solução das desigualdades sociais e regionais e, finalmente, uma aliança nacional que leve à construção de uma candidatura de centro-esquerda, “para derrotar o projeto liberal e executar um programa de governo que assegure a retomada do desenvolvimento e do emprego, a defesa da economia nacional, das conquistas sociais e impeça a destruição da Federação”.

Embora o novo direcionamento do PSB buscasse certamente ajustar-se ao papel que os fundadores lhe atribuíam, não mereceu a correspondente elaboração teórica. Além disto, com o domínio da legenda pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, voltou a sofrer novo desfiguramento. Expressa-o bem o afastamento do Senador Roberto Saturnino.

Os textos a seguir transcritos permitem confrontar duas concepções de socialismo. A primeira devida a Roberto Amaral Vieira – que antes cometamos –, secundada por Célio de Castro (então prefeito de Belo Horizonte, que referiremos a seguir). A segunda do Senador Roberto Saturnino.

O posicionamento de Roberto Amaral e Célio de Castro reflete claramente a mentalidade maniqueísta e simplificadoria que tem impedido os socialistas brasileiros de fazer uma clara opção pelo socialismo democrático, com todas as implicações daí decorrentes, única hipótese segundo a qual poderiam vir a constituir-se em uma alternativa de poder.

O texto de Célio de Castro foi escrito para balancear os resultados das eleições de 1994, parte deste reconhecimento: “Os partidos de esquerda e as Frentes Populares experimentaram uma severa derrota político-eleitoral tanto a nível nacional quanto nos estados. Os dados falam por si: derrota no primeiro turno nas eleições presidenciais, vitória em apenas seis estados nos pleitos estaduais e resultados sofríveis na escolha dos deputados e senadores. Acrescente-se que aqueles estados da Federação onde as esquerdas conseguiram eleger os governadores não são os de maior peso econômico em significado político”.

As razões da derrota consistem basicamente no fato de que um grupo oligárquico conseguiu neutralizar os demais, contando com apoio internacional, tendo a possibilidade de mobilizar a máquina do governo e obtendo sucesso na manipulação da opinião pública. De seu próprio lado, diz o seguinte: “É incorreto ignorar os erros políticos e eleitorais da campanha das esquerdas. Na sua maioria, são erros históricos que eclodiram na disputa eleitoral. No momento oportuno, deverão sofrer uma rigorosa avaliação. Quanto a mim, não desejo proceder a essa análise no momento. Momento em que as forças de esquerda exibem uma pseudo-crítica lamurienta e queixosa, eivada de acusações e caça aos culpados pela derrota nas urnas, e de bodes expiatórios”.

Em continuação, o autor apresenta o que seria o “Consenso de Washington”, caricatura grotesca das políticas governamentais, da qual dificilmente poderiam resultar propostas alternativas, servindo apenas para transmitir a impressão de que se limita a defender o *status quo*. Só que, para setores crescentes da população, torna-se claro que os beneficiários da situação atual são pessoas de carne e osso, que se encontram encasteladas no próprio Estado, e não uma hipotética burguesia.

Como poderá verificar o leitor por seus próprios meios – pela leitura do documento que ora comentamos e adiante transcrevemos –, a partir dos resultados eleitorais que deu a vitória à “direita”, o autor traça cenários catastróficos, dos quais poderão surgir “conflitos sociais abertos, quicá violentos” ou, pelo menos, “conflitos setoriais parcialmente resolvidos, insatisfação social e turbulências políticas”. O que se pode dizer de tais “esperanças” seria que, no caso brasileiro, das apostas no “quanto pior melhor” têm resultado simplesmente “quanto pior, pior mesmo”.

O socialismo democrático ocidental – no qual se inspiram João Mangabeira e as principais lideranças que organizaram o PSB, contrariando toda a tradição autoritária brasileira – sempre se manifestou solidário com o seu País, colocando os interesses deste acima de ambições político-partidárias. O ensinamento que flui da experiência de socialismo europeu é a de que, se para chegar ao poder, imprescindível se torna que o País seja lançado no abismo e na desorientação, mais vale abdicar daquele propósito (chegar ao poder), e tratar de impedir que desastres de tal magnitude possam ocorrer. Enquanto os socialistas brasileiros persistirem na ignorância de ensinamentos dessa ordem, continuarão simplesmente a reboque do autoritarismo patrimonialista, que tem revelado grande capacidade de encontrar defensores de seus interesses, sempre adequados às circunstâncias. Num tempo, a ditadura Vargas. Noutra, a construção, se possível pelo voto, de um sistema autoritário que possa rotular-se como sendo “de esquerda”.

Em suma, de lideranças do tipo de Célio de Castro, dificilmente poderá surgir uma agremiação socialista digna do nome, isto é, afeiçoada ao socialismo democrático ocidental.

O texto de Roberto Saturnino Braga, transcrito como Leitura Suplementar, acha-se dotado de maior grau de sofisticação. Intitula-se *Socialismo sempre* e trata basicamente das relações entre ética e política, a partir do pressuposto de que o socialismo seria uma doutrina

de índole moral, contrapondo-se claramente à idéia marxista de “socialismo científico”.

Escreve Roberto Saturnino: “Sim, antes de tudo o socialismo é uma Ética; ninguém é socialista senão por um impulso que fala de justiça, de igualdade, de respeito e valorização do trabalho, de solidariedade e mesmo de fraternidade entre os seres humanos e que, por isso mesmo, é de natureza ética”.

Em seu texto, Roberto Saturnino repassa a meditação ética com ênfase no ciclo posterior a Kant, para concluir que o sentimento ético (“inconformidade absoluta com a injustiça estrutural”) “caracteriza, distingue e anima o socialismo”. Pondera: “Não se quer dizer aqui que os que não são socialistas não condenem a injustiça e não sejam tocados pela solidariedade humana. Não se trata disso, mas do fato de que sejam eles absolutamente tolerantes com as desigualdades estruturais constituídas pela propriedade, tida por eles como inevitáveis, em nome da realidade imutável do ser humano e do direito sagrado da propriedade. Como também do fato de que considerem que qualquer tentativa mais profunda de correção deste mundo real e injusto acaba por produzir resultados ruins, piores, em termos econômicos e políticos. E a solidariedade humana, para eles, deve ser louvada, exercitada, sim, mas antes no âmbito da iniciativa individual, da generosidade pessoal e mesmo da caridade do que no campo da política, dos deveres do Estado e das decisões da esfera pública”. Tendo sido possível alcançar-se a eliminação dos privilégios de casta e nobreza, das divisões intransponíveis entre seres humanos e da tortura; e a condenação definitiva da escravidão, pergunta: “Se foi possível uma evolução tão importante, por que não será pensável a sua comunidade até a sociedade justa, onde não haja desigualdades estruturais de classe nem instrumentalização do homem?” enfim, o mundo pode ser mudado “mesmo ao longo de séculos ou milênios, desde que se lute por essa mudança no presente do dia-a-dia”.

Roberto Saturnino não se furta de apontar o equívoco do marxismo, ao retirar do “socialismo a sua dimensão principal, a sua fundamentação ética”, em nome do cientificismo, embora, considere acertada a sua crítica ao capitalismo.

Na consideração do complexo tema das relações entre moral e política, Roberto Saturnino reconhece que sempre tiveram “suas áreas de atrito, suas incompatibilidades”. Estabelece: “Não me refiro evidentemente ao possível comportamento vil dos governantes, à corrupção e à roubalheira, mas a pontos de conflito que são inerentes a ambos os conceitos e próprios da atividade política. Situam-se estes conflitos nas questões da violência e da mentira.” Sua discussão sobre esses aspectos é densa e profunda, explicitando por que pode se aceitar o que Weber denominou de “ética da responsabilidade”, em que pese a sua fundamentação liberal. Sua conclusão é clara e enfática: por que achar muito exposto à observação pública, o político “deve ser fundamentalmente ético, porque antes de tudo sua missão é dar o exemplo ao povo de comportamento moral”.

Para Roberto Saturnino, a exigência de democracia decorre da base ética comum alcançada – em grande número de sociedades, e não em toda parte, qualificação que deve ser considerada imprescindível, com a qual o autor certamente concordaria –, porquanto quer se fundem na razão ou no sentimento, “concordam em que o ser humano é um fim em si mesmo e, por conseguinte, é um sujeito de direitos essenciais. Decorrência direta dessa vigência é a exigência da democracia como sistema de organização do Estado, conceito este cujo significado todos conhecem, mesmo admitindo variações na forma. Democracia é, pois, uma conquista definitiva da humanidade; veio para ficar. Estabelecida em nome da Ética, dos direitos humanos, ela mesma, todavia, vem produzindo, de maneira crescente, paradigmas de política cínica, completamente desligados da Ética, praticados em nome da eficácia”. Tem em vista sobretudo a influência que o dinheiro pode adquirir no processo eleitoral, diante da

influência que os meios de comunicação passaram a exercer na vida social.

A análise da questão da propriedade também se reveste de alto grau de elaboração, fugindo às simplificações de praxe. Louva-se das proposições de John Rawls – autor pouco conhecido no Brasil, cuja obra principal passou a fazer parte da Coleção “Pensamento Social-Democrata” –, razão pela qual conviria referir suas teses básicas. Segundo ele, o contrato social justo deveria basear-se nesta premissa: “Todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, ingressos e riquezas e as bases do respeito a si mesmo – devem distribuir-se igualmente, a menos que uma distribuição desigual de qualquer e de todos esses bens seja vantajosa para todos”. Por essa via, o autor chegaria a este princípio básico que deve reger a vida social: “A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento”. Na concordância com as teses de Rawls, Roberto Saturnino não se atém à distinção liberal entre *igualdade de oportunidades* e *igualdade de resultados*, o que dificulta o entendimento do tipo de intervenção corretora que recomendaria, notadamente o tão desgastado princípio da “propriedade estatal dos meios de produção”. Saturnino parece distanciado de proposições desse tipo, cifrando-se sua exigência no sentido de que “ao direito de propriedade deve corresponder, com a mesma efetividade, um outro voltado especificamente para os despossuídos, o direito ao trabalho, o direito ao emprego, condição necessária para a consecução da vida digna do ser humano qualquer”.

Os tópicos finais do ensaio de Roberto Saturnino Braga estão dedicados, o primeiro, à refutação da tese segundo a qual o fim do chamado “socialismo real” significaria a inevitabilidade da permanência do capitalismo, como horizonte insuperável. No segundo, esboça alguns pontos de uma proposta socialista que, segundo supõe, contribuiria para a retomada do desenvolvimento sem submissões ao capital internacional, mas também sem isolacionismo autárquicos. São estas as suas palavras finais: “A visão ética do Socialismo contempla algo de muita importância além do poder pelo poder, embora de maneira alguma menospreze a conquista do poder para fazer valer sua Ética. Isso de tão importante é a formação de opinião, o desenvolvimento da cultura política do povo que se pode fazer avançar mesmo fora do poder formal, com razões sólidas, com palavras, com argumentos e principalmente com exemplos”.

Parece óbvio que o esforço de Roberto Saturnino Braga dá-se no sentido de recuperar o espírito dos fundadores da agremiação, João Mangabeira à frente. Sem sombra de dúvida é um passo importante, mas sobretudo um começo. O encontro da fórmula segundo a qual o socialismo funcione como uma espécie de fermento moral no seio da sociedade requer um conhecimento de tal envergadura da realidade nacional, com suas arraigadas (e nem sempre favoráveis ao progresso), tradições culturais, que os socialistas brasileiros estão longe de suspeitar, mesmo uma personalidade da categoria intelectual de Roberto Saturnino Braga.

– Textos doutrinários de Roberto Amaral e Célio de Castro

Apresentam-se, a seguir, textos de Roberto Amaral Vieira, Célio de Castro e Roberto Saturnino Braga, além da Resolução do VI Congresso, realizado em novembro de 1997.

TESES CONTROVERSAS(1)

Roberto Amaral Vieira

V – Os socialistas e a social-democracia

A crônica política não distingue – e parece intencionada a não fazê-lo – as diferenças de projetos políticos que tentam firmar-se no atual pluralismo partidário brasileiro. Assim, passa a nomear como de esquerda as mais variadas concepções, desde as que se revelam pelo simples desejo pessoal ou de grupo contrariado, até às que participam da oposição apenas para formar um espaço junto ao bloco dominante. Há, portanto, a esquerda que faz a opção pelo socialismo – ou seja, que pretende substituir o capitalismo por um sistema socioeconômico que solucione os graves problemas nacionais e internacionais – e a esquerda que pretende apenas reformar e bem gerir o capitalismo em suas diferentes feições, nacional, multinacional, transnacional.

Essa dupla tendência reflete, essencialmente, o fato de que a internacionalização do mundo moderno é, tendencialmente também, totalizante: a humanidade inteira, em termos de detenção e de fruição dos bens da Terra, materiais e imateriais, vai do pólo rico ao pólo pobre, incluindo-se entre estes dois pólos todos os seres humanos: isso faz com que um milionário ou meramente rico paquistanês – cujo país tem uma renda *per capita* vil, ou quase vil – se insira política, ideológica, culturalmente, no pólo rico, ou um pensador desalienado norte-americano ou japonês se insira no pólo pobre. Os ricos brasileiros são assim outra coisa que a massa brasileira: há os servidores (e beneficiários) do capitalismo nacional que, em crise, aderem gostosamente ao multinacional ou transnacional, pois que a solução socialista dos problemas nacionais, por visar a todos e não apenas uma grei, é extremamente mais complexa, exigindo sacrifícios não raro enormes, mas sempre menores, relativamente, para os já sacrificados. A história do Brasil se desdobra dentro desse esquema, que é, no presente, de ofuscante evidência.

Inviabilizado o projeto de transição corporificado na Aliança Democrática, revelada a verdadeira face do governo Sarney, com sua subordinação aos interesses oligárquicos e antinacionais, manifestados os efeitos da composição política do partido majoritário, alguns setores progressistas oscilaram entre uma opção socialista e um projeto de tipo social-democrata. Essa dúvida decorria de manifesta incompreensão da natureza da social-democracia.

A social-democracia surge como desdobramento das dificuldades encontradas pelo capital monopolista europeu, em conseqüência da integração de suas economias no mercado internacional. As condições de concorrência a que foram submetidos aqueles países levaram a uma coalizão de classe que assegurava, ao mesmo tempo, a formação de um grande mercado interno e uma elevada taxa de produtividade do trabalho.

O projeto social-democrata europeu foi e é sustentado por uma associação das frações monopolistas do capital nacional com estratos superiores da classe operária, representados pela burocracia sindical. Essa associação viabiliza a manutenção de elevadas taxas de produtividade e um mercado interno em permanente expansão. A crise do capitalismo no plano mundial é, justamente a crise desse modelo, que nossos social-democratas querem, sempre discronicamente, implantar no Brasil.

É que a proposta do socialismo partia do pressuposto de que a sua consumação, ou pelo menos advento seria tanto mais factível quanto mais rápido se mundializasse. As seqüelas da Primeira grande Guerra Mundial barraram o advento do socialismo de duas maneiras: burocratizando-o e autocratizando-o, se num país só – foi o caso da União Soviética – ou diluindo-o e subordinando-o ao serviço do capitalismo, castrando ao socialismo sua

vocação internacionalizante original e insuflando ao capitalismo “morigerado” a redução da exploração do homem pelo homem *intra muros* nacionais, o que permitiu que o outro capitalismo, o “não morigerado”, atingisse o auge da exploração colonial até após a Segunda Guerra Mundial.

Assim, quando afirma que “a social-democracia contemporânea é a síntese histórica que procura superar as limitações do capitalismo do século XIX e os aspectos discutíveis do socialismo”, o programa do PSDB insiste no equívoco. Escrevendo antes dos teóricos de hoje, o poeta Hélio Pellegrino a eles se antecipava em sua crítica irresponsável: “É cinismo sinistro apontar-se os Estados Unidos ou a Alemanha Ocidental como modelos a serem imitados – e atingidos – pelas nações pobres da Ásia, da África e da América Latina. Para tanto, seria necessário que as potências de primeira grandeza fossem colonizadas e esbulhadas pelos países subdesenvolvidos, invertendo a presente relação de forças”.

Além disso, a social-democracia brasileira não conta nem com um setor monopolista do capital a quem interesse liderar uma coalizão do tipo social-democrata e muito menos, ainda, com uma classe operária que tenha constituído uma aristocracia sindical capaz de tornar viável tal projeto. O capitalismo monopolista brasileiro – muito mais ligado aos interesses do capitalismo internacional do que a um projeto nacional – não se interessa (porque dele também não depende) pela formação de um potente mercado interno para seus produtos e muito menos investe na elevação da produtividade, pois enfrenta a concorrência internacional através da associação de subsídios financiados pela sociedade aos baixos salários que paga aos trabalhadores brasileiros.

Uma vez mais um truísmo de força didática, para revelar mais uma vez os equívocos históricos daquilo que procura ser a social-democracia brasileira: a nossa sociedade não é a europeia mediana, nem a europeia desenvolvida muito menos. Sua estrutura social admite ainda – e por quanto tempo, quem saberá dizer? – uma classe operária grande – que vem crescendo muito desde os anos 50, e que cresceu ainda muito nos tempos milagrosos dos governos militares, e que continuou crescendo mesmo sob a recessão –, uma estrutura agrária que nada lembra as estruturas francesa ou alemã, ou mesmo espanhola, nada obstante a redução da população agrícola e do desenvolvimento do assalariado rural, o trabalho agrícola aqui é diverso, negativamente distinguido, com a convivência de formas capitalistas adiantadas com outras que transitam do bóia-fria a formas torpes de escravidão, subescravidão e servidão. Em outras palavras, país subdesenvolvido, o Brasil possui muitos dos problemas do capitalismo tradicional, e se isso é verdade, e o é obviamente, nós temos os problemas e principalmente muitas das tarefas da esquerda tradicional, e cumpre, portanto, assumi-los e assumi-los sem pejo. Ou seja, cumpre organizar o movimento sindical tradicional, sim, cumpre organizar partido em torno desse movimento sindical, sim, como cumpre construir uma linguagem e um projeto específico para população de classe média, sabiamente permeável a esse discurso, como o demonstrou exemplarmente a campanha 1989, cumpre ainda desenvolver uma política de unidade dos setores proletários e urbanos, ou de aliança, aliança operário-camponesa como dizíamos nos anos 60, de uma forma ou de outra integrando-os, ou seja, cabe-nos essa política que, por exemplo não cabe mais na Alemanha, nem na França, nem na Espanha, nada obstante o atraso relativo desta.

O que em certo pensamento que se chama presentemente de pensamento da direita “moderna” – encantador; porém, para certos setores social-democratas e de esquerda, sequiosos do novidadeiro – tenta nos impingir é a algaravia de que somos (direita e esquerda) tão “modernos” quanto eles (a panacéia da “modernidade” social-democrata, irmã siamesa do primeiro-mundismo de Collor, são herdeiros do Brasil-grande dos militares dos anos 70), os

desenvolvidos, para convencidos, tornamo-nos compradores perdulários da idéia falaciosa de que ser “tradicional” como era a esquerda européia há 15 anos é um atraso! Ora, isso é uma tentativa de nos embutir um processo colonial de pensar. Ora, o PSB – e nenhum partido de esquerda brasileiro – vive os problemas do Labor Party inglês, e tomara que os tivéssemos, afirmando aqui o que afirmado é lá, que 70% da população vai bem, mas 30% vai muito mal. Aqui, 5% da população, se tanto, vai de muito bem a muitíssimo bem e o restante vai de mal a pior. E, portanto, vários aspectos da política “tradicional” se impõem. Nos países que resolveram os problemas básicos da população, a política exige da esquerda a realização de seu ideário político, a luta pelos interesses dos outros 30%, a luta por mais liberdade, por mais igualdade. Mas, entre nós, 80% da população não conhece a cidadania e se depara diariamente com uma questão que se renova diariamente: a própria sobrevivência física, enfrentando a fome, o desemprego, a doença e todas as formas objetivas e difusas da violência. O “pós-moderno” brasileiro não tem encantos estéticos: é menos diarreia, é menos “meninos e meninas de rua”, é menos cólera. O nosso “pós-moderno” é atraso mesmo, e portanto as nossas políticas têm que estar adequadas a essa realidade sem opções. Por esse efeito, a questão básica da esquerda brasileira, do PSB portanto, só pode ser a emancipação social das massas brasileiras, das massas proletárias, urbana e camponesa. Nesse sentido, tudo o mais é subsidiário, inclusive o nacionalismo cuja pauta, vimos, deve priorizar a questão da dívida externa, casada com a dívida econômica. Ou seja, ou isto aqui é um país que tem futuro, porque recuperou seu próprio povo, dignificando-o, ou o nosso futuro é um grande Gabão, depositário de pessoas pobres, de uma raça distinta, distinguida pela devastação genética da fome e da subalimentação. O novo proletariado de que nos falava Toynbee. A nova divisão internacional do trabalho não nos reserva outras opções.

A solução da crise de acumulação por que passa a economia brasileira não se dará mediante projetos de hegemonia do capital monopolista internacional instalado no País. Esta superação exigirá passos muito mais ousados, o que aumenta significativamente nossa responsabilidade histórica, principalmente para situar a participação de cada força política dentro do atual e futuro (re)ordenamento do quadro partidário. A alternativa brasileira sugere movimentos aparentemente contraditórios com o que parece ser hoje o panorama da correlação de forças internacionais.

Aqui se coloca a questão crucial das intermediações no quadro do estado burguês. É essa necessidade de intermediação que dá a sustentação política dos partidos que representam a social-democracia nos estados capitalistas europeus avançados.

Esses partidos, na Europa, atendem à necessidade de intermediar, em termos modernos, a hegemonia da burguesia sobre a classe operária, cooptada em seus estratos superiores, e a quem o estado de classes faz sucessivas concessões, muitas sustentadas pela sobreexploração a que é submetida a classe operária dos países periféricos. Mas, nesses estados, essa intermediação necessária, que nos países subdesenvolvidos, no Brasil e na Argentina de particular, vinha sendo desempenhada pelo populismo, requer que o porta-voz da classe dominante, o partido social-democrata, tenha condições de representatividade junto ao proletariado. Em outras palavras, só um partido inserido no movimento sindical, como por exemplo o Partido Socialista Francês, pode, no estado capitalista industrializado, proceder à intermediação entre a burguesia e o proletariado.

Por óbvias razões, no Brasil, ademais de tudo o que foi exposto, não pode desempenhar esse papel de intermediação aquele partido de parlamentares que não dispõe de inserção no movimento sindical, nem presença no movimento social. A burguesia exige de seu interlocutor a capacidade de parar as fábricas. Quem não pode pará-las, também não pode

acioná-las.

Se, do nosso ponto de vista, pelas razões de fato acima arroladas, não é histórico, entre nós, o pleito social-democrata, não há espaço no Brasil de hoje para o projeto da social-democracia, muito menos a este pleito está habilitado o partido que em seu nome se oferece à intermediação.

Observa-se, por igual, o desgaste da alternativa populista-partidária. Não há por que a burguesia intentar o diálogo intermediado, se ela já pode, hoje, no Brasil, conversar diretamente com o proletariado organizado.

Esse quadro parece-nos animador para os partidos que, recusando o papel da intermediação, ousem assumir a missão revolucionária da defesa da luta operária, da abolição da sociedade de classes, da radical transformação da sociedade capitalista, substituída pela justiça social e pela liberdade que só se realiza em uma sociedade socialista.

Abre-se, dessa forma, para os partidos da esquerda socialista, isto é, aos não-comprometidos com o projeto da intermediação, e por isso partidos revolucionários, espaço o mais amplo possível, caminho o mais fecundo. Esse espaço será ocupado por aquele organização moderna, contemporânea, histórica, democrática, que se identifica, diante da sociedade, dos trabalhadores, dos assalariados em geral, como habilitada, pela sua militância e pelo seu programa, pela sua inserção social e pela sua presença no movimento sindical, como capaz de empunhar a bandeira do socialismo e da revolução.

Se o Partido Socialista Brasileiro não tivesse, e tem, todas as razões históricas, éticas e estratégicas para negar a alternativa social-democrata e afirmar-se como partido radicalmente revolucionário e socialista, teria ainda todas as razões da conveniência tática, ditadas pelo quadro de realidade da política brasileira.

É o que intentaremos demonstrar.

VI – Espaço do PSB

1 - Introdução

nossa tese é esta: não tivéssemos todas as razões estratégicas para radicalizar a opção socialista (e como os temos!), ainda assim nos sobriam razões táticas. Delas trataremos a seguir:

o PSB reafirma sua opção tática pela política de frente, de frente popular e democrática com a hegemonia de esquerda. Se esta tese exigisse um modelo, indicariamos a Frente Brasil-Popular transitando para o palanque do segundo turno da campanha de 1989. Esta tese reforça a compreensão da necessidade do crescimento conjunto de todos os partidos de esquerda, condenando e jamais praticando a política, ainda vigente na esquerda, de políticas isoladas de crescimento que muitas vezes têm como pressuposto o enfraquecimento das demais organizações.

O PSB também reafirma a condenação de todos os projetos exclusivistas, políticos e ideológicos. Assim, não pretende ser um “partido-único” nem reivindica qualquer sorte de exclusivismo, seja da militância, seja da teoria e da prática socialistas.

Nada obstante, cumpre-lhe atuar de acordo com os dados da realidade, que revelam um enfraquecimento, senão mesmo, em alguns setores, o abandono, das teses do

socialismo.

2 – Quadro partidário no qual operam nossas escolhas

em que pesem as críticas tradicionais de esquerda à social-democracia e, no nosso caso, ademais da crítica, a denúncia da intempestividade do projeto social-democrata brasileiro, verifica-se, em seu sentido, uma inflexão da esquerda historicamente socialista. De especioso registre-se que essa inclinação não considera o desvanecimento da única opção partidária nomeadamente social-democrata.

2.1 – Do PCB ao PPS

O Partido Comunista Brasileiro, herdeiro das lutas a que tanto nos temos reportado neste ensaio, renunciou ao peso dessa responsabilidade. O seu processo de crise, da crise de interpretação do processo revolucionário brasileiro, e da crise de identidade dele decorrente, a crise que diremos instaurada a partir da catástrofe teórico-prática de 1964, alcança concomitantemente seu clímax com os reflexos, internos, da implosão do leste-europeu e da visão do socialismo a ele imanente. O fracasso de um e de outro aprofundou, apressando seu desfecho, a crise da organização comunista brasileira. Não estamos fazendo qualquer sorte de crítica aos companheiros do PCB quando afirmamos que a decisão de extinguir o antigo partido e organizar o PPS significou, numa ruptura histórica, tanto o abandono do socialismo quanto a opção pela social-democracia, como veículo e fim. Esta opção, se não está clara no discurso partidário programático, está evidente no discurso de seus principais líderes e, principalmente, em sua práxis política.

Queremos dizer que o PPS, seja porque não mais se proponha a tal, seja porque perdeu condições objetivas para tal, não empunha mais a bandeira do socialismo.

2.2 – O populismo de esquerda

Também não a empunha, se em algum momento, depois do encontro de Lisboa, realmente desejou empunhá-la, o PDT, esquecido, até mesmo do “socialismo moreno”. Seus líderes, mais precisamente seu grande líder, apegado à denúncia das perdas internacionais (pleito que pode ser levantado por outras correntes políticas, mesmo não socialista ou da esquerda), não apenas arquivaram o projeto socialista, como fazem questão de afirmar seus vínculos nacionais e internacionais com a social-democracia alemã, preferentemente.

Não é sua, portanto, a bandeira do socialismo. Não o é, e os pedetistas não desejam que o seja mais. A rosa vermelha pode ser trocada por um CIAC.

2.3 – O socialismo dificilmente “democrático”

Empunha-a, ainda, a bandeira socialista, o PC do B, mas lhe faltam condições histórico-objetivas, biográficas mesmo, para a defesa do socialismo democrático. Seus vínculos honestamente exposto, até ontem, com o stalinismo e a via albanesa, impõem uma revisão que, ademais do tempo, exige uma autocrítica que pode levar a uma autodescaracterização cuja conclusão, se não aponta necessariamente para o caminho adotado pelo ex-PCB, pode levar ao enquistamento político, vale dizer, a uma sobrevivência sem

condições de expansão, sem a qual o projeto político, que não pode dissociar-se de condições objetivas de conquista do poder; perde também suas condições subjetivas e objetivas de sobrevivência.

2.4 – O novo petismo

O Partido dos Trabalhadores, o maior partido de massa do País e o maior partido da esquerda brasileira, não se apresenta disposto a empunhá-la. Sua opção parece mais tática do que estratégica, a governabilidade, construída a partir da tese de que Lula será inevitavelmente o futuro Presidente da República. Derivada dessa tese, ao nosso ver de factibilidade ainda carente de demonstração, vem o estabelecimento de uma tática que, a) não prejudicando a tese, b) facilite o governo, seja i) viabilizando-o eleitoralmente (afirmando a tese de sua capacidade governística, calcanhar-de-aquiles da campanha passada), ii) viabilizando institucionalmente (isto é, premunindo-se dos anticorpos do golpismo). O que quer que seja está a exigir compromissos objetivos com a burguesia.

Este projeto, por óbvio, teria conseqüências tanto programáticas quanto em sua política objetiva, e, portanto, na política de alianças. É emblemático, portanto, que esse PT, reafirmando-se opositorista, privilegie, nas relações orgânicas de cúpula, partidos como o PMDB e o PSDB, e liderança como Quéricia e Jereissati (enquanto nas bases as alianças se dão com os partidos de esquerda) e que, no Congresso, privilegie as questões exageradamente superestruturais, adotando mesmo o discurso, originário da direita, formulado por Sarney e repetido por Collor, da ingovernabilidade decorrente do estatuto constitucional de 1989. Preocupados com a crise institucional – crise que é o cavalo-de-batalha da direita para a reforma constitucional na qual as massas nada têm a ganhar –, esse importante segmento da esquerda brasileira ignora a crise constituinte, a crise decorrente da natureza do poder.

Se, a longo prazo, nós, as pessoas, estaremos mortas, como há tanto tempo nos lembra a sentença de Keynes, as instituições correm o risco de se surpreenderem com os resultados de determinadas políticas de curto prazo. O oportunismo político do PMDB em 1984 – a ansiedade em fase do poder imediato – pode estar afastando-o do poder definitivamente. Ninguém parece colher a lição.

Os resultados do Primeiro Congresso do PT apontam para essa revisão de conteúdo e objetivos, donde também revisão de meios. A inclinação mais ao centro implica, a um tempo, o afastamento das teses do socialismo e uma aproximação pragmática no rumo da social-democracia. Como bem esclareceu a lucidez de Florestan Fernandes (Ver, no BS nº 4 seu artigo ‘Congresso mostrou força do centro’), a “promessa de ‘construção do socialismo’ passou por uma deflexão. Prefere-se a luta pela hegemonia à ‘luta de classes’, como se aquela pudesse ser dissociada desta. Em conseqüência, o socialismo equaciona-se aberta e sistematicamente como uma seqüência de sucessivas ‘melhorias’ desencadeadas de cima para baixo. O requisito dessa orientação consiste na permanência do poder estatal”.

O que parece demonstrado é que, à renúncia socialista, por esses partidos, corresponde o engarrafamento da via social-democrata, nos impedindo, ao PSB, a disputa nesse espaço, se em face dele não nos movessem antes outras opções estratégicas. Isto é, se pudessemos ser outra coisa se não socialista. Queremos dizer que, para o PSB – partido que deve ter vivos e presentes projetos de curto, médio e longo prazos, distintos e nem sempre sucessivos – estão dadas as condições objetivas para tomar a si a bandeira do socialismo democrático. Só a história, derivada de nossa prática, poderá dizer se estamos ou não à altura

desse desafio.

VII – Algumas poucas questões táticas

1 - Introdução

A esquerda brasileira, e aí nos referimos ao seu conjunto, donde não haver absolvição para o PSB, tem sido presa, em sua atividade política, por toda sorte de armadilhas. Todas elas de origem ideológicas, e muitas já foram referidas neste texto. Por sem dúvida que todas essas armadilhas têm conseqüência na atividade política prática. Já tratamos de questões como a “modernidade” e o “socialismo acabou”. No geral, elas representam a infiltração, no pensamento de esquerda, originariamente marxista, de categoria antiesquerdistas, originárias do liberalismo. Donde os nossos “desvios” na apreciação de questões outras como a democracia e a institucionalidade, sistemas de governo, processo eleitoral-representativo etc. Uma das questões graves, a tal respeito, é a atividade parlamentar.

Tirante aqueles partidos cujas bancadas, de composição exageradamente corporativa, têm insuperáveis dificuldades para entender o papel em si do parlamento, perdidos que estão para uma atuação conseqüente, nossa crítica se volta à incompreensão, pela esquerda, do papel, de um seu papel no Congresso, e do próprio papel do Congresso.

2 – A armadilha parlamentar

A primeira armadilha, ou contaminação ideológica, seria essa de não perceber papéis diferenciados no Congresso, como se existisse essa figura única do “parlamentar”, e, dela determinante, a suposição da existência de um só papel para todos os parlamentares.

Queremos dizer que os partidos de esquerda em geral – e o PSB em particular – ainda não souberam definir o papel do parlamentar de esquerda, de particular socialista, no Congresso brasileiro, para assim tratarmos da questão de forma a mais objetiva possível. Ou seja, a esquerda, ou seja, para o que nos diz respeito de forma mais particular, o PSB, aceita o *script* conservador segundo o qual existiria o parlamentar brasileiro, donde um papel, um determinado papel a desempenhar.

Propomos a ruptura radical dessa compreensão que põe no mesmo plano, paralisando o primeiro, o parlamentar de esquerda e o parlamentar reacionário, o socialista e o liberal, como se a cada um não correspondesse reacionário, o socialista e o liberal, como se a cada um não correspondesse uma natureza distinta de representação, e, portanto, uma natureza distinta de mandato.

O parlamentar socialista no parlamento burguês, nomeadamente quando minoritário (o PSB tem 11 parlamentares, e todas as forças progressistas vão um pouco além de uma centena de parlamentares em um colégio superior a 500 votos), tem que ser consciência da importância, mas igualmente das limitações, de seu esforço, importância e limitações que exigem uma atuação diferenciada, basicamente de classe em função dos interesses e dos segmentos sociais que representamos. Para esses segmentos, pode não ser fundamental nossa atividades legiferante, e nós próprios devemos permanentemente pôr em questão o próprio papel legiferante do Congresso, e nele nosso papel. Tanto uma como outra

coisa visam à despolitização da política.

Essa atividade legiferante, quando exercida, quando necessariamente exercida, não pode sê-lo despartada de sua preeminência política, que menos visa à correção de uma determinada anomalia da sociedade de classes (embora não desprezemos essa possibilidade quando se apresente) e mais reforça o seu papel didático, pedagógico, estratégico. Mais do que permanentemente derrotados agentes de correção do capitalismo (mercê de uma atuação legiferante que esbarra no colégio de líderes, no controle das comissões e no plenário, nos vetos presidenciais e na distorção das máquinas administrativas quando a tudo vence) deveremos ser vitoriosos aríetes do sistema.

Parece-nos evidentemente claro que o eleitorado fluminense, para tratarmos a questão pelo método exemplar, faz uma escolha de condutas e produtos quando, deixando de votar em um Dornelles ou em um César Maia, vota em Jamil Haddad. Deste não está esperando nem a defesa do monetarismo nem a “correção” de rumo dos “pacotes” econômicos, mas a posição de vigilância ativa em defesa dos trabalhadores.

Queremos resgatar, com tudo isso, um certo papel de eminência política, característico da vida parlamentar brasileira, cassado pelos governos militares. Queremos, enfrentando toda a ideologia dominante, que a atividade parlamentar não se encerre nas quatro paredes dos túneis do Congresso Nacional. Queremos dizer que a atividade parlamentar se exerce dentro do Congresso (e nem sei mesmo se nele se exerce a sua melhor parte), mas se exerce também fora dele, quando o nosso parlamentar está representando os interesses que o levaram ao Congresso, quando está atuando junto à sociedade civil, contribuindo para sua organização e sua defesa, quando está, com sua presença, garantindo a mobilização das massas, atuando nos confrontos sindicais, contribuindo para a construção de maiores vínculos de solidariedade de classes. Estamos convencidos de que os camponeses e pequenos proprietários rurais de Pernambuco, as massas do Recife, quando votaram em Miguel Arraes, não estavam esperando desse líder que se rivalizasse com Roberto Magalhães em iniciativas diferentes, ou que se deixasse seqüestrar no plenário, preso a horários de inutilidade política, votando o que antes o colégio de líderes decidiu que seria votado e como. E quando a bancada do nosso partido se reúne para decidir como votará nesta ou naquela questão, espera-se, não pode estar sendo movida pelo processo legislativo congressual, mas pela oportunidade de, nele, definir-se para a sociedade. As massas desprotegidas de Pernambuco e do Brasil precisam de Arraes valendo-se do peso de sua biografia para ajudar o processo social, onde quer que ele se trave, e não poucas vezes ele se trava fora do plenário de nossas casas legislativas. Livre, caminhando pelo país, ouvindo e falando, viabilizando projetos políticos, possibilitando o diálogo entre as forças políticas. Ao contrário, esse nosso líder é obrigado a ficar preso em Brasília, precisamente no Congresso, de terça a quinta-feira de toda semana – preso na abstração da cúpula metafórica do gênio arquitetônico Oscar Niemeyer, enquanto o mundo, lá fora, é palmilhado pelas massas agônicas, apartadas de suas lideranças. Tudo isso porque a direita decidiu, e a grande imprensa por ela ditou, que papel de parlamentar, de todo parlamentar; portanto até do parlamentar socialista, é nenhum, isto é, votar em votações já decididas.

À armadilha ideológica segue-se a armadilha física.

3 – Parlamentarismo

A questão, evidentemente, não pode ser resolvida nos limites deste texto, até porque envolve questões programáticas, de solução já incorporada pelo conjunto da militância.

O PSB, para que não corra o risco de cair numa armadilha idealista, não pode definir-se como simplesmente parlamentarista, sem definir que parlamentarismo propugna para as condições objetivas brasileiras, e sem definir também suas condições de implantação e exercício. Porque o “parlamentarismo” não é uma categoria científica, incontroversa, mas uma ideologia, e, nestes termos, definível *ad nauseam*, havendo definições e conceitos para todos os sabores do espectro político.

Esta definição é urgente, pois estamos às portas do Plebiscito de 1993, se não estivermos mais próximos da repetição de golpes legislativos como aquele do Ato adicional de agosto de 1961.

Afinal é possível que o PSB, o PSDB e o Dr. Ulysses defendam o mesmo sistema de governo?

4 – A via parlamentar

A última questão tática a aflorar, talvez perdidamente atrasada em face do adiantado do processo eleitoral nos municípios, é a reafirmação da opção eleitoral partidária nos termos hoje presentes, e nesta opção privilegiar a eleição do maior número possível de vereadores, e vereadores orgânicos, isto é, comprometidos com a programática e a organização partidárias. As eleições majoritárias, principalmente nos pequenos e médios municípios, devem ser vistas de forma crítica, considerando as condições objetivas de sua contribuição para a construção partidária, as condições objetivas de realização em administrações diferenciadas e que se processem dentro de um complexo de coalização política que contemple o maior número possível de partidos progressistas. O apoio político e parlamentar, e o apoio político-popular devem ser vistos, igualmente, como instrumento valioso na conservação dessas administrações no campo popular, resistindo ao assédio e às chantagens dos governos estaduais conservadores.

VIII – Apostando no futuro

1 – Introdução (ou o Catastrofismo nº 2)

O catastrofismo, no plano caboclo, tem duas versões, perversas, mas, nada obstante, fáceis de serem destruídas. Uma fala, como desdobramento do “fim do socialismo” lá na Europa, no fim da opção eleitoral socialista entre nós. Talvez seja essa uma explicação para determinadas guinadas de determinados partidos e líderes populares. Uma outra, sem vínculos necessários com esta, fala não para combatê-las, nas dificuldades que estariam bloqueando os passos futuros de nosso partido. A tentativa de refutação a essas duas deturpações deverá concluir estas teses, crescentemente controversas. Menos nestes pontos, esperamos.

2 – O fim da perspectiva eleitoral socialista

A perspectiva de retrocesso do voto socialista e de esquerda pode ser refutada de

plano com a simples lembrança do quadro eleitoral de 1989, com o desempenho dos candidatos de esquerda nos dois turnos, e com o avanço que imaginamos haver sido observado em 1990, este em relação ao desempenho de 1986, quando crescemos, comparativamente, tanto nas eleições proporcionais quanto majoritárias.

O avanço de 1989 vale por si, mas não seria nada mal também sua comparação com o quadro político anterior, e os pleitos presidenciais antecessores.

Estamos a ver avanços eleitorais e políticos.

Lembremos que até o colapso do regime de 46, com a ascensão do militarismo, os partidos comunistas estavam proscritos, legalmente, e, a rigor, não existiam partidos de esquerda no País. O PTB, onde militavam políticos de esquerda, era um partido que, no máximo, poderia ser considerado como majoritariamente progressista. E a aliança progressista do País, no Catete e no Congresso, reunia o petebismo ao pessedismo, conservador e rural. À sua direita a UDN, liberal-conservadora-castrense.

No Congresso, “avançada” politicamente era a Frente Parlamentar Nacionalista, opositora do IBAD, o “Centrão” da época. Mas se era a esquerda de então, não era esquerda que se possa comparar com a esquerda de hoje, pois chegava a reunir a frente nacionalista, os conservadores da “Bossa nova” udenista – Sarney, Seixas Dória, Edilson Távora – pessedistas como Dagoberto Sales, e petebistas e os poucos comunistas disponíveis, eleitos pelas mais diversas siglas.

Não se conheciam governadores de esquerda, e como tal não se poderia considerar o Governador Brizola eleito em 1958 no Rio Grande do Sul, numa campanha em que, apoiado pelos integralistas, renegara o apoio e os votos dos comunistas gaúchos.

Havia, sim, Miguel Arraes de Alencar, Governador de Pernambuco, submetido a um regime de quarentena pela burguesia nacional, isolado dentro do governo Goulart, e fisicamente sitiado pelo III Exército. A fúria repressiva que se abateu sobre aquele Estado, em 1964, é por si uma explicação.

Os únicos temas ideológicos possíveis eram as teses gerais do nacionalismo, já vimos, e a reforma agrária, essa argüida mais intensamente nos anos que precederam o golpe militar.

O movimento sindical era controlado pelo que então se denominava de “peleguismo”, uma liderança organizada à sombra do Ministério do Trabalho. À sua direita, o resto. Entre um e outro, uma pequena faixa onde atuavam os comunistas, com alguma independência, mas, no processo de radicalização política, que foi também um processo de cooptação, crescentemente próximos dos interesses do PTB, isto é, do Ministério do Trabalho.

Por então, nada obstante os governos democráticos de Juscelino e Jango, inexistiam as centrais sindicais. As greves eram ilegais, e os sindicatos submetidos à burocracia federal.

Por fim, se ainda necessário, lembremos a diversidade das questões que encerraram as características do pleito e dos candidatos das duas últimas eleições, Jânio x Lott em 1960 e Lula x Collor em 1989.

Os partidos comunistas foram legalizados (se o PCB renunciou à saga, isso é outra história), o movimento sindical apartou-se do Estado, as centrais sindicais se firmaram, e se firmaram os partidos de esquerda, nos legislativos e nas eleições proporcionais, empolgando prefeituras municipais, governos de Estado e podendo caracterizar-se, no Congresso Nacional,

como uma bancada que reúne um mínimo de cem parlamentares. Tudo isso de 1988 para cá, portanto após a queda do “muro”.

3 – As perspectivas eleitorais de 1992

Em 1990, o PSB elegeu 11 parlamentares federais, após haver incorporado aos seus quadros o ilustre Senador José Paulo Bisol. Em 1986, havíamos elegido, e elegido mal, um só deputado. Naquelas eleições havíamos elegido parlamentares estaduais tão-só em Alagoas e no Rio de Janeiro. Em 1990, elegemos em Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Hoje, temos parlamentares estaduais em Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Tocantins. Em 1988, havíamos elegido vereadores em Manaus, Macapá, Fortaleza, Recife, Aracaju, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Hoje, falando só das capitais, temos vereadores em Macapá, Manaus, Belém, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Maceió, Rio de Janeiro e São Paulo. Disputaremos, com candidaturas próprias, as eleições de Porto Velho, Belém, São Luís, Natal, Recife e Maceió. Compondo a chapa majoritária com a indicação do vice-prefeito disputaremos as eleições de Belo Horizonte, Macapá e Aracaju. Sem nenhum baluartismo, podemos afirmar que o partido tem todas as condições para eleger vereadores (ainda tratando só das capitais) em Porto Velho, Boa Vista, Macapá, Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Vitória, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Palmas. Tem condições favoráveis em Salvador, Aracaju e Belo Horizonte, e possibilidades em Florianópolis, Curitiba, Goiânia e Cuiabá.

E, na sua bancada federal, a figura Miguel Arraes de Alencar, o Deputado Federal que conquistou a maior votação da história do País, em termos não só relativos como absolutos. E uma das mais notáveis lideranças deste País, em toda a história republicana. Nós apostamos no avanço das idéias socialistas e do PSB.

Quem viver verá.

ELEIÇÕES 94: PONTOS PARA AVALIAÇÃO(*)

Célio de Castro

A pretensão é fazer apenas comentários sobre as eleições passadas.

Serão anotações preliminares e por conseguinte precárias e provisórias.

Primeira Observação: Os partidos de esquerda e as frentes Populares experimentaram uma severa derrota político-eleitoral tanto em nível nacional quanto nos estados. Os dados falam por si: derrota no primeiro turno nas eleições presidenciais, vitória em apenas seis estados nos pleitos estaduais e resultados sofríveis na escolha dos deputados federais e senadores. Acrescente-se que aqueles estados da Federação onde as esquerdas conseguiram eleger os governadores não são os de maior peso econômico ou significado político.

Algumas razões dessa derrota podem ser levantadas:

1º) no plano político, a aliança entre os liberais-democratas e as elites conservadoras,

configurando a coligação PSDB, PFL, PTB. A aliança conservadora desestabilizou alternativas do campo tradicionalista como Maluf, Quércia, Flávio Rocha e imobilizou as oligarquias restantes. A desestabilização das outras candidaturas no campo conservador e o apoio maciço das oligarquias criou a base política da candidatura FHC;

- 2º) no plano econômico, a união entre as finanças internacionais (Banco Mundial, FMI, Credores da dívida externa), os oligopólios e os setores majoritários do empresariado nacional sustentou a base financeira e operacional da campanha de FHC;
- 3º) no plano institucional, foi utilizada a máquina do governo tanto no nível federal quanto no da maioria dos estados em benefício de FHC. É exemplar sob esse aspecto o episódio Ricúpero;
- 4º) no plano social, promoveu-se uma gigantesca manipulação da opinião pública utilizando todos os meios de comunicação à procura de uma unanimidade em torno de FHC.

Acrescente-se a tudo isso o Plano Real com um calendário estrategicamente elaborado e fielmente seguido com objetivo de capitalizar eleitoralmente os resultados positivos do Plano. O imaginário popular foi trabalhado para reforçar o preconceito contra Lula, existente em parte dos setores médios e nas massas desorganizadas. Esses setores absorveram um dos efeitos do Plano Real, aquele que assegura: moeda que não derrete no bolso é uma defesa contra a expropriação inflacionária do povo.

É incorreto ignorar os erros políticos e eleitorais da campanha das esquerdas. Na sua maioria, são erros históricos que eclodiram na disputa eleitoral. No momento oportuno deverão sofrer uma rigorosa avaliação crítica.

Quanto a mim, não desejo proceder a essa análise no momento. Momento em que as forças de esquerda exibem uma pseudocrítica lamurienta e queixosa, eivada de acusações e caça aos culpados pela derrota nas urnas, e dos bodes expiatórios.

Concluo essa primeira observação assinalando que em torno da candidatura FHC construiu-se uma das maiores coalizões de forças poderosas heterogêneas associadas a um único objetivo: impedir a vitória de LULA e eleger FHC.

Segunda observação: Apesar da profissão de fé social-democrática de FHC, o conteúdo político de seu projeto tornou-se paulatinamente cada vez mais claro e medida que transcorria a disputa eleitoral.

O chamado ajuste neoliberal torna-se a essência do projeto modernizante de FHC. Conseqüência das decisões do chamado Consenso de Washington, o ajuste neoliberal propõe as seguintes medidas:

- 1º implantar de forma radical a política de mercado;
- 2º reduzir drasticamente as atividades do Estado;
- 3º privatizar de maneira radical o patrimônio público;
- 4º adotar o modelo industrial do fordismo atrasado;
- 5º eliminar qualquer tipo de restrição ao capital estrangeiro;
- 6º implementar políticas sociais compensatórias;
- 7º substituir a dominação via força militar pela domesticação política;
- 8º prever um cronograma de implementação de no mínimo 10 anos.

Algumas conseqüências da aplicação prática das metas do ajuste neoliberal podem ser pensadas. Apontemos algumas:

- 1º empobrecimento da Nação pela alienação de seu Patrimônio;
- 2º dependência econômica do mercado mundial globalizado;
- 3º dependência monetária via dolarização do Real;
- 4º dependência tecnológica via fordismo em atraso;
- 5º ajustes progressivos das tarifas dos serviços públicos a serem privatizados;
- 6º hiperaceleração do processo de exclusão social, apontando para o *apartheid* social;
- 7º aprofundamento do processo já iniciado no governo Collor de desmantelamento do Estado e sucateamento das políticas de promoção social.

Levando em consideração o que foi dito acima, dois cenários possíveis entre outros, podem ser desenhados. Num primeiro cenário, existe a possibilidade de conflitos sociais abertos, quiçá violentos, entre o grupo do poder tentando aplicar com rigor as normas do “ajuste” e a maioria do povo reagindo à exclusão hiperacelerada. Junte-se a isso a radicalização possível dos conflitos de interesse no interior do bloco do poder. As elites tradicionais pressionando para manter privilégios, afilhadismo político e interesses oligárquicos regionais e certos setores do capital lutando ferreamente por isenções, garantias e incentivos.

Tendo em conta essas dificuldades, é possível imaginar um segundo cenário onde o “ajuste” será feito seletivamente com acordos de compromisso entre os parceiros do bloco do poder com concessões múltiplas. Com recursos advindos do processo de privatização radical poderão ser postas em execução algumas políticas sociais compensatórias voltadas para o objetivo de diminuir as tensões sociais.

Teríamos então conflitos setoriais precariamente resolvidos, insatisfação social e turbulências políticas periódicas.

Terceira Observação: No panorama internacional, observa-se acirrada disputa pela hegemonia mundial entre os blocos liderados pelos EEUU, pelo Japão e pelos Tigres Asiáticos e pela Comunidade Econômica Européia.

A vitória de Lula poderia abrir espaço para o surgimento de uma nova contra-hegemonia que se opusesse à Norte-Sul. Seria uma outra relação mundial Leste-Oeste liderada por países de dimensões continentais como a China e o Brasil, com a reativação da rota do Oceano Pacífico.

A vitória do projeto neoliberal no Brasil ajuda a consolidar a proposta do Consenso de Washington para os países do assim chamado terceiro mundo. Claramente a aplicação do ajuste neoliberal nesses países da Europa (Rússia e Polônia), da África (Somália), da Ásia (Formosa e Taiwan) e da América Latina (Bolívia, Peru, Argentina, México e Chile) produziu os resultados já sobejamente conhecidos.

O caso do México, por ser o último e dolorosamente exemplar modelo radical da aplicação das normas do “ajuste”, oferece o dramático resultado hoje conhecido.

Logo o México, considerado o aluno número um da escola do ajuste neoliberal.

Pode-se imaginar o que acontecerá, o que estará reservado para aqueles que não são os primeiros da classe.

– Resolução Política do VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB

1 – Consolidação do PSB como um grande partido nacional popular

Em momento da maior gravidade para os destinos do país, reúnem-se os socialistas no VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Trata-se do Congresso do Cinquentenário que é, igualmente, o Congresso da consolidação Política, e da perspectiva de significativo avanço eleitoral no pleito previsto para o ano vindouro.

Constata-se que, na raiz da consolidação do PSB, está a afirmação de uma linha reta de coerência e abertura a distintos segmentos sociais que acompanha a vida partidária em suas mais diversas fases. A intervenção do PSB na política brasileira, assim, tem-se caracterizado permanentemente pela defesa dos interesses nacionais, pela defesa dos excluídos, do trabalho e dos trabalhadores, da reforma agrária e da cidadania, da democracia e dos valores da igualdade e da justiça social.

Estes legados têm origem e são continuidade do ideário dos fundadores do PSB, que inscreveram em seu programa, em 1947, a associação do socialismo com liberdade, ideário que reanima nossas crenças e torna ainda mais atual nossa luta, pois a construção do socialismo com liberdade e democracia é tarefa contemporânea, possível e necessária.

O Partido deve, em conseqüência, se afirmar como uma força política nacional e não como agremiação de uma classe, porém, como um Partido que vê o país a partir das perspectivas dos setores populares, e assim procurar se constituir em uma entidade que expresse a real necessidade e preocupações da maioria substancial da população brasileira que ainda continua excluída do planejamento social e do processo político.

O desafio está posto, o PSB terá que ousar, crescer e se tornar alternativa de poder. Para tanto, é indispensável considerar, entre outros aspectos a seguir mencionados, o que traduz, com objetividade, o teor dos debates ocorridos nos grupos de discussão, que foram submetidos e aprovados pela Assembléia Plenária final do VI Congresso Nacional do PSB.

Um projeto de democracia não pode ser feito com exclusão do papel mediador que é exercido pelos partidos. Existem, no entanto, dois tipos de partidos: o de quadros, do tipo americano, e o de massas, que pressupõe a integração do partido com os movimentos sociais. O PSB não possui ainda grandes vínculos com os movimentos sociais (trabalhadores rurais, negros, mulheres, estudantes etc.), somos um partido em crescimento e devemos levar em conta estas observações na sua construção. Por enquanto, sua presença é muito mais visível nos legislativos estaduais e federal; porém, o partido só se tornará uma grande alternativa quando for também a expressão dos movimentos sociais. Portanto, o PSB ainda não é um partido de massas, e esse é o grande desafio que sua militância deve enfrentar, urgentemente: transformá-lo em partido de massas, sendo um espaço para a reconstrução do socialismo, conceitualizando o socialismo que defendemos, tornando-se uma referência para a sociedade brasileira, se credenciando como alternativa de poder e como articulador das forças políticas e sociais, combatendo o espontaneísmo e a improvisação por meio de um processo interno de construção partidária e um processo externo de articulação com os setores populares.

Devemos construir a imagem de identidade do PSB portando a construção partidária através:

- dos núcleos de base;
- da formação política de quadros;
- da Fundação João Mangabeira, incentivando a sua regionalização;
- da inserção do partido nos movimentos de massa, no movimento sindical e nos movimentos comunitários;
- agilizando-se internamente e mobilizando suas bases.

A construção do PSB passa também pelo desafio de 1998, ou seja, ultrapassar a barreira de 5%, a fim de assegurar nossa existência legal e nossa presença efetiva como alternativa de poder e formulando táticas eleitorais que viabilizem o crescimento de nossas bancadas federal e estaduais.

Entre outras providências, o PSB deve assumir a luta nacional pela informatização das eleições previstas para 1998, como instrumento de combate às fraudes, e consequentemente, visando garantir que a lisura do pleito eleitoral reflita rigorosamente a vontade popular:

A – A preservação da autonomia nacional

O Brasil, país que se caracteriza na América Latina por ter conseguido ter sua unidade nacional, hoje corre o risco de vê-la se desintegrar. Por quê? O processo de globalização pode fazer com que interesses regionais passem a relacionar-se, preferencialmente, com interesses internacionais, em prejuízo do País. A privatização das estatais, que cumpriam um papel importante na conformação da unidade nacional, é outro fator debilitante.

É bom frisar: a questão da preservação da autonomia nacional tem em nosso continente um aspecto peculiar, enquanto a América espanhola era um todo e foi, posteriormente, toda subdividida, o Brasil conseguiu manter essa unidade nacional. Historicamente, lembremos que José Bonifácio foi fundamental nessa unidade. Defendeu, à época, a monarquia como estratégia da preservação da autonomia e unidade nacionais.

Hoje o Estado para preservar a autonomia nacional, deve exercer suas funções essenciais e estratégicas, protegendo o mercado interno, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento científico e tecnológico, adotando a reforma do Estado e a reforma tributária.

A preservação da autonomia nacional passa também pela adoção de uma política cultural.

A preservação da autonomia nacional só é possível com um governo comprometido com o povo brasileiro; através da ruptura das conexões que prendem o nosso país aos centros internacionais do poder e através de um projeto nacional que garanta nossa inserção soberana no processo da globalização. Nosso país agrega condições estruturais com potencial humano, tecnológico, com reservas biológicas capazes de garantir a ruptura.

B – O fortalecimento da Federação

A Federação é um modo de organização do Estado. Pressupõe outros níveis de organização. Hoje há sérios riscos contra a Federação. O governo federal vem, paulatinamente, assumindo atribuições que tradicionalmente pertenciam aos estados, esmagando desta forma a autonomia dos mesmos. Exemplo disso é a chamada Lei Kandir, prejudicial ao fundo de estabilização fiscal. Com ela produziu-se uma perda brutal de renda vitimando estados e municípios. Em razão desses fatos, é preciso estar atento para as ameaças contra os interesses regionais articulados pelo governo federal. O PSB tem o dever de defender o fortalecimento da federação. Embora o ordenamento federativo não seja uma condição imprescindível da democracia, ela corresponde melhor a idéia democrática de poder do que um ordenamento unitário.

Devemos denunciar a quebra do pacto federativo, o enfraquecimento dos estados e dos municípios. O PSB deve se posicionar quanto ao fortalecimento da federação, pois um país forte passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos estados e dos municípios em todos os sentidos.

C – A consolidação dos movimentos populares

Estes são como uma força propulsora que indica um caminho de representação dentro do partido. Sem isto, o PSB se distanciará das lutas sociais e não crescerá como partido de massas capaz de incorporar as reivindicações populares em sua ação política.

O PSB não deve aparelhar os movimentos populares. O que devemos fazer é construir uma ponte que incorpore as reivindicações dos movimentos populares, e o partido repercute essas reivindicações em seus âmbitos de atuação. Se assim agirmos, teremos um grande futuro e cresceremos rapidamente, com uma posição privilegiada na sociedade.

Devemos portanto capacitar nossos militantes para que contribuam na organização dos diversos setores populares, a partir de interesses sociais ou específicos. A atuação no seio dos movimentos deve se feita de forma democrática, com base em propostas concretas elaboradas pelo partido, com a participação de seus militantes nos movimentos populares, sendo sempre ressalvadas a autonomia e a independência desses movimentos.

O PSB deve assumir a defesa de todos os excluídos e não deve se limitar apenas aos trabalhadores organizados (mercado formal), para não resvalar na defesa do corporativismo. O PSB deve abrir canais para a apresentação de soluções apresentadas pela população e também através da participação popular.

D – A solução das desigualdades sociais e regionais

A educação é o fator primário, fundamental, urgente e insubstituível do processo de incorporação dos excluídos. Nesse sentido, o PSB deve apoiar e estimular nosso povo a compreender, como já está compreendendo, a necessidade de ele próprio defender os seus interesses regionais:

- fortalecendo seu mercado interno;
- produzindo em forma dinamizada os alimentos e os bens de primeira necessidade;

- incentivando os bens de uso coletivo;
- descentralizando a produção com base na produção local;
- incorporando tecnologias avançadas ao novo modelo;
- dando autonomia relativa às localidades;
- dinamizando as pequenas e médias atividades produtivas;
- adequando a infra-estrutura econômica e social ao novo modelo;
- desenvolvendo as indústrias regionais e nacionais de natureza estratégica;
- redistribuindo a propriedade dos meios de produção;
- e, para a neutralização e eliminação das discriminações contra as mulheres e os negros, o PSB adotará, em todos os níveis de administração e atuação legislativa, políticas públicas de promoção da igualdade.

Aliança nacional:

1. Promover todos os esforços para a construção de uma candidatura de centro-esquerda, que unifique amplos setores, para derrotar o projeto liberal e executar um programa de governo que assegure a retomada do desenvolvimento e do emprego, a defesa da economia nacional, das conquistas sociais e impeça a desestruturação da federação.

2. O Congresso Nacional do PSB decide que sua direção nacional, liderada pelo Presidente, Governador Miguel Arraes, tomará todas as iniciativas para viabilizar, no momento oportuno, a apresentação de uma candidatura que corresponda a este projeto político e unifique todas as forças dispostas a contribuir para sua concretização.

3. O Partido Socialista Brasileiro assume o compromisso de apresentar à sociedade um programa de governo que responda a este projeto e convoca seus militantes e a sociedade a colaborar neste esforço.

Alianças regionais:

As Secções Estaduais do PSB têm autonomia para celebrar as coligações estaduais, conquanto elas sejam obrigatoriamente submetidas à deliberação da Comissão Executiva Nacional, quando ultrapassarem os limites dos partidos de esquerda.

Brasília DF, 30 de novembro de 1997

– Desligamento do PSB Senador Roberto Saturnino (2202)

Discurso proferido pelo Senador Roberto Saturnino em 26 de fevereiro de 2002 no plenário do Senado Federal.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB- RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para comunicar que estou deixando o meu Partido. É com muito pesar e com muita tristeza que estou deixando o PSB, o Partido

Socialista Brasileiro. Filiei-me ao Partido em 1960. Tendo sido o meu primeiro Partido, pretendia que fosse o último na minha vida política. Entretanto, Sr. Presidente, não posso continuar convivendo com um pensamento, com uma opinião e com uma decisão do Partido que só não é unânime por causa da minha presença – agora passa a ser unânime com a minha saída - e que, a meu juízo, muda a natureza do Partido e descumpre uma de suas missões, de suas funções mais importantes.

O PSB sempre foi um Partido de quadros muito respeitados, que teve enorme importância na formação da opinião pública do País precisamente por esta respeitabilidade; uma importância que sempre transcendeu, ultrapassou em muito a mera expressão eleitoral do Partido exatamente porque era um Partido que sempre colocou a sua visão a respeito dos interesses nacionais e dos interesses do povo brasileiro acima dos interesses estritos do Partido, dos interesses eleitorais do Partido.

Não obstante, era um Partido também que, nas últimas eleições, crescia de pleito a pleito e já não havia mais razão para temer que fosse atingido pela Cláusula de Barreira da nossa legislação.

O PSB também cumpriu esta função essencial que, acho, mais do que nunca é reclamada neste momento. O PSB foi o articulador, foi o catalisador da formação dessa coligação de Partidos de Esquerda, que, embora não tenha conseguido vitória nas eleições para Presidente da República, conseguiu vitórias eleitorais da maior importância neste País. Fez seis Governadores de Estado na última eleição de âmbito nacional e Governadores de diferentes Partidos da coligação. Fez o Governador do Amapá, que é do PSB; o Governador do Acre, que é do PT; o Governador de Alagoas, que é do PSB; o Governador de Mato Grosso do Sul, que é do PT; o Governador do Rio Grande do Sul, que é do PT; e o Governador do Rio de Janeiro, que foi eleito pelo PDT. Todos eleitos pela formação partidária que incorporava essa corrente de pensamento brasileiro, que cada vez cresce mais e mostra-se agora com muita probabilidade de obter a vitória nas eleições presidenciais.

O desgaste da política neoliberal, da política econômica de submissão do Brasil aos interesses do mercado financeiro internacional, todas as conseqüências que isso traz para a vida da população de um modo em geral, tudo isso levou o povo brasileiro a compreender que é hora de terminar com essa malfadada experiência e de reverter a economia, a sociedade e as decisões políticas brasileiras para a Nação brasileira, para o povo brasileiro. É hora de eleger o Governo Federal comprometido com essa transformação profunda.

Precisamente neste momento propício para a vitória dessa mesma coligação que elegeu aqueles Governadores, propícia à sedimentação dessa idéia e à consolidação de um governo de transformação, nesta hora, rompe-se a grande coligação popular. E rompe-se por iniciativa de qual Partido? Justamente daquele que, tradicionalmente, historicamente, exerceu a função de articulador: o PSB. O Partido Social Brasileiro saiu da coligação para lançar uma candidatura prematura, inviável, insensata e, no fundo, tola. Com isso, joga sobre si a responsabilidade de uma eventual perda de oportunidade de transformar o Brasil novamente em um país voltado para sua população e para os interesses do seu povo em uma eleição decisiva para os destinos do País. Não me conformo com isso e não posso me conformar. Essa é a razão pela qual estou me desligando do PSB.

Sr. Presidente, avalio que essa decisão do PSB é extremamente perigosa e poderá ser responsável por uma derrota que levará o País a situações imprevisíveis. Não sei o que poderá acontecer com mais quatro anos de governo neoliberal e com uma integração internacional que, no fundo, integra o topo da pirâmide brasileira, ou seja, o 1% dos

brasileiros mais ricos com os países ricos do mundo, deixando ao abandono, à exclusão, ao desemprego, à perda de renda, de oportunidades e de perspectivas de realização de vida a esmagadora maioria da nossa população. Observamos um quadro de desintegração do próprio tecido social brasileiro, de perda de crença nos valores éticos, morais, humanísticos de um modo geral, de uma certa atitude de cinismo e de negação desses valores que sempre sustentaram nossa cultura e nossa civilização tudo em nome de uma competição completamente fora de todas as referências humanísticas. Trata-se de uma competição pela competição e pela eficácia, esquecendo-se de que é o paradigma da cooperação, da colaboração e do planejamento que pode conciliar o desenvolvimento econômico com o bem-estar da população como um todo. É exatamente o paradigma da cooperação e do planejamento que considera a totalidade da população e não apenas o topo da pirâmide social que se integrou ao mundo rico e esqueceu o restante da população brasileira.

Sr. Presidente, este é o momento de enfrentarmos essa situação e de buscarmos recompor a coligação de partidos cujo núcleo principal deveria estar íntegro. O PT, o PSB; o PDT e o PC do B sempre estiveram e têm que estar juntos neste momento decisivo e crucial. Feita essa coligação central, é óbvio que se pode ampliá-la, sem nenhuma dúvida sobre de perda de consistência ideológica de um governo eleito por essas forças partidárias. Então, é neste momento que o PSB nega a sua tradição, a sua história e lança essa candidatura inviável sob todos os pontos de vista.

Ainda espero, Sr. Presidente, que daqui até maio – estamos no fim de fevereiro; – tenhamos uma expectativa de recomposição da nossa frente, antes de junho, quando se realizam as convenções decisivas sobre as candidaturas a Presidente. Ainda espero, sim, que o bom senso se imponha. Ainda espero que o sentimento de brasilidade, o sentimento que coloca o interesse da Nação acima do interesse estritamente partidário, ainda prevaleça e que essas forças políticas se recomponham antes das convenções definitivas de junho.

Sr. Presidente, é importante que essa coligação aconteça no primeiro turno, porque é o primeiro turno que define a vontade política dos Partidos e das lideranças que os conduzem. O segundo turno não tem força de convencimento sobre a população. O segundo turno é encarado pela população como um arranjo político, como um conchavo para dividir ministérios, para lotear os espaços de poder, os espaços de governo. A população se sensibiliza é com a demonstração de consistência e de vontade política, com aquela determinação demonstrada no primeiro turno, tendo a consciência da importância dessa eleição para os destinos do Brasil nos próximos anos. Se isso não ocorrer, a força dos argumentos e das razões de sustentação das candidaturas de esquerda, ou daquela que vá ao segundo turno para disputar com a candidatura conservadora, será profundamente esvaziada, diminuída, exatamente pela falta de demonstração da vontade política que se mostra no primeiro e não no segundo turno.

Por tudo isso, Sr. Presidente, deixo o PSB, mas continuo conclamando os companheiros que ficaram e que partilharam essa decisão, a meu ver profundamente errada e não consentânea com as tradições e a história do Partido, a fazerem a revisão dessa candidatura e a voltarem a exercer o papel que sempre exerceram de catalisadores, de mobilizadores da coligação dos partidos de esquerda, para formar esse núcleo que, naturalmente, será ampliado com alianças situadas mais ao centro, capazes de dar ao Brasil a tranquilidade no que diz respeito à nova política econômica e social, à recuperação da soberania plena do Brasil nas suas decisões, enfim, ao reencontro dos brasileiros com o destino da Nação.

De forma, Sr. Presidente, que é, com muito pesar, com muita tristeza, que faço

essa comunicação, mas cumpro um dever de consciência. Não tenho condições de permanecer num partido que, a meu juízo, mudou a sua natureza e descumpriu essa missão essencial e indispensável de articulador da coligação dos partidos de esquerda.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB-GO) – Permite-me V. Exa um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Ouço V. Exa com muito prazer, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB-GO) – Senador Roberto Saturnino, gostaria de congratular-me com V. Exa no que diz respeito às idéias que esboçou sobre a frente de partidos de esquerda e de centro, a tranquilidade que isso poderia ou pode dar ao País, as mudanças de rumo que podem impor, naturalmente, ao País uma coligação tão ampla como esta, vislumbrada por V. Exa. E penso que está extremamente correto seu raciocínio. Gostaria de dizer a V. Exa que sua experiência, sua competência, seu equilíbrio, sua história política brasileira o credenciam a raciocinar dessa forma e a concitar companheiros do atual partido – ou ex-partido numa altura como essa e de outros a marcharem nessa direção. V. Exa está correto. Tenho uma admiração muito grande pela história política de V. Exa, por suas idéias. V. Exa é um homem nacionalista, que defende o patrimônio deste País, do povo brasileiro. Todos os partidos políticos gostariam de ter um homem desse naipe, um político dessa envergadura moral nos seus quadros, e o PMDB não é diferente. Como peemedebista, gostaria muito de ver um homem da sua envergadura política nos quadros do PMDB. Sei que isso não é fácil, até porque o PMDB é, hoje, um partido extremamente complicado, muito segmentado, regionalizado, cuja cúpula também não se entende – os líderes mais fortes não têm força dentro do Partido, e aqueles que não têm força eleitoral são os que o dominam e comandam. Mas gostaria de dizer a V. Exa que tenho este sonho de vê-lo em nosso Partido. Um grande abraço e sucesso na sua decisão, na sua caminhada política.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Obrigado, Senador Maguito Vilela, o aparte de V. Exa. toca-me de verdade, profundamente, pelo respeito que tenho pelas posições lúcidas que sempre demonstrou nesta Casa e também pela sugestão que ele envolve, que é a possibilidade de uma formação mais ampla ainda do que aquele núcleo de partido de esquerda que mencionei, com adesão senão do PMDB integral, pelo menos de algumas parcelas importantes, dentro das quais V. Exa situa a sua liderança e a sua atuação. Esta esperança é que me anima. Penso que, daqui até junho, ainda há tempo. Deve haver lucidez, desprendimento, para que se efetive esse encontro de forças políticas que estão comprometidas com a mudança, ou seja, que querem mudar a orientação neoliberal do Governo, que tem toda a força de apoio do grande capital internacional e que, por isso, é sustentada por grande parte, se não a totalidade, da nossa mídia.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB-SC) – V. Exa. me concede um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Ouço, com muito interesse, o Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB-SC) – Gostaria de acrescentar ao que afirmou o Senador Maguito Vilela que nunca esqueço, na época em que eu era Deputado Estadual pelo antigo MDB, em Santa Catarina, as palestras que V. Exa., um grande pregador, um grande economista, proferia, de vez em quando, na Assembléia, sobre as saídas para o Brasil. Recebíamos aquilo com muita avidez. Desde aquela época, nós, do PMDB catarinense, já o admirávamos demais.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo

Maldaner. O aparte de V. Exa. reforça o meu pronunciamento. Eu o recebo com uma satisfação muito grande, pelo respeito que tenho também pela atuação, pela personalidade de V. Exa.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT-RJ) – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Sr. Presidente, ouvirei o Senador Geraldo Cândido e encerrarei.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT-RJ) – Senador Roberto Saturnino, parablenzo V. Exa. pelo pronunciamento que faz. V. Exa. é um exemplo de político, um representante digno do nosso Estado e do nosso Parlamento. Foi Senador duas vezes pelo Estado do Rio de Janeiro, Prefeito da nossa cidade, Deputado Estadual, Federal, enfim, um político atuante, com uma longa história de luta digna e decente, portanto merece todo o nosso respeito. A exemplo do Senador Maguito Vilela, também gostaria de concretizar o desejo de vê-lo na legenda do Partido dos Trabalhadores, que o receberá de braços abertos. Espero que V. Exa. faça a opção. É claro que a opção é sua, é pessoal, mas o aguardamos de braços abertos. Espero contar com V. Exa., muito em breve, em nossas fileiras. Parablenzo-o por sua carreira, por sua trajetória. Espero sua adesão ao nosso Partido. Muito obrigado, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Senador Geraldo Cândido, eu que agradeço. Quero dizer a V. Exa. e à Casa aquilo que mais ou menos a imprensa já sabe e de que a opinião pública que acompanha a política tem conhecimento: na minha opinião, esta coligação de esquerda deve unificar-se em torno de uma candidatura que saia do partido que tem a maior estrutura. No Bloco de esquerda, o partido que tem a maior estrutura nacional, a maior organização, experiência administrativa e demonstração de êxitos administrativos é o PT. Isso é inegável, inequívoco, não há como contestar. Não há como uma candidatura única defendida por uma coligação de partidos de esquerda sair de um partido menor, por mais respeitado que seja.

Repito o que já disse em outras ocasiões: se essa unidade tivesse sido feita há alguns meses, todos esses partidos teriam condição de discutir o nome do candidato – que seria do PT –, mas isso não aconteceu. Cada um tratou de seu interesse específico, e essa oportunidade foi perdida. Entretanto, é claro, a recomposição dessa frente só pode se fazer em torno da candidatura do PT, sob pena de haver um contra-senso, a negação de uma evidência política, o que obviamente conduziria a uma derrota.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) – V. Exa. me permite uma aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Ouço V. Exa., com prazer.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) – Como integrante do PSB, desejo manifestar, em primeiro lugar, minha admiração por sua conduta sempre retilínea no Senado Federal. V. Exa. é um companheiro reto, digno, leal, que, com sua experiência, trouxe muitas luzes para mim, em momentos difíceis da Casa. Em decisões importantes consultei V. Exa.; elas foram tomadas sempre de comum acordo com V. Exa., com o Senador Ademir Andrade e, atualmente, com o Senador Paulo Hartung. Lamento que, pelos motivos apontados – em cujo mérito não entrarei –, V. Exa. esteja saindo do Partido Socialista Brasileiro, que, como disse, foi o seu primeiro Partido, a sua primeira agremiação. Tive ocasião de dizer a V. Exa., nas conversas que mantivemos a respeito do assunto, que, se V. Exa. não concordava com a candidatura, poderia demonstrar essa discordância no âmbito do Partido, internamente, e continuar no nosso meio. Afinal, quem sabe nesta ainda ou em outra ocasião o ponto de vista de V. Exa. seja vencedor. No momento, o ponto de vista de V. Exa. foi vencido;

democraticamente, o Partido aceitou a candidatura do Governador Garotinho, acreditando que uma candidatura em nível nacional iria fortalecer substancialmente a nossa agremiação em todo o território brasileiro. Há uma cláusula de barreira a ser vencida futuramente, qual seja, a de que o nosso Partido tem que manter no mínimo 5% em nível nacional e 2% em nove Estados, para se manter vivo na coloração partidária do Brasil. Volto a dizer que lamento que V. Exa. não deseje continuar no PSB, mas, daqui até o mês de junho, podem surgir fatos novos. Veja V. Exa. o que o Tribunal Superior Eleitoral está pensando em fazer. Se porventura essa decisão, que, a meu ver, é uma decisão revolucionária, uma decisão contra todas as expectativas dos Partidos de Direita e de Esquerda, vier a ser tomada pelo TSE, naturalmente, todos os Partidos políticos terão que repensar as suas alianças, as suas candidaturas e, quem sabem, partir para um novo projeto. De sorte que V. Exa., que hoje está saindo do PSB, poderá amanhã estar do nosso lado, em outro Partido com uma configuração política, quem sabe, de acordo com o que V. Exa. está pensando, ou de acordo com o que o PSB está pensando atualmente. Receba o meu abraço caloroso e o voto de que amanhã nos encontremos, seja dentro do PSB ou não. Quem sabe V. Exa. venha a terminar a sua carreira política no Partido em que começou – é lógico que V. Exa. tem muitos anos ainda pela frente – ou em outro Partido que venha atender aos desejos de coerência de que V. Exa. tanto reclama. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Agradeço, Senador Antonio Carlos Valadares. O abraço é meu também para V. Exa. Tivemos a convivência mais fraterna, mais democrática como V. Exa. muito bem ressaltou –, com consultas mútuas durante todo o tempo. Haveremos de continuar convivendo aqui nesta Casa, identificados nos nossos ideais, nas opiniões a respeito dos interesses brasileiros.

A política não pode interferir nessas relações de respeito, de amizade e de fraternidade mesmo, não obstante as fronteiras partidárias, às vezes, nos separarem.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT-SE) – Senador Roberto Saturnino, V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Roberto Saturnino, peço a V. Exa. que conclua seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Já vou concluir, Sr. Presidente. Antes, porém, gostaria de conceder o aparte ao Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT-SE) – Senador Roberto Saturnino, tenho certeza de que a sua saída do PSB, anunciada nesse pronunciamento, não deve ter sido uma decisão fácil. V. Exa. não se enquadra no rol dos políticos fisiológicos, que trocam de Partido. V. Exa. é um homem de Esquerda, que começou a sua vida no próprio PSB e, além do MDB, que era uma frente, só pertenceu a um outro Partido, que foi o PDT, também com um perfil semelhante. V. Exa. deixa o PSB e, com certeza, ingressará em um outro Partido de Esquerda. Sei que não é uma decisão fácil de V. Exa. Gostaria de me somar às suas preocupações em relação ao rumo que está tomando a campanha para as eleições presidenciais. Nós, do PT, reconhecemos como perfeitamente legítimo que os Partidos lancem seus candidatos. Da mesma forma que V. Exa., eu gostaria que houvesse uma convergência entre os Partidos que, em 1989, 1994 e 1998, formaram a Frente Brasil Popular. Isso está-se tornando difícil, mas espero que, se não for possível viabilizar o que ambos acreditamos, ou seja, a unidade em tomo do primeiro turno, se estabeleça um acordo de convivência entre esses Partidos, entre esses candidatos nesse campo. Infelizmente, o que mais temos visto são críticas entre os candidatos do campo progressista e a Esquerda do que críticas ao próprio Governo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – É isso.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT-SE) – Há diferença nas divergências entre o PDT, o PSB, o PC do B, o PT – seus candidatos –, até porque, se não houvesse, estaríamos todos no mesmo Partido. Mas, sem dúvida, as convergências que existem entre nós são infinitamente maiores do que as divergências que nos separam. Creio que Parlamentares e personalidades como V. Exa., que tem sempre reafirmado suas convicções, independentemente do Partido a que pertença, vão contribuir para que, se não for possível estabelecer aquilo que é o ideal na opinião de V. Exa. é na minha, que é a unificação em torno de uma candidatura, que haja esse pacto de convivência. Quanto mais animosidade, atrito e ataques houver no primeiro turno, mais difícil será a unidade no segundo turno, porque ficam as seqüelas. Mesmo que haja unidade entre as cúpulas, as bases dos Partidos vão ficar lembrando o que fulano ou sicrano disseram. E isso acaba dificultando o processo no segundo turno. Quero externar aqui o profundo respeito que temos por V. Exa. Como já disse, sei que essa não é uma decisão fácil para V. Exa. Vamos aguardar a sua decisão em relação ao seu futuro partidário, mas temos certeza de que V. Exa. continuará onde sempre esteve, ou seja, no campo democrático, popular e da Esquerda brasileira. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB-RJ) – Obrigado, Senador José Eduardo Dutra. Certamente estarei nesse campo. E quero só concordar com V. Exa. a respeito dos riscos que envolvem essa disputa entre Partidos afins no primeiro turno, porque é claro que as bases partidárias ficam ressentidas e o próprio povo, o eleitorado, fica confuso e pergunta a si mesmo: "Mas como!? Esses Partidos que se dizem fraternos e identificados nos objetivos ficam se acusando dessa forma?!"

A lógica da competição eleitoral conduz, fatalmente, a esse tipo de hostilização. Obviamente, se o candidato do PT está em patamar mais elevado nas pesquisas, o objetivo dos demais candidatos, mesmo os de Esquerda, será substituí-lo nessa posição e, para isso, farão tudo o que puderem para puxá-lo para baixo e, por conseguinte, por meios e modos, enfraquecer a sua candidatura. Isso faz parte da lógica da disputa política, da competição eleitoral. E isso deixa o povo, a população perplexa e confusa e, no segundo turno, já não se faz aquela unificação com tanta facilidade como se faria se, já no primeiro turno, houvesse a unidade.

De modo, Sr. Presidente, ao agradecer a benevolência de V. Exa., bem como os apartes dos ilustres Colegas, deixo registrada, com muita tristeza e pesar, essa minha comunicação.

TEXTO III – O PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS)

– Do Partido Comunista ao PPS

A organização do Partido Comunista, em 1922, não configurou desde logo, o surgimento de uma proposta totalitária. Ao longo da década, a entidade não passava de uma pequena seita. Além disso, sofria influência do anarquismo e de outras doutrinas socialistas trazidas para o Brasil pelos emigrantes europeus. O bolchevismo da revolução russa chamava-se *marximalismo* e não configurava, em si mesmo, como veremos adiante, uma plataforma doutrinária definida.

Os comunistas passam a ter audiência no País com a adesão de Luís Carlos Prestes, originário do tenentismo e do positivismo rio-grandense. Esse fato insere o Partido Comunista na tradição republicana e transforma-o num apêndice do golpismo tenentista. Essa nova fase da organização iria terminar com a fracassada insurreição em alguns quartéis, em novembro de 1935, efetivada não diretamente sob a direção do Partido Comunista, mas de uma organização que obedecia à liderança de Prestes, denominada *Aliança Nacional Libertadora*.

Nos começos da década de trinta parece vigorar, nos diversos círculos, a mais funda descrença nas instituições democráticas. A maioria dos tenentes, com poucas exceções, evolui rapidamente para soluções institucionais de tipo autoritário. Assim, o Clube 3 de Outubro, na convenção de 1932, quer que a eleição direta seja circunscrita ao âmbito municipal, adotando-se a forma indireta nos demais escalões. A entidade parece inclinar-se pelo sistema das câmaras corporativas, desde que a maior ênfase recaia na representação profissional. A administração deve ficar a cargo de conselhos técnicos. A convenção absteve-se de discutir "a oportunidade ou a inoportunidade da convocação da Assembléia Constituinte", considerando que "a ditadura foi estabelecida em nome da Revolução para resolver determinados problemas fundamentais da coletividade nacional".⁽¹⁾

A adesão de Luís Carlos Prestes ao Partido Comunista e a criação da Aliança Nacional Libertadora têm lugar sob a égide de tais idéias autoritárias. Em discurso pronunciado no Recife, em novembro de 1945, Prestes teria oportunidade de negar que a Aliança pretendesse instituir no país *governo soviético ou ditadura do proletariado*. É certo que nos documentos da Aliança Nacional Libertadora não há nenhuma proposição institucional clara, isto é, não há qualquer avaliação do sistema representativo, nem da proposta castilhista, que era, sem dúvida, o modelo que merecia a simpatia dos tenentes. No período recente, publicou-se um livro, já mencionado anteriormente e comentado ao fim do tópico, sobre a insurreição de 35, que coloca uma nova luz sobre o evento. Trata-se do texto de William Waack – *Camaradas. Nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira* (Companhia das Letras, 1993).

Quando é organizado, em 1945, o Partido Comunista adota diversos pontos do programa da oposição democrática a Vargas. Assim, apóia a convocação da Assembléia Constituinte, aceita a pluralidade dos partidos e dispõe-se a conquistar o poder pelo voto. A autenticidade de semelhante conversão seria contestada, tornando-se necessário o pronunciamento da Justiça Eleitoral, que considerou exagerada a atribuição aos comunistas da responsabilidade por greves e manifestações de rua. Estes, concluíram os juízes, não atingiram "tal ascendência sobre as classes proletárias, de modo a levantá-las a um simples aceno".

Contudo, as declarações públicas e os documentos oficiais não os convenceram de que os comunistas efetivamente tivessem renegado a ditadura do proletariado, e o registro eleitoral foi cassado em fins de 1947.⁽²⁾ Com a cassação do registro eleitoral, os comunistas iniciam o processo de reavaliação do breve período de existência legal de que haviam desfrutado e que não ultrapassara dois anos. Acabará vigorando a integral condenação da plataforma política que haviam adotado em 1945, de cunho democrático, segundo se mencionou. Em documento elaborado em maio de 1949, Luís Carlos Prestes teria oportunidade de dizer que aquela posição erra errônea, porquanto reformista. Parece-lhe então, que os comunistas vinham "caindo, de desvio em desvio, de erro em erro, no caminho do oportunismo e do reformismo", substituindo a "luta de classe pela colaboração de classes".

O fato singular, de grandes conseqüências para os destinos do pensamento socialista no Brasil, adviria da circunstância de que, ao condenar a plataforma democrática os comunistas não iriam simplesmente retomar as suas origens autoritárias. Teria início o aparecimento de tendências socialistas que iriam inclinar-se abertamente pelo totalitarismo.

Privados do registro eleitoral, isto é, do direito de concorrer diretamente às eleições, em fins de 1947 e, logo no começo de 1948, com a cassação dos mandatos que haviam conquistado nos órgãos legislativos, os comunistas, sem avaliar o grau de seu isolamento, tentaram encontrar uma *saída constitucional*, lançando a palavra de ordem de *renúncia de Dutra*. O fato de que o governo Dutra tinha conseguido minimizar as antigas divergências entre getulistas e anti-getulistas, formando uma ampla realização de partidos, fora solenemente ignorado, do mesmo modo que a repercussão negativa da declaração de Prestes de que ficaria do lado da Rússia em caso de guerra mundial.

Como a tentativa de afastamento do governo por meio de recursos legislativos não chegou a ter qualquer conseqüência, os comunistas foram enveredando pelo caminho de constituir um processo político sadio, não conspurcado pelo processo real. Primeiro tentaram, sem sucesso, organizar movimento sindical à margem do sindicalismo reconhecido oficialmente. E, logo a seguir, conceberam a chamada *Frente de Libertação Nacional*. O ciclo considerado encerra-se com a realização do IV Congresso, em novembro de 1954, cujos documentos foram editados em número especial da revista *Problemas*.⁽³⁾ Os documentos em apreço configuram de modo cabal uma opção totalitária.

Com o IV Congresso, o Partido Comunista adere ao modelo institucional imposto pela União Soviética à Europa Ocidental, denominado de *democracia popular*. Segundo esse modelo, estrutura-se governo nacional formalmente independente. Mais precisamente: os países do Leste Europeu não ingressaram na União Soviética, mas constituíram governos nacionais. A experiência ulterior iria demonstrar que a providência revestia-se de caráter meramente formal, porquanto a direção política real se mantinha em mãos dos russos.

Segundo o conclave mencionado, o governo democrático popular seria formado mediante eleições. Mas estas nada teriam a ver com o sistema eleitoral existente no País nem resultariam de seu aperfeiçoamento. À Frente de Libertação Nacional, liderada pelo Partido Comunista, competiria derrubar pela força o governo existente. Somente depois de consumado esse desfecho é que teriam lugar as eleições..

O novo sistema admitiria a existência de outros partidos e agremiações, além do Partido Comunista. Vale dizer: o IV Congresso não aderiu ao partido único. Os demais partidos e agremiações decorreriam da circunstância de que o novo governo não promoveria a nacionalização da terra, mas tão-somente o confisco da propriedade latifundiária; nem a nacionalização de bancos, indústrias e capitais da burguesia brasileira, mas o confisco,

tão-somente, dos capitais e das empresas dos grandes capitalistas que traíssem os interesses nacionais.

Finalmente, em matéria de política externa, o novo governo faria uma opção clara de alinhamento no bloco soviético.

O ciclo durante o qual o Partido Comunista dá forma acabada à sua opção totalitária coincide com a volta de Vargas ao poder e com o ressurgimento das antigas disputas, culminando com o seu suicídio. A reação popular a esse evento dirigiu-se igualmente contra o Partido Comunista, que, de fato, formava o bloco anti-getulista. Jornais comunistas e sedes de agremiações por ele mantidas foram destruídas pelos getulistas. A opção totalitária do IV Congresso experimentava seus primeiros dissabores.

Nos anos subseqüentes, os comunistas renunciaram integralmente à plataforma do IV Congresso e buscaram uma aliança com os trabalhistas, que então ganhavam novo alento e marchavam para se constituir efetivamente como partido político. Seguiu-se o virtual esfacelamento da agremiação, pelo fato de que o relatório Krushev denunciando os crimes do estalinismo coincidia com o advento de um período de ampla liberdade em nosso País, dando ensejo a significativo debate, de que resultaria a debandada dos intelectuais do PC. A experiência dessa geração, que ingressou num Partido Comunista de auréola democrática, nos fins do Estado Novo, e abandonou-o em 1957/1958, ao vê-lo estigmatizado pelo estalinismo, seria brilhantemente resumida por Osvaldo Peralva no livro *O Retrato*.

Em 1960, o Partido Comunista realizou o V Congresso, no qual buscava promover o repúdio à tradição estalinista e formular uma plataforma de cunho democrático. Esclareça-se que toda tentativa dos comunistas brasileiros de romper com a crosta totalitária, resultante de sua aproximação com os soviéticos na década de cinqüenta, faz aparecer o substrato autoritário da agremiação. Ainda assim, a renúncia ao totalitarismo iria provocar sucessivas cisões, das quais a mais surpreendente, alguns anos mais tarde, em 1980, seria a do próprio Luís Carlos Prestes.

Em 1967, o Partido Comunista promoveu o VI Congresso, no qual – em que pese a derrubada de Goulart, em 1964, e a organização dos dois primeiros governos militares, sob a chefia, respectivamente, de Castelo Branco e Costa e Silva – é ratificada a plataforma de 1960. Os comunistas proclamam que "o desenvolvimento capitalista verificado no Brasil, embora limitado, teve um caráter objetivamente progressista, desde que significou a evolução para um estágio mais adiantado da sociedade". A ênfase recai na luta pelas liberdades democráticas; pela revogação da Carta de 1967; convocação da Assembléia Constituinte; livre funcionamento dos partidos políticos, eleições diretas para a Presidência da República etc. Permanece certa ambigüidade, como por exemplo a aceitação de que, pela diversidade de condições existentes no País, possa aparecer a luta armada, embora se ressalve que o essencial é que as formas de luta decorram das exigências da situação concreta e sejam adequadas ao nível de consciência e à capacidade de luta das massas. Contudo, não pairam dúvidas de que o núcleo remanescente do Partido Comunista rompe com o modelo totalitário, embora a circunstância não o tenha, de imediato, transformado em uma agremiação democrática, desde que persiste certo encanto pelo autoritarismo.⁽⁴⁾

A evolução do Partido Comunista no período posterior à debandada dos intelectuais em decorrência do Relatório Krushev, nos anos de 1957 e 1958, deu origem ao surgimento de novas agremiações de extrema-esquerda. No âmbito do próprio PC, o fenômeno decorria basicamente das cisões aparecidas entre os comunistas no plano internacional. As agremiações resultantes consistiriam em variações do nome consagrado (PC

do Brasil, em contraposição ao PC tradicional que se intitulava *brasileiro*; PC Brasileiro Revolucionário; Partido Operário Comunista etc.), obedecendo seja à orientação cubana, seja à chinesa e, posteriormente, sem qualquer temor do ridículo, à facção albanesa, isto é, que seguia a Albânia, país europeu então dominado por uma ditadura sem qualquer vinculação com a tradição socialista do continente, cuja capital tem menos de 200 mil habitantes, ou seja população inferior à da capital de Sergipe.

A nova extrema esquerda totalitária, resultante das cisões do Partido Comunista e abertamente estimulada do exterior, proclamou a doutrina batizada de *foquismo*, segundo a qual competia promover a criação de focos de luta armada. A literatura então em voga consistia de *manual do guerrilheiro urbano* e temas afins. Sem o apoio do Partido Comunista, tais agrupamentos estavam condenados a pregar no vazio e efetivamente não representavam nenhum risco para o projeto brasileiro de fazer coincidir o progresso material com a consolidação dos institutos do sistema representativo..

O destino histórico dos agrupamentos totalitários sofreria entretanto, no nosso País, reforço extraordinário com a adesão a essa plataforma de segmentos importantes da Igreja Católica, ocasionando, como indicaremos, a sua sobrevivência no interior do PT.

O aprofundamento da ruptura do PC com o totalitarismo dar-se-ia com a sua autodissolução, em 1991 em decorrência do fim do socialismo soviético. Esse tipo de atitude havia sido precedido pelo Partido Comunista Italiano, que também se autodissolveu, criando em seu lugar o Partido de Esquerda Democrática (PSD, em italiano), cujo empenho consistiria em eliminar a antiga cisão com o Partido Socialista, de sorte que todos os socialistas estivessem em uma mesma agremiação. Tanto na Itália como no Brasil, muitos comunistas não aceitaram tal procedimento.

De todos os modos, no denominado IX Congresso do PCB, a agremiação mudou de nome, passando a chamar-se Partido Popular Socialista – PPS.

No programa do PPS, adiante transcrito, mantém-se o compromisso com o socialismo, isto é, com a construção de uma sociedade sem classes, e a fidelidade a Marx. Vale dizer: não se trata de uma opção social-democrata.

A implantação do socialismo seguirá, entretanto, as regras democráticas. Não se fala mais em luta armada. Critica-se e rejeita-se a experiência do chamado socialismo real. Ainda assim em que essa espécie de socialismo distingue-se pura e simplesmente da estatização da economia não fica muito claro..

No que se refere, entretanto, à rejeição do totalitarismo, não pode haver qualquer dúvida.

– A verdade sobre 1935

Embora esta não fosse certamente a intenção do autor, o livro *Camaradas. Nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira (1993)*, corresponde à extraordinária contribuição à historiografia brasileira, tão aviltada nos últimos anos pela *vulgata marxista*. A pretexto da *não existência de fatos, mas apenas da interpretação* – seus adeptos chegam a escrever essa enormidade – permitiram-se fazer todas espécies de afirmações gratuitas acerca da História do Brasil. William Waack retoma a notável tradição iniciada por Varnhagen, inspirada no lema de Ranck, segundo o qual incumbe à história estabelecer como os acontecimentos de fato se passaram. Jornalista de grande talento, Waack

valeu-se da circunstância de que muitos arquivos soviéticos se tenham tornado acessíveis para reconstituir, com base em farta documentação, o episódio do qual se pode dizer que é verdadeiramente escabroso.

A experiência do contato com Moscou, vivenciada pela geração comunista do pós-guerra (documentada por Osvaldo Peralva em *O Retrato*) tornara patente que os partidos comunistas tinham um chefe russo, tudo indicando que existiria um mecanismo segundo o qual alguns comunistas eram recrutados para a condição de agentes soviéticos (possivelmente ligados a órgãos de segurança). Suponha-se, entretanto, que a Internacional Comunista, pelo menos até o grande terror estalinista, era um colegiado formado por revolucionários sinceros, por certo mais das vezes equivocados, mas o que também se podia atribuir às perseguições que sofriam em seus próprios países, o que teria acabado por distanciá-los da realidade.

A caracterização da IC que nos fornece Waack é a de um simples apêndice dos serviços secretos. Além da conhecida centralização em que se baseava o funcionamento dos Partidos Comunistas, a IC tinha uma peculiaridade. Sendo a Comissão Política (ou Secretariado, desde que formados pelas mesmas pessoas) integrada por oito a dez nomes, onde entravam estrangeiros e, parecendo demasiado numerosa, o executivo verdadeiro constituía-se de três pessoas, a chamada *Uskaia Komissia* (Pequena Comissão). Embora dela fizesse parte um (irlandês (Kuusinen), na verdade todos eram russos (a Finlândia tornou-se independente depois da Revolução de Outubro, e o próprio Kuusinen pertencia ao CC; do PCUS e chegou ao seu Birô Político). O terceiro homem era o chefe do OMS, serviço secreto da própria IC e ligava-se diretamente ao órgão, depois denominada KGB.

O livro revela o nascedouro da idéia – que nada tinha a ver com o marxismo – de que as revoluções sustentadas pelos comunistas consistiriam em uma espécie de aliança entre os camponeses e segmentos da burocracia. A fonte inspiradora seria a chamada *Revolução Chinesa*, e seu principal teórico, uma figura obscura, o chinês Van Min, que continuou dando as cartas em Moscou, como principal conselheiro para assuntos chineses, tendo ficado do lado russo na briga com Mao (faleceu em 1974). Torna-se patente que o abandono da idéia de revolução europeia em prol dessa prevalência do mundo subdesenvolvido marca o trânsito dos soviéticos, sob a liderança de Stalin, para a adoção da velha idéia imperial russa. Dessa falácia teórica (do ponto de vista da coerência do marxismo), resultaria a transformação automática em *socialistas* de países atrasadíssimos como Angola, Moçambique, Etiópia etc., colocados sob dominação soviética. Assistiu-se até mesmo ao espetáculo grotesco do aparecimento da *República Socialista Científica do Iemen*.

O Brasil foi considerado como apresentando todas as condições para passar à órbita soviética, plantando os russos uma base na própria retaguarda de seu principal inimigo. O modelo de Van Min, elaborado com a ativa participação de Prestes, compreendia uma insurreição camponesa no Nordeste, que daria a Prestes o pretexto para dividir o Exército. Waack chama a atenção para um fato de certa forma obscurecido: o encargo de chefiar a operação no Nordeste, atribuída a Silo Meireles, ex-oficial do Exército, homem de confiança de Prestes, treinado em Moscou para a missão. O desenrolar dos acontecimentos serviu para confirmar que se tratava de uma hipótese estapafúrdia, mas que a documentação levantada por Waack comprova ter sido a crença dos formuladores da operação. Esta foi concebida diretamente pelos órgãos de segurança, sendo o posto operativo chave ocupado por um homem da OMS (serviço secreto da IC), treinado pela OGPU (antecessora da KGB). Ao contrário do que procurou fazer crer durante toda a vida, Prestes achava-se inteiramente integrado ao aparelho da IC. Olga Benário era uma agente do IV Departamento (serviço secreto do Exército).

Ainda que as comunicações com Moscou não se tivessem organizado a contento, a operação foi dirigida da capital russa, tendo sido preservados todos os documentos que o comprovam. Waack os utilizou abundantemente, reconstituindo a inteira cronologia da tragédia. Há coisas fantásticas. Em uma carta aérea cifrada, de 9 de novembro de 1935, o virtual chefe do Birô Sul-americano (Arthur Ernst Ewert, pseudônimo Harry, Berger), assim descreve o ambiente do País: "Lutas generalizadas de guerrilheiros em quatro estados do Nordeste. Ampla frente popular do Rio abrangendo desde partidos de oposição até a ANL. Progressos militares: nossa campanha para reforço do Exército e Exército Popular apresentam importantes resultados, incluindo a desmoralização do oficialato superior. Prefeito da capital nos apóia totalmente. Empreenderemos medidas decisivas em meados de dezembro. Opinião unânime: perspectivas de vitória ainda maiores. Favor enviar telegraficamente valor em dinheiro para endereço em São Paulo" (pp. 199 e 222). Ao que comenta Waack: "Embora a liderança de Ewert no Birô fosse incontestável – era visto como verdadeiro chefe – é difícil imaginar que tivesse tomado sozinho a decisão de enviar a Moscou uma informação como essa, que só pode ser caracterizada como delirante." O mais provável é que Prestes, convencido que estava de que arrastaria atrás de si grande parcela do Exército, achasse que depois recomporia a situação para dar ao evento ares de aplicação do modelo chinês e não de uma simples quartelada, à qual, no final das contas, reduziu-se o movimento.

A pesquisa de Waack desenvolveu-se na capital russa durante aproximadamente um ano e meio. O fato de que a operação tivesse sido coordenada por profissionais de segurança, num Estado Totalitário, permitiu que os documentos existentes facultassem o esclarecimento do essencial. Os inquiridos para apurar responsabilidades também os passam em revista. Os sobreviventes que retornaram a Moscou foram todos liquidados pela polícia secreta. Afinal, a nova doutrina da revolução mundial, destinada, como se viu, a dotar o império russo de dimensões inusitadas, tornara-se um dogma inatacável e, se a tentativa de aplicá-la ao Brasil não deu certo, as causas do fracasso residiam nos executores. Aparece muito nitidamente a preocupação em obscurecer a condição de Prestes como agente soviético, desde que se compreendia ser incompatível com a liderança carismática que se acreditava pudesse exercer. Mas aquela condição, depois do livro de Waack, parece de todo evidente.

– O Programa do PPS

O programa do PPS, aprovado em 1991, contém uma declaração clara quanto à solidariedade que estabelece entre o seu projeto de socialismo e a ordem democrática. Naquele documento, afirma-se o seguinte: "A democracia é a via do socialismo. O socialismo não deve ser uma imposição, mas uma opção democrática. Nosso projeto socialista envolve a combinação dialética de democracia e reformas orientadas ao socialismo. Mais ainda: concebemos a democracia não só como a única via ao socialismo, mas também como a via do seu desenvolvimento. Essa visão de democracia confere uma nova concepção ao socialismo: ele não é um sistema abstrato, prefigurado, pronto e acabado. É, ao contrário, processo em contínuo desenvolvimento que, visando a uma sociedade mais justa, deve se basear numa análise da realidade em constante mutação."

Persistem, entretanto, diversos resquícios do passado.

A existência de nações desenvolvidas e países pobres é entendida como resultante de uma espécie de conspiração das primeiras. Assim, diz o documento: "As classes dominantes dos países capitalistas centrais procuram dirigir a reestruturação da economia mundial segundo a lógica exclusiva do lucro, da manutenção dos poderes transnacionais sem

qualquer controle democrático, da preservação da dependência dos países do Sul, através de relações de dominação e exploração." Os autores de teses desse tipo teriam de deter-se no exame das inversões do Banco Mundial, ao longo das décadas subseqüentes à 2ª Guerra, na África, de um modo geral, bem como em diversos países da Ásia e da América Latina, de que nada resultou em termos de desenvolvimento, permitindo, além disso, o enriquecimento pessoal de variada fauna de ditadores. As simples doações, como parece ser a intenção do programa do PPS, certamente não produziram melhores resultados. Sem um exame da experiência dos Tigres Asiáticos, a suposição de que haveria exploração do Sul pelo Norte só serve para evidenciar que a ruptura com o passado não alcançou a profundidade que seria de esperar.

Algo semelhante ocorre na caracterização da situação interna. Assim, por exemplo, ao colocar-se contra a privatização, afirma que o desejável é que o Estado "seja desprivatizado e democratizado, isto é, que deixe de ser uma propriedade do poder econômico e dos grupos políticos, que o colocam a serviço dos monopólios, do fisiologismo e do clientelismo..." Ora, até onde se sabe, os monopólios existentes no País são todos estatais. A privatização visa justamente acabar com aquela situação que constituiu no Brasil, a exemplo da União Soviética, *nomenklatura* privilegiada, justamente o que se tem em vista ao falar de corporativismo.

O Programa do PPS preserva a idéia de que o Estado deveria responsabilizar-se pelos "setores estratégicos da economia". A Petrobrás é bem um exemplo do que resulta desse tipo de catilinária: o monopólio do petróleo não reduziu a nossa dependência de fornecedores externos, que foi o argumento usado para constituí-lo. Criou, em contrapartida, uma casta privilegiada, com extraordinário poder de fogo, já que detém em suas mãos o abastecimento de combustíveis ao País.

Em síntese, o Programa do PPS de 1991, se bem represente o franco abandono do totalitarismo, não conseguiu traduzir-se em uma definição clara das linhas que deveriam nortear a construção de um socialismo democrático, isto é, segundo a tradição fixada na Europa Ocidental, com a qual rompeu formalmente o comunismo soviético, a que esteve ligado no passado.

Segue-se a transcrição do inteiro teor do documento.

PROGRAMA DO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA – PPS

O Partido Popular Socialista – PPS é uma organização político-partidária aberta a todos os cidadãos brasileiros que, no gozo de seus direitos políticos, consideram ser o socialismo uma alternativa historicamente possível e politicamente desejável para o Brasil, aceitando o seu programa e o seu estatuto.

Comprometido com a defesa da democracia e da liberdade, dos direitos humanos fundamentais e das instituições representativas, da soberania popular e com pluralismo político e partidário como premissas da ação política, o PPS advoga um ideário socialista compatível com o século XXI contemporâneo do fervilhar de idéias, da polêmica e da riqueza intelectual progressista de que Marx foi um precursor.

Partido Nacional autônomo, o Partido Popular Socialista é solidário com todos os movimentos universais da defesa e da promoção dos direitos humanos, de manutenção e consolidação da paz entre os povos e da luta pela defesa de um meio ambiente saudável,

aberto ao diálogo com todas as forças e personalidades políticas e sociais, sem discriminações de qualquer natureza.

A situação mundial

O fim da guerra fria e da política de blocos antagônicos inaugura uma nova etapa nas relações internacionais. Propicia a construção da paz e da segurança, fortalece os princípios de não intervenção e respeito aos direitos dos povos e abre a possibilidade de soluções negociadas para os conflitos regionais e locais e para o desarmamento. A tendência é tornar-se cada vez menor o risco de um confronto nuclear.

Contudo, o fim da guerra fria e da bipolaridade, sendo um fator necessário para a paz, não é suficiente, por si só, para assegurá-la. A construção da paz e a sua consolidação vão depender também de como se configurar a nova ordem internacional. A possibilidade de paz implica, de uma parte, a instauração de um sistema econômico internacional mais justo, distinto do atual; e, de outra parte, a construção de um sistema de segurança internacional centrado na associação e cooperação dos países numa rede de mútuas garantias, de medidas de confiança, controles eficazes e diálogo.

A satisfação dessas condições, porém, não está assegurada automaticamente. A nova época histórica abre-se com algumas contradições fundamentais que agravam o desequilíbrio Norte-Sul do mundo e ameaçam tornar inúteis os esforços para construir uma nova ordem internacional democrática e pacifista. Essas contradições se manifestam entre as exigências de um desenvolvimento econômico extensivo a todo o mundo e os interesses que procuram mantê-lo circunscrito a determinados países: entre o aumento fantástico de produtividade e da produção de alimentos, bens de uso e serviços e a manutenção de populações em níveis de miséria e subnutrição; entre a crescente importância dos valores democráticos e a ofensiva política conservadora neoliberal e outros mais. As classes dominantes dos países capitalistas centrais procuram dirigir a reestruturação da economia mundial segundo a lógica exclusiva do lucro, da manutenção dos poderes transnacionais sem qualquer controle democrático, da preservação da dependência dos países do Sul através de relações de dominação e exploração.

Por sua parte, o estabelecimento do sistema de segurança referido demanda um reequilíbrio democrático e pluralista das relações internacionais, para o que uma condição necessária é a ampliação dos poderes da ONU e a reforma do seu Conselho de Segurança, de maneira que o sul do mundo e todos os países, grandes e pequenos, sintam-se representados, adequando a ONU à multipolaridade que se começa a gestar.

Ampliam-se porém, as forças políticas e sociais que buscam dirigir racional e democraticamente as inovações técnico-científicas para a resolução dos grandes problemas da humanidade; regular democraticamente a internacionalização da economia, no sentido da superação das desigualdades e injustiças e para resolver os problemas do Sul; e criar uma nova ordem com regras e procedimentos democráticos e universalmente aceitos.

A crise brasileira: condições políticas de sua superação

O Brasil está vivendo a mais complexa e profunda crise destes últimos cinquenta anos de sua história, uma crise que combina uma prolongada estagnação econômica com um crescente discenso político entre as classes dirigentes e as classes subalternas e no seio da

própria burguesia. Estamos diante de um acelerado agravamento da crise estrutural do sistema socioeconômico, afetando todos os campos da vida nacional e tendendo a agudizar as tensões sociais e a luta política.

Na raiz dessa crise encontra-se o fato de que, em virtude da exacerbação do caráter conservador que sempre presidiu o desenvolvimento do capitalismo em nosso País e da oligopolização e cartelização da economia, bem como da apropriação do Estado pelos monopólios, processou-se uma mudança radical nos termos da divisão da renda nacional em benefício dos lucros e juros e em detrimento dos salários e do Estado (das rendas públicas federal, estaduais e municipais).

Além disso frustraram-se as esperanças da sociedade na capacidade do atual governo de equacionar os problemas da economia de maneira favorável ao povo. Sua política recessiva, reduzindo a oferta de empregos e rebaixando o poder aquisitivo dos salários, gerou mais miséria e marginalização.

Em conseqüência, o Brasil apresenta hoje uma realidade econômica e social profundamente injusta e desigual, com os extremos ocupados, numa ponta, por uma economia relativamente moderna, e, na outra, pela conservação do atraso de numerosos setores econômicos e em vastas regiões da País. Esse processo vem aprofundando a divisão da sociedade em duas partes cada vez mais distanciadas entre si, colocando, de um lado, a minoria privilegiada que usufrui dos benefícios do desenvolvimento, e, de outro, a maioria que vê seu nível de vida em continuado rebaixamento, uma parte da qual encontra-se simplesmente marginalizada da vida econômica e social.

Mas o Brasil pode ter outro destino, democrático e progressista. Contrariando as elites retrógradas e excludentes, que lançaram o País nessa profunda crise o grande desafio aos que de fato desejam a modernidade do Brasil é romper a lógica dos ciclos de expansão da economia que possibilitaram o enriquecimento fabuloso de uns poucos e a marginalização da grande maioria; viabilizar mudanças de estrutura para modernizar o País com mais justiça social, integrando-o de forma soberana a um mundo cada vez mais interdependente, e construir um projeto nacional novo, democrático e progressista, que abra a via de profundas transformações políticas e sociais.

Favorece a viabilização desse projeto a nova realidade política do país. Concluiu-se a transição institucional iniciada com a vitória de Tancredo Neves no colégio Eleitoral em 1984, a promulgação da nova Carta Magna estabeleceu um Estado de Direito democrático, os poderes públicos estão constituídos democraticamente. Vive-se um regime de liberdades políticas sem paralelo em nossa história, ainda que esteja por completar-se a regulamentação de numerosos dispositivos da nova Constituição e por realizar-se a necessária profunda reforma democrática do Estado.

É cada vez menor o espaço para soluções conservadoras impostas do alto. A dinâmica política e social em curso na sociedade rejeita os interesses inflacionários, o cartorialismo, a cartelização, o monopolismo tecnologicamente atrasado e, principalmente, a brutal concentração de riqueza.

Para dar sustentação a um projeto de mudanças, viabilizando as grandes reformas de estrutura, centrado na ampliação da democracia e do exercício da Cidadania, propomos a constituição de um bloco de forças democráticas, progressistas, que deve atuar estreitamente articulado com os movimentos sociais. Para cumprir essas tarefas, esse bloco deve ser capaz de articular alianças políticas e eleitorais flexíveis, marcar uma ativa presença nos movimentos sociais organizados e sustentar uma correta relação com os mecanismos

institucionais democráticos.

A conquista de uma democracia socialmente avançada reclama não só a construção desse bloco, mas também, em seu interior, o protagonismo de uma esquerda moderna, capaz de articular as lutas democráticas da sociedade com os interesses do mundo do trabalho e da cultura. Uma esquerda moderna e pluralista, comprometida com as liberdades e a democracia, terá condições de chegar ao poder.

O Bloco de forças democrático progressista não poderá prescindir de seu papel. Mas, para que a esquerda se credencie ao exercício do poder, deve ser capaz de promover a emancipação da classe operária de uma visão estreitamente econômico-corporativa, tornando-a apta a dirigir o País – por seu programa de sustentação política e social entre as classes exploradas e oprimidas e, principalmente, pela capacidade de exercer sua hegemonia política e cultural na sociedade.

Um projeto de desenvolvimento democrático

O projeto de desenvolvimento democrático que o PPS propõe, em contraposição aos modelos elitistas e conservadores até agora impostos pelas classes dirigentes, difere essencialmente destes últimos, porque tem como meta o desenvolvimento social de toda a população, para isso devendo servir o programa de crescimento e modernização de toda a economia em todas as regiões do país. São os seguintes os pontos básicos desse projeto:

1. A saída da crise e a realização desse novo tipo de desenvolvimento exigirão: a redução inicial da inflação a um índice não maior do que 20% ao ano e seu sucessivo declínio até o nível existente nos países desenvolvidos; a retomada dos grandes investimentos privados e estatais em meios de produção e infra-estrutura econômica; uma forte priorização de desenvolvimento da ciência e tecnologia; uma ampla reforma agrária e uma nova política agrícola; um programa estatal de investimentos sociais capaz de mudar radicalmente as realidades atuais nas áreas de educação, saúde, moradia, saneamento básico e transportes urbanos de massas, assim como da seguridade social; a multiplicação do poder aquisitivo dos salários e a aproximada equalização desse poder em todo o território nacional, a capacitação da economia brasileira para competir no mercado internacional.

2. Para a realização de um desenvolvimento econômico e social de tal magnitude, dois problemas fundamentais precisam ser resolvidos. Um deles é a garantia de disponibilidade de recursos em volume e condições de cessão adequados, suficientes para financiar os investimentos, privados e públicos que se farão necessários. O outro é a capacitação do mercado interno para absorver a crescente produção de bens e serviços. A solução desses problemas está na inversão dos termos em que se dá atualmente a divisão de renda no Brasil, de modo a aumentar a participação dos salários e do Estado (em seus três níveis) na mesma, ao mesmo tempo em que se promove o aumento da produção e da produtividade nacional, de modo a assegurar-se também o crescimento da renda absoluta auferida pelo capital privado, capacitando-o assim a ampliar seus próprios investimentos.

Nos últimos trinta anos, a massa salarial vem tendo sua participação na divisão da renda fortemente diminuída em favor do crescimento da participação dos lucros e juros, como resultado das políticas explícitas de arrocho salarial, dos elevados índices alcançados pela inflação e do crescente desemprego causado pela recessão. O Estado tornou-se igualmente outro grande perdedor de renda nos últimos quinze anos, em consequência do dessanguamento de suas finanças pela via dos incentivos e subsídios improdutivos ao capital privado, das altas

taxas de juros pagas ao mercado financeiro e da queda de arrecadação de impostos causada pela inflação e pela redução do PIB. A inversão desses dois processos é condição necessária não só para promover um novo ciclo de desenvolvimento mas até mesmo para simplesmente retirar o país da crise.

e. Em torno do papel do Estado brasileiro na economia, uma acirrada polêmica vem se desenvolvendo nestes últimos anos entre “antiestatistas” e “estatistas”. Mas o problema real que está colocado é o da nova qualidade que deve assumir sua intervenção na economia. O fato de que o capital privado se dirige para onde pode extrair maior taxa de lucro, não levando em consideração as necessidades econômicas e sociais do País, torna indispensável que o Estado brasileiro continue a ter participação no desenvolvimento dos setores estratégicos da economia. Além disso, quanto mais cresce a cartelização e a monopolização da economia, mais necessária se torna a ação reguladora do Estado para a defesa dos interesses dos consumidores e, em geral, de toda a sociedade.

Mas, para que o Estado possa desempenhar esse papel, uma das condições é que seja desprivatizado e democratizado, isto é, que deixe de ser uma “propriedade” do poder econômico e dos grupos políticos, que o colocam a serviço dos monopólios, do fisiologismo e do clientelismo, e se transforme de fato em Estado público, voltado para os interesses da população. A outra condição é que sua política fiscal seja capaz de assegurar-lhe uma arrecadação suficiente para o financiamento dos investimentos econômicos e sociais próprios, sem ter que recorrer a recursos inflacionários.

4. A política salarial capaz de sustentar um desenvolvimento democrático requer o crescimento real continuado do salário médio e o beneficiamento privilegiado dos salários mais baixos, simultaneamente com a progressiva incorporação ao mercado de trabalho dos milhões de brasileiros até agora dele marginalizados. Para uma mudança radical da vil estrutura salarial vigente, é imprescindível o estabelecimento de uma política de longo prazo com a finalidade de multiplicar, por várias vezes, o valor real do salário mínimo, dos demais salários, assim como das aposentadorias e pensões, uma política que estabeleça mecanismos automáticos de defesa dos salários contra a inflação e que incorpore aos mesmos os ganhos de produtividade da economia.

Numa primeira etapa, arbitrável em quatro anos por ser este provavelmente o tempo para o País dar início a um crescimento sustentado, a meta a perseguir deve ser pelo menos a duplicação do salário mínimo real e a elevação em 20-25% de massa salarial total, tendo por referência os valores médios alcançados em 1990. Numa perspectiva de prazo mais longo, em torno de dez anos, pode-se prever a possibilidade de um salário mínimo de valor real quatro vezes superior ao atual e a duplicação da massa salarial total.

5. A modernização de toda a base produtiva, dos serviços e da infra-estrutura econômica e social é condição para o sucesso de um projeto de desenvolvimento econômico democrático no Brasil, e o grau que pode atingir essa modernização vai depender diretamente dos progressos alcançados pelo País no desenvolvimento das ciências de base e das novas tecnologias.

A utilização generalizada das novas tecnologias na economia é indispensável para o fortalecimento da cidadania e da democracia. Ela concorre para resolver esses problemas pela vida da elevação do salário real, do barateamento dos produtos de consumo de massas e dos serviços e da melhor qualidade dos mesmos, destacadamente da alimentação, moradia, transportes urbanos de massas, educação e formação profissional, assistência médica e hospitalar, melhoria real das aposentadorias e pensões. Além disso, o intensivo emprego das

tecnologias de ponta é condição necessária para que o Brasil possa integrar-se cada vez mais na economia mundial em acelerado processo de internacionalização, em que o comércio mundial cresce extraordinariamente de importância e o nosso mercado interno terá de abrir-se à concorrência estrangeira.

6. Na época da revolução técnico-científica, quando o progresso baseia-se na acelerada produção de novos conhecimentos científicos e novas tecnologias, a educação adquire um valor altamente estratégico para todo projeto de desenvolvimento democrático. No entanto, a educação encontra-se, no Brasil, em crônica e profunda crise. Políticas atrasadas vêm promovendo uma educação obsoleta e produzindo uma massa de desqualificados, do ponto de vista profissional. Numa era em que ciência e tecnologia determinam fortemente o progresso das nações, o número de pesquisadores nessas áreas chega a ser, em proporção à população, 20 a 25 vezes menor do que nos países desenvolvidos.

Um projeto de desenvolvimento democrático para o Brasil deve ter como uma de suas prioridades estratégicas erradicar o analfabetismo e revolucionar a educação. É imprescindível que, já na virada do século, esteja assegurado escola de 1º grau para todas as crianças e pelo menos dobrado o número de matrículas de 2º grau, com aumento privilegiado no ensino técnico, em ambos os casos com um ensino renovado e a escola pública atendendo pelo menos 80% das matrículas. Nas áreas onde deve ser concentrado o esforço científico e tecnológico nacional, o número de pesquisadores altamente qualificados (com doutorado e pós-doutorado) já deve ser o suficiente para assegurar o desenvolvimento autônomo e auto-sustentável das mesmas.

7. O contexto sanitário em que vive grande parte da nossa população expressa-se em indicadores dramáticos. O atual sistema de saúde iníquo, anárquico, e ineficiente está à mercê de interesses mercantilistas da área privada e da indiferença governamental. O aparato médico-hospitalar público, desestruturado e sucateado, não consegue atender às necessidades mínimas da população. O desenvolvimento democrático da sociedade brasileira exige a inversão imediata desse processo e o estabelecimento acelerado de um sistema de saúde capaz de proporcionar a universalização da assistência médica e hospitalar, a defesa sanitária da população, a drástica redução da incidência das doenças profissionais e de acidentes de trabalho e a eliminação das endemias.

Com essa finalidade, consideramos que deve ser implantado o Sistema Único de Saúde-SUS, público, descentralizado e democrático, conforme projetado durante a VIII Conferência Nacional de Saúde. Devem ainda ser estatizados, conforme determina a Constituição, os setores produtores de insumos imunológicos e de sangue e derivados, insumos críticos para a população. Ao mesmo tempo, é necessário um programa de longo prazo de saneamento básico – água potável, coleta e tratamento dos esgotos, coletas e disposição final do lixo, drenagem – para as populações urbanas; e outro para as populações rurais, de educação sanitária e de financiamento de instalações simples para assegurar a qualidade da água e evitar contaminações através dos dejetos.

8. O Brasil exhibe um déficit habitacional urbano calculado em seis milhões de unidades, suprido pelas favelas e cortiços. As condições subumanas em que vive essa parte da população, sobretudo nos grandes centros urbanos, torna a solução desse problema uma necessidade social aguda, devendo ser incluído, por um período de não menos de que três decênios, no rol dos serviços sociais a serem prestados pelo Estado a fundo parcialmente perdido.

É viável uma mudança drástica nessa situação já num prazo de vinte anos, com a

exceção de um plano nacional de construção de habitações para a população de baixa renda, à razão mínima de 200 mil unidades por ano. Um plano que envolva a União, os Estados, os Municípios e as comunidades interessadas e que inclua medidas para baratear a produção dos materiais de construção e o custo da terra e de sua urbanização. Devem ser moradias dotadas de água, luz, esgotos, construídas próximas a fontes de emprego e assistidas pelos equipamentos sociais e urbanos indispensáveis (escolas, postos de saúde, transportes etc.). Moradias necessariamente modestas, mas suficientemente sólidas para serem usadas pelo menos por trinta anos.

9. A reforma agrária tornou-se uma necessidade presente no Brasil. Há sinais de que nossa agricultura entrou numa fase de perda do ritmo de crescimento anterior ou mesmo na fase de uma quase estagnação. Essa perda de ritmo se verifica na expansão da área total dos estabelecimento agropecuários, na área das lavouras (soma das lavouras permanentes e provisórias), no acentuado decréscimo do parque de tratores, no menor crescimento do efetivo total dos bovinos e de aves e no decréscimo marcante, em termos absolutos, do rebanho de suínos.

Registrou-se, em consequência, uma diminuição grave na produção agrícola do país: de fato, dos 33 produtos incluídos nos levantamentos sistemáticos do IBGE, mais da metade (dados do censo Agropecuário de 1985) tiveram reduzidas suas colheitas, daí se originando sérias dificuldades no abastecimento alimentar nos grandes centros consumidores do País. A agricultura brasileira, dispendo apenas de cerca de cinco milhões de explorações em atividade, com os grandes proprietários monopolizando mais da metade da área das propriedades rurais, constitui uma estrutura produtiva de alta instabilidade, em cujo conjunto as crises de produção constituem a regra geral.

Essa situação exige soluções profundas e definitivas que resultem num aumento do número de produtos rurais, estímulo à organização de formas associativas de produção e uma política voltada principalmente para a democratização da propriedade e para a melhoria de distribuição da renda. Para tal fim, tornou-se imperativa uma reforma agrária que, num prazo de dez anos, contemple pelo menos 6 milhões de famílias camponesas. Considerando-se o lote de tamanho médio de 30 hectares, isto significaria que, ao cabo de um decênio, o número de explorações agropecuárias subiria dos 5 milhões atuais para 11 milhões, ou mais do dobro, e a extensão das lavouras tenderia a crescer dos cerca de 30 milhões de hectares atuais para cerca de 100 milhões.

Essa reforma agrária deve ser associada a uma política agrícola dirigida à pequena propriedade, que possibilite a esta acesso às novas tecnologias, permitindo-lhe aumentar consideravelmente a produtividade.

10. O Estado tem obrigações em relação à cultura, que devem objetivar-se através de políticas setoriais definidas e implementadas democraticamente, com a participação organizada dos que atuam na democratização e livre desenvolvimento da cultura. Quatro linhas de políticas setoriais são imprescindíveis:

- Uma política educacional que contemple o sistema nacional de ensino público renovado, capaz de servir de base à satisfação das aspirações de nosso povo a uma vida melhor.
- Uma política de ciência e tecnologia capaz de formar pesquisadores aptos a atender as demandas do desenvolvimento econômico e social do País.
- Uma política de proteção ao patrimônio cultural, o que inclui a preservação dos

bens culturais e ambientais e o estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento urbano e de assentamento humano no território.

- Políticas específicas para os múltiplos setores da arte, com providências e dispositivos aptos a sustentar o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança, do cinema, da literatura etc.

A democracia como via do socialismo

A democracia é a via do socialismo. O socialismo não deve ser uma imposição, mas uma opção democrática. Nosso projeto socialista envolve a combinação dialética de democracia e reformas orientadas ao socialismo. Mais ainda: concebemos a democracia não só como a única via ao socialismo, mas também como a via do seu desenvolvimento. Essa visão de democracia confere uma nova concepção de socialismo: ele não é um sistema abstrato, prefigurado, pronto e acabado. É, ao contrário, processo em contínuo desenvolvimento que, visando a uma sociedade mais justa, deve se basear numa análise da realidade em constante mutação.

Pensamos o socialismo pela via processual e centrado na democracia. Projetamos a transição socialista calcada na socialização da política e do poder; na democratização e publicização do Estado, ultrapassando o fosso que o separa da sociedade civil; na democratização das relações sociais; no pluralismo político e no pluripartidarismo; no respeito aos direitos humanos, nas liberdades fundamentais; no Estado de Direito Democrático; na igualdade e na liberdade. Por esse prisma, o novo socialismo é incompatível com qualquer forma de opressão e supressão dos direitos fundamentais, individuais e coletivos, e deve garantir a possibilidade de alternância de poder.

Pensar a socialismo como processo significa construir no presente uma práxis capaz de realizar, aqui e agora, formas de liberação das seqüelas de opressão, injustiças, desigualdades, alienação e domínio próprias das relações sociais capitalistas – em síntese: anular e superar no presente a realidade que oprime as mulheres e os homens. Implica colocarmo-nos na luta para edificar novos modelos ético-culturais de desenvolvimento socio-econômico, orientados no alcance de reformas radicais na economia e na política, nos marcos ainda do capitalismo, desenvolvendo ao máximo seus elementos de socialismo.

A democracia como via do socialismo requer um forte poder democrático. Colocamos o problema do poder como processo de democratização integral da política e da sociedade civil. A questão, assim, é fundamentar novas regras, novos direitos sociais e novos poderes e instituições democráticas. No caso brasileiro, é preciso conceber a democracia em termos novos e instaurá-la de maneira segura em nossa cultura política. É preciso, pois, valorizá-la, como conquista ainda bastante recente e frágil. Para isso, é preciso mergulhar nas suas formas, contaminar-se dos seus métodos, fortalecer os seus valores e as suas regras.

Por uma economia democrática

O bloqueio do surgimento de uma economia democrática está centrado no poder dos grandes grupos do capital industrial e financeiro que exercem o controle sobre o mercado e influenciam fortemente o comportamento do conjunto da economia. O poder na empresa deve ser posto em discussão pelo mundo do trabalho e da cultura, no momento em que se afirmem a democracia e a cidadania, contemplando o controle sobre o poder econômico mediante a extensão das regras democráticas à produção.

Trata-se de afirmar o controle social através da constituição de novos poderes democráticos radicados no interior da empresa. A empresa é uma organização social em que agem diversos sujeitos com direitos conflituosos e interesses que devem ser amplamente reconhecidos. Trata-se assim de reconhecer esse elemento constitutivo e garantir aos diversos sujeitos possibilidades de se expressar e de influenciar na realidade da empresa. Para isso, a empresa deve ser eficiente e corresponder às exigências da sociedade.

Essa nossa colocação parte da necessidade de se estabelecer uma relação democrática entre o público e o privado, entre economia e política, pois as decisões da empresa têm conseqüências na economia, na política, no Estado e na sociedade. É fato notório que a empresa amplia cada vez mais sua intervenção direta nos terrenos decisivos de interesse público, nos mecanismos de regulação dos direitos e poderes e instituições culturais.

Decisiva para os trabalhadores é, portanto, a questão da democracia e da cidadania na empresa, em que se viabilizem regras e instrumentos pelos quais os trabalhadores possam gerir de forma nova e democrática a riqueza produzida, determinar sua participação no controle e na direção do processo de produção, bem como nos resultados econômicos, capazes de promover a reapropriação da riqueza cultural. Porém isso não implica somente direitos de participação e decisão, mas também deveres, e estará condicionado aos limites estabelecidos pelos controle externos da democracia política e pelo mercado, isto é, não pode ser realizado exclusivamente a partir de benefícios corporativos em detrimento dos interesses de toda a sociedade.

Novo bloco político

A possibilidade de êxito do projeto neoliberal reside na inviabilização de um bloco de forças democráticas e progressistas que se solidarize com os movimentos sociais, impulsionando suas demandas e assim estabelecendo uma nova dinâmica política – um bloco que una as esquerdas e demais forças democráticas e progressistas, potencializando as suas qualidades e diminuindo as suas limitações no jogo democrático. A constituição desse bloco não implica diminuir o ímpeto competitivo dos partidos ou grupos nele envolvidos, e sim evitar a luta suicida ou autofágica dos elementos nele presentes.

Esse bloco constitui-se historicamente ao longo do processo, ao realizar suas tarefas políticas concretas. Deve ultrapassar a unidade em torno de um “programa mínimo”, mais apropriado a coalizões e coligações políticas, e aproximar-se de um “programa máximo” para a conjuntura e daqueles objetivos estratégicos ligados à ampliação da democracia e da cidadania e à realização de reformas de estrutura em direção à modernidade.

O bloco de forças democrática e progressistas abre espaço para a ação concertada de vontades coletivas, revalorizando a política como o instrumento para se alcançar mais democracia, mais liberdade e justiça social. Por não representar exclusivamente uma aliança partidária – coligações eleitorais e coligações de governo –, mas também a incorporação de entidades as mais variadas da sociedade civil, o bloco democrático e progressista será capaz de dar articulação institucional à opção estratégica pelo avanço da democracia e das reformas. Sem esse bloco e sem uma alternativa democrática para disputar os rumos da sociedade, a luta por interesses corporativos imediatistas, ainda que se dê com extrema radicalidade e com grande influência de massas, não produzirá uma saída política para a crise.

A possibilidade de o bloco operar um movimento que impulsione o processo político novamente em direção a uma democracia socialmente avançada consiste na atualização do tema da democracia e reformas.

Voltado para a ampliação da democracia política, esse processo pode bloquear um complexo de transformações econômico-sociais distintas do neoliberalismo e da modernização conservadora. No seu desenvolvimento, deve combinar a ampliação dos direitos políticos democráticos e sociais na revisão da Carta, em 1993, com a substituição do modelo econômico excludente e concentrador de renda, movimento que poderá facultar uma progressiva democratização da vida social e do Estado. Não existe caminho para uma democracia socialmente avançada sem que as lutas democráticas gerais estejam intimamente vinculadas às lutas pela satisfação dos interesses do mundo do trabalho e da cultura.

– Resultados eleitorais e candidatura de Ciro Gomes

Em 1994, o PPS participou pela primeira vez de eleições presidenciais e parlamentares, elegendo apenas dois deputados federais, um pelo Rio de Janeiro e outro pelo Distrito Federal. Ingressou na coalizão que apresentou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, derrotada no primeiro turno. O balanço dessa experiência seria efetivado no XII Congresso Nacional, realizado em 1998. Pela primeira vez uma agremiação formando no mesmo campo de forças empreenderia uma crítica pertinente ao projeto do PT, que é caracterizado como *conservador, estatista, corporativista e nacionalista-autárquico*.

Transcreve-se a seguir a apreciação geral que o PPS faz daquelas eleições:

“1.1.1. As eleições gerais de 1994 representaram a consolidação do processo de democratização e promoveram uma profunda inflexão da vida política nacional. Realizadas durante o curto governo Itamar, sucedâneo institucional pós-impeachment de Collor, as eleições para Presidência da República, Senado, Câmara dos Deputados, governos estaduais e Assembléias Legislativas expressaram ademais não só o amadurecimento das instituições democráticas como também o embate de distintos projetos para o reordenamento da economia, do Estado e da política.

1.1.2. A vitória já no primeiro turno eleitoral do bloco de forças encabeçado por Fernando Henrique Cardoso, centrado na aliança PSDB-PFL, se deu graças a três vetores básicos. Primeiro, o então candidato conseguiu vincular sua imagem ao sucesso da estabilidade monetária patrocinada pelo Plano Real. Segundo, aos olhos da imensa maioria da população, apresentou-se como o candidato das mudanças, das reformas, do novo. Terceiro, e talvez o mais decisivo, apostou na estreiteza política da aliança encabeçada por Lula: a defesa de um projeto conservador, estatista, corporativista e nacionalista-autárquico, de difícil aderência aos liberais-democratas, formatou uma composição estreita de forças políticas expressa na Frente Brasil Popular (PT, PC do B, PPS, PSB, PCB e PSTU), repetindo os equívocos – e a derrota política – da eleição presidencial de 1989.

O período decorrido das eleições de 94 caracteriza-se pelo sucesso do governo federal não só em assegurar a estabilidade monetária, mas também em moldar um projeto de reformas capaz de reaglutinar um bloco de forças sócio-políticas que lhe dê sustentação social e político-institucional.”

A resolução política do XII Congresso entende que o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu formular um projeto apto a aglutinar forças suficientes de sustentação. Seria um projeto de “recriação do capitalismo brasileiro”. Teria por base “a manutenção da estabilidade monetária; a realização das reformas previdenciária, administrativa, fiscal e patrimonial. A abolição da estrutura sindical e trabalhista corporativistas; a alteração eleitoral e partidária; a construção de um novo pacto federativo; a privatização; a desregulamentação da economia e do mercado de trabalho e a diminuição do papel regulador e social do Estado na economia e na vida social. Na área externa, a forma que vem se dando à abertura econômico-comercial e o fim de restrições às instituições financeiras forâneas não romperam a subalternidade da economia brasileira frente ao mercado global”.

A principal conclusão dessa análise consiste no que denomina de “ausência de uma alternativa democrática”. Seu inteiro teor é o seguinte:

“1.6.1. Frente ao projeto neoliberal posto em curso – que conta com grandes simpatias na opinião pública e com um certo consenso na sociedade civil – reveste-se de preocupação a ausência de um projeto alternativo por parte das forças mais representativas da esquerda brasileira. Um projeto de inspiração democrática e pública capaz de atrair o campo liberal-democrata – libertando-o das forças e mecanismos centrípetos do governo federal – para imprimir uma reinflexão política e econômica do atual estado das coisas. A ausência deste projeto opôs, por exemplo, prefeitos e governadores eleitos por amplas alianças democrático-progressistas às estruturas partidárias de uma esquerda presa ao ideário corporativista-estatista e nacionalista-autárquico; de uma esquerda incapaz de pensar o novo e que se agarra aos velhos dogmas com medo de perder a identidade.

1.6.2. A construção da identidade não se realiza à custa da democracia e da política de amplas alianças: o divórcio destes eixos só levará a derrotas consecutivas. É na dinâmica da vida política real, no entrelaçamento de diversos sujeitos históricos – principalmente os do mundo do trabalho e o da cultura – na luta concreta por modificações econômico-sociais, tanto imediatas quanto de caráter estrutural, que se constrói a identidade de uma esquerda de vocação democrática.

1.6.3. Pretender disputar a hegemonia do processo político reformador implica, assim, defrontar-se com o projeto vencedor do atual bloco de forças de inspiração neoliberal, combatendo-o em seus aspectos perversos. Significa dirigir uma crítica teórico-prática ao domínio do privado sobre o público, ao refreamento da universalização da cidadania, aos elevados custos sociais da estabilização monetária, ao aviltamento das estatais, ao “apartheid social”, à dependência da política econômica de capitais especulativos e à inserção subalterna da economia brasileira ao mercado global. Exige também que se apoie, com modificações, seus aspectos renovadores e reformadores, tendo como parâmetro o aprofundamento da democracia, a expansão da cidadania, a publicização do Estado e a democratização da economia.”

O PPS entende que o bloco governista não se acha isento de contradições. Além disso, a polaridade configurada impede a realização das reformas que, a seu ver, seriam imprescindíveis à retomada do desenvolvimento sustentável. De tudo isso resultaria a necessidade de um novo bloco, apresentado nestes termos:

“5.1.1. A recriação neoliberal do capitalismo brasileiro constitui um gerador de divisão das forças democráticas, de instabilidade política e de insatisfação das massas populares. Este quadro está sendo instrumentalizado pelos setores reacionários e conservadores interessados em limitar, bloquear ou fazer retroceder os avanços políticos

democráticos até aqui conquistados, dificultando a abertura de um modelo de desenvolvimento econômico-social que generalize a cidadania.

5.1.2. O bloco pode se viabilizar através de alianças políticas e eleitorais flexíveis e de uma apropriação dos mecanismos institucionais existentes e da criação de outros. O Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais, podem constituir o terreno privilegiado para a confluência do bloco no plano institucional. Assim, ele não se constitui apenas de coligações eleitorais e coalizões de governo; é também vinculação com os movimentos sociais, com a sociedade civil, que em suas lutas e demandas encontra no bloco o agente de seus anseios nos parlamentos e executivos.

5.1.3. propomos a formação deste bloco não só por lutarmos por uma democracia que realize as reformas que destruam as estruturas históricas de nossa formação econômico-social, mas também por compreendermos a eficácia do caminho da frente política – inclusive com aqueles que não têm o socialismo como horizonte. Configurado tal bloco e a realização de um programa mudancista, essas conquistas poderão abrir um conjunto de transformações político-institucionais e econômico-sociais distintas das do neoliberalismo e da modernização conservadora.

5.1.4. Reafirmamos que tal programa deve incorporar as reivindicações políticas, econômicas e sociais do mundo do trabalho, da cultura, dos movimentos representativos das mulheres, da juventude, dos favelados, das camadas médias urbanas, das universidades, das instituições religiosas, dos pequenos e médios produtores rurais e, inclusive, de setores empresariais interessados em um outro tipo de desenvolvimento.

5.1.5. Ao apresentar esta visão, o PPS dirige-se aos demais partidos para um amplo debate, pois um programa deste naipe precisará contar com um governo que disponha de grande apoio na sociedade, isto é, um governo de ampla coalizão democrática, que expresse o acordo de todas as forças nacionais interessadas na reorientação da economia e do quadro social. O Congresso Nacional desempenha aqui papel crucial na elaboração e aprovação de um novo curso de desenvolvimento, do mesmo modo como as entidades representativas da sociedade, capaz de reordenar o Brasil social e politicamente, tendo por eixo o desenvolvimento social.”

Finalmente, cumpre registrar como a agremiação avalia o resultado das eleições municipais de 1996 que, tudo indica, seria o fator básico que a teria estimulado a romper com a liderança do PT, nas eleições de 1998, apresentando candidatura própria. A mencionada avaliação é apresentada em seguida:

“6.1.1. As eleições municipais de 1996 permitiram ao PPS apresentar um significativo crescimento político-eleitoral, credenciando-o como uma alternativa real para todos aqueles que almejam um país democrático, desenvolvido economicamente, justo socialmente e liberto das travas que o impedem de dar vida a uma nova sociedade.

6.1.2. Não somos o maior partido do Ocidente, nem do Brasil, nem de qualquer um dos Estados federados. Mas já somos um partido nacional, democrático, plural, laico e com credenciais inegáveis para discutir e ajudar a construir uma nova formação política de esquerda com vocação democrática, aliás orientação de todos os nossos congressos.

6.1.3. Nas eleições de 1992, quando disputou sua primeira eleição como PPS, havia elegido apenas um prefeito, em Florianópolis, dois vice-prefeitos e apenas 17 vereadores – números pouco animadores para quem imaginava se constituir como alternativa de esquerda.

6.1.4. Nas eleições de 1996, porém, o PPS elegeu 36 prefeitos em cidades do interior e 40 vice-prefeitos. elegeu, ainda, 486 vereadores. Assim, o PPS afirma-se como um partido competitivo também do ponto de vista eleitoral. Atualmente, o partido ultrapassou a barreira de 700 vereadores, além de aumentar sua bancada na Câmara Federal de 2 para 7 deputados federais; contamos ainda com uma cadeira no Senado e vários deputados estaduais.

6.1.5. O crescimento que se verifica é resultado do acerto de nossa política, que vem sendo aperfeiçoada desde a realização do IX Congresso do PCB, do qual somos os herdeiros legítimos de suas melhores tradições. Resulta também da decisão de diversos companheiros de passar a contribuir na construção de uma alternativa no campo da esquerda brasileira. Neste ano, o PPS lançará um grande contingente a candidatos a todos os cargos eletivos, deputados estaduais, com grandes possibilidades de vitórias em vários Estados.”

A justificativa para a apresentação da candidatura Ciro Gomes às eleições presidenciais de 1998 é transcrita ao fim do tópico. O candidato do PPS obteve 7,4 milhões de votos, correspondentes a pouco menos de 1% da massa de votantes. Trata-se, sem dúvida, de um resultado expressivo, configurando por isso mesmo, como era desejo expresso da agremiação, uma alternativa ao bloco liderado pelo PT. Nas eleições para a Câmara, o PPS conquistou três cadeiras, acrescidas posteriormente por mais três, pela adesão voluntária de parlamentares eleitos por outras legendas.

O lançamento da candidatura Ciro Gomes deu-se por meio de uma resolução do XII Congresso, na forma de “Declaração aos brasileiros”. Seu texto integral é o seguinte:

“Estamos às vésperas dos 500 anos da Descoberta do Brasil. Desde a chegada da esquadra de Cabral nos mares da Bahia, muita coisa mudou no território nacional. Construimos uma grande Nação. Somos quase 160 milhões de brasileiros, e a nossa vocação é exercer um papel ativo na articulação de um novo projeto civilizado para o Terceiro Milênio. Entretanto, a exclusão marca o processo de formação histórica do Brasil. Essa é a chaga secular de nossas vicissitudes históricas. É o produto dos pactos das elites nacionais com as oligarquias locais que vêm se perpetuando ao longo dos anos, ora pela cooptação ora pela repressão mais brutal. Seu eixo, qualquer que seja a forma, é o cerceamento do processo democrático, a limitação das reformas e a articulação do aparelho de Estado com interesses restritos de grupos econômicos e sociais privilegiados.

De Cabral aos dias de hoje, os muitos avanços e conquistas verificados, quase sempre por pressão da população e de movimentos políticos e sociais, não significaram um projeto de desenvolvimento fundado na esperança de uma vida melhor e de uma sociedade participativa e mais justa para milhões de brasileiros. Há séculos, a maioria do povo vem sendo excluída dos benefícios do nosso processo econômico e tecnológico.

Mais recentemente, já sob a égide da Constituição democrática de 1988, essa realidade foi pouco alterada. O esforço renovador da sociedade ainda não foi suficiente para reorientar, de forma transformadora, os destinos políticos da Nação. Continuamos reféns dos acordos restritos que repetem a velha máxima de “tudo mudar para que nada se mude”. Mais um exemplo dessa cansada repetição histórica é o governo de Fernando Henrique Cardoso. O governo FHC inverteu, na prática, o seu programa. Acena, assim, com a mão direita para todos os brasileiros: o crédito agrícola deu lugar ao descrédito agrícola; a segurança à insegurança; o emprego ao desemprego; a saúde à doença; a educação ao sucateamento do ensino público. Quem anda nas ruas das grandes cidades brasileiras sabe: há milhares e milhares de crianças ao relento, sem chances de futuro.

Não queremos a morte da esperança. Queremos que o Brasil dê certo. O futuro

não contempla alternativas conservadoras, estejam elas embaladas pela fraseologia esquerdista de segmentos políticos contemporâneos ou pelo discurso reacionário da velha direita nacional. O Brasil não aceita projetos que, no fundo, ou se identificam com o carcomido modelo do socialismo autárquico ou com a retórica pseudomoderna do atual governo, que já apresenta sinais de esgotamento.

O Partido Popular Socialista lança oficialmente o nome de Ciro Gomes para Presidente da República. Ele é sintonizado com o seu tempo, experimentado na vida pública e comprometido com as verdadeiras transformações reclamadas por nossa sociedade. É a possibilidade que dispomos para ultrapassar os velhos modelos que fazem a crise brasileira se arrastar por tantas décadas. É a certeza de uma nova forma de fazer política, resgatando-a como instrumento ético e acessível à grande massa popular; é a garantia do aprofundamento da democracia.

A candidatura Ciro Gomes representa uma nova postura. Aquela que deseja, de fato, ultrapassar as conquistas do Plano Real e construir uma verdadeira agenda humanista, politicamente progressista, socialmente justa e ambientalmente sustentável. Vitoriosa, orientar-se-á para o resgate do Estado brasileiro, colocando-o a serviço da educação, da saúde e de um novo padrão de desenvolvimento, democrático e íntegro.

Com a candidatura Ciro Gomes, o PPS reafirma a sua posição a favor da construção de um novo bloco político, de centro-esquerda, capaz de fazer frente à avalanche do neoliberalismo e de inserir o Brasil, competitivamente, no mercado mundial. Um novo bloco que tenha coesão política para governar com estabilidade e que respeite as diferenças de identidade em seu interior, com ética e espírito público.

Para o nosso projeto ser vitorioso, precisamos ganhar as ruas e buscar aliados. São os caminhos para romper o pacto de silêncio armado com o objetivo de restringir o grande debate nacional que as eleições proporcionam. É severa a aplicação do atual arcabouço jurídico-eleitoral, que não tem isonomia e foi construído para beneficiar as atuais forças detentoras do poder. Ao silêncio, devemos responder com o nosso grito; à falta de espaços na mídia, devemos amplificar a nossa voz e difundir as nossas idéias; e mostrar sempre os números das ruas.

O PPS, que emergiu do memorável Congresso do PCB, em 1992, no Teatro Zaccaro, em São Paulo, mostrou – nas eleições de 1996, quando elegemos quase 500 vereadores e 40 prefeitos – todo o seu potencial de crescimento. Com Ciro Gomes, agora no XII Congresso, em Brasília, neste 19 de abril, estamos dando uma demonstração clara de que pretendemos nos converter também em força política dirigente de um Brasil real e justo.”

A candidatura Ciro Gomes é mantida na campanha eleitoral de 2002, constituindo-se para apoiá-la uma coalizão de grande amplitude.

– **Elaboração teórica**

Política Comparada – Revista Brasiliense de Políticas Comparadas, iniciativa de Vamireh Chacon, publicou em seu número inicial (primeiro semestre de 1997) importante ensaio de Roberto Freire, presidente do PPS (em colaboração com Caetano Araújo), com o expressivo título de “Nova e velha esquerda – balanço e perspectivas”. Trata-se de documento que revela o quanto aquela personalidade, representativa dos ex-comunistas, despreendeu-se dos hábitos inoculados numa parte da intelectualidade brasileira pelo antigo PCB, que tem revelado uma persistência inusitada em nosso meio, conforme aliás pode-se verificar do texto

precedente.

Roberto Freire registra a perplexidade diante do desmoronamento do mundo comunista (“nós, esquerda, para além das divergências, acreditávamos ser o futuro e, subitamente, o capitalismo parece arrebatá-lo do futuro de nossas mãos”), a resistência ao reconhecimento dos fatos (“as dificuldades até de perceber as mudanças leva alguns a apegar-se a pedaços do mapa antigo”) e não se furta ao exame das causas do fracasso soviético, ao contrário daqueles que empreenderam a chamada “refundação comunista”, segundo se referiu.

Roberto Freire associa o desmoronamento comunista à revolução tecnológica de que resulta o fenômeno batizado de globalização. Escreve:

“O socialismo terminou, portanto, por mostrar-se incapaz de absorver, produtivamente, a mudança tecnológica, apesar de todas as suas realizações educacionais e científicas. As relações capitalistas de produção, pelo contrário, revelaram-se um ambiente elástico para abrigar a mudança ocorrida. Numa confirmação irônica da tese marxista, o desenvolvimento das forças produtivas entrou em choque com as relações de produção obsoletas e as pulverizou. Infelizmente, as relações extintas executadas pela História, foram aquelas geradas no desenvolvimento da revolução de outubro, na experiência histórica mais significativa de implantação do projeto da esquerda”.

Freire não esconde a natureza totalitária da experiência soviética, embora procure legitimar a circunstância de tê-la tolerado (em nome de idéias altruísticas, mas na verdade pela suposição equivocada de que os fins justificam os meios).

Freire atribui também ao desenvolvimento tecnológico o fato de que os socialistas hajam perdido as referências. A tecnologia permite que os bens e serviços requeridos pela sociedade possam ser produzidos com redução crescente de mão-de-obra.

“Durante muito tempo – afirma – o trabalho conseguiu sustentar a utopia de uma alternativa ao capitalismo real. Hoje, no entanto, o trabalho retira-se do centro da sociedade e perde a capacidade de dizer-nos quem somos”.

Nessa circunstância, considera errada a hipótese de que o desmoronamento do socialismo real seria devido a erros táticos ou à aplicação incorreta de princípios que continuam válidos. Encarece a necessidade de serem buscadas as suas causas profundas.

A revolução tecnológica retirou da classe operária a condição de referência no estabelecimento das relações sociais. Mesmo no comportamento político, as antigas clivagens de classe, antes fundamentais, parecem dissolver-se. A esse propósito diz expressamente:

“Em suma, o trabalhador, particularmente operário, perde a situação que tinha de personificação da opressão e da exploração. Não é mais possível sustentar hoje, como Marx o fez, que a emancipação da humanidade é condição para a auto-emancipação dos trabalhadores. Hoje, os operários têm mais a perder que as cadeias que os amarram”.

E mais:

“Temos de abandonar a certeza científica da propriedade do futuro e reconhecer que a esquerda será, necessariamente, em uma sociedade plural que queremos preservar, uma entre outras correntes empenhadas no debate político”. Desse modo, o reconhecimento da inelutabilidade da democracia passa a ser uma espécie de ponto nevrálgico diferencial em relação à “velha esquerda”.

Resumindo, afirma Roberto Freire:

“Em primeiro lugar, a nova esquerda mantém como norte de sua ação política os mesmos valores que toda esquerda sempre levantou: a igualdade, a liberdade e a fraternidade solidária, que ultrapassa as fronteiras políticas, em uma nova forma de internacionalismo. Como antes, continuamos a pensar que sem um grau mínimo de igualdade, a liberdade torna-se ilusória. No entanto, não pensamos mais em assegurar a igualdade pela coerção, em sacrificar a liberdade hoje para recuperá-la, plena, no futuro. Aprendemos que a liberdade não pode nascer da ditadura, mesmo a do proletariado, se realizável.”

Entende ser esta a oposição mais profunda com a esquerda tradicional:

"Esta mantém a fé – e hoje efetivamente só pode tratar-se de fé – na capacidade de controlar o processo em benefício dos trabalhadores mediante o encastelamento em um aparelho de Estado fechado, permeável à sociedade apenas pela via. manifestamente insuficiente, do partido único. Continuam considerando, em suma, que nós – ‘vanguarda’ – sabemos mais sobre os interesses dos trabalhadores que os próprios trabalhadores."

No texto que estamos considerando – e que adiante se transcreverá integralmente – desaparece também toda e qualquer satanização do mercado. Afirma-se ali:

"A nova esquerda considera que a necessidade de contar com mecanismos de mercado é um das ensinamentos mais evidentes da revolução científico-tecnológica e do processo de globalização decorrente. Essa evidência impôs-se até aos países que se reivindicam comunistas e que mantêm a abertura econômica com a fechadura política. Consideramos que o mercado, quando devidamente regulado e limitado, é instrumento essencial à maximização da igualdade e da liberdade. A ressalva do controle é importante, pois traça uma demarcação com o campo liberal."

Finalmente, esta diferenciação em relação à doutrina liberal:

"Para os liberais, uma ordem que garanta a concorrência, política e econômica, é o bem coletivo número um que demanda esforços para sua manutenção. Se as regras são justas. As desigualdades eventualmente resultantes são fruto de decisões individuais equivocadas, responsabilidade de agentes específicos, muitas vezes dos próprios prejudicados. Nós, esquerda, reconhecemos hoje a importância de uma ordem legal que garanta a todos um espaço de autonomia. No entanto, sabemos que, se essa ordem redunde sistematicamente em desigualdades insuperáveis pela ação individual, será uma ordem injusta, não obstante todos os cuidados com a manutenção de uma justiça formal. O primado da igualdade leva-nos a questionar a ordem sempre que esta conflita com a justiça."

– **Texto doutrinário de Roberto Freire**

Nova e Velha Esquerda – Balanço e Perspectivas

Que é porque é necessária, hoje, uma esquerda de novo tipo

Roberto Freire e Caetano Ernesto Pereira de Araújo

A dissolução do socialismo real, em um período surpreendentemente curto, e a conseqüente instauração do capitalismo nos países que emergiram da antiga União Soviética e do Leste europeu mergulharam o pensamento político de esquerda em uma situação de caos. Referências construídas ao longo de mais de um século de militância, trabalho teórico e

experiência de gestão de Estado pareciam dissolver-se no espaço de meses. Afinal, contra todos os prognósticos, o capitalismo aparentemente triunfara, tomara de assalto o futuro e impusera, na prática, ao socialismo o mesmo papel que este lhe havia reservado na teoria: ser apenas um fenômeno da história, restrito, no caso, a uma parte do planeta, em um pedaço do século XX. A perplexidade foi bem formulada por Hobsbaun: nós, esquerda, para além das divergências, acreditávamos ser o futuro e subitamente o capitalismo parece arrebatá-lo do futuro de nossas mãos.

O impacto sobre nossa atividade política e teórica está se mostrando intenso e duradouro. Os anos que se seguem à queda do muro de Berlim, ponto emblemático de inflexão, e as diferentes correntes de origem socialista, comunista e social-democrata não conseguiram desenhar ainda um mapa comum do novo espaço político. A dificuldade até de perceber as mudanças, e seu caráter irreversível, leva alguns a apegar-se a pedaços do mapa antigo – que o terremoto tornou obsoleto – como os poucos fragmentos de certeza que lhes restam. Infelizmente, a ação política guiada por um Norte que não mais existe só pode levar a derrotas e retiradas. E isso é o que tem acontecido, em geral, com a esquerda, no plano mundial.

Enquanto isso, a perspectiva liberal, ou neoliberal, avança confortavelmente. Seus adversários históricos – nós, das esquerdas – estão desorientados e os acontecimentos recentes são por eles interpretados como a confirmação final, após dois séculos de espera, de suas premissas teóricas e políticas.

Nesse quadro de crise, as tentativas de revisão no nosso campo são múltiplas. No entanto, passado o primeiro momento de estupor, parece delinear-se com clareza um novo alinhamento de correntes, partidos e lideranças de esquerda. As linhas de divergência deslocam-se, questões antes fundamentais passam a secundárias, antigos adversários unem-se e alianças aparentemente sólidas se desfazem. Na perspectiva aqui defendida, esse alinhamento se processa em torno de um eixo fundamental: o que opõe, de forma simplificada, esquerdas novas e tradicionais.

Qual a divergência básica? Em termos gerais, a reação, oposta, frente o processo de mudança que o mundo vive. Dado o conflito entre uma realidade nova e um corpo tradicional de teoria e prática, a velha esquerda sacrifica a realidade e agarra-se à teoria. Para eles, o socialismo real dissolveu-se por erros táticos ou pela aplicação incorreta dos princípios ainda válidos. É necessário, portanto, recuar, refletir, aprimorar a política a partir das mesmas premissas, e aguardar a primeira manifestação de crise do capitalismo para o contra-ataque.

Para a nova esquerda, ao contrário, a queda do socialismo real teve causas profundas; em última análise, o sistema não resistiu ao desenvolvimento explosivo das forças produtivas; o mundo em que vivemos hoje é qualitativamente distinto do que 25 anos atrás; e novas referências, teóricas e práticas, devem ser construídas para a existência de uma política de esquerda com possibilidades de sucesso. A resposta bolchevique à indagação de Lenin modelou o nosso século e, embora contestada à direita e à esquerda, pôde pretender validade até o início da revolução científico-tecnológica. Hoje essa resposta não é satisfatória e a pergunta volta a colocar-se: que fazer?

Consideramos, portanto, que esse alinhamento em curso no campo da esquerda difere radicalmente das divergências e “cismas” ocorridos até hoje. Marxistas e anarquistas – na Primeira Internacional –, revisionistas e ortodoxos – na segunda – stalinistas e trotskistas, maoistas e “reformistas” soviéticos divergiram, a maior parte das vezes, de forma violenta sobre questões de meios, de caminhos, de tática. Todos partilhavam a certeza sobre os fins de

sua ação: o surgimento necessário de uma sociedade fundada nos trabalhadores, livre, abundante e justa, onde a planificação racional e científica substituiria o mercado e a política. Esse fim foi confrontado pela realidade, e a resposta a esse desafio divide, de forma muito mais profunda, esquerda tradicional e nova.

Do ponto de vista ortodoxo, que chamamos aqui tradicional, no limite, a nova esquerda não é nova nem muito menos esquerda. Seria apenas a aceitação pura e simples do capitalismo, temperada com uma preocupação, retórica, pela democracia pelo “social”. Seria a manifestação mais recente, depois dos revisionistas e dos eurocomunistas, do espectro da capitulação, que ronda todo movimento revolucionário.

Para a nova esquerda, pelo contrário, a persistência nos velhos métodos e caminhos revela apenas uma preocupação canônica, dogmática, idealista no fundo. Significa a recusa a encarar as condições materiais de vida, a análise concreta de situações concretas. Enquanto o socialismo real representou uma alternativa plausível ao capitalismo – e isso se deu até, pelo menos o período Krushev – suas mazelas foram reveladas e mesmo desacreditadas. No momento em que se revelou incapaz de confrontá-lo, todo o modelo – até mesmo seus fundamentos – deve ser debatido e redefinido. Assim, a nova esquerda considera-se, simultaneamente, continuidade e ruptura com a tradição construída nos 150 anos passados. Considera-se a superação, no velho sentido dialético, dessa tradição.

Esse confronto vem se repetindo no seio de diversos partidos de esquerda, em vários contextos nacionais. As mesmas propostas e argumentos são levantados, as mesmas divergências vêm à tona. Exemplar, entre nós, é o processo de discussão promovido pelo PCB, que resultou, por um lado, na formação do PPS e, por outro, na continuidade do PCB, articulada pelas correntes defensora da atualidade das antigas referências.

Qual dessas duas extremas – uma vez que na realidade encontram-se diversas posturas intermediárias, às vezes no interior dos mesmos movimentos, partidos e até indivíduos – pode reclamar com legitimidade o apoio dos fatos? Do nosso ponto de vista, não há dúvida possível: no futuro próximo, a alternativa será a esquerda de novo tipo ou, simplesmente, a inexistência de esquerda. Queremos argumentar, em suma, que a esquerda deve mudar, no sentido de reconhecer o mundo novo e nele tomar seu lugar na luta política e ideológica, sob pena de desaparecer, seja por indistinção de sua posição com o conservadorismo – também incomodado por alguns efeitos do processo de globalização –, seja pela migração de seu eleitorado tradicional para alternativas, à direita, no espectro político. Para tanto, ordenaremos nossas razões na forma, para nós clássica, de teses.

1. A revolução científico-tecnológica, desencadeada nos últimos 25 anos, impulsionou o processo que chamamos hoje de globalização numa escala e intensidade sem precedentes. Esse processo, presente, sob outras formas, em toda a história da espécie, abarca agora todas as esferas de vida humana e não é passível de reversão no horizonte que podemos perceber.

Até a década de 70, um artigo de fé comum a diversas correntes inspiradas no marxismo era a impossibilidade de desenvolvimento adicionais das forças produtivas no âmbito do capitalismo. O longo período de crescimento verificado no pós-guerra ocorrera no interior dos limites de um mesmo padrão tecnológico, com alterações localizadas de pouca significação. O uso da energia nuclear seria a comprovação de que, sob relações de produção capitalistas, a inovação só podia ser usada para a destruição, não para a produção.

Nos anos setenta, essa tese foi rapidamente desmentida pelos fatos. Uma série de

avanços, logo conectados entre si e potencializando-se mutuamente nas áreas de microeletrônica, informática, robótica e, em um segundo momento, química fina, novos materiais, biotecnologia, entre outras, alterou por completo o processo de trabalho, a organização, comportamento e natureza dos conglomerados capitalistas; o cotidiano de cidadãos e consumidores e, mais recentemente, o próprio espaço de ação reservado aos Estados nacionais.

O impacto dessas inovações nos meios de transporte e, principalmente, comunicações foi decididamente revolucionário. O deslocamento de mercadorias e trabalhadores tornou-se, sem dúvida, mais rápido, barato e massivo, abrindo a possibilidade da formação de grandes mercados regionais e, no limite, de um único mercado planetário de bens e de trabalho. O uso da informática, contudo, permite hoje o deslocamento de informações, de todo tipo, de forma praticamente instantânea, a custo insignificante. Circulam, por esse meio, no mundo todo, idéias, notícias e fluxos financeiros, aliás, cronologicamente os primeiros a trilhar essas vias, em um processo que transborda muitas vezes o controle dos Estados nacionais. O espaço encolheu, e no futuro próximo milhões de cidadãos terão acesso ao mundo inteiro sem sair de casa. Mesmo a possibilidade de esses recursos encontrarem-se ao alcance de todos em algum ponto do futuro é imaginável hoje.

2. Todos os fatores que levaram o socialismo real à derrocada têm sua origem na revolução científico-tecnológica e no processo de globalização resultante.

A expansão e a persistência do sistema socialista, que até a década de 70 conquistou novos países-membros na Ásia e na África, decorreram da legitimidade alcançada como alternativa viável ao capitalismo. Concretamente o crescimento econômico da União Soviética, extremamente elevado nas quatro décadas que se seguiram à revolução, e o avanço inegável no sentido da equalização das condições de vida da população asseguraram, por muito tempo, a legitimidade de um caminho alternativo ao capitalismo, baseado no pólo oposto da contradição principal do sistema, o trabalho. O momento crucial, nesse sentido, localiza-se, segundo Hobsbawn, nos anos seguintes à crise de 1929. Enquanto o mundo capitalista ingressava num período de caos e estagnação econômica, a União Soviética mantinha seu crescimento a ritmos intensos. Não poderia haver prova mais convincente da superioridade da planificação racional sobre as forças cegas do mercado, da sociedade do trabalho sobre a do capital.

Nos anos seguintes, a participação decisiva na guerra contra o nazismo, a continuidade do crescimento, a vanguarda provisória na corrida espacial e o apoio aos movimentos operários e de libertação nacional nos quatro continentes contribuíram para aumentar o prestígio do sistema socialista junto a trabalhadores, intelectuais e setores médios, principalmente nos países do terceiro mundo.

Mesmo a falha mais evidente do sistema, a ausência de democracia – em última análise, a causa fundamental da derrota posterior – era justificada, quando não negada, pelo estado de guerra permanente entre os dois sistemas concorrentes. Após o triunfo completo do socialismo, o estado de liberdade surgiria naturalmente, com a retirada do Estado da gestão, inclusive pela repressão, dos conflitos e sua limitação à administração dos bens naturais. Mesmo a denúncia, em 1956, dos crimes de Stalin, antes considerados simples mentiras da imprensa burguesa, foi vista como capacidade do regime de autocrítica, prenúncio de avanços democráticos.

O que importa é que a crítica, a discussão profunda das limitações do modelo, era cerceada pelos sucessos econômicos e sociais do regime. Virtualmente, tudo foi justificado ou

poderia ser justificável em nome da construção de uma alternativa competitiva ao capitalismo, capaz de eliminar a fome, a miséria, a ignorância e as desigualdades sociais.

Na década de 60, o início dos anos de estagnação, os indícios da competitividade do sistema começaram a escassear. O recurso à força nos casos da Hungria e da Checoslováquia apontou, também, para a perda de legitimidade do sistema no interior de suas fronteiras. A situação parecia, no entanto, controlável e nada indicava que o mundo bipolar terminaria apenas alguns anos depois.

Como o sistema conseguiu mostrar-se viável, manter-se competitivo, por tanto tempo? No padrão tecnológico vigente, produtividade era consequência de produção em escala ampla, com uma estrutura centralizada de decisões. A circulação ampla de informações não era condição da eficácia produtiva. Todas essas características eram compatíveis, e mesmo maximizadas, pelo sistema de planificação central. Após a revolução tecnológica, o sucesso e a competitividade passaram a depender da descentralização das decisões, da multiplicação de unidades de escala menor e, principalmente, da disseminação ampla de informações. Em suma, mercado e democracia inexistentes no sistema revelaram-se fundamentais. A partir desse momento, o socialismo real não poderia manter-se. Glasnost e perestroica foram tentativas finais de mudar o sistema a partir do seu interior. A autarcização, o isolamento do socialismo, impondo à sua população níveis de vidas deteriorados, embora eqüitativamente distribuídos, ao lado de um capitalismo visivelmente próspero, com resultados mais eficientes até nas áreas de saúde e educação, revelou-se impossível. Nenhuma combinação de persuasão e repressão conseguiria segurar por muito tempo esse estado de coisas.

O socialismo terminou, portanto, por mostrar-se incapaz de absorver, produtivamente, a mudança tecnológica, apesar de todas suas realizações educacionais e científica. As relações capitalistas de produção, pelo contrário, revelaram-se um ambiente elástico para abrigar a mudança ocorrida. Numa confirmação irônica da tese marxista, o desenvolvimento das forças produtivas entrou em choque com as relações de produção obsoletas e as pulverizou. Infelizmente, as relações extintas, executadas pela história, foram aquelas geradas no desenvolvimento da revolução de outubro, na experiência histórica mais significativa de implantação do projeto da esquerda.

3. A revolução científico-tecnológica sinaliza a perda progressiva de importância do trabalho na estruturação das diferentes relações sociais.

A morte súbita do socialismo real seria suficiente para gerar um estado de perplexidade duradoura na esquerda mundial. As mudanças, no entanto, não se detiveram e continuam destruindo sistematicamente todas as bases empíricas das nossas referências políticas.

A mais importante, do nosso ponto de vista, é o deslocamento progressivo do trabalho da posição central que até então ocupava na sociedade.

Com isso, queremos afirmar dois fatos. O primeiro, evidente, é a centralidade da categoria trabalho da conformação das sociedades capitalistas até o momento. A posição de cada um no processo produtivo, a posição de classe, determinava não somente sua parcela na distribuição de bens e oportunidades, mas todo um conjunto de valores e maneiras de ver e avaliar o mundo, uma cosmovisão específica, em suma. Era possível falar de culturas operárias burguesas e aristocráticas que atravessavam as fronteiras e superpunham-se às identidades nacionais. Esse, aliás, era um dos fundamentos objetivos da reivindicação internacionalista da política de esquerda.

Hoje a situação é outra. O impacto da revolução tecnológica na produção traduz-se na diminuição acelerada do tempo de trabalho necessário à produção dos bens e serviços de que precisamos. No produto final, o trabalho vivo perde significação, enquanto o trabalho morto, já incorporado nas máquinas e instrumentos de trabalho, agiganta-se. Concretamente, a sociedade precisa de cada vez menos trabalho para sua sobrevivência. Na ordem capitalista, essa redução tende a expressar-se em desemprego, antes que em redução de jornada.

Esse desemprego, chamado agora de “estrutural”, cresce de forma inédita na história do capitalismo. O sociólogo polonês Adam Schaff considera que o fim do trabalho já está posto em nosso horizonte histórico. Não, evidentemente, o trabalho como manifestação vital do homem, como atividade especificamente humana de interação com a natureza, mas o trabalho como gerador de mercadoria e, nessa medida, de valor, emprego, renda e identidade social. O fato é que, dentro de poucas décadas, a maioria da população de alguns países da Europa não disporá de um emprego estável em todo seu período de vida e sobreviverá às custas da previdência. As taxas atuais de desemprego – entre 10 e 20% da população adulta – tenderão a elevar-se, e as projeções apontam para percentuais cada vez maiores de cidadãos que passarão a vida inteira sem conseguir um único emprego estável. Por isso, a busca de mecanismos de alocação de renda que não passem pelo trabalho e as propostas de redução drástica da jornada – na linha de “trabalhar menos para que todos trabalhem”, como propõem diversos estudiosos do problema – são tão importantes na agenda política europeia.

Na consciência dos cidadãos, essas mudanças refletem-se no fato de o trabalho – a posição de classe – perder importância na formação da identidade. Apagam-se os limites entre as culturas de classe, e as pessoas definem-se, cada vez menos, por seu lugar no processo produtivo. Mesmo no comportamento político e eleitoral, as clivagens de classe, antes fundamentais, parecem dissolver-se. O voto operário, por muito tempo monopólio da esquerda, reparte-se por todo o espectro partidário, como o dos demais segmentos sociais.

Nessa situação, a esquerda é atingida por uma crise de identidade. Sua origem e razão de ser era contrapor à sociedade existente, organizada pelo capital – que gera riqueza, mas também desigualdades e exploração –, outra sociedade utópica, centrada no trabalho, igualmente rica, mas justa e solidária. Durante muito tempo, o trabalho conseguiu sustentar a utopia de uma alternativa ao capitalismo real. Hoje, no entanto, trabalho retira-se do centro da sociedade e perde a capacidade de dizer-nos quem somos. Com isso, teria perdido também a capacidade de revelar-nos o que devemos ser. Na expressão de Habermas, sua “energia utópica”, abundante nos últimos 150 anos, estaria esgotada. Em consequência, em um mundo em que o trabalho “escorre pelo ralo”, a esquerda, que permanece amarrada exclusivamente a ele, terá o mesmo destino.

4. A posição fundamental da sociedade capitalista – capital-trabalho – altera seu caráter: de contradição que aponta para a mudança radical, para a superação do capitalismo, passa a simples conflito distributivo, a luta por parcelas do excedente.

Essa afirmação decorre das propostas anteriormente abertas à discussão. O efeito imediato da revolução tecnológica na produção é a redução do tempo de trabalho necessário, expressa, na ordem capitalista, em desemprego crescente. A riqueza aumenta e com ela o exército dos que não têm acesso a emprego, cuja renda está limitada à disponibilidade da seguridade de cada país. A oposição capital-trabalho começa a conviver com outra: aquela que enfrenta os incluídos, com fonte de renda estável decorrente de inserção no mercado de trabalho, e os excluídos, sem fontes de rendas autônomas e constantes. Em países como o

nosso, em que a seguridade encontra-se engatinhando, frente às experiências européias, essa oposição apresenta caracteres dramáticos.

Evidentemente, a disputa entre capitalistas e trabalhadores em torno do excedente, a luta por melhores salários, não perdeu significado. Porém, não é mais o único, às vezes nem o principal, conflito de cunho distributivo. Hoje, divide a cena com as lutas dos excluídos por acesso ao mercado de trabalho e de bens, lutas nas quais, e é importante ter isso presente, às vezes seus interesses opõem-se aos dos trabalhadores já incluídos.

Em suma, o trabalhador, particularmente o operário, perde a situação que tinha de personificação da opressão e da exploração. Não é mais possível sustentar hoje, como Marx o fez, que emancipação da humanidade é condição para a auto-emancipação dos trabalhadores. Hoje, os operários têm mais a perder que as cadeias que os amarram.

Até o momento, emancipação, igualdade, e outros, eram valores que a esquerda automaticamente vinculava à situação do trabalhador. Não precisávamos pensar muito nas conseqüências de nossa ação em termos de justiça, por exemplo. Bastava tomar partido pelos trabalhadores e a luta por seus interesses, ou pelo que identificávamos como tal, levaria, em todos os casos, em última análise, à melhor aproximação possível aos valores que defendemos. Essa situação não existe mais. Se continuamos a prezar a igualdade e a liberdade como valores a serem maximizados, devemos ir além do ponto de vista parcial do trabalhador e construir nossas referências políticas em um plano mais geral de análise, que inclua aqueles que, apartados do emprego, são o grupo de menor poder de barganha na sociedade.

5. A democracia assume, nessa circunstância, importância estratégica para as posições de esquerda.

Reconhecemos, como vimos, que a identificação mecânica entre trabalhadores e os valores da igualdade e liberdade chegou ao fim. Precisamos, de outro plano, mais geral, onde faça sentido debater esses valores à luz dos interesses coletivos. Esse plano é o espaço público democraticamente ordenado. Precisamos de democracia, na forma mais ampla e radical, inclusive porque é o único meio de limitar, de forma legítima, o movimento dos mecanismos de mercado.

Admitir o caráter estratégico da preservação e ampliação desse espaço implica, todavia, alterar alguns elementos arraigados de nossa cultura política. Temos de abandonar a certeza “científica” da propriedade do futuro e reconhecer que a esquerda será, necessariamente, em uma sociedade plural que queremos preservar, uma entre outras correntes empenhadas no debate político. Procuramos a maioria e o poder, mas sabemos, hoje, que essa maioria é transitória, que a alternância é necessária e que somos um dos personagens na construção constante de decisões consensuais ou majoritárias. Manter nossa antiga postura cientificista e salvacionista significaria negar a pluralidade e a democracia.

Aprofundar a democracia implica, por sua vez, caminhar com decisão rumo à ampliação da democracia direta. Os avanços tecnológicos viabilizam as consultas diretas à população, na forma de plebiscito ou referendo. A estrutura institucional deve ser refeita de maneira a possibilitar, cada vez mais, esse tipo de participação do eleitor. É preciso ter claro que esse caminho implica flexibilizar, se não retirar, o monopólio dos partidos, como canal da decisão popular. A consulta direta em suas diversas formas, a postulação de candidatos apartidários a todos os cargo aprofundam a democracia, mas enfraquecem, de certa forma, os partidos. Num caso, dispensam sua intermediação; no outro, ampliam a gama de escolha do eleitor, acrescentando a todos os partidos a opção "nenhum partido". Não se trata, evidentemente, de substituir os mecanismos de representação, mas de qualificá-los, de

aperfeiçoar seu funcionamento pelo recurso continuado à participação direta.

As cinco teses apresentadas em linhas gerais permitem precisar algumas características da esquerda de novo tipo que estamos empenhados em construir. Em primeiro lugar, a nova esquerda mantém como Norte de sua ação política os mesmos valores que toda esquerda sempre levantou: a igualdade, a liberdade e a fraternidade, expressa essa última no presente como o imperativo de uma sociedade solidária, que ultrapasse as fronteiras políticas, em uma nova forma de internacionalismo. Como antes, continuamos a pensar que, sem um grau mínimo de igualdade, a liberdade torna-se ilusória. No entanto, não pensamos mais em assegurar a igualdade pela coerção, em sacrificar a liberdade hoje para recuperá-la, plena, no futuro. Aprendemos que a liberdade não pode nascer da ditadura, mesmo a do proletariado, se realizável.

A nova esquerda não se apóia fundamentalmente no mundo trabalho. Esse mundo encolhe com a revolução científica e não abrange a massa de desempregados, talvez inempregáveis no curto prazo, dentro dos parâmetros de uma ordem liberal, que o processo produz. A tarefa primordial de uma política de esquerda é a estratégia de inclusão desses excluídos, a criação de mecanismos de distribuição de renda, mas não apenas de renda. Trata-se de colocar ao alcance de todos a possibilidade de uma inserção significativa, ou seja, com um sentido socialmente reconhecido, na sociedade. Além do acesso à renda, o acesso à dignidade do cidadão deve ser objeto de políticas públicas.

O descolamento do mundo do trabalho impõe a necessidade de um novo espaço para a explicitação dos valores tradicionais da esquerda, e esse espaço é a esfera pública democraticamente ordenada. Aqui, a oposição mais profunda com a esquerda tradicional. Esta mantém a fé – e hoje efetivamente só pode tratar-se de – na capacidade de “controlar” o processo em benefício dos trabalhadores mediante o encastelamento em um aparelho de Estado fechado, permeável à sociedade apenas pela via, manifestamente insuficiente, do partido único. Continuam considerando, em suma, que nós – “vanguarda” – sabemos mais sobre os interesses dos trabalhadores que os próprios trabalhadores.

Finalmente, o mercado. A nova esquerda considera que a necessidade de contar com mecanismos de mercado é um dos ensinamentos mais evidentes da revolução científico-tecnológica e do processo de globalização decorrente. Essa evidência impôs-se até aos países que se reivindicam comunistas e que mantêm a abertura econômica com fechadura política. Consideramos que o mercado, quando devidamente regulado e limitado, é instrumento essencial à maximização da igualdade e da liberdade. A ressalva do controle é importante, pois traça uma demarcação com o campo liberal. O mercado deve ser ouvido, mas nem sempre seguido. A inserção no processo de globalização, por exemplo, é inevitável, mas daí não se segue que a abertura total e imediata seja a melhor política. O Estado e, cada vez mais, os blocos supra-estatais podem e devem planejar o ritmo e alcance dessa abertura de forma a minorar seus efeitos indesejáveis.

Resta a questão: em que medida as características apontadas produzem o apagar das diferenças político-ideológicas? Na noite da globalização, todos os gatos ficaram pardos? Onde estão as diferenças entre as posições que defendemos e o liberalismo, tradicional ou novo?

Permanecem diferenças fundamentais, sintetizadas com felicidade por Bobbio no primado da igualdade. Liberais conseqüentes consideram a igualdade pouco mais que a condição inicial desejável para uma competição mais eficiente. Para eles, há liberdade quando não há controle sobre ações individuais que, ao interagir, produzem resultados imprevistos e

não manipuláveis pelos envolvidos. Toda tentativa de maximizar a igualdade de maneira racional, planejada, resultaria em perda de liberdade, em tirania. Para nós, ao contrário, a liberdade não é o resíduo da ação incontrolada das forças do mercado, mas um estado a ser construído constantemente, mediante participação na esfera pública, e a igualdade, meta e valor diretriz de políticas públicas, é sua condição.

Para os liberais, uma ordem que garanta a concorrência, política e econômica, é o bem coletivo número um, que demanda esforços para sua manutenção. Se as regras são justas, as desigualdades eventualmente resultantes são fruto de decisões individuais equivocadas, responsabilidade de agentes específicos, muitas vezes dos próprios prejudicados. Nós, esquerda, reconhecemos hoje a importância de uma ordem legal que garanta a todos um espaço de autonomia. No entanto, sabemos que se essa ordem redunde sistematicamente em desigualdades insuperáveis pela ação individual, será uma ordem injusta, não obstante todos os cuidados com a manutenção de uma justiça formal. O primado da igualdade leva-nos a questionar a ordem sempre que esta conflita com a justiça.

As diferenças podem parecer menores, especialmente se confrontadas com aquelas que estabelecíamos anteriormente: ciência/ideologia, interesses coletivos/interesses particulares, futuro/passado. No entanto, as consequências políticas das divergências apontadas são significativas e podem representar, no curto prazo, mudanças profundas nas sociedades em que vivemos.

TEXTO IV – AVALIAÇÃO CRÍTICA DA EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DAS DUAS AGREMIações

– Premissas gerais

As pessoas que freqüentam este CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA foram aconselhadas a preceder a inscrição na disciplina SOCIALISMO BRASILEIRO E SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA das disciplinas INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA e SOCIALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA.

Partimos do pressuposto de que não faz sentido dissociar a versão nacional de uma doutrina secular de suas fontes originárias, sem embargo das adaptações requeridas sobretudo no que se refere às opções programáticas concretas. No mencionado pressuposto, no que se refere aos aspectos estritamente doutrinários, consideramos ser imprescindível confrontar as duas experiências.

O segundo pressuposto consiste na aceitação da hipótese de que a experiência política ocidental – que foi devidamente balanceada na mencionada disciplina introdutória ao Curso – sugere que o sistema democrático representativo provou ser a forma adequada de permitir a livre negociação entre os diversos interesses presentes na sociedade, levando em conta que os interesses em causa conflitam uns com os outros. Evidenciou-se também que o sistema em questão comporta aprimoramento e adaptações a particulares condições nacionais.

Ainda mais: o funcionamento do sistema democrático representativo requer a presença de partidos políticos. Compete a essas agremiações promover o imprescindível afunilamento dos variados interesses.

Finalmente, as agremiações liberais e socialistas vêm demonstrando uma grande capacidade de sobrevivência no Ocidente. Assim, sua presença no cenário brasileiro deve ser considerada como necessária e imprescindível.

Os pressupostos antes enumerados são tomados como parâmetro para a apreciação crítica subsequente, cumprindo ainda explicitar que não pretendemos nos imiscuir nas opções da responsabilidade dos dirigentes daquelas agremiações, mas apenas ponderar, em termos doutrinários, se correspondem a desdobramentos conseqüentes. Leva-se em conta, ainda, que o socialismo brasileiro foi vítima no passado de graves equívocos, conforme foi possível evidenciar nas unidades precedentes.

– Como se pode apreciar a evolução doutrinária do PSB

A análise precedente e os documentos que a instruem evidenciam que, nos três lustros iniciais, a tentativa de renascimento do PSB fez-se em flagrante contradição com o legado dos fundadores da agremiação em 1947. Os que assumiram tal responsabilidade, mesmo sendo socialistas, a tanto não estavam obrigados. Podiam simplesmente iniciar uma nova experiência, como fizeram os fundadores do PT. Se preferiram identificar-se com o PSB – e até adotaram o mesmo programa –, o que se poderia exigir é que revelassem um mínimo de conhecimento de causa. Ao contrário, o empenho foi dirigido no sentido de estruturar uma organização do tipo estalinista. Nunca causou qualquer constrangimento ao PSB suas alianças públicas com o PC do B, que corresponde precisamente ao absoluto contrário de todos os princípios que norteiam o socialismo democrático. E, mesmo depois da aprovação das novas

diretrizes, no Congresso do Cinquentenário (novembro, 1997) – que revogam a linha até então seguida e dizem expressamente que o PSB não é uma agremiação de classe –, após as eleições de 1998, o PSB formou um bloco com o PC do B na Câmara dos Deputados.

No livro de memórias que nos deixou (*Travessia*, Rio de Janeiro, 1974), Hermes Lima fixou com exatidão o problema enfrentado pela Esquerda Democrática, ao desligar-se da UDN e dar nascedouro ao PSB: distinguir-se tanto dos liberais (UDN) como dos comunistas (PCB). Logo adiante, devido ao clima de histeria anticomunista que se instaurou no País após as eleições presidenciais, de que saiu vitorioso o general Eurico Gaspar Dutra – fechamento do PC; cassação de mandatos dos representantes comunistas; empastelamento de jornais e grande número de prisões – o PSB, já então constituído, tratou de fixar a sua posição independente, sem fazer concessões à falta de liberdades na União Soviética, mas defendendo firmemente o Estado Liberal de Direito em face das sucessivas violações às liberdades fundamentais presenciadas no País. Apesar da complexidade da situação, a impressão que se recolhe da documentação existente é que aquela liderança soube orientar-se adequadamente.

A título de exemplo, vejamos como o próprio Hermes Lima, no livro mencionado, refere aquela situação: “À corrente udenista nos aliamos, um pequeno grupo aberto à filosofia socialista, liderado por João Mangabeira, a Esquerda Democrática, cuja personalidade ideológica fixamos em pontos programáticos que nos passaram a distinguir das demais parcialidades políticas. Separava-nos da UDN não só o pendor socializante, mas igualmente a inclinação udenista por um modelo econômico entregue ao livre jogo das forças de mercado e em que a intervenção do Estado teria apagado caráter supletivo. Justificava-se a aliança pelo comum ideário democrático da UDN e da Esquerda Democrática que o regime democrático baseado no sufrágio direto e secreto, a liberdade de pensamento, a liberdade de crença e de culto, a autonomia sindical e o direito de greve simbolizavam. De aliança realmente se tratava porque, desde o nascimento, a Esquerda Democrática afirmara que em partido se organizaria e, sem perda de tempo, caracterizou sua posição ideológica, que viria a ser, afinal, a do Partido Socialista em que se transformou. No documento inicial de sua existência, o da Esquerda Democrática, de 25 de agosto de 1945, em que figuram os nomes dos fundadores constituintes de sua comissão provisória, declarava-se que a Esquerda não adotava posição partidária nem concepção filosófica de vida nem credo religioso algum, reconhecendo a cada qual o direito de seguir nessa matéria a própria consciência. Defende uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção à medida que a exijam as condições objetivas do desenvolvimento material do País. Assim, de golpe, se esclareceria que nos diferenciávamos da União Democrática Nacional porque éramos um partido de orientação socialista, e, do Partido comunista, porque éramos um partido popular e não de classe”.

Assim, parece-nos por uma questão de coerência, o PSB teria que se adequar ao núcleo programático herdado dos fundadores às novas circunstâncias. Nesse particular, tudo indica que a questão central corresponde à capacidade de distinguir-se do comunismo, tratando-se de agremiação que, a partir mesmo do seu nascedouro, identificou-se com o socialismo democrático ocidental. Subsidiariamente, teria de acompanhar a evolução do socialismo na Europa Ocidental. Na verdade, entre as maiores agremiações socialistas do continente, somente o PS francês mantém-se fiel à bandeira socialista. As demais fizeram uma franca opção social-democrata. Naturalmente, não cabe ao analista sugerir qual seria o posicionamento conveniente ao PSB, mas apenas registrar o dado novo que, de uma forma ou de outra, terão de considerar.

No que se refere a fatores intervenientes que proviriam diretamente da situação brasileira, o dado novo é que também aqui fez-se presente a opção social-democrata. Diante

disso, em termos estritamente doutrinários, o maior parentesco do PSB seria com o PSDB.

Finalmente, uma outra questão teórica que a agremiação precisa enfrentar. Para sair do autoritarismo e reconstituir o sistema democrático representativo, a presença de lideranças carismáticas pode facilitar o processo. Mas não se pode ignorar a tensão que deve provir entre a feição assumida por aquela liderança e o núcleo programático da agremiação. Na medida em que seja fiel ao legado dos fundadores, o PSB não se deixará engessar por nenhuma espécie de rigidez programática. Mas também a flexibilidade que venha a ser exigida não poderá constituir-se em elemento desfigurador da opção socialista em que se baseia para justificar a própria existência. Parece ter sido esta circunstância que levou ao afastamento do Senador Roberto Saturnino, reconhecidamente um socialista histórico, diante da candidatura do ex-governador do Rio de Janeiro, na campanha eleitoral de 2002.

– Avaliação crítica do posicionamento doutrinário do PPS

A análise precedente evidencia que, paradoxalmente, os antigos comunistas têm dado demonstração de haver aprendido com a lição, buscando avaliar a experiência soviética com o necessário rigor. Assim, é a liderança do PPS – e não a do PSB ou do PT – que se sente à vontade para condenar o partido único e aproximar-se dos liberais no entendimento do caráter inelutável do conflito social e da vantagem de enfrentá-lo com as armas da democracia, em vez do empenho na substituição do sistema representativo pelo cooptativo. O PPS também recusa frontalmente a proposta da “refundação comunista”, a que nos referimos, de apenas procurar dissociar-se da antiga URSS, mas sem buscar entender as causas do seu fracasso. A atenção que a liderança do PPS dá à globalização e à revolução científico-tecnológica é outro elemento diferenciador.

Do ponto de vista da atuação prática, também o PPS tem recusado o comportamento das outras agremiações, no tocante à oposição intransigente ao governo. Ao contrário disso, concorda com a necessidade da reforma do Estado e do sistema previdenciário oficial, instituidor de situações de privilégios e incapaz de assegurar aposentadorias dignas, compatíveis com o nível das contribuições obrigatórias a que todos se acham submetidos.

De todos os modos, sua elaboração teórica ainda não leva em conta o grau de sofisticação de que se revestem, na atualidade, as propostas liberal e social-democrata. Embora não haja nos documentos oficiais maior empenho em satanizar o “neoliberalismo” e satisfazer-se com esse combate a moinhos de vento, não tem uma clara resposta teórica à questão da igualdade de resultados, em confronto com a igualdade de oportunidades. Assim, não basta dizer que abdica da coerção na obtenção do primeiro tipo de igualdade. É imprescindível esclarecer qual o modo substitutivo adotado, em vez de contentar-se com declarações ambíguas como esta que se encontra no texto transcrito de Roberto Freire: "o primado da igualdade leva-nos a questionar a ordem sempre que esta conflita com a justiça".

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA

O SOCIALISMO BRASILEIRO

E

A SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

VOLUME IV

**AGREMIações SOCIALISTAS DEPOIS
DA ABERTURA POLÍTICA DE 1985**

(II) O PT

Por Antônio Paim, Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodriguez

Editora Humanidades

SUMÁRIO

TEXTO I - TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CICLOS EXPERIMENTADOS PELO PT

1. Indicações de ordem histórica
2. Ciclos em que poderia ser subdividida a atuação do PT

TEXTO II - O CICLO INSURRECIONAL (1980-1989)

1. Atitudes marcantes do PT
2. As facções do PT
3. Exemplos edificantes da atuação insurrecional do PT

TEXTO III - O CICLO ELEITORAL, MANTIDA A OPÇÃO PELO SISTEMA COOPTATIVO (década de noventa)

1. Significado do período na história do PT
2. Resultados eleitorais
3. O Programa de 1994
4. Dilemas teóricos à luz de textos de José Dirceu e Marco Aurélio Nogueira
5. Substrato autêntico do socialismo petista

TEXTO IV – A REVIRAVOLTA NO CURSO DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2002

1. Significou o II Congresso (novembro, 1999) mudança substancial no PT?
2. A elaboração teórica autônoma de José Genoíno
3. A versão inicial do Programa de Governo PT-2002-09-19 A reviravolta na campanha eleitoral

TEXTO I – TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CICLOS EXPERIMENTADOS PELO PT

1. Indicações de ordem histórica

O Partido dos Trabalhadores foi criado no início dos anos oitenta, em decorrência do fim do bipartidarismo. O manifesto constitutivo, para atender às formalidades da legislação, veio a ser publicado no Diário Oficial da União em outubro de 1980. A Primeira Convenção Nacional ocorreu a de 27 de setembro de 1981, em Brasília. E o primeiro programa tornado público é de março de 1982.

Desde o Primeiro Encontro Nacional (1981), o PT realizou conclave idênticos em todos os anos. Como dois desses encontros nacionais foram denominados de extraordinários (1985 e 1998), aquele que teve lugar em agosto de 1997 aparece com o nome de 11º Encontro Nacional. A par disso, ocorreram dois congressos nacionais, o primeiro em novembro de 1991 e o segundo em novembro de 1999.

O exame da farta documentação, produzida ao longo desses pouco mais de vinte anos, sugere que a entidade adotou uma opção inicial por regime assemelhado ao de Cuba. Para desvincular formas de governo daquele tipo, seja do totalitarismo do Leste seja do autoritarismo dos governos africanos posteriores à descolonização, é denominado tecnicamente de **sistema cooptativo**. Vale dizer, a escolha da elite dirigente dá-se pela cooptação daqueles que se encontram no poder.

Enquanto existiu, o "socialismo" da Nicarágua também contou com o apoio do PT.

Embora os que procuraram fundamentar teoricamente opção do PT não se tenham dado conta da questão subjacente – do ponto de vista marxista estrito, de que eram ciosos os dirigentes das diversas facções em que a agremiação se subdivide – Cuba, Nicarágua, Moçambique e outros países atrasados que adotaram aquela denominação não a mereceriam, porquanto, segundo a doutrina considerada, o socialismo é a forma de organização social que deve suceder ao capitalismo. Tratando-se de uma questão teórica relevante, procuraremos examiná-la mais detidamente.

Situando-se francamente no campo do comunismo – que, como temos insistido deve ser distinguido do socialismo ocidental, visceralmente ligado ao sistema democrático-representativo – ao longo da década de oitenta o PT buscou criar no País uma situação revolucionária que lhe permitisse "virar a mesa", como então se dizia. Nesse particular, a primeira evolução assinalável consiste na admissão de que a tomada do poder pode dar-se pelo voto, possibilidade vislumbrada depois das eleições presidenciais de 1959. Nestas, o PT concorreu com candidato próprio e obteve 17,2%, da votação no primeiro turno, credenciando-se para concorrer ao segundo, quando alcançou 47% dos votos. Entretanto, como se verá na documentação que transcrevemos, o PT não renunciou ao sistema cooptativo. Chegando ao centro do poder, pelo voto, sob o eufemismo de criar uma "democracia popular" – por sinal de que o mesmo nome adotado pelos satélites da União Soviética – cuidaria de alterar, naquela direção, o sistema representativo que o País procurava restabelecer.

Vislumbrada a perspectiva de ganhar as eleições para a Presidência da República, o PT avançou novo desdobramento de sua estratégia. Tal desdobramento aparece claramente formulado no documento **Bases do Programa de Governo 1994 – Uma Revolução no Brasil**, que deve ser considerado como o programa amadurecido do PT, porquanto não foram introduzidas maiores alterações naquele com que concorreu às eleições subsequentes (1998). Consiste no seguinte: sendo o Brasil um país de dimensões continentais, a conquista da Presidência da República por uma agremiação “socialista” (na verdade, dizendo-o com propriedade, comunista) criaria uma nova correlação de forças no mundo, permitindo talvez a reconstituição do “campo socialista” (mais uma vez a palavra é empregada de forma inapropriada).

Nesta mesma fase, do ponto de vista da composição social da agremiação, se assim se pode falar, tendo em vista a sua origem sindical, a Constituição de 1988 retirou a proibição de o funcionalismo público organizar-se em sindicatos. Valendo-se de tal faculdade, o funcionalismo rapidamente passou a dominar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), movimento sindical originário da moderna indústria de São Paulo que, por sua vez, deu origem ao PT. Essa circunstância introduziu uma nova modificação no comportamento da agremiação. Tendo se tornado patente que a manutenção do Estado tornara-se ônus insuportável para o País, na década de noventa começaram a ser propostas reformas, com vistas a reduzir suas dimensões. Agora dominado pela burocracia estatal, o PT passou a bloquear as reformas e desenvolveu uma postura inibidora de todo tipo de negociação com o governo, negando assim a própria essência do sistema representativo, que corresponde basicamente a uma alternativa à solução pela força dos conflitos, introduzindo a negociação entre os interesses segundo regras estabelecidas pelas próprias partes.

Finalmente, no próprio curso da campanha eleitoral de 2002, o PT patrocinou uma autêntica virada. Agora a agremiação adere ao socialismo democrático e procura apresentar-se à opinião pública como alternativa de poder.

2. Ciclos em que poderia ser subdividida a atuação do PT

À luz das breves indicações precedentes, o PT vivenciou uma primeira fase de sua história que poderia ser denominado de **ciclo insurrecional**.

Com efeito, desde a sua fundação, em 1980, até as eleições de 1989, vale dizer, ao longo da década de oitenta, seu comportamento em nada difere da espécie de socialismo autoritário que viria a ser a principal modalidade presente no Brasil desde os anos trinta.

Neste ciclo, sua luta pelo poder corresponde ao mais flagrante desrespeito às regras da convivência democrática. Embora participe das eleições, não revela o menor apreço pelo sistema representativo. Integrando a Assembléia Constituinte, recusou-se a assinar a Constituição de 1988. Seu presidente renunciou ao mandato de deputado por considerar perda de tempo e uma inutilidade exercer funções representativas. E ainda o fez agredindo aos componentes da instituição com palavras de baixo calão. O regime de sua preferência correspondia ao **sistema cooptativo**, vigente em Cuba. Enquanto existiu na Nicarágua, essa espécie de socialismo autoritário contava com o seu apoio.

Em consequência da participação bem sucedida nas eleições presidenciais de 1989, o PT passou a considerar a hipótese de chegar ao poder pelo voto. Contudo, os programas então aprovados reiteram a adesão ao sistema cooptativo. A posse do poder serviria para constituí-lo no país, em substituição ao sistema representativo. Essa linha mantém-se até o início do ano de 2002, quando no país realizar-se-iam eleições presidenciais. O Programa de governo PT-2202 ainda se intitula "A ruptura necessária".

No curso da campanha eleitoral desse último ano, contudo, o PT muda radicalmente de comportamento. Como os meios de comunicação registraram, passou a aceitar as regras do jogo. Embora não se disponha da correspondente elaboração doutrinária, tudo indica tratar-se de uma opção pelo socialismo democrático.

TEXTO II- O CICLO INSURRECIONAL (1980-1989)

1. Atitudes marcantes do PT

Conforme foi referido, houve movimento popular em favor das eleições diretas para substituir o último governo militar, tendo o Parlamento derrotado a emenda respectiva e mantido a eleição indireta. Dos entendimentos da época, resultou, como se sabe, a escolha do candidato da oposição. Para avaliar esse desfecho, o PT realizou um Encontro Nacional Extraordinário no começo de 1985, quando ainda não havia o fato novo da morte de Tancredo.

O título atribuído ao documento exprime bem o seu radicalismo. Assim, foi batizado de **Contra o continuísmo e o Pacto Social. Por uma alternativa democrática e popular.**

Vejamos como o documento avalia a situação: "O desgaste progressivo, a perda de bases de sustentação e o fracionamento mais recente dos militares não foram suficientes para provocar uma ruptura democrática e acabar com os mecanismos da exceção, construídos durante os últimos 20 anos. Antes de tudo, porque o movimento popular não foi capaz, até agora, de estabelecer as bases seguras de uma nova e favorável correlação de forças sociais e políticas, por intermédio de novos e mais altos níveis de organização, da abrangência e aprofundamento de suas lutas, de sua ação comum organizada, da conquista de amplas liberdades judiciais e políticas e de um programa mínimo de mudanças prioritárias e mobilizadoras. E também porque a sucessão, com Tancredo, sob controle e comprometida com os ideais de 64, era uma das alternativas previstas no projeto de abertura lenta, gradual e segura, esboçada no início do governo do general Geisel, o principal sustentáculo militar da Aliança Democrática".

Como se vê, de uma só penada deixam de ter qualquer relevância a anistia, a volta dos exilados, o fim do AI-5, a reconquista da plena liberdade de imprensa e mesmo a eliminação das restrições ao funcionamento dos sindicatos que, no final das contas, viria facultar a criação do PT. A questão se resume em "bater com mais força" na ditadura militar periclitante. E, quanto à eleição de Tancredo, mais um episódio da farsa. A morte inesperada deste e os riscos daí advindos para a continuidade do processo de reconstituição da democracia não abalaram as convicções dos instituidores da nova agremiação, tudo indicando que imaginavam, simplesmente, que podiam propor-se a substituir o regime vigente por uma nova ditadura, desta vez sob a sua égide.

Com o propósito de fixar a atuação durante o governo Sarney, o 4º Encontro Nacional (São Paulo, 30 de maio e 1º de junho, 1986) aprovou o Plano de Ação Política e Organizativa do PT para o período 86/88. Trata-se de um documento tipicamente estalinista. Começa por postular o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil com caracterização das classes sociais e da "conscientização e organização das classes". Conclui pela inegável existência de uma "situação de luta de classe". E mais, a "superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes". Rejeita a alternativa nacional e democrática que o PCB defendeu

durante décadas, retomando a clássica discussão bizantina sobre o “caráter da revolução brasileira”, para defini-la como socialista.

O texto trata, em seguida, das transformações na direção do socialismo, regime que é, desde logo, identificado com a estatização da economia, embora sejam ressalvadas “situações decorrentes da expansão diferenciada do capitalismo”, tornando “necessário e possível, nos primeiros tempos de uma sociedade socialista no Brasil, utilizar diversas e múltiplas formas de propriedade social dos meios de produção”, isto é, além da estatização e da coletivização, “formas cooperativas ou outras”.

No plano internacional, o documento saúda com entusiasmo a Revolução Nicaragüense.

A parte final insere uma longa e fastidiosa análise da “transcrição e crise da burguesia”, com tiradas desse tipo: “o processo constituinte, de bandeira e reivindicação de forças democráticas desde meados da década de 60, agora se transformou, nas mãos da Nova República. num projeto de consolidação da hegemonia burguesa sobre e contra o movimento popular”. Embora se saiba que “os direitos dos trabalhadores não serão assegurados apenas com garantias constitucionais e legais”, a decisão é pela participação na Assembléia Constituinte. Explicita que se trata apenas de avançar em direção a conquistas sociais que, “se é verdade que não são ainda o socialismo, apontam na sua direção, preparam o caminho e, mesmo, são fundamentais para o acúmulo das forças que é necessário obter para sua construção”. Em uma palavra, no melhor estilo comunista, explicita que as franquias democráticas correspondem a uma fraqueza da burguesia, a serem usadas justamente para destruí-la.

De posse desse entendimento, o PT e o movimento sindical a ele subordinado tudo fizeram para inviabilizar o governo Sarney, e, quanto à Carta Constitucional de 1988, a sua representação na Assembléia simplesmente recusou-se a assiná-la. Indique-se, desde logo que, nos anos 90, quando se tratou de reformá-la, o PT transformou-se no principal obstáculo à sua efetivação, circunstância que evidencia a ascendência da burocracia estatal nos órgãos diretores da agremiação.

Os documentos do Encontro que se seguiu (o quinto, realizado em dezembro de 1987) apresentam o mesmo tom. O governo Sarney é tratado como o “elo Fraco da transição burguesa”. É bom lembrar que a Rússia também era, na visão comunista, o elo fraco da cadeia imperialista em 1917. Semelhante caracterização explicita que, de fato, o PT acalentava a hipótese de derrubada violenta do governo Sarney. Toda a questão, como indica o documento, consiste em “compreender o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder”.

Mesmo no 6º Encontro, realizado em junho de 1989, isto é, às vésperas das eleições presidenciais de outubro, o texto aprovado mantém o mesmo caráter insurrecional antes caracterizado. Mas aqui começa um processo de mudança. A pretexto de que é preciso construir alianças (o curioso é que a “permissão” para esse gesto seja buscada na Frente Sandinista, que então se empenhava na instauração do totalitarismo na Nicarágua), a direção do PT autoriza a elaboração de um Programa de Governo.

2. As facções do PT

O PT admite a existência de facções, denominadas “tendências internas”. O Diretório Nacional aprovou-as e regulamentou o seu funcionamento em reunião de 30/5/1990. Devem registrar-se na Secretaria Nacional de Organização. A resolução não admite dupla filiação, nem que o PT possa ser considerado como uma frente de partidos ou movimentos. Nos seus termos, a tendência limitar-se-ia à atuação interna. Na prática, contudo, sobretudo na oportunidade da renovação dos órgãos dirigentes ou de alguma decisão mais relevante, a roupa suja tem sido lavada de público. Embora tudo faça para convencer a opinião pública de que existiria uma esquerda fixa contraposta a uma direita igualmente estabelecida, a tendência mais moderada, naquelas ocasiões, é chamada abertamente de “direita”.

Estão registradas e funcionam nove facções. A que tem mantido certo controle sobre o partido denomina-se **Articulação**. Integram-na o próprio Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente José Dirceu. Balanceando o seu comportamento, pode-se dizer que é integrada por alguns marxistas, cuja função seria dialogar com a parcela francamente totalitária da agremiação e, ao mesmo tempo, manter no PT aquelas lideranças que revelaram ter capacidade de carrear votos. Acontece que, quando o detentor de votos chega a algum cargo no Executivo – como se indicará expressamente, o PT tem conquistado governos municipais e estaduais –, aparece, como um deles chegou a indicar, explicando o seu afastamento, o “trotskista de plantão” que, a pretexto de usar a máquina administrativa para preparar a Revolução, na prática inviabiliza a administração petista. São muitos os eventos dessa índole, e alguns serão referidos no momento oportuno.

A **Articulação** tem se mantido na direção do PT com o apoio de uma outra tendência moderada, a **Democracia Radical**, liderada pelo deputado José Genoíno. Mantém a maioria precária, oscilando em torno ou pouco acima de 50% dos votos dos delegados que elegem os órgãos diretores. Os dois grupos têm divergências. Genoíno prefere não falar mais em socialismo. Mas os dirigentes da Articulação querem preservar essa imagem, embora admitam que o capitalismo possa ser “melhorado”.

Todas as demais facções são francamente totalitárias. Controlam em torno de um terço da agremiação e asseguram, nessa proporção, representação nos órgãos dirigentes. Em uma circunstância dessas, a ambigüidade continuou sendo a nota dominante do PT, na fase subsequente quando se propõe alcançar o poder pelo voto.

O Estado de São Paulo de 14 de novembro de 1999 publicou a caracterização, adiante transcrita, das facções registradas no PT. O ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, tem procurado atuar em faixa própria, tentando polarizar os que não aderem nem à maioria nem aos totalitários. Mas não se dispôs a registrar uma tendência.

É a seguinte a mencionada caracterização:

Articulação/Unidade de Luta

Guarda-chuva que abriga moderados, tem sua origem ligada ao movimento sindical e hoje é a mais forte tendência do PT.

Corrente de centro, tem como líderes Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do PT, José Dirceu. O governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio de Miranda, e a vice-governadora do Rio, Benedita da Silva, também são da Articulação. Na tese “O Programa da Revolução Democrática”, defende a construção de uma alternativa ao governo FHC e uma ampla coalizão política para chegar ao poder.

Democracia Radical

Grupo mais moderado do PT, considerado “a direita” do partido. Levanta a bandeira de posições reformistas, próximas à tradicional social-democracia. Recusa tanto o gueto político, “tão familiar a uma parte da esquerda”, como a adesão pura e simples à ordem estabelecida. “Mudar e mudar, pela via democrática, eis o nosso refrão!”, diz a tese deste tendência, que abriga em suas fileiras os líderes do PT na Câmara, José Genoíno, e no Senado, Marina Silva, além do governador do Acre, Jorge Viana.

Articulação de Esquerda

Surgiu como racha da tradicional “Articulação” e, como o próprio nome diz, foi para uma posição mais à esquerda no espectro petista. O grupo é formado por marxistas que defendem a “transformação revolucionária do Estado em Estado socialista”. Um dos vice-presidentes do PT, Valter Pomar, é desta tendência e hoje tem várias divergências com o grupo de Lula.

Democracia Socialista

Conhecida simplesmente pelas iniciais, D.S., é uma corrente trotskista bem conceituada no Rio Grande do Sul. Tanto o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, como o vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rosseto, são da D.S. É a segunda facção mais forte de esquerda dentro do PT. Prega a “mudança radical” no setor financeiro, que, na avaliação da corrente, deve passar para o “controle público”.

Força Socialista

O prefeito de Belém (PA), Edmilson Rodrigues, é, atualmente, o principal nome desta corrente que reúne marxistas-lenistas. Como a Articulação de Esquerda, a Força prega a revolução socialista, o fim das classes sociais e a extinção das instituições que “fomentam o processo de globalização”, como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Tendência Marxista

Tem origem no antigo Partido Revolucionário Comunista (PRC). Considera que o impeachment de Fernando Henrique é o “único meio” de abreviar o sofrimento do povo. Além disso, os militantes da Tendência Marxista criticam a “ocupação sucessiva e cativa de

mandatos parlamentares e cargos nas instâncias do PT”. O líder da corrente é o mineiro Sávio Bones, integrante do diretório nacional.

O Trabalho

Facção trotskista ligada à IV Internacional, acha que a direção do PT não tem sido fiel aos princípios da fundação do partido e defende o rompimento de alianças com “partidos de latifundiários e banqueiros”, como o PSB do governador Ronaldo Lessa (Alagoas) e o PDT de Anthony Garotinho. Por ter críticas a comando petista, chegou a formar uma estrutura paralela, o Movimento Resistência, e por pouco não saiu do partido. Ocupa três assentos no diretório nacional, com Markus Sokol, Misa Boito e Serge Goulart.

Corrente Socialista dos Trabalhadores

Radical e minoritário, o grupo trotskista prega a revolução do proletariado e tem como líderes a deputada estadual Luciana Genro (ES) filha do ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro, e o deputado federal João Batista Babá (PA). Acha que o PT virou um partido “dúbio e vacilante”, que não ter assumido posição ofensiva diante da crise. Critica a “tentativa” de fazer do PT uma sigla simplesmente eleitoral e de concepções reformistas.

Brasil Socialista

Remanescente do antigo PCBR, esta corrente tem como líder o petista Bruno Maranhão, coordenador do MLST – uma dissidência do Movimento dos Sem-Terra. No diagnóstico desta tendência, o PT transformou-se num “partido aliancista e de interlocução”, deixando de ser alternativa de poder e referência para os movimentos sociais e para a construção do socialismo.

3. Exemplos edificantes da atuação insurrecional do PT

No ciclo ora caracterizado, o PT nunca deu qualquer demonstração de que tivesse algo a ver com o reordenamento democrático, tornado possível com o fim do regime de exceção. A partir mesmo do momento de sua criação, sob Figueiredo, promoveu escalada de greves no ABC paulista, muitas das quais terminaram com a destruição de instalações fabris. A morte de Tancredo Neves gerou uma situação de incerteza no País, havendo mesmo a expectativa de que o processo de abertura pudesse ser interrompido. Nada disso comoveu a direção do PT, que prosseguiu naquela escalada, na suposição confessada, conforme referimos, de que o governo Sarney poderia ensejar a tomada violenta do poder, já que, na sua visão, constituiria o "elo fraco". O resultado visível daquelas greves no ABC é que terminaram por promover o esvaziamento econômico da região. Ao expandir-se, a indústria automobilística passou a preferir outras áreas. Ramos industriais diversos simplesmente deslocaram-se.

Eleito para integrar a Câmara dos Deputados, o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, renunciou ao mandato, alegando que a instituição era integrada por "picaretas". Sonhando com a "ditadura do proletariado", nada tinha a ver com as conseqüências para a tarefa magna (o reordenamento democrático) do desprestígio do Parlamento.

Ao longo dos anos 80, o PT buscou ciosamente, o confronto com as autoridades, em busca de mártires. Nos anos 90, embora os operários não mais se hajam prestado a esse papel, o Movimento dos Sem Terra (MST) assumiu de bom grado a incumbência. Invasões de propriedade, desafios às ordens judiciais de reintegração de posse e obtenção de alguns mártires no confronto com a polícia, eis o balanço de sua atuação, demonstrando claramente que a reivindicação de reforma agrária não passa de um simples pretexto para tentar criar situação insurrecional. Sob os governos militares, proliferou a chamada teoria do “foquismo”, segundo a qual um foco insurrecional poderia servir de centelha para o pretendido incêndio. Desse ponto de vista, os totalitários presentes à agremiação – que têm conseguido impor esse tipo de atuação ao PT – não mudaram nada em relação àquele passado.

Mesmo no ciclo subsequente ao bom desempenho eleitoral, as facções totalitárias impuseram um comportamento que levou o PT a um grande isolamento. É importante registrar este momento porque talvez advenha daí o posicionamento da última e mais recente fase.

Logo em seguida ao pleito eleitoral em que Fernando Henrique Cardoso foi reeleito, aproveitando as dificuldades econômicas surgidas em decorrência das crises externas que nos afetaram, aquelas agremiações lançaram a palavra de ordem de “Fora, FHC”, embora o PT, oficialmente, não a tenha encampado diretamente. Mas também nada fez em relação às tentativas de desestabilizar o governo. A jornalista Dora Kramer (*Jornal do Brasil*, 13/11/99), aprecia deste modo aquele tipo de atuação:

“Tirando os paulistas que ficaram presos num congestionamento de 92 quilômetros, os gaúchos que ficaram sem transporte coletivo e os 300 cariocas que saíram em passeata da Candelária à Cinelândia, pouca gente notou que quarta-feira houve um Dia Nacional de Paralisação e Protesto. No fim daquela tarde, o presidente da CUT, promotora do evento, Vicente Paulo da Silva, justificou assim a minguada adesão: ‘O tempo não ajudou porque estamos vivendo uma primavera com horário de verão e clima de inverno’.

A despeito da dificuldade de se detectar olhando aqui de fora qual seria mesmo a relação entre uma coisa e outra, digamos que seja uma justificativa e que a CUT, como dona do protesto, tenha o direito de fazer dele a avaliação que bem entender. O problema da manifestação, na verdade, não é nem o volume da adesão.

Tanto que Vicentinho não precisaria recorrer a uma desculpa envergonhada como se protestos só tivessem validade quando arrebatassem multidões. A questão não é essa e sim a natureza das ações e o resultado delas.

Pela pauta oficial da manifestação, o objetivo era o de defender a cidadania, o emprego e a soberania nacional, mas o que se viu foram bloqueio de pedágios, apedrejamento de ônibus, queima de carros, paralisação de ônibus e metrô e paralisação de algumas agências bancárias.

Atos que não agregam nem mobilizam a sociedade, mas antes apenas prejudicam e causam desconforto aos que não podem se dar ao luxo de ficar uma manhã em casa esperando que passe a confusão.

Nesse aspecto, Vicentinho se ilude ou maquia a realidade quando avalia que o protesto ‘atingiu o objetivo’, e diz que ‘o povo não tem que esperar de cabeça baixa, porque, se ele não protestar, o governo vai achar que está tudo bem.’

Primeiro, o ‘povo’ não foi a lugar algum. Inclusive porque a parcela dele que se deparou com bloqueios e congestionamentos não conseguiu se mover. E depois, o governo realmente continuará achando que ‘está tudo bem’ enquanto puder contar com a oposição que tem.”

Como se vê, o empenho em “virar a mesa” levava o petismo a um grande isolamento. A circunstância explica o empenho de Luiz Inácio Lula da Silva em admitir que o capitalismo poderia ser melhorado. No próprio curso da campanha eleitoral de 2002, os moderados conseguiram impor-se aos totalitários, invertendo o que vinha ocorrendo ao longo das duas década precedentes.

O "trotskista de plantão" tem infernizado a vida das administrações petistas. O periódico *Teoria & Debate*, mantido pelo PT desde 1987, registra no número 14 (maio de 1991): "Jacob Bitar é um os fundadores do PT Foi o presidente do partido e secretário geral nacional. Eleito prefeito de Campinas com 32,5% dos votos, no último dia 8 de março pediu sua desfiliação do Partido dos Trabalhadores." Na entrevista que então o prefeito deu àquela publicação, indica expressamente “que o Diretório Municipal começou a tomar decisões que prejudicaram a administração, incompatibilizando-a com a sociedade.” Bitar adverte que não se trata de fato isolado e afirma claramente: "O problema da relação partido/administração existe em todos os municípios em que o PT ganhou eleições." Em uma outra matéria publicada no mesmo número, o prefeito de Santo André, Celso Daniel, escreve o seguinte: "O início das administrações petistas, em 1999, foi difícil: pagou-se o preço da inexperiência, em face do desafio de governar de maneira transformadora. Mas, a partir do ano passado, resultados positivos, ainda tímidos, começam a aparecer. A despeito dessa mudança para melhor, as crises de relacionamentos entre o PT e suas Prefeituras continuam a acontecer. O próprio ambiente não é muito animador: os militantes petistas têm dificuldades em se reconhecer na administrações. Além disto, prefeitos petistas – muitos dos quais militantes históricos – sentem-se pressionados e até rejeitados pelo partido."

Victor Buaiz, eleito governador do Espírito Santo, teve de se desligar do PT porque, tão logo assumiu, a agremiação passou a fazer-lhe ferrenha oposição.

TEXTO III – O CICLO ELEITORAL, MANTIDA A OPÇÃO PELO SISTEMA COOPTATIVO

1. Significado do período na história do PT

O período posterior às eleições presidenciais de 1989 marca o começo do que acabaria por revelar-se como sendo uma grande reviravolta na agremiação.

Ao longo da década de noventa, o principal impacto sofrido pelo PT resultou do fim da União Soviética, a evidência de que aquele regime, além de ter se revelado uma ditadura brutal levava a Rússia à mais extrema pobreza. Ainda que não se tivesse vinculado abertamente àquele regime, o PT pretendia ser uma organização marxista e revolucionária. Outro fato que não poderia ter deixado de criar um novo vetor consiste na circunstância de que esteve muito próximo de eleger o Presidente da República em 1989.

A organização viverá toda uma década de grande ambigüidade. Insiste em disputar a Presidência – nas eleições de 1994 e 1998 – mas, ao mesmo tempo, não quer maior compromisso com o sistema representativo. Não revela o menor entendimento do papel da Oposição, em regime democrático, desde que recusa toda espécie de negociação com o governo. Até parece não reconhecer a sua legitimidade.

O Programa de Governo aprovado em 1994 – e mantido em suas linhas gerais para o pleito de 1998 – reflete claramente aquela ambigüidade: agora quer chegar ao poder pelo voto. Mas, se vitorioso, promoverá profundas transformações no sistema. O eufemismo é que se trataria de aprofundar a participação popular mas a isto denomina "democracia popular", o que denuncia claramente suas origens estalinistas.

Essa fase caracteriza-se também por uma grande elaboração teórica, de que procuraremos dar uma idéia com textos representativos da tendência majoritária.

As facções totalitárias que sobrevivem em seu interior levam a agremiação ao sucessivo isolamento. No II Congresso, realizado em fins da década, trava-se uma espécie de grande embate entre moderados e totalitários. A vitória dos primeiros talvez seja o prenúncio do que ocorrerá em 2002. Por essa razão, deixaremos para considerar o evento no próximo texto.

2. Resultados eleitorais

O PT concorreu às eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998. No primeiro turno de 1989, Luiz Inácio da Silva obteve 11,6 milhões de votos (17,2%), credenciando-se para concorrer no segundo turno, quando alcançou 31,1 milhões de votos (47% do total), contra 31,5 milhões dados a Fernando Collor (53% do total). Nesse segundo turno, atuou em coligação com o PSB e com o PCC do B.

Nas eleições de 1994, apresentou-se com o mesmo candidato e idêntica coligação, tendo o pleito se decidido no primeiro turno: Luiz Inácio obteve 17,1 milhões de votos (27%) e Fernando Henrique Cardoso, eleito, 34,4 milhões dos votos (54,2%).

Nas eleições de 1998, sob a nova legislação permitindo reeleição, Fernando Henrique ganhou no primeiro turno com 35,9 milhões de votos (53,6%). Luiz Inácio da Silva obteve 21,1 milhões (31, 7%). Desta vez a coligação ampliou-se, tendo sido candidato a vice Leonel Brizola (PDT).

Para a Câmara dos Deputados, a bancada do PT ampliou-se como segue:

Eleições	Nº de cadeiras
1982	8
1986	16
1990	35
1994	49
1998	58

Somente em 1990 elegeu um representante ao Senado (Eduardo Suplicy, por São Paulo); em 1994, quatro e em 1998, sete.

Em 1994, elegeu os governadores do Espírito Santo e do Distrito Federal. Conforme se referiu, o primeiro afastou-se da agremiação. Nas eleições de 1998, conquistou os governos do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Acre. Nas eleições municipais de 1996, elegeu 1.881 vereadores e 116 prefeitos. Estes distribuídos praticamente em todos os estados. Contudo, número expressivo de prefeitos só conseguiu no Rio Grande do Sul (26) e em São Paulo (30).

3. O Programa de 1994

Conforme tivemos oportunidade de mencionar, desde o início o programa do PT consistia em arrazoado marxista, dando franca e abertamente continuidade às discussões do Partido Comunista, notadamente para caracterizar a "revolução brasileira" como sendo socialista. O propósito claro é criar uma situação insurrecional que lhe facultasse tomar o poder pela força. As eleições de 1989, que credenciaram Luiz Inácio Lula da Silva para concorrer ao segundo turno ampliaram a influência dos moderados. Desde então, a documentação interna da agremiação pouco mudou. Mas o Programa de Governo está elaborado em um outro tom. Para comprová-lo, vamos tomar por base aquele elaborado para o pleito de 94, repetido praticamente sem alterações quando das eleições de 98.

Ao apresentar-se perante o eleitorado na nova circunstância, o PT esclarece que não se trata de implantar o socialismo, mas de introduzir profundas reformas que são apresentadas como "uma revolução democrática."

Do ponto de vista institucional, em que pese a forma eufemística de apresentar a questão ("socialização da política do poder"; "mecanismos de controle social"; "democracia direta" etc.), nesse particular não há duas hipóteses: ou se pretende aprimorar a representação, reforçar as instituições do sistemas democrático-representativo, especialmente o Parlamento, ou se deseja outra coisa. Vinda de onde provém a proposta, só pode tratar-se do sistema

cooptativo, implodido na União Soviética e antigos satélites, mas que continua contando com as simpatias do conjunto da agremiação, mesmo dos chamados moderados.

Do ponto de vista da organização econômica, há uma opção clara pela estatização da economia, falando-se até mesmo em revisão e anulação das privatizações. O modelo é autárquico, desde que, se eleito, o governo “democrático-popular” suspenderá o pagamento da dívida externa.

Há a miragem de mudar a "correlação de forças" na América Latina, e talvez o Brasil poderia mesmo liderar as nações do terceiro mundo. Quem sabe, teríamos aqui uma espécie de sucedâneo para a extinta União Soviética.

O Programa está composto desta forma: Introdução; Capítulo I – A Crise brasileira e alternativa democrática e popular; Capítulo II – Política, cidadania e participação popular; capítulo III – Reforma e democratização do Estado; capítulo IV – Mudar a vida; Capítulo V – Bases ecológicas do projeto nacional de desenvolvimento; Capítulo VI – Ciência, tecnologia e infra-estrutura; e Capítulo VII – Transformar a economia e a sociedade construindo a nação.

Para os objetivos presente, parece suficiente transcrever a Introdução, que é uma espécie de resumo geral:

O Brasil é um país viável desde que o povo decida sobre seu destino. É justamente isto que o povo brasileiro fará em 1994.

Em meio ao caos econômico e social, à decomposição do sistema político, à corrupção, à desconstrução nacional, surge uma alternativa política capaz de reacender a esperança do povo, reconstruir o sonho brasileiro e iniciar a marcha para um futuro tantas vezes anunciado e nunca alcançado.

Esgotado pela crise de um modelo de desenvolvimento – perverso, concentrador de renda e autoritário – o País encontra-se no limiar de uma grande transformação.

Diferentemente de outras situações históricas, e talvez pela primeira vez na república, hoje estão reunidas forças sociais e políticas com vocação de poder, capacitadas para dar a solução aos impasses que vivemos. Pela primeira vez estas soluções se darão em proveito das maiorias tradicionalmente excluídas das decisões econômicas e políticas..

Em 1º de maio de 1994, o 9º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, aprovou estas bases do Programa de Governo com o qual Luiz Inácio Lula da Silva disputará a Presidência da República nas próximas eleições.

O programa que entregamos ao povo brasileiro é o resultado de um ano de discussões envolvendo dezenas de milhares de militantes do partido e amplos setores da sociedade civil. Ele é o produto de uma reflexão sobre os grandes problemas nacionais, um conjunto de propostas para vencer a grave crise que o País atravessa, refletindo a vontade de mudanças que anima milhões de brasileiros.

As idéias e propostas aqui expressas são também nossa contribuição aos demais partidos que integram a frente, para a elaboração de uma plataforma eleitoral comum.

Longe de ser um diagnóstico acadêmico da crise brasileira, um receituário de propostas formuladas em gabinetes fechados ou uma peça retórica de vagas declarações de intenções, este programa quer ser antes de tudo um compromisso.

Queremos afirmar claramente nossa disposição de inverter radicalmente as prioridades que nortearam até agora os governos deste País.

Este é o programa que submeterá todos seus objetivos à meta central de combater a pobreza e a indigência que atingem metade da população brasileira.

Para atacar a exclusão social, concentraremos nossas iniciativas no combate à fome, ao desemprego, ao abandono dos menores, ao descalabro da educação e da saúde, à ausência de moradia e de saneamento.

É a partir destes objetivos de combate à exclusão social que se organizará o conjunto da ação governamental, especialmente sua política econômica.

Por estas razões queremos constituir um governo de reformas, que, pela primeira vez em nossa história, impulsionará uma reforma agrária e políticas agrícolas capazes de entregar terra a quem necessita, democratizar a propriedade e sustentar nossa meta de alimentar todos os brasileiros.

Defendemos uma nova concepção de desenvolvimento que seja plenamente compatível com a preservação do meio ambiente.

Implantaremos uma nova política de rendas, que combinará o combate indispensável à inflação com um programa audacioso de emprego e de elevação dos salários. É preciso pôr fim à concentração de renda rompendo com os projetos que anunciam uma recuperação econômica que nunca chega ou que só beneficia aos ricos.

Afirmando nosso compromisso com a democratização da vida econômica do País, democratizando as relações de trabalho e impulsionando as formas cooperativas de produção e distribuição.

Estamos comprometidos com uma profunda reforma do Estado, com sua democratização e controle pela sociedade, através da participação popular, que permita desenraçar de seu interior interesses privados, corporativos e burocráticos. O Estado não pode continuar sendo identificado pela sociedade – como é hoje – como uma entidade distante, indiferente e hostil que submete os cidadãos comuns à humilhação das filas, à arrogância ou desinteresse de burocratas que não se sentem comprometidos com a coisa pública e se revelam servis para com os poderosos.

O programa é de um governo que se empenhará na radicalização da democracia política através da expansão da democracia econômica e social do País. Esta meta – em realidade um processo – será atingida por meio da universalização da cidadania, do respeito aos direitos humanos, da constituição de um espaço público em que se criem novos direitos, garantidos a igualdade e respeito às diferenças de idéias, religiões, etnias, gênero, idade orientação sexual e opções de vida.

Nosso governo combaterá todas as formas de preconceito, ao mesmo tempo em que lutará pela defesa e preservação da vida de milhões de homens e mulheres que sofrem a violência e assistem perplexos ao espetáculo cotidiano da impunidade, sobretudo dos poderosos.

Seremos um governo comprometido com a cultura, que valorizará todas as formas de produção, distribuição e de acesso aos bens culturais. Comprometido com a liberdade de criação artística, científica e de idéias, o governo se empenhará na democratização das instituições culturais em geral e dos meios de comunicação em particular. Não há democracia se os cidadãos não têm acesso livre às informações.

O programa, lutando contra a desagregação social, aponta para a reconstrução de nossa economia através da constituição de um grande mercado interno de consumo de massas, criando condições de um país livre e soberano.

Faremos da soberania nacional um valor tão caro quanto o da soberania popular. Buscaremos uma integração soberana do Brasil no mundo para enfrentar as grandes transformações políticas, econômicas e sociais hoje em curso.

O Brasil afirmará sua vocação universal, em suas relações internacionais, defenderá o meio ambiente e os direitos humanos, lutará pela democratização das relações internacionais, propugnará por uma reestruturação econômica internacional em proveito dos países do Sul, na defesa do emprego e de uma cooperação científica e tecnológica.

O Brasil enfatizará as relações com a América Latina, em especial com a América do Sul, fortalecerá políticas de integração continental, dentre as quais o Mercosul reformulado, e fará de sua política externa um componente essencial do seu projeto nacional de desenvolvimento.

Este é um programa de um partido que se forjou na luta contra a ditadura, pela democracia política e social, que soube romper desde sua fundação com velhas heranças dogmáticas sem renegar as lutas de seu povo e daqueles que deram a vida por ele.

Este programa transformou-se no ponto de encontro do que de melhor produziu a sociedade brasileira. Para ele contribuíram os operários que não se curvaram diante da exploração e da opressão e constituíram um dos mais importantes movimentos sindicais do mundo de hoje. Nele estão as marcas de camponeses e trabalhadores rurais que livram suas lutas em meio à violência do latifúndio. Nele colaboraram intelectuais e artistas comprometidos com os problemas sociais, religiosos que lutam pela libertação aqui na terra, mulheres que enfrentam a dupla opressão na esfera pública e privada, negros e índios empurrados pelos poderosos para as margens da sociedade, mas reivindicando, orgulhosos, seu lugar na construção nacional.

Este é o programa dos jovens que não querem ser apenas o “futuro do País”, mas reivindicam sua participação aqui e agora. Este é o programa dos excluídos que não sucumbiram à submissão e ao conformismo.

Neste programa confluem muitas ideologias, tradições culturais, experiências sociais e de vida.

O que une todos é o compromisso intransigente com a democracia, com o respeito aos direitos humanos e com a necessidade de profundas reformas econômicas e sociais em proveito das maiorias.

Este é finalmente o programa de um partido que se mostrou, em toda sua trajetória, incorruptível nas administrações que dirigiu ou dirige, nos parlamentos em que esteve ou está presente. Intransigente a ponto de ficar por vezes isolado, mas sempre ressurgindo como uma referência ética e moral, dentre outras, na sociedade brasileira.

Este programa quer construir pontes com forças políticas e sociais, não só com aqueles que nos acompanham desde há muito, e que hoje estão conosco, mas também com aqueles com os quais queremos compartilhar no futuro a construção de um país de liberdade e igualdade.

Este País está ao alcance de nossas mãos. Neste programa estão contidas as alternativas para mudar as grandes estruturas, sociais e políticas do Brasil.

Ele busca ser a expressão de um movimento cultural, que interpela cada um dos indivíduos, propondo-lhe nada mais do que mudar a vida.

Reflete nossa disposição de desencadear um grande movimento de idéias, uma verdadeira renovação da cultura política brasileira, parte integrante da revolução democrática que pretendemos impulsionar no País.

4. Dilemas teóricos à luz de textos de José Dirceu e Marco Aurélio Nogueira

A análise precedente evidencia que o PT se propôs a ser um partido marxista, persistindo nesse objetivo mesmo depois do fim da experiência comunista, na extinta União Soviética. A possibilidade de alcançar o poder pelo voto turbou de certa forma essa esquema, chegando-se a uma espécie de conciliação, por intermédio do que se denominou de Programa de Governo, apresentado no item anterior.

A complexidade da situação não poderia deixar de refletir-se na elaboração teórica autônoma, daqueles integrantes da facção chamada Articulação e que de uma forma ou de outra desvinculou-se do totalitarismo. O PT mantém um órgão destinado à discussão teórica (*Teoria & Debate*, cujo primeiro número apareceu em dezembro de 1987), onde escrevem representantes das diversas facções. Valendo-nos dessa circunstância, selecionamos dois textos que nos pareceram bastante expressivos dos dilemas com que se defrontam os segmentos tidos como democratas.

O primeiro deles corresponde a uma entrevista, ao mencionado órgão teórico, de José Dirceu, presidente do PT. Seu papel tem sido, como destacamos, manter o diálogo com os segmentos totalitários existentes de forma organizada no seu interior (as facções denominadas "tendências internas", de igual modo caracterizadas precedentemente) e, ao mesmo tempo, assegurar a permanência no PT daquelas pessoas capazes de disputar eleições. Trata-se de uma posição tão ambígua quanto a sustentada pela agremiação, o que se reflete de forma plena na entrevista adiante transcrita.

Assim, José Dirceu admite que o comunismo deve ser abandonado, mas, ao mesmo tempo, quer preservar alguns ingredientes que constituem seu substrato básico, como a concepção do Estado, o planejamento etc. Em todo o documento, Lenine é um referencial básico. Diz coisas desse tipo: "Estou negando a teoria leninista de partido único. Mas não nego a teoria leninista, a concepção que ele tinha do Estado". E, a partir de premissas desse tipo, pretende ser levado a sério quando avança a tese de que o pluralismo é inevitável. De modo que falta consistência à fundamentação teórica que José Dirceu quer proporcionar à "flexibilização" que, para o PT, representa a idéia de um Programa de Governo, na aparência diferente da pregação tradicional.

O outro texto, da autoria de Marco Aurélio Garcia, secretário de relações internacionais do PT e professor universitário, reveste-se de maior sofisticação, embora só revele conhecer as fontes soviéticas na interpretação que avança da história do movimento operário europeu.

Pretende provar que o dilema que tem sido colocado na verdade não existiria. Formula-o deste modo: "Um fantasma parece rondar o PT – o fantasma da social-democracia. Desde seu nascimento – e no curso de sua história – o partido foi intimado por seus atentos observadores a escolher entre o 'revolucionarismo arcaico do modelo leninista' e a 'moderna social-democracia'". Da leitura de seu texto recolhe-se a impressão de que teve acesso apenas aos textos difundidos pelo PCUS. Não parece ter lido Bernstein – presentemente tornado acessível na **Coleção Pensamento Social Democrata**, mantida pelo PSDB – desde que não se dá conta da profundidade e da consistência de sua crítica a Marx. E muito menos percebe que, no contexto da social democracia alemã, desde os primórdios, Marx nunca foi transformado em um deus, quando mais não fosse pelos problemas, humanos e mortais, que legou a seus correligionários, entre os quais o contencioso familiar.

Na visão de Marco Aurélio Garcia, o problema com o qual se defronta o PT consiste basicamente em definir de que socialismo se trata, qual é verdadeiramente a espécie que preconiza. A conclusão a que se pode chegar, de uma leitura atenta do seu texto, é de que se trata de algo por fazer-se, ou melhor, para dizê-lo com suas próprias palavras, de ser alcançada adequada articulação da luta pela democracia política com a luta pela democracia social", de que resultaria conseguisse o PT "dar atualidade ao socialismo e tirá-lo do campo da pura utopia". Parece muito pouco.

Segue-se a transcrição dos textos brevemente comentados.

O PLURALISMO É INEVITÁVEL

José Dirceu de Oliveira e Silva^()*

T&D – A que se deve o abandono do termo comunista por inúmeros partidos historicamente ligados à III Internacional? O termo comunista estará assim tão “sujo” aos olhos da humanidade, como estava em 1917 o termo social-democracia, que Lenin resolveu deixar de lado quando rompeu com os partidos social-democratas e fundou os partidos comunistas? Ou será que o socialismo se rendeu aos valores do capitalismo?

JOSÉ DIRCEU – Acredito que está havendo uma virada histórica; creio que se pode usar o

exemplo do abandono do nome social-democracia. O socialismo foi implantado, concebido e organizado pelos partidos comunistas nos países onde se fez a revolução, como no caso da Rússia, da China, da Coreia, de Cuba ou nos países da Europa Oriental, onde não se deu o processo revolucionário clássico. Em todos estes, à exceção da Iugoslávia, não houve propriamente tomada do poder através de uma reviravolta interna, mas o que ocorreu foi a mudança de sistema através da libertação contra o nazi-fascismo pelo Exército Vermelho. Na minha opinião, o papel dos partidos comunistas na construção do socialismo esgotou essa visão de projetar como deve ser o socialismo, de preconceber a sociedade – uma visão que não tem perspectivas no próximo século. É preciso repensar essas sociedades, repensar o socialismo, repensar a teoria. Particularmente a teoria do Estado. Os marxistas no poder deixam de ser marxistas. Deixam de analisar a sociedade que dirigem a partir de critérios científicos e históricos, desconhecem a formação cultural e econômica de seus países, as lutas sociais, as diferenças culturais. Desconhecem, enfim, a realidade, o que é a elevação ao absurdo da negação do marxismo. Enfim, o abandono do termos comunista corresponde à derrota de uma forma – e de uma concepção – de socialismo.

T&D – Pois, então, no socialismo real, o que deve ser desfeito? O planejamento da economia? Enfim, essa tutela da sociedade civil, se é que existe alguma sociedade civil?

JOSEÉ DIRCEU – O fundamental é a forma de organizar o Estado e a produção, a economia. O primeiro obstáculo que precisa ser desfeito são os entraves, os estrangulamentos e as barreiras que impedem o crescimento econômico, ou seja, o aumento da criação de riquezas e a sua distribuição entre os produtores. Todos os países socialistas, sem exceção, vivem uma crise gravíssima de perspectiva em termos de desenvolvimento tecnológico, de desenvolvimento científico e, particularmente, de desenvolvimento da produção de bens de consumo, de alimentos e da prestação de serviços. As economias socialistas privilegiaram a indústria pesada e a prestação de serviços básicos: saúde, educação, transporte. E a sociedade capitalista desenvolveu, mantendo grande parte da população e da humanidade na miséria, um amplo setor de serviços, de diversão, de lazer e também uma ampla indústria de bens de consumo pessoal. Modernizou a vida, tanto a familiar quanto a pessoal, de uma parcela da população. Como os países capitalistas mais desenvolvidos já tinham acumulado grande estoque de riqueza, principalmente os Estados Unidos, a Europa e o Japão, eles elevaram o padrão de vida de suas populações – o que também se deve à luta democrática dos trabalhadores, que conseguiram distribuir renda e garantir direitos sociais. Eu não considero que o planejamento deve ser abolido nos países socialistas (falo do planejamento estratégico, em termos econômicos e democráticos, em termos políticos) e, embora defenda a manutenção da propriedade coletiva dos meios de produção essenciais, não se pode imaginar que é possível desenvolver as forças produtivas nesses países todos sem deixar as pequenas e médias propriedades, além da prestação de serviços, não mão de particulares, ou seja, sem a existência da propriedade privada dos meios de produção e de bens. Essa é uma das lições dos setenta anos de socialismo. É evidente que o agravante é a ausência de pluralismo e de liberdade nessas sociedades. Porque à medida que o socialismo crie uma série de desigualdades, por causa da burocracia, instituições como partido único e imprensa estatal constituem uma bomba de efeito retardado. Não adiante: o pluralismo é inevitável, assim como a luta social, a luta sindical, a luta partidária. É preciso existir uma imprensa que não seja controlada pelo Estado. O grande desafio é fazer isso sem que a imprensa vire monopólio do poder econômico, sem que o partido político seja subjugado pelos pequenos grupos corporativos ou econômicos; fazer um Estado democrático sem que renasçam nos países formas de controle de meios de produção e de controle da economia que reinstaurem o capitalismo e restaurem aquilo que chamamos de a “ditadura da burguesia” na democracia

representativa parlamentar. Essa ditadura só foi perdendo força no mundo capitalista à medida que os trabalhadores, ao conquistarem a democracia, foram conquistando direitos sociais e se tornando classe dirigente, ainda que não classe dominante: ou governando, ou tendo participação no parlamento, ou democratizando a informação.

T&D – Você falou que para desenvolver as forças produtivas é essencial se manter certo nível de propriedade privada. Seria uma coisa parecida com o que aconteceu na NEP (a Nova Política Econômica, proposta por Lenin), no começo da década de 20?

JOSÉ DIRCEU – Não. É uma questão mais ou menos estratégica. A NEP era um recuo tático. Eu prefiro ser pragmático sobre isso. Cada unidade de produção que deixa de funcionar; da pequena e da média propriedade, seja agrícola, seja industrial ou de prestação de serviços, deve ser substituída por uma organização socialista de produção, com o objetivo de aumentar a produtividade. Não é verdade que a pequena propriedade seja mais produtiva e mais rentável do que a da rede Mc Donald's. Mas é preciso deixar a pequena propriedade se organizar. Eu concebo a unidade de produção capitalista, a pequena e a média, como uma possibilidade de se liberar a criatividade, a capacidade, a organização da mão-de-obra, de capitais, de administração ou de recursos humanos, por milhares de pequenos, micro e médios empresários. Primeiro, porque a economia socialista não é capaz de organizá-los. Segundo, porque, no nível de desenvolvimento das forças produtivas, isso é uma necessidade para o desenvolvimento, tanto da capacidade de produção de bens materiais quanto de gerência e administração. Alguém pode argumentar: “Mas é o pequeno empresário quem mais explora a mão-de-obra trabalhadora!”. Eu respondo: “Mais explora a mão-de-obra trabalhadora na atual distribuição de riqueza e da renda nacional, em que todo o sistema de subsídios e de incentivos só favorece as grandes corporações e os grandes monopólios”. Se você pensar numa economia democrática e numa sociedade em que o Estado tenha outro papel de planejamento e distribuição de renda, uma sociedade socialista, vai ver que a propriedade pequena terá outro papel. Não acredito que nos próximos cinquenta anos alguma sociedade possa saltar para o futuro sem combinar a propriedade coletiva com a pequena e média propriedades privadas.

T&D – Didaticamente, o conceito de forças produtivas pode ser traduzido como sendo a técnica, a ciência e o homem. E, nesse sentido, seria possível estabelecer um tipo de comparação entre o socialismo real e o capitalismo e deduzir que o capitalismo talvez tenha sido mais bem-sucedido no desenvolvimento das forças produtivas do que o socialismo. Isso precisa ser um pouco relativizado, claro. Por exemplo, quanto ao desenvolvimento do homem, o capitalismo jogou mais gente para morrer de fome, mais gente na miséria, destruiu a natureza, num nível muito mais elevado. Mas, por outro lado, as grandes descobertas da técnica e da ciência, por mais que a União Soviética tenha se esforçado até estrategicamente nesse sentido, acontecem mais do lado do capitalismo. E aí?

JOSÉ DIRCEU – Isso é uma verdadeira aberração, porque a revolução política socialista faz parte de um processo social que visa desenvolver as forças produtivas de maneira organizada e democrática. Não aconteceu nem o desenvolvimento organizado, nem democrático. Agora, na luta política e ideológica foram introduzidos elementos totalmente falsos sobre a “democracia” do socialismo e a “vitória” do capitalismo. Por exemplo, a Europa ocidental é, na verdade, produto de duas guerras mundiais e de, praticamente, quinze anos de nazi-fascismo. Acredito que não proceda essa comparação sobre quem é que desenvolveu mais a liberdade, quem desenvolveu mais o homem. É verdade que o sistema capitalista nos países industrializados, no Japão, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, particularmente, desenvolveu a ciência e a técnica a um ponto sem paralelos nos países socialistas. Mas estes,

em contrapartida, resolveram os problemas da miséria, da fome, da prostituição, da delinquência, ainda que tudo isso tenha aumentado nos últimos anos. E quanto à liberdade que se diz existir nos países capitalistas, ela é, antes de tudo, resultado da luta dos trabalhadores, da luta dos socialistas, dos choques pela distribuição da renda, da quebra do monopólio absoluto que a burguesia tinha sobre os sufrágios, sobre os meios de comunicação, sobre o aparelho de Estado. E essa liberdade é mais um mito: a invasão do Panamá pelos Estados Unidos revela a verdadeira face da chamada democracia ocidental.

T&D – Em sua opinião, é possível afirmar que as degenerações do socialismo teriam seu enraizamento na inexistência de uma Teoria Geral do Estado Socialista? Em virtude dessa notável ausência, o Estado não teria se convertido na extensão e, dialeticamente, na armadura do partido, no partido do centralismo democrático burocratizado? Com isso, a férrea disciplina partidária não teria se transfigurado numa monstruosa “disciplina estatal”, obrigando pessoas comuns a se comportarem como um unívoco Estado militante? Por mais “não-materialista” que isso possa parecer, a ausência de uma Teoria Geral do Estado não estaria na gênese da crise do socialismo?

JOSÉ DIRCEU – Sem dúvida, a inexistência da Teoria Geral do Estado Socialista tem um peso fundamental no fracasso das experiências socialistas. Falta a concepção de Estado democrático, a concepção de Estado que tenha absoluta obediência à lei, à legalidade. O problema real é que, ao não se elaborar uma teoria democrática e ao não se conceber o exercício do poder através de mecanismos de consulta e de representação, ao não se conceber a sociedade como uma sociedade diferente, plural, foi-se paulatinamente substituindo a legitimidade do poder exercido pelos trabalhadores e do poder representativo do partido ou dos partidos pelo recurso da força bruta. Ora, nem a revolução burguesa nem a revolução socialista sobrevivem sem criar mecanismos democráticos. Caso contrário, a revolução será suplantada por outras revoluções, talvez mais violentas. É uma ilusão pensar que se pode exercer impunemente o poder, sem democracia e sem atender às expectativas das utopias da maioria da sociedade. As sociedades lutam por liberdade e igualdade, seja no capitalismo, seja no socialismo. E aqueles que se dizem socialistas ou marxistas e que, chegando ao poder, desconhecem que a luta de classes, a desigualdade, o pluralismo cultural, social, ético, religioso, continuam existindo acabam fracassando. Temos de admitir que é real a explicação histórica segundo a qual o socialismo fracassou porque as sociedades que chegaram a ele não se desenvolveram democraticamente, porque não havia uma sociedade civil estabelecida e atuante. Mas isso não explica tudo. Acho que o stalinismo, a burocracia, a ausência de um movimento social, cultural, socialista e a base material não vão explicar o que aconteceu nesses países. É preciso analisar esses fatores em conjunto, mas o importante é ter a convicção de que não é esse socialismo real que pode levar a humanidade a um futuro de liberdade e de igualdade. Quero dizer, pensar que pela coerção se pode organizar e enquadrar uma sociedade, fazer desenvolver as forças produtivas, e que isso é o socialismo, acho uma aberração. Isso significa que os socialistas vão ter que conceber uma sociedade em que eles podem perder o governo.

T&D – Como é uma sociedade socialista em que os trabalhadores possam perder o poder? Quer dizer que a concepção leninista da ditadura do proletariado estaria ultrapassada?

JOSÉ DIRCEU – Acredito que a concepção leninista da ditadura do proletariado, não como ela foi concebida, mas como foi realizada na prática, está ultrapassada. Ela impôs uma imprensa estatal, ausência de oposição, partido único e uma planificação da economia. Acho que os setenta anos de socialismo julgaram e reprovaram. A sociedade tem que se desenvolver democraticamente. Mas o capitalismo também não resolveu isso. Hoje, a democracia da

sociedade capitalista é a seguinte: existe democracia desde que você não queira votar pela maioria. Desde que não queira tirar da classe dominante o poder que ela tem como dirigente e os instrumentos que tem para administrar a riqueza social em seu benefício. Como seria na sociedade socialista? É ainda um desafio. O que sei é que uma ficção que os trabalhadores deleguem a um partido único o poder na sociedade socialista. Até porque não existe um só partido de trabalhadores. A experiência histórica de partido único mostrou que não é verdade que esse partido seja único.

T&D – Então você está negando mesmo a teoria leninista?

JOSÉ DIRCEU – Estou dizendo que no socialismo devem existir vários partidos.

T&D – Pois então.

JOSÉ DIRCEU – Estou negando a teoria leninista de partido único. Mas não nego a teoria leninista, a concepção que ela tinha do Estado. O que é preciso para superar a teoria leninista de Estado? Ter um Estado democrático. É a única maneira. Agora, ter um Estado democrático pressupõe que a burguesia vai aceitar pacificamente a derrota democrática e o início de um processo de construção de uma economia que não é capitalista, coisa que a história tem mostrado que ela não aceita. Então, o que se coloca para os revolucionários e para os socialistas? Como eles constroem uma estratégia de tomada de poder que não os leve à ditadura, ao terror? Essa é a questão que precisa ser resolvida nos partidos socialistas. É possível que uma transição ao socialismo faça combinar, em algum momento, a política e a guerra, como tem acontecido na solução dos grandes problemas da humanidade. O essencial, nesses casos, é evitar que aquilo que é excepcional, aquilo que é uma necessidade extrema, possa se transformar em política de Estado ou em lei. A oposição tem direito de existir. A oposição tem que exercer todos os direitos individuais e coletivos, que devem estar na Constituição. E a ela deve ser garantida até mesmo a liberdade de pregar a volta ao capitalismo. Precisamos, portanto, pensar uma Teoria Geral de Estado Socialista para garantir os espaços e canais democráticos. Nas relações de poder, por exemplo. É um erro descartar a democracia representativa. Está provado que a diferenciação cultural da população, principalmente dentro da classe trabalhadora, faz com que grande parte das pessoas não consiga exercer o poder através da democracia direta, através de plebiscito e de referendo, e que a democracia representativa é uma necessidade. É um erro dos socialistas deixar de lado um instrumento fundamental para a legitimidade e para o consenso: o voto numa delegação, numa representação. A burguesia desenvolveu historicamente uma forma de organização do Estado, a divisão em três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Assim, o Parlamento controla o Executivo, e o Judiciário subordina todos à legalidade. Há a garantia dos direitos individuais e coletivos, que são totalmente violados pela burguesia quando o seu poder está em jogo. Viola os direitos que ela mesma concebeu. Seja pela desigualdade social, pela miséria, pela ignorância, pelo analfabetismo. Mas isso não quer dizer que, em tese, não seja uma forma democrática de exercer o governo. Então, acredito que devemos resgatar a representação parlamentar como forma de organizar o poder, desde que democratizemos os meios de comunicação e o poder militar. Não dá para imaginar uma sociedade socialista e democrática sem que os sindicatos, as associações, as entidades da sociedade civil, não só os partidos participem das decisões do governo. O desenvolvimento de uma sociedade socialista pressupõe negociação. Tem que haver diferenciação e pluralismo. Não quer dizer que o Estado vá agir sempre por consenso. Mas os mecanismos democráticos garantem ao Estado a legitimidade para as ocasiões em que seja necessário o emprego da força para exercer a coerção. Porque senão não existiria sistema penitenciário, sistema penal. Quer dizer, a sociedade delega uma parte do poder a uma autoridade. O problema é que essa autoridade, no

caso do Estado, também está dentro da legalidade. Mas, geralmente, tanto no capitalismo quanto no caso do socialismo, essa autoridade fica acima da lei e da legalidade. Não é um privilégio socialista isso. O capitalismo agora quer posar de pai da liberdade e da igualdade, principalmente as grandes empresas capitalistas, aproveitando-se da derrocada da forma de governo que está havendo na Hungria, na Polônia, na Tchecoslováquia, e pela evidente demonstração que o povo está tomando poder nesses países. Mas quando o povo toma o poder nos países capitalistas, eles chamam o exército e promovem verdadeiros massacres, como fizeram já em vários países da América Latina.

T&D – Você acredita na possibilidade de que alguns desses países retornem ao capitalismo?

JOSEÉ DIRCEU – Veja as principais declarações e as principais exigências dos grupos econômicos e dos governos dos Estados Unidos e da Alemanha para investirem na Polônia: mão-de-obra barata, isenção de impostos, não-interferência do Estado e a chamada liberdade de mercado. Ora, quando você pede mão-de-obra barata na Polônia, quando pede que o Estado dê subsídios, que crie condições para os investimentos estrangeiros, acredito que é uma utopia, porque acho que a classe trabalhadora não vai aceitar jamais esse tipo de relação capitalista clássica.

T&D – As pessoas cultivam uma espécie de preconceito contra as liberdades civis as quais você acabou de defender até no nível do direito de propriedade dentro do socialismo, e, por outro lado, privilegiam ou superestimam as liberdades políticas que acabam se dissolvendo sem as liberdades civis. Pois que direito de propriedade pode haver, que democracia pode existir onde a grande maioria da população sofre privações bárbaras? Eu não sei qual a sua opinião sobre isso: há liberdades políticas sem liberdades civis?

JOSÉ DIRCEU – Acho que não há. Existe uma questão de fundo que nós temos que incorporar na nossa cultura: problema de legalidade. Os países socialistas fizeram esse discurso da legalidade socialista durante décadas, mas nunca a respeitaram. Não se pode transigir nessa matéria. Nada pode ser feito à margem da lei: não pode existir na sociedade nenhum organismo, nenhum partido, nenhuma instância que esteja acima da lei. Isso precisa ser transparente e público.

T&D – Haveria os famosos processos de Moscou se fosse seguido o princípio da legalidade?

JOSÉ DIRCEU – Não.

T&D – Mas você não estaria sendo um tanto jurista demais e marxista de menos?

JOSÉ DIRCEU – Não. Admitir que alguma formação política ou social de um país poder estar acima da lei é abrir caminho para a tirania e para a ditadura. Acho que não há meio termo. Agora, é evidente: como se faz a lei? Como se faz a Constituição? Devemos reconhecer que nem sempre a lei e a legalidade são legítimas. Mas aí temos de criar mecanismos políticos e democráticos para que se mudem a lei e a Constituição.

T&D – Creio que seria oportuno neste momento aproveitar essa entrevista e a sua pessoa, que conhece profundamente o regime cubano, para colocar uma pergunta que até agora ainda não foi encarada durante este debate sobre socialismo real promovido por nossa revista: existe uma ditadura em Cuba, pelo menos em termos formais. Como você enfrenta essa discussão?

JOSÉ DIRCEU – Tenho muita dificuldade de falar sobre Cuba por causa da minha relação afetiva, cultural e de vida, com o país, com o seu povo e com os dirigentes do partido e da Revolução. Vivi em Cuba um bom período. Em Cuba houve um processo de constitucionalização do país em 1976, que foi democrático. Isso dentro dos marcos da concepção da ditadura da maioria, concepção leninista do Estado. Houve um debate amplo na

sociedade, que optou por uma nova série de regras, depois por um sistema eleitoral que foi experimentado na província de Matanzas: o sistema de poder popular. Mas a imprensa em Cuba está controlada pelo partido e pelo Estado. Acho que isso não contribui para o seu desenvolvimento democrático, pelo contrário. Vai congelando as formas de exercício da democracia que Cuba teve até espontaneamente por causa da Revolução.

T&D – Pois é, o calor da Revolução vai arrefecendo.

JOSÉ DIRCEU – Concordo. Agora, tem havido mudanças. Tem havido uma liberação da imprensa.

T&D – Mas que não incluem as publicações da perestroika, que estão sendo censuradas.

JOSÉ DIRCEU – Com a perestroika, houve um retrocesso com a proibição das notícias de Moscou. Acredito que mais cedo ou mais tarde a estrutura do partido em Cuba vai acabar também sendo colocada em questão. Ela tem mais vigor que nos outros países, na medida em que mais de um milhão de cubanos saíram de Cuba. E grande parte da população trabalhadora foi educada e organizada nas entidades, nas entidades, na Federação de Mulheres, nos sindicatos, na União da Juventude Comunista, na Federação de Estudantes do Ensino Médio, nas federações esportivas universitárias. Essa combinação de entidades sociais, de massa, com o Partido Comunista e com o poder local, determinou, ao lado do papel que Fidel joga e da popularidade que tem, a legitimidade da política cubana até hoje. Mas não acredito que isso resista. Por quê? Porque vai haver uma grave crise econômica em Cuba. Porque Cuba foi agora, praticamente abandonada pelos países socialistas.

T&D – Andam dizendo até que, com a morte de Fidel, Cuba se voltaria ao seu destino histórico de ser uma eterna “república de bananas”.

JOSÉ DIRCEU – Não, eu não acredito. Acho que há em Cuba relações políticas culturais... Há instituições, uma Constituição e uma legitimidade ainda do partido e do governo, que não existiam nos países socialistas. E, em Cuba, nos últimos anos, todos esses problemas que estão na base da derrocada dos países da Europa oriental foram combatidos. Quer dizer, em Cuba há uma luta muito grande contra a corrupção, contra a burocracia, contra os privilégios. Existe esse problema de como exercer o poder do socialismo em Cuba tanto pelo partido único quanto pelo controle da imprensa. Acredito, inclusive, que maiores relações comerciais e culturais com o mundo acabariam produzindo mudanças internas em Cuba. Apesar desses problemas, devo dizer que a Revolução cubana tem primado pela luta para que não seja rompida a legalidade socialista.

T&D – Mas nesse ponto de vista a coisa lá está meio complicada, não é?

JOSÉ DIRCEU – Bem, há uma quebra muito grande daquilo que se chama nos países socialistas de disciplina social. Bem como da estrutura burocrático-administrativa dos altos escalões, por causa da corrupção.

T&D – Que existe.

JOSÉ DIRCEU – Por causa da insatisfação. Não existe em Cuba propriamente uma insatisfação social, mas uma frustração social. Essa frustração vem da incapacidade da estrutura econômica cubana de se modernizar e dar um salto tecnológico. Agora, é bem verdade que, ao se comparar Cuba com os países da África e da América Latina – por mais que isso possa parecer uma blasfêmia no Brasil –, Cuba é um paraíso. Comparada com a situação da Guatemala, de Honduras, da Bolívia, do Peru, de vários países da África, domínios econômicos e culturais da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos, Cuba é um país que tem liberdade e direitos sociais com que esses países jamais sonharam. Agora, se

formos conceber a sociedade socialista como temos defendido no PT, considero que não podemos, de maneira nenhuma, concebê-las como acabou se cristalizando em Cuba, como forma de governo e de democracia. Qual vai ser a saída para Cuba? A “retificação” que os cubanos iniciaram alguns anos atrás, como caminho para democratizar o socialismo e combater as deformações da democracia, do centralismo burocrático. Não está claro se isto vai ser capaz de jogar Cuba para a frente. Do ponto de vista internacional e cultural, Cuba se isolou muito. A perestroika soviética é vista em todo mundo como um avanço político, cultural e social. O mesmo se pode dizer do que está acontecendo na Polônia e na RDA ou mesmo na Hungria. Na Hungria não houve nenhuma crise grave porque o Partido Comunista se transformou em social-democrata, por isso não houve nenhum levante popular. Agora, para esses países, uma integração na Europa ocidental seria uma volta ao capitalismo? Essa é uma questão histórica que vamos ter que analisar daqui a cinco, dez ou quinze anos. Acho que não vai acontecer necessariamente um retrocesso para o capitalismo. Acho que vão acabar buscando formas lícitas e novas de exercer o poder político e organizar a economia, inclusive porque a unificação da Europa acaba sendo uma imposição cultural e estratégica, que contraria os Estados Unidos e sua lógica imperialista. Olho tudo isso com alegria. Mas, por outro lado, olho com temor, porque espero que uma Europa forte, unificada e pacífica não queira manter o seu nível de vida e o seu padrão cultural às custas da América Latina, da África e da Ásia. Que se supere também o neocolonialismo. Que se supere não só o autoritarismo, não só o socialismo burocrático. Espero que se supere também o capitalismo hegemônico, explorador do Terceiro Mundo, o capitalismo racista; o excludente, que não existe só no Brasil, mas na Europa também, nos Estados Unidos e no Japão. Não é verdade que o capitalismo, quero repetir, seja o sistema ideal para a humanidade essa tese não está comprovada historicamente. É verdade que não ficou provado historicamente que o socialismo é superior ao capitalismo. Mas acredito que o socialismo seja, do ponto de vista econômico e da liberdade, superior ao capitalismo. Temos o desafio histórico, num país como o Brasil – que tem as melhores condições objetivas e políticas – de demonstrar isso. E o PT desempenha um papel determinante nisso, tanto do ponto de vista de concepção teórica quanto do da prática política, que, aliás, é o seu ponto forte.

A SOCIAL-DEMOCRACIA E O PT(*)

O dilema bolchevismo x social-democracia é anacrônico. Para elaborar seu projeto socialista, o partido precisa manter um diálogo crítico com as duas correntes, renovando os métodos de intervenção social e a linguagem desgastada da esquerda.

Marco Aurélio Garcia

Um fantasma parece rondar o PT – o fantasma da social-democracia. Desde seu nascimento – e no curso de sua história – o Partido foi intimado por seus atentos observadores a escolher entre “o revolucionarismo arcaico do modelo leninista” e a “moderna social-democracia”.

Este problema, porém, antecede a própria formação do Partido dos Trabalhadores.

Quando nos últimos anos da década de 70 surgiu o novo sindicalismo, muitos viram no fenômeno a base social e política para o nascimento de uma social-democracia

brasileira. Tão logo se frustraram tais previsões, esses analistas buscaram em cada momento de dificuldade que atravessou o novo e inesperado Partido dos Trabalhadores a oportunidade para voltar a esta quase obsessiva questão.

Assim foi depois da derrota eleitoral de 1982, ou quando o PT, no final de 1984 e início de 1985, recusou-se a ir ao Colégio Eleitoral. Assim ocorreu, igualmente, em 1986, quando o Partido colocou-se na contracorrente do Plano Cruzado e colheu magros dividendos eleitorais. Assim aconteceu, finalmente, após a derrota de Lula na eleição presidencial de 1989.

Os mais catastrofistas vaticinaram em cada uma dessas circunstâncias o fim do PT. Outros cominaram o partido a optar pela social-democracia como forma de sobrevivência.

O tema não teria maior relevância se ficasse apenas confinado às inquietações pós-modernas de editorialistas e jornalistas políticos ou ao exame da academia. Passa a ter importância na medida em que se transforma em preocupação para grande parte da militância petista que vive um estado de relativa perplexidade com as aceleradas transformações em curso na URSS e no Leste Europeu, e com as mudanças ocorridas no quadro social e político brasileiro após a posse de Collor, questões cujas respostas incidirão sobre o futuro do partido.

A discussão sobre o tema da social-democracia no PT não pode, no entanto, continuar subordinada aos doutos conselhos que lhe são regularmente ministrados nas páginas da grande imprensa ou nos claustros acadêmicos. Não pode regular-se tampouco pelo doutrinário de grupos e tendências que querem aprisionar o partido em conflitos e polêmicas que, rigorosamente, não fazem parte de sua história.

O que une aqueles que aconselham o PT a trilhar os caminhos da social-democracia e os que advertem para os “perigos” desta parece ser o desconhecimento da história do socialismo democrático, da história do PT e, o que é mais grave, da realidade brasileira.

Estas notas procuram discutir questões que permitam colocar o debate em um patamar distinto daquele em que até agora se travou. São observações sumárias e preliminares, e seu objetivo é mais o de desencadear uma discussão do que o de encerrá-la. Partem, igualmente, da suposição de que o documento *O socialismo petista*, aprovado pelo 7º Encontro Nacional, com todos seus limites, constitui-se uma eloqüente manifestação do que já se pôde avançar a respeito no debate interno do PT.

OPOSIÇÕES

A oposição entre social-democratas e leninistas, ou bolchevistas, data do fim da 1ª Guerra Mundial, quando se consumou a divisão do movimento operário e socialista, que mergulhara em grave crise a partir do desencadeamento do conflito.

Em 1914, o Partido Social-Democrata alemão (SPD) decidira apoiar o governo do Kaiser. Todos os partidos socialistas da Europa – à exceção do russo e do italiano – se solidarizaram com seus respectivos governos, arrastando o proletariado de seus países à uma luta fratricida nos campos de batalha. Uma profunda crise política e moral se instaurava no socialismo europeu com o desmoroamento da política antimilitarista que vinha sendo

construída de forma sistemática pela II Internacional, particularmente a partir do Congresso de Stuttgart, em 1907.

No fim da guerra, o Partido Operário Social-Democrata Russo decidiu mudar seu nome para “comunista”. O POSDR não só incorporou na sua denominação aquilo que considerava seu objetivo estratégico, como tentava livrar-se de um rótulo indesejável. A expressão “social-democrata” havia sido conspurcada pelo “chauvinismo” e “capitulacionismo” de seus dirigentes.

“Traição!”, bradavam os revolucionários para caracterizar a atitude dos dirigentes social-democratas. Estes, segundo Lenin, faziam parte de uma “aristocracia operária”(1) a serviço da burguesia e mantida com os resultados da exploração imperialista. Mas o que a compreensível indignação dos revolucionários não explicava era como a “traição” havia sido seguida pelas massas trabalhadoras de todos os países europeus.(2)

A guerra, segundo os revolucionários russos, mostrou até que ponto estavam criadas as condições para abater-se o regime capitalista. O conflito era apresentado como expressão da impossibilidade das classes dominantes continuarem a governar, sem lançar mão de seus exércitos para garantir o controle de novos mercados e fontes de matérias-primas. Sem uns e outros, dizia-se, o capitalismo se inviabilizaria.

Por considerar a social-democracia como “traidora” e “apodrecida”, os bolchevistas decretaram a “falência da II Internacional” e decidiram formar, em 1919, a Internacional Comunista ou III Internacional, da qual deveriam ser excluídos todos os social-democratas.(3)

RAÍZES COMUNS

Por trás desta profunda divisão que marcou nas décadas seguintes o socialismo mundial, havia muito em comum entre social-democratas e comunistas. Suas estratégias, táticas e formas de organização e de ação convergiram mais do que fazem supor as ácidas polêmicas que opuseram uns aos outros neste século.

A social-democracia é o resultado histórico das profundas transformações pelas quais passou o capitalismo europeu, e, com ele, o movimento operário, nas últimas décadas do século XIX. A derrota da Comuna de Paris, em 1871, causou não só o massacre, prisão e exílio de dezenas de milhares de trabalhadores franceses, como uma onda mundial de histeria antioperária, superior àquela que havia sacudido a Europa em 1848.

A Alemanha passava a ser, no lugar da França, o centro do movimento operário. A este deslocamento na geografia política correspondia igualmente uma mudança no eixo de atuação dos trabalhadores. Ao invés das ações insurrecionais e dos grupos conspirativos de distintas inspirações doutrinárias, que marcaram o movimento operário francês, surgia o cada vez mais massivo proletariado alemão, disciplinadamente organizado em seus sindicatos, dirigidos pelo SPD. A via eleitoral vinha sendo seguida desde 1866 e, em 95, pouco antes de sua morte, Engels saudava o “uso inteligente” do sufrágio universal pelo proletariado da Alemanha.

O Partido Social-Democrata Russo, dividido a partir de 1903 nos moderados mencheviques (minoritários) e nos revolucionários bolcheviques (majoritários), via na social-democracia alemã uma fonte de inspiração permanente.⁽⁴⁾

O proletariado – dizia Lenin – necessitava de um partido, distinto da classe, formado por revolucionários profissionais, originários na sua maioria de fora dela, que dominasse a teoria da história para poder alterar seu curso e lançar-se à conquista do poder.

A teoria era o “marxismo”, isto é, a herança teórica de Marx e Engels que resultara na mais acabada análise crítica do capitalismo, e das possibilidades de sua transformação, que o movimento socialista mundial jamais conheceria.

O problema, que sempre ocorre quando a teoria se pretende onipotente para explicar (e transformar) a história,⁽⁵⁾ é que os fundadores do marxismo haviam deixado explicações incompletas sobre o capitalismo. Pouco discutiram sua organização política e menos ainda uma teoria da ação do proletariado, para só citar alguns vazios. Mais: o capitalismo avançado estava em acelerada mutação e novas realidades econômicas, sociais e políticas surgiram sem que para elas houvesse respostas e mesmo discussões consistentes.

A herança intelectual e política dos fundadores entrava em contato com estas novas realidades, e “o marxismo” concretamente passou a ser o resultado de distintas leituras e das correspondentes aplicações da obra de Marx/Engels a estas realidades mutáveis. Deixava de existir, apesar dos esforços de manutenção da ortodoxia, um marxismo. O processo de mundialização do marxismo implicava o surgimento de marxismos.

Muitos conhecem a famosa polêmica que agitou no final do século XIX a social-democracia alemã (e, através dela, a de todo o mundo) entre Bernstein e Rosa Luxemburgo.

O primeiro fez um forte ataque às teses de Marx sobre a tendência à pauperização absoluta da classe operária e à desaparecimento das classes médias, ao mesmo tempo em que criticava a idéia de que a revolução seria o resultado das contradições insolúveis do modo de produção capitalista. Em decorrência, ele advogava uma estratégia operária fundada na conquista de reformas sucessivas nos marcos do capitalismo, que desembocasse em uma sociedade nova sem a necessidade de uma ruptura revolucionária.

Rosa criticou Bernstein, centrando seus ataques na ilusão deste sobre as possibilidades de autotransformação do capitalismo. O socialismo seria obra da classe trabalhadora, mas sua viabilidade estava inscrita na impossibilidade de o capitalismo evitar sua própria bancarrota.

Esta visão economicista do capitalismo e de suas possibilidades de transformação acabou por revelar-se uma matriz comum de toda a social-democracia. Era compartilhada pelos setores revolucionários, que advogavam a tomada violenta do poder e pelos reformistas, que defendiam as conquistas por meios pacíficos e que não aceitavam explicitamente as teses de Bernstein.

Reformistas e revolucionários, fixando-se em objetivos distintos, partiam, no entanto, do mesmo suposto: havia “leis científicas” do desenvolvimento capitalista. Uma

“necessidade histórica” impelia o proletariado em determinada direção. O socialismo era uma ciência. O que diferenciava uns dos outros eram os métodos e os ritmos.

A partir da crise desencadeada com a posição assumida pela maioria social-democrata em 1914, desenvolveu-se entre os revolucionários, sobretudo os russos, uma tendência a radicalizar a análise sobre o papel destes condicionantes históricos.

Contra o evolucionismo moderado que dominava a social-democracia, depois de 1914, desenvolveu-se uma corrente voluntarista a partir da idéia de que o capitalismo vivia sua crise geral e terminal.

Já que as condições objetivas para a revolução estavam reunidas, restava apenas possuir uma direção política capaz de potencializá-las. Bastava criar as condições subjetivas: novos partidos políticos e uma nova Internacional. Mas o argumento aqui gira em torno de si mesmo.

Como separar de forma tão radical condições objetivas das subjetivas?

O elemento subjetivo – a social-democracia – era o resultado da expansão do capitalismo (elemento objetivo). O próprio Lenin abraçou esta tese quando formulou sua teoria sobre a “aristocracia operária”. Nela, como vimos, ele admitiu que a direção do movimento operário podia ser corrompida pelo próprio inimigo burguês, a ponto de fazer a política deste.

Mas se somente o partido de vanguarda era capaz de operar no proletariado a transformação de sua consciência espontânea (reformista) em consciência de classe (revolucionária), pela fusão da teoria revolucionária com a dinâmica das lutas dos trabalhadores, como explicar que fora justamente o partido mais preparado intelectualmente (o SPD) que se deixara “corromper”?

DIVISOR DE ÁGUAS

Com a conquista do poder pelos bolchevistas, em outubro de 1917, consumou-se a divisão do movimento operário e socialista internacionais.

A partir daí a expressão *social-democrata* passou a ter, para parte das esquerdas, uma conotação pejorativa, um sinônimo de conciliação com a burguesia e de traição à causa operária.

A Internacional Comunista, fundada em 1919, afirmava que a revolução estava na ordem-do-dia. Faltava apenas um partido com vontade política para dirigir as massas que se levantavam contra seus opressores. O capitalismo, dizia, agonizava e somente sobreviveria se direções traidoras lhe desse trégua. A revolução passava pela constituição de organismos de duplo poder na sociedade, segundo a lição dos soviets russos, e devia desembocar na ditadura do proletariado, forma superior de democracia, radicalmente distinta das “democracias burguesas” existentes no Ocidente.

A derrota das breves experiências soviéticas na Hungria e na Finlândia, o fracasso das primeiras tentativas insurrecionais na Alemanha, a contenção do avanço das tropas do

Exército Vermelho sobre Varsóvia e, principalmente, as enormes dificuldades internas que enfrentaram os soviéticos, determinaram o arquivamento dos planos de uma imediata e generalizada revolução na Europa. A vaga desencadeada pelo Outubro soviético havia passado. Produzia-se um refluxo (“temporário”) que aconselhava uma política moderada e uma aproximação com a social-democracia.

Mas a tática de Frente Única, como ficou conhecida esta nova orientação da Internacional Comunista, fracassou sobretudo naquele que seria o “laboratório” privilegiado de toda política operária e socialista: a Alemanha.

Não cabe nesta reconstituição sumária e esquemática analisar em detalhe este período e apurar as responsabilidades dos principais atores deste verdadeiro drama histórico.

Aos bolchevistas vale a crítica por suas tentativas de generalizar a experiência soviética, a partir de uma apreciação discutível – teórica e empiricamente falando – da economia mundial, sem levar em conta a situação concreta e as tradições do movimento operário em outros países, sobretudo na Europa Ocidental.

É possível – ainda que discutível – que na Rússia os valores da democracia representativa, que muitos chamavam (impropriamente) de “burguesa”, não tivessem grande significação para as massas. Afinal, os trabalhadores haviam, por duas vezes (1905 e 1917), desenvolvido esta original experiência dos soviets, fora dos marcos institucionais vigentes no Ocidente. Mas a verdade é que a ditadura do proletariado, em nome da qual se dissolveu a Assembléia Constituinte eleita em 1917, e onde os bolchevistas ficaram em minoria, não teve existência real. Os soviets rapidamente deixaram de existir, os partidos foram sendo sucessivamente suprimidos e, a pouco andar, a Rússia se transformara em ditadura de um partido. A oposição que existiu não foi entre democracia representativa e ditadura do proletariado, mas entre aquela e a ditadura do partido.

Mesmo considerando as enormes limitações da democracia nos países capitalistas da Europa Ocidental, que não haviam chegado naquele momento sequer a realizar plenamente as reformas liberais, não se pode desconhecer as conquistas políticas que os trabalhadores haviam obtido no marco das instituições vigentes.

Na polêmica de Lenin com Kautsky sobre a democracia e a ditadura do proletariado se opõem duas avaliações distintas da significação da democracia para os trabalhadores. Aqueles valores que os bolchevistas e a Internacional Comunista consideravam como instrumentos para enganar os trabalhadores (o sufrágio universal, por exemplo), em realidade haviam sido conquistas duramente arrancadas às classes dominantes. Uma vez conseguidas, elas permitiram aos trabalhadores ocupar um lugar distinto na sociedade. Os direitos à sindicalização, à greve, à liberdade de imprensa e organização partidária, isto é, o acesso à cidadania, além de conquistas materiais (inexistentes na Rússia czarista), configuravam um conjunto de valores caros ao Ocidente e haviam sido fundamentais para a classe operária constituir sua identidade.

Contra a social-democracia pesavam, no entanto, duríssimas acusações. Em primeiro lugar, sua atitude frente à Guerra Mundial, cujo preço foi pago essencialmente pelos trabalhadores, a grande maioria dos que morreram ou foram mutilados nos campos de batalha.

É claro que a política da maioria dos partidos social-democratas não pode ser sumariamente julgada através de categorias como “traição”, “capitulação diante da burguesia” etc. Ainda que tudo isso tenha existido e provocasse (e até hoje possa provocar) indignação, o problema fundamental é o de saber por que uma força operária da importância do SPD (mas também outros partidos socialistas) não foi capaz de conduzir o proletariado em uma direção, mesmo que não necessariamente aquela seguida pelos bolchevistas na Rússia. Trata-se, sobretudo, de examinar que antecedentes havia na política social-democrata que conduziram ao trágico desfecho de 1914. É evidente que este problema não pode historicamente ser capitulado simplesmente como um ‘erro político’, um acidente de percurso.

Da mesma forma, a política do SPD no imediato pós-1ª Guerra parece ter sido mais dominada pelo temor que lhe inspiravam os revolucionários espartaquistas do que por um compromisso com as transformações sociais que se abriam para a Alemanha com a *débâcle* do Império, em consequência da derrota militar. Vacilando, inclusive em seu compromisso com a República, a social-democracia mergulhou numa tortuosa política de colaboração com o conservadorismo. O episódio do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e, dias mais tarde, de Leo Jogisches é emblemático. Ele criou um litígio entre comunistas e socialistas que pesou de forma decisiva sobre as relações futuras de ambas as forças, como bem observou Hannah Arendt.⁽⁶⁾

QUESTÕES MAIS ATUAIS

Nos meses que se seguiram ao fim da 2ª Guerra Mundial, subsistiu a ilusão de que o movimento operário e socialista ingressaria em uma nova etapa.

Mas a bipolaridade do período da “guerra fria”, a partir de 1947, fez com que se rompessem as alianças constituídas pelo mundo afora nos marcos de governos reformistas de “união nacional”, nos quais predominava a união socialista-comunista.

Não foi a questão da “reforma” ou da “revolução” que produziu esta ruptura, mas antes a forma pela qual incidiram sobre os partidos operários os interesses das duas grandes potências vencedoras da guerra: URSS e Estados Unidos.

Os PCs do Ocidente entraram em um novo período de isolamento, de um marcado sectarismo pró-soviético, enquanto nos partidos social-democratas começavam a acontecer dois movimentos: o abandono de qualquer veleidade doutrinária que pudesse ser associada à herança marxista e revolucionária e a definição de uma estratégia de governo a partir da qual viriam a ser aplicadas, sobretudo na Europa, políticas de *welfare state*, o Estado de bem-estar. Para a social-democracia alemã, esta dinâmica culminaria na adoção do Programa de Bad Godsberg, aprovado pelo SPD em 1959.

O balanço deste período, no qual se dão os primeiros passos para a construção de uma Europa unida, tem sido até aqui dominado por discussões ideologizadas de ambos os lados.

Os social-democratas insistem em destacar seu papel na reconstrução econômica de uma Europa devastada pela guerra, na conquista de melhorias consideráveis para as classes trabalhadoras e na ampliação da democracia política.

Seus críticos denunciam os custos sociais e políticos da reconstrução: a subordinação aos interesses da grande burguesia monopólica, a integração política e militar com os Estados Unidos. A política de distribuição de renda – prosseguem – poderia Ter-se implementado de forma mais radical. Não foram eliminados bolsões de pobreza como aqueles representados pelos trabalhadores imigrantes. Em alguns países – como na França, por exemplo –, a social-democracia aparece associada a aventuras coloniais. As reformas ocorreram, conclui-se, porque a própria burguesia europeia deu-se conta, desde o fim da 2ª Guerra, de que teria de fazer “sacrifícios”, sob pena de que novas áreas do mundo fossem ganhas para o campo socialista.

Mais contemporaneamente, os social-democratas se referem ao desmoronamento do Leste Europeu e à crise da URSS, como sinais da superioridade do modelo de economia, sociedade e Estado que construíram na Europa Ocidental sobre aquele do “socialismo real”.

Em apoio a suas teses mencionam o fracasso das economias estatal-burocráticas do Leste e o colapso dos regimes ditatoriais que foram derrubados e/ou estão sofrendo radicais transformações. Criticam a degradação ambiental provocada pelos governos destes países, o declínio da qualidade de vida e o sufocamento da vida cultural.

A social-democracia europeia, no entanto, não tem como ocultar suas dificuldades na atual conjuntura. Amarga um prolongado período de oposição em dois países importantes como a Inglaterra e a Alemanha Federal. No primeiro assistiu a uma poderosa ofensiva liberal que corroe as reformas econômicas e sociais que o *Labour* havia desenvolvido no pós-guerra.

Na Alemanha, seus planos de volta ao governo podem estar comprometidos pela maré conservadora que acompanha o processos de unificação do país.

Em países em que governa, como a França e a Espanha, vê-se muitas vezes na incômoda condição de promover políticas econômicas de combate à inflação que em nada se diferenciam do figurino neoliberal de elevado custo social: desemprego (particularmente na Espanha) e concentração da riqueza (que vem sendo registrada na França). Em muitos países – como na Suécia e na própria Espanha – bases sindicais próximas da social-democracia entram em choque com a orientação do governo. É particularmente agudo o conflito entre a UGT, central sindical próxima dos socialistas, e o governo de Felipe Gonzáles.

AMÉRICA LATINA

É significativo que toda a referência histórica à social-democracia tenha se circunscrito a exemplos europeus. Com efeito, não há registro de experiência social-democrata consistente na América Latina e, particularmente, no Brasil.

O modelo soviético – tanto como projeto de tomada do poder, como via de desenvolvimento econômico e social – exerceu durante um certo período uma atração maior no continente. Isto se expressa menos na existência de Partidos Comunistas (salvo exceções, com pequena influência) do que na forte presença de uma ideologia difusa na esquerda, que enfatiza a conquista do poder através de meios insurrecionais, numa visão instrumental da democracia e em um modelo de economia fortemente centralizado e estatal. É óbvio que os

êxitos que a União Soviética teve – pelo menos no início de sua história – em superar o “subdesenvolvimento”, em realizar um complexo projeto de industrialização, acabariam por exercer um grande fascínio sobre a intelectualidade revolucionária de países que se sentiam muito mais identificados historicamente com a atrasada e autocrática Rússia czarista, do que com as democracias capitalistas da Europa Ocidental.

Razões sociológicas e de cultura política acabaram por aproximar mais as vanguardas revolucionárias da América Latina do paradigma soviético, (em sua versão maoísta, guevarista e outras) do que do modelo social-democrata.

Alguns poderão argumentar que a América Latina viveu importantes experiências social-democratas, como o peronismo na Argentina, o getulismo no Brasil, o battlismo no Uruguai, o aprismo no Peru etc. Enfim, todos os fenômenos que a sociologia política batizou de *populismo* não seriam outra coisa que experiências social-democratas *sui generis*.

Os próprios protagonistas destes movimentos parecem estar convencidos do argumento. Muitos são os peronistas que se consideram social-democratas e que buscam uma aproximação com a Internacional. O PDT, no Brasil, que reivindica a herança de Getúlio, qualifica o varguismo como experiência social-democrata e está filiado à Internacional Socialista. O mesmo ocorre com o Apra peruano, também filiado à IS.

Sem entrar em uma discussão conceitual, não parece haver evidências que permitam historicamente assimilar os fenômenos políticos anteriormente mencionados à social-democracia.

Esta supõe, na sua origem, uma forte presença operária industrial na sociedade, que se desdobra em um poderoso movimento sindical, provocando, depois, a formação de um partido. Estas condições não estavam reunidas em nenhum dos países latino-americanos nos anos em que as experiências citadas se desenvolveram, quando a classe operária era amplamente minoritária.

A expansão da industrialização não acarretou um incremento crescente e orgânico das correntes populistas, mas seu estancamento ou retração. O caso argentino, onde é indiscutível a vigência até hoje do peronismo, é a exceção que confirma a regra. Há que se reconhecer, no entanto, que a força do peronismo se explica pelo fato de este movimento constituir uma verdadeira cultura de resistência das classes trabalhadoras argentinas, frente às vicissitudes políticas que estas vivem desde os anos 50.

A proposta social-democrata, em sua origem, e, ao menos, em sua retórica, durante décadas, foi um projeto classista. O discurso e a prática populistas sempre advogaram abertamente a colaboração de classes, fundamental para seu projeto nacionalista-desenvolvimentista. O elemento chave desta colaboração foi o Estado. O populismo privilegia o conflito nação x imperialismo, negando a contradição capital x trabalho.

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

No Brasil não se pode falar de uma tradição social-democrata. Multiplicaram-se partidos socialistas de vida curtíssima durante a Primeira República, sem que se tenha

constituído uma organização nacional expressiva, como ocorreu na Argentina, no Uruguai ou no Chile, para só citar três casos.

O Partido Socialista Brasileiro, surgido na “redemocratização”, em 1945, apesar de ter abrigado intelectuais expressivos da esquerda brasileira, teve pequena significação social e política e jamais poderia ser confundido com os PS europeus. O mesmo se pode dizer em relação ao PSB, resultante da reforma partidária dos anos 80.

A formação do Partido Comunista – contrariamente ao que ocorreu em quase todo o mundo, inclusive nos três países antes citados – não resultou de cisão do Partido Socialista. A maioria esmagadora dos que ajudaram a formar o PCB vinha do anarco-sindicalismo, especialmente seu primeiro grupo dirigente. Nos anos 30, o PC recebeu um importante contingente de civis e militares influenciados por visões reformistas e autoritárias da sociedade brasileira.

Competindo com o PC, além dos anarquistas, existiam correntes reformistas, muito dependentes dos favores do Estado, que dificilmente poderiam ser assimiladas à social-democracia.

Estas ganharam importância depois de 1930, quando ocorreu o enquadramento do movimento sindical autônomo que existia até então. É importante sublinhar que as novas formas de organização sindical das classes trabalhadoras, a partir dos anos 30, longe de serem a expressão de lutas vitoriosas do movimento operário, foram, antes, a consequência de importantes derrotas que ele sofreu no limiar do Estado Novo e logo depois de 1937. A política seguida pelo Partido Comunista no imediato pós-2ª Guerra e, posteriormente, em fins dos anos 50, até o Golpe de Estado, ao invés de constituir uma nova alternativa operária e popular no Brasil, somente reforçou o projeto varguista, tornando-o mais vulnerável, como se pôde constatar em 1964.

Não se pretende negar as reformas que o getulismo proporcionou ao movimento operário, ainda que a contrapartida delas fosse o enquadramento dos sindicatos no modelo corporativo de inspiração fascista e, logo, sua perda de autonomia. O que se está simplesmente ressaltando aqui é o abismo existente entre o varguismo e a social-democracia.

Esta como forma de consciência de classe dos trabalhadores, permitiu-lhes não só o acesso a importantes vantagens materiais como uma presença relativamente autônoma na sociedade e a conquista da cidadania a partir de suas próprias lutas e de suas formas de organização sindical e partidária.

O varguismo foi uma operação de cooptação do movimento operário – construída a partir da derrota de seus setores mais combativos – seguida de seu enquadramento nas estruturas do Estado e da outorga de algumas benesses próprias de um *welfare state*.

As experiências da social-democracia têm como cenário a democracia representativa, que se amplia e radicaliza com a intervenção do movimento operário. O varguismo se desenvolveu em períodos democráticos (1934-35 e 1951-54), mas a maior parte do tempo sob regime ditatorial aberto (1930-34 e 1937-45) ou disfarçado (1935-37).

No Brasil, é possível que a conjuntura mais semelhante à do surgimento da social-democracia europeia seja aquela de fins dos anos 70, quando emerge o fenômeno do novo *sindicalismo* e, na esteira dele, o Partido dos Trabalhadores.

PT SOCIAL-DEMOCRATA?

A tentação de associar o nascimento do PR à formação da social-democracia europeia tem sido, como se viu, freqüente. Resultado da constituição de um movimento sindical autônomo, classista, instalado nos setores mais modernos da indústria brasileira, o PT foi capaz, igualmente, de atrair para suas fileiras, como a social-democracia o fizera décadas antes, amplos segmentos de assalariados, intelectuais e setores populares. Em seu programa – onde o socialismo é reivindicado – dá-se ênfase especial às conquistas das classes trabalhadoras, explicitadas em um conjunto de reformas econômicas e sociais a serem desenvolvidas nos marcos de uma efetiva democratização da sociedade brasileira.

Distintamente da social-democracia, no entanto, o PT não reivindica uma filiação doutrinária, marxista ou de qualquer outro tipo. Ao contrário, afirma seu pluralismo ideológico, ou o seu caráter “laico”.

Ainda em suas formulações iniciais, o partido assumiu claramente sua distância em relação tanto ao “socialismo burocrático”, dos partidos comunistas, como em relação à social-democracia. Esta posição é reiterada no documento *O socialismo petista*.

Desta recusa de filiação doutrinária e de ligação com as correntes históricas da esquerda neste século, surge a tese de que o socialismo petista é processual, isto é, define seu conteúdo a partir da própria dinâmica das lutas dos trabalhadores e da consciência que eles ganham em suas experiências cotidianas.

Mas estas declarações seriam suficientes? Por trás desta preocupação de independência não haveria um esforço retórico de encobrir uma filiação a uma das duas correntes negadas em seus documentos?

O PT não seria um partido social-democrata envergonhado? Ou um PC enrustido? “O último partido comunista”, sem sabê-lo, como afirmam muitos de seus críticos?

Os argumentos, mesmo sendo superficialmente defendidos, têm de ser enfrentados.

O fato de ter surgido em um país cujo campo cultural da esquerda era dominado pelo PC (em concubinato com o populismo), de abrigar em suas fileiras, e mesmo nas direções, muito ex-militantes formados na escola das organizações comunistas, e de conviver em seu interior com grupos e tendências de inspiração leninista e/ou trotskista, contribuiu para que o PT pensasse muitos de seus problemas através desta cultura política até então hegemônica e da qual ele procurou dissociar-se já em sua fundação.⁽⁷⁾

Esta impressão se reforça cada vez que a voz ruidosa de alguns grupos e tendências existentes no PT se faz ouvir mais do que a do próprio partido, produzindo uma cacofonia comprometedora. Reforça-se, também, sempre que o discurso petista aparece excessivamente estatistas ou complacente com algumas experiências do socialismo real.

A *contrario sensu*, cada vez que os dirigentes do PT (ou da CUT) admitiram sua disposição de participar de negociações com o patronato ou com o governo, ou foram confrontados com responsabilidades governamentais, ou se manifestam sobre problemas do socialismo e da democracia com maior liberdade (ver a recente entrevista de Francisco Weffort à *Folha de S. Paulo*), não faltou quem prognosticasse uma “virada social-democrata” do partido.

Não é o caso de analisar esmiuçadamente cada um desses argumentos e subargumentos. Mais importante é expor algumas circunstâncias que cercam a formação do PT e ver em que medida elas podem ajudar na compreensão do problema. Não se trata de saber se o PT é (ou será) social-democrata ou comunista, porém de avançar na definição da natureza deste partido cuja originalidade pode escapar a muitos brasileiros, mas seguramente não a observadores estrangeiros.

De tanto ler e ouvir, todos sabem que a história só se repete como farsa. Como esperar, assim, que quase um século após, uma força sindical e política como o PT tivesse de refazer o caminho da social-democracia ou do bolchevismo?

Não é o caso, aqui, de exigir dos analistas do PT um pouco da “modernidade” que os fascina tanto.

Socialista, sem querer confundir-se com comunismo e com a social-democracia, o PT enfrentou desde o início uma dificuldade que até hoje não está resolvida: qual socialismo?

Quando, em uma de suas mais famosas *boutades*, ao ser perguntado se era comunista ou social-democrata, Lula respondeu que era “torneiro mecânico”, ele expressou de forma jocosa, mas ao mesmo tempo significativa, as dificuldades e as virtudes da definição socialista petista.

Em primeiro lugar, reiterava a distância em relação a alternativas que representavam um passado com o qual o PT não queria comprometer-se. Em segundo lugar, sublinhava metafóricamente que importava menos sua definição ideológico-doutrinária e mais sua condição operária, o que é relevante em um país sem tradição proletária de esquerda. E, por último, apontava para o fato de que as definições políticas do partido estavam grandemente condicionadas por sua base social e que esta noção processual de socialismo se vinculava às experiências de luta dos trabalhadores.

Desde seus documentos iniciais, o PT afirmou que o socialismo não é apenas um horizonte longínquo a ser buscado e atingido, mas algo a ser construído e que se incorpora na dimensão cotidiana das lutas.

O movimento operário, que foi e é o principal componente social do partido, forjou-se desenvolvendo articuladamente três tipos de lutas que apresentavam conteúdos anticapitalistas: contra o arrocho; pela autonomia e liberdade sindical; e contra a organização do processo de trabalho e a disciplina patronal nas empresas.

Os componentes sociais que aderiram ao PT e participaram de sua construção – operários fabris e trabalhadores de áreas de serviços, camponeses e trabalhadores rurais,

profissionais liberais e técnicos assalariados, pobres das periferias urbanas – garantiram um programa que transcendia as reivindicações operárias.

Os componentes políticos – ex-militantes de organizações de esquerda, grupos e partidos de extrema-esquerda, católicos ligados às igrejas progressistas, vinculadas à luta pelos direitos humanos, setores mais radicalizados da oposição democrática – permitiram que o partido ampliasse seu conceito de democracia mais além de uma simples volta ao Estado de Direito. Eles incorporaram temas fundamentais para a renovação da cultura política de esquerda, que apontam para uma compreensão maior dos processos de exploração e dominação e, por consequência, ampliam o espectro das lutas pela democracia.

Há, no entanto, outro elemento fundamental para sublinhar a especificidade do projeto subjacente à formação do Partido dos Trabalhadores: a crise do socialismo como projeto e como realidade.

Nacionalmente, as esquerdas brasileiras estavam exauridas. As forças mais tradicionais, sobretudo os partidos comunistas e o nacional-populismo tinham pequena expressão social e diminuta presença nos setores fundamentais da sociedade, além de demonstrar escassa capacidade de elaboração teórico-política.

A esquerda revolucionária, como a outra, fora muito golpeada pela repressão nos anos 70 e se encontrava atomizada. Encontrava-se mergulhada em um debate estéril com a velha esquerda e digladiava-se em infundáveis polêmicas doutrinárias.

Internacionalmente, sobretudo a partir da revolução política na Polônia, desencadeava-se uma nova etapa da crise do socialismo real que culminaria com as profundas transformações que marearam a URSS e o Leste Europeu neste final de década.

A contemporaneidade das experiências do PT no Brasil e do Solidariedade na Polônia permitiu aos militantes do partido, sobretudo aos de origem operária, desenvolver uma crítica radical do sistema político vigente nos países do chamado socialismo real. Chamou a atenção, principalmente, para o problema das relações socialismo-democracia e para a existência de valores democráticos que transcendiam formas específicas de organização política da sociedade, como, por exemplo, a liberdade e a autonomia sindicais, o pluralismo político, a liberdade de imprensa e de manifestação, o respeito aos direitos humanos etc. Em contextos históricos distintos, os trabalhadores poloneses e brasileiros enfrentavam o mesmo tipo de problemas com suas respectivas ditaduras.

Com isso associavam-se definitivamente no discurso petista as noções de socialismo e democracia.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Esta é uma problemática familiar para o PT, pois o partido constituiu seu espaço de intervenção social e política lutando pela democracia e nesta luta foi tecendo uma teia de relações entre ela e o socialismo, o que nem sempre ficou visível até porque muitas vezes não foi suficientemente refletido.

Ao definir sua intervenção na vida política brasileira como de “acumulação de forças” e ao definir um programa de reformas qualificado de “democrático-popular”, o PT resolveu um problema e deixou em aberto outros.

A acumulação de forças e o programa democrático-popular chamavam a atenção para o fato de que o socialismo não era o objetivo imediato do partido. Isso é óbvio, pois somente cabeças muito acaloradas poderiam imaginar que o socialismo se colocava como questão de atualidade imediata. Até aí, porém, o PT não se diferenciava dos partidos comunistas, por exemplo.

A questão mais de fundo está na forma pela qual se articulam a luta por este programa democrático-popular com os objetivos socialistas. Aqui a discussão com a social-democracia e a pergunta sobre as perspectivas de sua vigência em países como o Brasil assumem uma considerável importância.

Desde sua matriz bernsteniana, a social-democracia associou a mudança social e política às reformas parciais do capitalismo. Sobre este ponto registram-se duas posições.

Uma, mais “à esquerda”, segundo a qual as reformas teriam um caráter cumulativo e terminariam levando ao socialismo, pensado como regime qualitativamente distinto. A política de nacionalizações desempenharia um papel fundamental neste modelo. Esta posição social-democrata foi em grande medida também assumida dos partidos comunistas, tanto nos países capitalistas avançados, como, e sobretudo, nos países subdesenvolvidos.

Outra, mais “à direita” e, talvez, mais fiel a Bernstein, para a qual não havia uma diferença qualitativa entre capitalismo e socialismo. O socialismo passava a ser o próprio movimento pelas reformas. Com a crise teórica e prática do “socialismo real”, esta tese ganhou muitos adeptos.

A questão é fundamental para discussão estratégica da esquerda, para ficar fiel à linguagem de inspiração militar do leninismo. A melhor maneira de abordá-la não é discutindo a tese geral, em abstrato, mas examinando-a no contexto brasileiro.

A pergunta, central para a social-democracia, sobre se as reformas têm efeito cumulativo e abrem o caminho para mudanças qualitativas (“revolucionárias”) na sociedade merece uma resposta cuidadosa.

Lula muitas vezes escandalizou a esquerda petista quando disse que, para ele, revolução no Brasil era toda a população tomar café da manhã, almoçar e jantar. Ou, ir à escola. Ou ter uma moradia minimamente decente. Ou poder ser atendida com eficiência e dignidade em um hospital público. Ou finalmente, ter uma parcela de terra para poder plantar e viver em seu estado.

“Revolução? Mas isso são só reformas!”, bradará um indignado guardião da doutrina. *É vero*. Mas que significa consegui-las?

Basicamente um agudo processo de lutas sociais: o simples desenho de uma estratégia que permita viabilizar cada uma destas “pequenezas” mostra os obstáculos existentes na sociedade brasileira, constituídos por sólidos interesses que se ramificam pelo

conjunto das classes dominantes que extravasam em muito qualquer “racionalidade” econômica.

A questão propõe uma rearticulação da luta pela democracia política com a democracia social e destas duas com o socialismo. Há muitos anos esta é uma discussão importante para setores da social-democracia, e passa a sê-lo igualmente para as esquerdas engajadas nos processos de transformação nos países do “socialismo real”.

O “formalismo” da democracia é justamente criticado quando ele se revela incapaz de dar-se uma dimensão social. Isto ocorre sempre que o princípio abstrato da liberdade se sobrepõe à necessidade de uma igualdade concreta e, é bom não esquecer, ao da fraternidade.

Mas esta reivindicação da democracia social não se pode fazer à margem da democracia política, ou, como pretendem alguns, contra ela, ainda que os conflitos sejam previsíveis neste terreno.

A democracia política não pode ser entendida apenas como um meio de chegar-se à democracia social, a uma posição melhor de luta por ela.

A democracia política é um fim em si. Um valor estratégico e permanente. Se esta tese é social-democrata, paciência: sejamos social-democratas.

Mas não é um problema doutrinário que está em jogo e sim questões políticas fundamentais. A luta pelo socialismo – para conduzir ao socialismo e não a estes mostrengos que desabaram no Leste Europeu, nem a sociedades desiguais governadas por partidos socialistas – tem que levar em conta o potencial político-revolucionário das reformas sociais e tirar as conseqüências disto no plano da luta pelo poder.

Um dos avanços do PT é abandonar a idéia do poder como um lugar a ser tomado e reformado (proposta social-democrata) ou tomado, destruído e reconstruído (proposta revolucionária clássica).

Esta inovação, pelo menos para o debate político brasileiro, tem de ser aprofundada, sob pena de, aí sim, o PT sucumbir a uma das teses mencionadas e das quais se distanciou.

O poder é algo a ser construído e é fundamental captar a complexidade das tarefas que decorrem deste propósito.

Não se pode reduzir esta frase a sua leitura reformista: construir o novo gradualmente dentro do velho até que, clic...

Não se pode, tampouco, transformar esta tese em uma versão da estratégia de “duplo poder”. Construir agora o poder popular e levá-lo a um enfrentamento com o “poder burguês”. Nem mesmo o Governo Paralelo, criado pelo PT este ano, escapou desta interpretação bolchevista. A julgar por algumas leituras que foram feitas dessa iniciativa, ela se transformou em uma espécie de Estado Maior alternativo que sinalizaria a ilegitimidade do poder atual e estaria pronto para substituí-lo tão logo a “correlação de forças permita” ...

Articulando a luta pela democracia política com a luta pela democracia social, o PT busca dar atualidade ao socialismo e tirá-lo do campo da pura utopia. Esta articulação se desdobra em uma intervenção que recobre múltiplos espaços no plano social e no plano institucional, sabendo que estes dois domínios não são estanques e se interpenetram todo o tempo.

No plano social, o grande desafio que se coloca para o PT é o da organização dos explorados e oprimidos e do combate, onde a organização já existe, das tendências corporativas que atingem o movimento sindical.

A questão da organização da sociedade é vital, sobretudo se se tem em conta que vastos setores de trabalhadores e desocupados – os “descamisados” de Collor – têm sido a base social, e não só eleitoral, de projetos autoritários de todos os tipos.

Organizar exige mais do que voluntarismo e supõe um trabalho de *invenção política, que renova radicalmente os métodos de intervenção social e a linguagem da esquerda*. Exige igualmente um conhecimento mais profundo da sociedade, particularmente das representações que estes milhões de brasileiros têm de sua condição social e de suas perspectivas de mudança.

No plano institucional, o PT deve assumir decididamente um projeto de reforma e democratização do Estado.

Isto significa combater ação dos grupos privados, dos oligopólios, cartéis e cartórios que, a despeito da fraseologia liberal da burguesia brasileira, sugam o Estado e o colocam a reboque de seus interesses particulares.

Neste sentido, o partido deve assumir sem medo uma postura republicana, de defesa da *res publica*, da coisa pública, buscando com esta luta uma eficácia imediata – a de colocar os recursos públicos a serviço do povo dando a este movimento uma significação pedagógica. Nada melhor do que este tipo de ação para provar como o Estado está a serviço das classes dominantes e não é um instrumento de conciliação social, como pretende a ideologia dominante.

A reforma do Estado não passa por soluções tecnocráticas e gerenciais, que o façam semelhante à “eficiente” empresa capitalista, nem se resume ao combate à burocracia, entendida apenas como uma camarilha de ociosos ou aproveitadores que se encastelaram na máquina administrativa. Ela é antes de tudo um processo político de democratização da coisa pública, o que supõe o desenvolvimento de múltiplos mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado e suas empresas, através das organizações sociais, do Parlamento etc.

Para construir seu projeto de transformação socialista do Brasil, o PT precisa escapar do dilema bolchevismo x social-democracia. Para tanto, necessita despir-se de preconceitos que dominaram a esquerda durante décadas e que produzem hoje, em meio à crise por que passa a idéia de socialismo, efeitos opostos porém simétricos: de um lado, a defesa intransigente da ortodoxia, como se nada houvesse ocorrido; de outro, o abandono da noção de socialismo em proveito de um (neo)liberalismo que nem mesmo os (neo)liberais praticam.

O PT não tem que deixar de ser “radical”, somente porque isto arranha os ouvidos daqueles que nunca tiveram compromisso efetivo com qualquer mudança neste país. Mas ele não tem que ser complacente com idéias e práticas que, em nome do socialismo, só afastaram as esquerdas das massas pelo seu conteúdo e formas elitistas e autoritárias.

A escolha de seus interlocutores nacionais e internacionais está vinculada a esta preocupação de construir um projeto socialista para o Brasil levando em conta as ricas, e às vezes dramáticas, experiências do socialismo internacional. Abre-se fundamentalmente para uma nova esquerda que se constitui (ou se reconstrói) politicamente na América Latina e que enfrenta vicissitudes semelhantes às nossas. Com ela, se dispõe a construir um novo caminho no continente, como ficou evidente no Encontro de São Paulo, em julho último.

Dialoga, sem preconceitos, com a social-democracia, e com as expressões do comunismo renovado que se manifestam em países como a Itália ou mesmo no Leste Europeu.

Colabora, ainda, com forças alternativas, como os verdes alemães, o *SOS Racisme* da França e outros movimentos que buscam saídas originais para a crise da esquerda, a partir da luta por objetivos que têm a capacidade de questionar modelos e propor novas formas de organização social e política.

A “reconstrução” do Leste Europeu se dará em meio a duros embates sociais e políticos, desmentindo a tese de que a luta de classes acabou. A social-democracia destes países (e por extensão a de toda a Europa) será confrontada com a necessidade de impulsionar lutas sociais e políticas nesta região ou perder o controle do processo para os conservadores, como já ocorreu.

Da mesma forma, a aplicação dos programas de ajuste em quase toda a América Latina colocará a esquerda mundial diante do desafio de oferecer um programa de reformas que compatibilize o combate a problemas emergenciais graves, como a inflação, com a necessidade inadiável de resolver questões estruturais com as quais não é mais possível conviver: a miséria, a fome, o analfabetismo etc.

O mundo não assiste ao fim da história hoje, como pretendem alguns, mas, ao contrário, a uma aceleração sem precedentes desta. É bem possível, no entanto, que se esteja assistindo ao fim de um ciclo na história do socialismo, que tem seu início com a formação da social-democracia e que em boa parte deste século foi dominado pelo conflito entre socialistas e comunistas.

É ilusório pensar que o PT é um fenômeno isolado no mundo. Ele faz parte deste processo da transição da esquerda mundial. Neste sentido, é um partido pós-social-democrata e pós-comunista. Constrói sua identidade não combatendo estas correntes, mas dialogando criticamente com elas, voltado para novos (e velhos) desafios que seus ancestrais não puderam responder.

Radical, de esquerda, socialista e, por esta razão, moderno. Este é o PT. Sem medo de ser feliz.

5. Substrato autêntico do socialismo petista

Nas notas que se seguem, procuraremos determinar o que nos parece seja o substrato autêntico do socialismo petista, considerando que escapa inteira e completamente ao modelo de Marx, como esperamos demonstrar.

O modelo de Marx

No entendimento de Marx, o socialismo era uma decorrência do desenvolvimento daquilo que chamou de “forças produtivas”. É conhecida a famosa fórmula que aparece pela primeira vez em *A Ideologia Alemã* (1845-1846) – e que nunca foi plenamente esclarecida, diga-se de passagem – segundo a qual, a partir de certo nível de expansão das forças produtivas as relações de produção tornam-se obstáculo ao seu ulterior florescimento. O capitalismo levava inexoravelmente à socialização dos processos produtivos, isto é, a maioria incorporava-se a esse processos, tornando-o incompatível com a propriedade privada dos meios de produção. Por isso o socialismo deixava de ser um ideal vago, cultuado por moralistas utópicos, para transformar-se em uma etapa (a última, segundo supunha) da história da humanidade. Coerentemente com tal entendimento, afirmou que a vitória do socialismo tinha que se dar, simultaneamente, no conjunto dos países europeus industrializados.

A experiência histórica sugere que, preservando-se a terminologia marxista, as relações de produção (a forma capitalista de propriedade) não impediu que as forças produtivas continuassem se desenvolvendo. Os processos produtivos foram extremamente modernizados (sistema Taylor e, mais recentemente, a chamada qualidade total, cuja formulação acabada é devida aos japoneses, partindo das teorizações americanas precedentes), do mesmo modo que a própria gestão. Peter Drucker lembrou recentemente que, nos tempos de Marx, não havia a mínima idéia do notável papel que a administração poderia desempenhar. A tecnologia também progrediu sem cessar, bastando mencionar a computação e as comunicações.

De modo que a preservação do modelo de Marx acabaria conduzindo à social-democracia alemã, isto é, ao abandono do projeto da sociedade sem classes (esta sim uma verdadeira utopia), em prol da linha de continuidade no aprimoramento da sociedade capitalista moderna. Aliás, nas recomendações que fizera a Engels, antes de morrer, quanto à continuidade da análise contida em *Capital*, Marx indicara expressamente que era necessário levar em conta (o que não tivera ocasião de fazer) a ação do movimento sindical, que poderia impor inflexões ao modelo de desenvolvimento capitalista que havia prognosticado.

Ao apostar no socialismo cubano ou nicaraguense – socialismo de países atrasados e, portanto dissociado dos aspectos propriamente econômicos da evolução social – os petistas recusam frontalmente tanto o modelo de Marx como os desdobramentos efetivados pela

social-democracia alemã. Temos, portanto, de examinar outros modelos, se queremos identificar a natureza última do socialismo petista.

O modelo Lenin-Trotsky

A primeira mudança no esquema original de Marx seria devida a Lenin. Partindo da doutrina do imperialismo como sendo a última etapa do capitalismo, afirmou a possibilidade da vitória do socialismo em um único país, nesse caso denominado de “elo fraco da cadeia (imperialista)”. A Rússia reunia condições para empreender esse passo mas, sendo uma nação pouco industrializada, a facilidade na realização da revolução tornava-se dificuldade na sua manutenção. Daí o postulado de que o socialismo em um único país, no caso da Rússia, precisaria do apoio de nações industrializadas da Europa para firmar-se e construir efetivamente o novo sistema econômico. Deu-se preferência à Alemanha. Daí a insistência em provocar a revolução soviética naquele país. Lenin morreu sem ver a última parte do sonho concretizada. De certa forma, Trotsky preservaria esse modelo. Mais precisamente: o socialismo dizia respeito às forças produtivas.

Considerando que semelhante ideário atrapalhava a “construção do socialismo” (isto é, a industrialização da Rússia), Stalin liquidou fisicamente seus partidários,. Inclusive o próprio Trotsky.

O modelo Lenin-Trotsky seria, portanto, a preservação do projeto inicial de Marx: a revolução socialista dizia respeito à remoção dos obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas. O socialismo seria concretizado em uma parte da Europa desenvolvida (Alemanha, possivelmente), embora simultaneamente pudesse arrastar a parte atrasada da Europa (a Rússia). Esse modelo não teve conseqüências. Os que vingaram consistiram no social-democrata e no stalinista. De todos os modos, a proposta petista não parece manter vínculos ostensivos com o que seria o modelo Lenin-Trotsky, aqui simplificado e esquematicamente apresentado.

O modelo estalinista

Stalin industrializou a Rússia (não a modernizou, sabemos hoje) e lançou as bases para a constituição de um vasto império, na melhor tradição czarista. Valeu-se da vitória militar contra a Alemanha para ocupar grande parte da Europa. Brejnev não só consolidou essas conquistas como lançou os tentáculos do império aos diversos continentes. Como definir esse modelo de socialismo?

O modelo estalinista de socialismo seria aquele ao qual se acomodou a *nomenklatura* soviética, tendo vigorado sob Brejnev e resistindo aos solavancos devidos a Krushov nos fins dos anos cinquenta e começos dos sessenta. O primeiro (ainda segundo a terminologia marxista) está relacionado à superestrutura. A retórica da ditadura do proletariado deu lugar a uma ditadura pessoal. Essa ditadura repousa em um aparelho repressivo de grande ferocidade e eficácia. Despudoradamente, ressuscitou o princípio do direito inquisitorial, segundo o qual a confissão é prova. Também como na Inquisição, as confissões foram obtidas sob tortura.

O totalitarismo não era entretanto suficiente, havendo um segundo princípio de maior peso: a exigência de fidelidade à União Soviética. Na Europa, recusando a vassalagem, Tito foi expulso da confraria, mas, valendo-se da própria experiência repressiva comunista, manteve a Iugoslávia em sua mãos. O grande cisma seria, contudo, provocado pela China.

E quanto às forças produtivas? É uma questão obscura na literatura marxista produzida pelos soviéticos. Concretamente, o COMECON (órgão de planejamento econômico dos países europeus, que admitia outras adesões) deixa entrever que, no mundo comunista, bastava um país plenamente industrializado. Mantiveram-se as indústrias existentes, na Polônia, na Tchecoslováquia, na Hungria e na Alemanha Oriental. Mas nada além disso. O exemplo do último país, depois da queda do Muro de Berlim, comprova-o à saciedade. Estamos assistindo hoje aos esforços da antiga Alemanha Ocidental para promover ali a verdadeira modernização econômica. Fala-se em investimentos da ordem de US\$ 100 bilhões. Não houve o propósito de industrializar a Bulgária ou a Romênia.

Em termos de discussão teórica, o máximo que ocorreu foi o debate bizantino acerca do “modo de produção asiático” (onde não houve escravagismo nem capitalismo, tendo, portanto, três etapas até o socialismo e não as cinco de praxe, concessão que os burocratas soviéticos incumbidos da discussão teórica nunca se decidiram a fazer). Não deixa de ser estranho que Stalin, tendo praticamente teorizado sobre quase tudo, não se tenha pronunciado sobre essa magna questão.

As revelações de Waack

No livro de William Waack – *Camaradas: nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira de 1935* (São Paulo, Companhia das Letras, 1993) – há uma pista que possivelmente desvenda o mistério. Trata-se de uma figura até então não mencionada, o chinês Van Min, formulador da estratégia seguida na intentona comunista de 35, que se tornou amigo de Stalin e pessoa importante na cúpula soviética, cuja doutrina ajustava-se integralmente ao expansionismo soviético, preservando ao mesmo tempo a aparência de desenvolver a teoria leninista. Em síntese, nas condições do imperialismo e em sua retaguarda, a revolução socialista pode ser impulsionada por uma parcela da burocracia (de preferência militar) aliada ao campesinato. Essa segunda parte nunca chegou a ter importância. O próprio Prestes, imaginando que cindiría o Exército e chegaria ao poder, deixou-a de lado (as instruções recebidas de Moscou, segundo a pesquisa de Waack, compreendiam, além da rebelião militar, uma insurreição camponesa no Nordeste).

Sobre essa (até então) obscura personalidade, Waack diz o seguinte: “Se alguém pudesse pensar que rigidez dogmática e subserviência aos chefes tivessem já atingido o limite do suportável, não conhecia Van Min, pseudônimo de Chen Shao-yu. Seu desempenho como líder revolucionário tinha sido até 1935 dos mais pobres. Era mal informado até mesmo sobre o que se passava em seu próprio país. Acreditava, no final dos anos 20, que o PC chinês controlava o desenvolvimento de uma revolução antifeudal e antiimperialista que já conteria elementos socialistas. Tinha fé também na perspectiva de breve vitória dessa revolução, que colocaria a China no centro da revolução mundial. Os soviets chineses seriam um novo tipo de Estado, seguido da longa e sangrenta luta contra o imperialismo e a burguesia (a revolução chinesa, comandada por Mao Tsé-tung, um irreconciliável inimigo de Van Min, acabou ocorrendo de maneira muito diferente). Estava mal informado também sobre o grau de

deterioração interna dos exércitos do Kuomintang, uma das principais causas das catastróficas derrotas sofridas pelos comunistas chineses.

Em compensação, Van Min falava muito bem russo (além de chinês, francês e um pouco de alemão), fez carreira em Moscou entre 1931 e 1937, tornando-se amigo (se a palavra pode ser utilizada) até mesmo de Stalin. Do ditador soviético, Van Min ouviu a instrução de que a luta contra o trotskismo era a mais importante de todas, e até o final de sua vida seguiu isso à risca. É considerado o responsável pela introdução dos métodos de perseguição stanilistas na China, e o principal articular dos expurgos que terminaram com o fuzilamento ou a prisão de milhares de militantes chineses. Por essa razão, jamais Van Min foi reabilitado pelo PC, chinês” (p. 121). Em uma nota relacionada a esse trecho, acrescenta o seguinte: “Já em 1938 Mao desencadeou uma campanha contra Van Min. Este, por sua vez, tentou liquidar Mao em 1941, enviando a Stalin, pela rede de agentes soviéticos, um telegrama no qual qualificava seu adversário de o ‘pior trotskista de toda China’. Mais tarde tentou convencer a liderança soviética de que Mao queria envenená-lo”.

Há no livro outras indicações sobre o personagem que evidenciam a sua importância: “Consta que um conselho errado de Van Min, o especialista em questões chinesas para a direção soviética, conduziu Nikita Krushov a subestimar o potencial militar chinês, quando Mao rompeu com a URSS, quase jogando os dois gigantes comunistas numa guerra. Van Min teve uma filha, adotada por Dimitrov, e um filho que se tornou um empresário bem-sucedido com o fim do comunismo soviético. Van Min morreu em 1974 e pediu para não ser sepultado no Muro do Kremlin: tinha a esperança de que fosse, mesmo morto, levado de volta à China, mas o PC chinês jamais o reabilitou das críticas feitas por Mao. Van Min introduzira na China a prática stanilista do extermínio da oposição” (p. 345). Indico que, para ser enterrado na muralha do Kremlin, era necessário não apenas ser um alto dignitário do sistema como estar em absoluta sintonia com ele. Krushov, por exemplo, não mereceu essa honra, sendo enterrado em um cemitério comum.

Possivelmente o próprio desenrolar da revolução chinesa há de ter permitido o desenvolvimento do modelo. Os soviets em que apostara Van Min, nos anos vinte, adiante Waack, tiveram sob seu próprio controle parcela ínfima do território chinês, chegando a apenas 3% (150 mil em um total de 4 milhões de quilômetros quadrados). Contudo, Mao “hibernou” durante muitos anos em uma província distante (Yutang) e, com a ajuda dos soviéticos e valendo-se da desagregação produzida no país com a ocupação japonesa, transformou a questão da revolução socialista em um problema de ordem militar. O certo é que o modelo praticado neste pós-guerra, pelos soviéticos, consistiu em apoiar-se em uma facção militar ou da burocracia para tomar o poder e agregar países atrasados à órbita do império. Angola, Moçambique, Etiópia, países atrasadíssimos, tornaram-se automaticamente socialistas com a simples adesão ao império soviético. Há mesmo o caso limite do Iemen (do Sul, com um milhão de habitantes e economia rudimentar, localizado no Oriente Médio) que se proclamou *República Socialista Científica*.

O socialismo petista⁽¹⁾

Como se vê, a classificação como socialista para países como Cuba ou Nicarágua não tem nada a ver com aquilo que a tradição cultural do Ocidente associou ao socialismo, isto é, uma etapa subsequente ao capitalismo (do século XIX), o que aliás foi realizado pelo

próprio capitalismo neste século, como terminaram por reconhecê-lo os social-democratas. A *nomenklatura* soviética transformou aquela denominação num símbolo da adesão ao império soviético. De toda a atuação do COMECON, pode-se inferir que, no conjunto do Império, bastava uma região industrializada (a própria Rússia). Sob essa espécie de socialismo (soviético), o desenvolvimento das forças produtivas (preservando, mais uma vez, a própria terminologia que empregam) circunscreve-se à industrialização. Não há propriamente modernização econômica (gestão de qualidade; minimização do setor manufatureiro; progresso das comunicações; crescimento preferencial dos serviços ligados à educação, ao lazer etc.).

Com a divulgação das *Diretrizes para o Programa de Governo-94*, o PT esclarece plenamente o sentido de sua adesão ao “socialismo” de Cuba.

O documento registra, conforme se pode observar na transcrição precedente, que “a vitória de Lula terá grande impacto internacional sobretudo na América Latina, produzindo previsíveis modificações na correlação de forças do continente”. No modelo econômico a ser implantado pelo governo petista, caso eleito, completamente autárquico e voltado para dentro, como aliás se dava com a União Soviética, será efetuada a “suspensão do pagamento da dívida, promovendo uma auditoria internacional na mesma”. Infere-se do dispositivo subsequente que os agentes econômicos, titulares da dívida, continuarão recolhendo ao Tesouro os recursos correspondentes, pois fala-se na “criação de um fundo para a ciência e tecnologia e investimento na área social”. O objetivo primordial a ser alcançado corresponde à constituição de “um grande mercado interno de massas, estimulando a produção de alimentos, bens de consumo popular, a habitação e o saneamento básico”. Para tanto propõe “romper com a lógica de uma política de exportações, destinada apenas a produzir excedentes utilizáveis para o pagamento da dívida externa o para formar reservas cambiais”. Diz-se em complemento que “os saldos obtidos serão utilizados centralmente” (pelo visto, estatização das importações).

O eixo do documento é conduzir a estatização da economia a extremos até então desconhecidos. Além de manter sob controle estatal as “áreas estratégicas” (petróleo, telecomunicações, mineração, energia elétrica e biotecnologia), o novo governo “reexaminará as privatizações feitas nos três últimos governos e, se for o caso, poderá anulá-las”. Provavelmente os meios de comunicação também serão estatizados, pois fala-se em “atacar diretamente os monopólios”, em particular a Rede Globo. Como a preferência do público por essa última rede não decorre de nenhuma imposição legal, mas da concorrência, a forma de eliminar aquela preferência só pode ser via estatização. Os bancos privados (que correspondem à menor parcela desde que os cerca de cem bancos e instituições financeiras estatais dominam em torno de 60% de todas as operações do Sistema Financeiro Nacional) provavelmente também serão estatizados, pois as Diretrizes do PT mencionam “intervenção e reformas do sistema financeiro”, e “enfrentar o setor financeiro e quebrar o controle dos oligopólios sobre a economia”.

Não deixa de ser curiosa esta diretriz: “Mecanismos de controle da atividade de monopólios e oligopólios, nacionais e internacionais, na perspectiva de romper com seu controle sobre a economia nacional, especialmente em questões como fixação de preços, as relações de trabalho e com as pequenas e médias empresas industriais, agrícolas e de serviços”. Ora, os monopólios conhecidos são só estatais que, estes sim, exercem inquestionável controle sobre a economia do País, respondendo por nunca menos de 65/70%

do patrimônio empresarial e infernizando a vida do resto. Como para o “bom entendedor um pingo é letra”, é óbvio que a ameaça é claramente contra o segmento privado da economia, a menor parcela. Se sobreviver, deve contar com controle de preços, aumentos compulsórios de salários e a grande novidade, que consistirá na fixação dos preços a serem pagos aos fornecedores (supostamente todos passíveis de catalogação, como pequenas e médias empresas).

A socialização do campo também estará assegurada: “assentamento imediato das famílias sem terras acampadas e garantia das condições de sobrevivência até a colheita da primeira safra”. Quem conseguir “acampar” tem assegurado o direito de receber a terra que haja escolhido, não importa a sua condição (pelo menos as *Diretrizes* não inserem qualquer ressalva), e a remuneração pelo “serviço” até que consiga sobreviver como fazendeiro, naturalmente desde logo coletivizado.

O que está mencionado é suficiente para comprovar que se trata de repetir a experiência soviética, proposta que está de fato perfeitamente explicitada nas *Diretrizes*.

As *Diretrizes para o Programa de Governo-94* dizem expressamente que a “vitória nas eleições de 1994 e as experiências de governo consolidarão o PT como referência para os novos movimentos socialistas internacionais”. Ao mesmo tempo, conforme mencionamos, “terá grande impacto internacional, sobretudo na América Latina, produzindo previsíveis modificações na correlação de forças no continente”. Na nova situação, o Brasil deverá não só suspender o pagamento da dívida externa, mas contra ela “desencadear forte movimento... dos países periféricos” e, subsequentemente, impulsionar “projetos de integração especialmente na América Latina”, certos de que “esses projetos não prosperarão nos marcos de economias neoliberais”.

O governo autoproclama-se democrático popular. Democracia popular era a denominação que os soviéticos davam aos governos dos países satélites do Leste Europeu. Formalmente esta era a diferença: a ditadura não se exercia em nome de um partido único. Além do PC, hegemônico, havia agremiações consentidas supostamente para representar setores não estatizados da economia. Provavelmente é isso que a liderança petista tem em vista. A singularidade do caso brasileiro consistiria em que, pelo menos até a chegada ao poder, o processo reveste-se de caráter democrático.

Desde que aceitemos a tese de que o socialismo como foi publicado na União Soviética corresponde a uma virtualidade do patrimonialismo, o programa do PT faz muito sentido. Efetivamente, como o demonstrou Karl Wittfogel (1896-1988), no livro *O despotismo oriental (1957)*, na época da 1ª Guerra Mundial, o Estado czarista estava de posse de 90% da indústria pesada, de um terço da indústria de transformação, detendo ainda nunca menos de 90% da mineração e a posse das estradas de ferro, principal meio de transporte do país. O Banco do Estado era autêntico Banco Central de todo o sistema de crédito russo. A seu ver a Rússia não alcançou um patamar socialista inicial para depois regredir ao velho despotismo czarista. Ao contrário, a nova elite burocrática logo conquistou posições de domínio sobre a sociedade ainda mais forte que a burocracia czarista.

No Brasil, herdamos o Estado Patrimonial lusitano que, desde Pombal, isto é, desde a segunda metade do século XVIII, adotou um componente modernizador, ainda que unilateralmente, porquanto acabaria reduzindo-se à industrialização e desinteressando-se da incorporação das instituições do sistema representativo, que são o resultado mais significativo

da Época Moderna. Este projeto foi assumindo feição cada vez mais acabada desde Vargas, sendo de certa forma implantado pelos governos militares. Trata-se, portanto, de uma tradição cultural solidamente plantada em nosso meio, correspondendo a uma grande ilusão imaginar-se que possa ser removida com um arremedo de Parlamento, constituído a partir do sistema proporcional, sem correntes de opinião que lhes sejam contrárias, plenamente estruturadas, sem partidos políticos respaldados naquelas correntes de opinião etc. enfim, a derrocada do Estado Patrimonial não será alcançada como resultado secundário de ações que não visem diretamente aquele propósito.

O grande mérito das *Diretrizes para o Programa de Governo-94*, do PT encontra-se no fato de que explicita com toda clareza o que pretende a nossa velha burocracia patrimonialista, pelo menos em matéria de modelo econômico. Só poderia, aliás, surpreender-se com essa demonstração de vitalidade quem a considerasse como um gato morto, porque foram conseguidas algumas privatizações.

TEXTO IV – A REVIRAVOLTA NO CURSO DA CAMPANHA ELEITORAL DE 2002

1. Significou o II Congresso (novembro, 1999) mudança substancial no PT?

O II Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT) teve lugar em Belo Horizonte, nos dias 24 a 28 de novembro de 1999. O fato de que José Dirceu tenha sido reeleito foi interpretado como estrondosa vitória da corrente que representa, a *Articulação*, considerada como moderada. Essa impressão superficial explica-se pelo desconhecimento do que se poderia denominar de ambigüidade estrutural, que se implantou na agremiação desde o segundo turno das eleições presidenciais de 1989. Até então, como foi sobejamente demonstrado na análise anterior, o PT lutava pela instauração no País de clima insurrecional que lhe permitisse empolgar o poder pela força. Vislumbrada a possibilidade de conquistá-lo pelo voto, os diversos segmentos radicais que dele participam, de forma organizada, preservaram toda liberdade de continuar tentando "virar a mesa" – de que é um exemplo expresso a atuação do MST e as sucessivas greves política convocadas pela CUT – ao mesmo tempo em que o partido chegou ao Programa de Governo de 1994 – cuja parte básica foi transcrita precedentemente –, no qual não abdica de promover as transformações requeridas pela substituição do sistema representativo pelo cooptativo, denominado de “democracia popular”, que era justamente o nome do regime totalitário mantido pela União Soviética em seus países satélites do leste Europeu.

O exemplo mais flagrante de que não houve mudança substancial na agremiação pode ser ilustrado pelo grande tema do Congresso: a palavra de ordem de “Fora FHC”. A resolução adotada deixa livre as tendências organizadas, existentes em seu interior, para continuar divulgando-a. têm, como se afirma naquela resolução, “autonomia e legitimidade para fazê-lo”. Além disso, o PT compromete-se a impulsionar a mobilização popular que possa levar à derrota do Presidente. O que pode significar “derrota” de um presidente legalmente eleito?

O PT continua identificando “socialismo” com estatização da economia. Lutarão pela imediata interrupção do programa de privatizações. Se chegarem ao poder, vão promover auditorias e querem submeter a plebiscito popular o que fazer com cada uma das empresas privatizadas. Ao mesmo tempo, reafirmam que seu “socialismo” não se identifica com o comunismo soviético. A dificuldade reside sobretudo em apreender-se a diferença.

A fim de que se tenha a possibilidade de formar juízo próprio, transcrevemos, em seguimento, o balanço do conclave publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* (29/11/1999) bem como o resumo que divulgou das resoluções aprovadas. Segue-se a transcrição:

“Dos cinco dias do congresso do PT, três foram consumidos no debate de uma só questão: se o partido defenderia nas ruas uma campanha pelo *impeachment* do presidente Fernando Henrique Cardoso e a antecipação da eleição presidencial de 2002. Depois de muitas negociações, bate-boca e até tumulto na hora da votação no plenário, os moderados conseguiram derrubar o slogan ‘Fora FHC’, defendido pelos radicais. Mas não conseguiram desfazer, entre a maioria dos 928 delegados que participaram do congresso, a impressão de que faltou debater uma estratégia para o partido.

‘Nossa elaboração programática está fraca e o congresso de Belo Horizonte foi um dos piores encontros dos quais participei’ criticou o líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP), moderado do bloco majoritário do PT. ‘Isto não foi um congresso: foi um encontro metido a besta’, resumiu o ex-deputado Vladimir Palmeira (RJ), da ala radical. ‘A discussão acabou completamente desfocada’, concordou o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, um dos líderes da tendência de esquerda Democracia Socialista.

Até o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, admitiu que o debate em torno do ‘Fora FHC’ foi superdimensionado. ‘Não é possível canalizar toda a energia do PT contra um homem chamado Fernando Henrique’ observou. ‘Passei dois dias procurando um acordo para tirar essa palavra de ordem e, no fim, todos cederam um pouco’. Para ele, o que mobilizará a sociedade não é um *slogan*, mas propostas concretas. ‘Precisamos apresentar um programa para combater a fome, miséria e lutar contra esse modelo econômico’.

Empurra – De qualquer forma, o jogo de empurra predominou. No fim da votação que derrubou o ‘Fora FHC’, moderados e radicais trocavam acusações pelas muitas horas dedicadas à discussão. ‘É inacreditável que no fim do século 20, quando devíamos falar dos problemas do País e do que o PT vai fazer, o debate fique engessado numa palavra de ordem’, criticou o deputado João Paulo Cunha (SP). ‘Foi uma perda de tempo lamentável.’

Para o deputado Marcelo Déda (SE), quem esvaziou o debate foi a esquerda do PT. ‘Não é verdade’, retrucou o deputado Milton Temer (RJ), candidato derrotado à presidência do PT apoiado pelos radicais. O deputado estadual do Rio Chico Alencar, do grupo de esquerda Refazendo, reclamou da política de alianças aprovada. ‘No limite, o PT pode coligar-se até com o PPB’, disse. ‘Se o PT se entrar na geleia geral brasileira, pode se diluir’.

Para o governador do Acre, Jorge Viana, eleito por uma coligação de 12 partidos, a abertura do leque de alianças é justamente o desafio do PT para as eleições municipais e presidenciais. ‘Tem muita gente na esquerda que tem preconceito de ser governo e quer continuar na oposição: não dá, tem de sair dessa’. Para ele, o PT perde tempo ao discutir que tipo de oposição deve fazer. ‘Temos de dar um passo para a frente, surgir como alternativa’.

Socialismo – Apesar da polêmica causada por Genoíno ao confessar que não acredita mais no socialismo como modelo econômico, o PT não debateu o tema. Dez anos após a queda do Muro de Berlim, só reafirmou resoluções de 90 e 91. Reeditou texto sustentando que o PT é socialista e contra os conceitos de ditadura do proletariado, estatização forçada e economia planificada. ‘Temo um PT de bandeira arriada e descorada, um PT cor-de-rosa’, disse Alencar. ‘Isso não bate com a crise que o Brasil vive’.

Genoíno diz que gostaria de ter debatido o socialismo. ‘Não houve avanço.’ Para ele, o congresso pecou por não discutir como a esquerda deve agir diante do ‘fracasso’ do neoliberalismo. ‘O dilema da esquerda não é nem terceira via nem a identidade com o Muro de Berlim, mas como se situar pós-neoliberalismo.’ O deputado Paulo Delgado (PT-MG) concordou. ‘Temos de conciliar a esperança que despertamos na população com a confiança que ainda não despertamos’, disse. ‘ninguém vota por esperança’.”

As resoluções

Fora FHC

O partido não assume essa palavra de ordem, mas reconhece a ‘autonomia e legitimidade’ das entidades que o fazem e anuncia que ‘impulsionará a mobilização popular’ para derrotar o Presidente Fernando Henrique Cardoso. A defesa do impeachment imediato não foi aprovada pelos delegados.

Privatizações

Os petistas querem interromper o Programa Nacional de Desestatização, submeter a auditoria às privatizações já feitas e promover uma consulta popular, caso a caso, para decidir o que fazer com cada empresa privatizada. A proposta de reestatização geral foi rejeitada.

Previdência

A legenda defende a reorganização do sistema com benefícios iguais para todos os trabalhadores dos setores público e privado, com gestão quadripartite (trabalhadores, empresários, Estado e aposentados) e possibilidade de previdência complementar. A oposição total à reformulação do setor não foi aprovada.

Política de alianças

Em 2000, além dos aliados tradicionais do campo da esquerda, o PT quer alianças com o setor oposicionista do PMDB. Coligações com o PPS serão condicionadas a compromissos programáticos, oposição ao governo federal e combate ao neoliberalismo. Alianças com os demais partidos, incluindo os conservadores, poderão ocorrer após consulta às direções regionais, cabendo ao comando nacional do partido.

Dívida externa

Os petistas propõem o rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a “renegociação soberana” da dívida externa pública. O PT rejeitou, a “estatização” dos débitos internacionais privados. O partido apóia a realização de um plebiscito sobre o tema em 2000 e a criação da Taxa Tobin, sobre movimentação internacional de capitais. Propostas que admitiam a moratória, a suspensão do pagamento e o calote foram derrotadas.

Socialismo

O partido reafirmou as resoluções sobre o tema aprovadas em encontros anteriores, que definem o socialismo do PT como pluralista e repudiam o chamado socialismo real, que existiu no Leste Europeu. O tema continuou, porém, apenas como referência retórica, porque a legenda avalia que sua adoção não está na ordem do dia. Emendas da esquerda sobre o tema não foram aprovadas.

Terceira via

O PT rejeitou proposta de rompimento com os partidos social-democratas europeus que defendem a criação de um terceiro caminho entre capitalismo e socialismo, mas não aprovaram a aproximação com essa corrente, apontada como neoliberal.

Eleições presidenciais

O debate sobre esse tema, assim como o da reestruturação do partido, com eleições diretas para as direções, foi remetido ao diretório nacional.

2. A elaboração teórica autônoma de José Genoíno

Adiante se transcreve o inteiro teor do resumo que José Genoíno publicou, em *O Estado de S. Paulo*, da tese que submeteu ao II Congresso do PT (novembro, 1999).

Sua proposição consiste em que o PT deveria abandonar todo e qualquer propósito socialista, levando em conta que o socialismo, achar-se-ia indissoluvelmente associado ao comunismo. A seu ver, “trata-se de uma herança negativa, fracassada, assimilada à supressão da liberdade política e econômica, à ditadura do partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos.”

Além do caráter trágico daquela experiência histórica, do ponto de vista teórico o socialismo estaria associado ao determinismo histórico, transformando-se “numa dogmática que não consegue explicar a História de nosso tempo”.

O autor não enxerga as razões pelas quais a recusa do socialismo deva automaticamente ser associada a uma adesão ao capitalismo. Sem deter-se na análise do capitalismo, pretende que a esquerda deva adotar a idéia de República, no seu sentido mais amplo, remontando às tradições ocidentais, que se filiam à Grécia Antiga.

Recusa a estatização da economia: “como o Estado é um aparato no qual alguém governa e domina, uma economia estatizada torna-se instrumento de ditadura e de privilégios”.

Entende o conflito social como inelutável, sendo o Estado democrático a melhor forma de mediá-lo.

Prossegue: “Uma sociedade democrática e republicana deve buscar justiça como fator de equilíbrio material, equilibrando valores. O socialismo sacrificou a liberdade, absolutizando a igualdade; o capitalismo sacrifica a equidade, absolutizando a liberdade”.

Na crítica que desenvolve ao que chama de “tradição conservadora” existente no Brasil, vale-se da categoria de *patrimonialismo*, devida a Weber e que foi posta em circulação entre nós pelos liberais. Escreve: “Os instrumentos do patrimonialismo que pontificaram no passado continuam vigorando ainda hoje, com formas modificadas. Patrimonialismo corporificado no capitalismo estatal, que institui privilégios de um lado, e exclusão social de outro. Que define os ganhadores e os perdedores do jogo econômico, que fez do Brasil o país com maior concentração de renda do mundo”. A caracterização mantém-se nos marcos

liberais, salvo a expressão ‘capitalismo estatal’, de todo inapropriada e em contradição com a própria aceitação da categoria de patrimonialismo, porquanto este corresponde a uma forma de organização econômica e social contraposta ao capitalismo. Desde Karl Wittfogel (1896/1988) – autor de *O despotismo oriental. Estudo comparativo do poder total* (1957), a experiência soviética, isto é, o comunismo, tem sido sucessivamente compreendido como uma simples virtualidade da tradição patrimonialista russa.

Nas propostas concretas, contidas na parte final do texto não há maiores divergências com o Programa de Governo do PT. Assim, a aceitação da convivência, numa mesma agremiação, com facções abertamente totalitárias, parece haver marcado em definitivo o PT, a partir mesmo dos “moderados”, de uma tremenda ambigüidade. Aliás, a atuação parlamentar de Genoíno mantém-se nesses marcos. Sua liderança da bancada petista na Câmara foi marcada pela maior intolerância em relação a todas as proposições governamentais, tendo chegado ao cúmulo de apoiar o perdão de dívidas dos grandes agricultores, já que a isto se opunha a bancada governista.

POR UMA ESQUERDA REPUBLICANA(*)

José Genoíno

O II Congresso do PT está suscitando novamente debate público sobre o socialismo. Na tese que apresentamos ao congresso partidário decidimos não fazer referência ao socialismo, por entendermos que esse conceito designa uma realidade identificada historicamente com o comunismo soviético e do Leste Europeu. Trata-se de uma herança negativa, fracassada, assimilada à supressão da liberdade política e econômica, à ditadura de partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos.

Teoricamente, o conceito, expressa um conjunto de significações sintetizadas nas idéias da inelutabilidade da revolução operária e no determinismo econômico da História, que tem seu desfecho necessário no comunismo, ou seja, trata-se de uma dogmática que não consegue explicar a História do nosso tempo. O que resgatamos do socialismo são valores como a solidariedade, a igualdade, a justiça e a opção de fazer política em defesa dos setores explorados e oprimidos.

Ao não defendermos o socialismo, isso não significa que passamos a aderir ao capitalismo como modelo econômico. Propomos uma esquerda que resgate as tradições históricas das lutas democráticas e republicanas, que, na sua essência, são lutas por liberdade, por igualdade, por justiça, por cidadania e por direitos. Democracia, desde suas origens gregas, além da liberdade política e do pluralismo, significa também uma sociedade de equilíbrio, social e economicamente equitativa, com direitos, iguais perante a lei. República, nas melhores tradições dessa noção, significa a supremacia do interesse público, do bem comum, sobre os interesses particulares. Ambas as noções, no entanto, incorporam a liberdade econômica como um aspecto fundamental da liberdade humana.

Uma sociedade sem liberdade econômica – o socialismo o demonstrou – expressa uma economia estatizada. E, como o Estado é um aparato no qual alguém governa e domina, uma economia estatizada torna-se instrumento de ditadura e de privilégios.

Liberdade econômica, da mesma forma que liberdade política, significa sociedade de conflito. O conflito social deve ser mediado e solucionado pacificamente por aqueles instrumentos retificadores do Estado democrático e republicano aptos a produzir equilíbrio, equidade e justiça. O que ocorre ao nosso tempo é que o poder do capital se sobrepôs aos instrumentos democráticos e republicanos, em parte porque o capital se concentrou exorbitantemente e em parte porque democracia e república foram falsificadas e reduzidas aos seus aspectos formais. A luta da esquerda, hoje, consiste em restaurar o conteúdo e a funcionalidade efetiva da democracia republicana.

A afirmação e garantia de direitos concretos das pessoas e de grupos sociais são o caminho que deve ser trilhado na busca dessa sociedade justa e de bem-estar. Uma sociedade democrática e republicana deve buscar justiça como fator de equilíbrio material, equilibrando valores. O socialismo sacrificou a liberdade, absolutizando a igualdade; o capitalismo sacrifica a equidade, absolutizando a liberdade. A justiça, em sentido amplo, não pode sacrificar a liberdade em nome do bem-estar; nem o bem-estar, em nome da liberdade. Decorre daí que a liberdade econômica não pode ser suprimida pelo igualitarismo e o mercado não pode imolar a equidade e o bem-estar. Sem liberdade econômica marcha-se para a ditadura; sem equidade vive-se a barbárie.

A partir desses pressupostos, entendemos que o Congresso do PT deve aprofundar as definições de um programa para o Brasil. Programa que deve rejeitar a tradição conservadora, o modo estatal de Constituição da economia, a forma autoritária de gestão política e administrativa e a Justiça e a polícia instituídas para proteger os poderosos e reprimir os fracos. Foi nesse leito antidemocrático e anti-republicano que o Brasil se formou. Os instrumentos do patrimonialismo, que pontificaram no passado, continuam vigorando ainda hoje, com formas modificadas. Patrimonialismo corporificado no capitalismo estatal, que institui privilégios, de um lado, e exclusão social, de outro; que define os ganhadores e os perdedores do jogo econômico, que fez do Brasil o país com a maior concentração de renda do mundo.

Acreditar que as reformas “liberais” de Collor e Fernando Henrique tenham acabado com o estatismo é um auto-engano. Elas definiram os ganhos do capital financeiro e as perdas dos trabalhadores e do setor produtivo. Definiram a desnacionalização de setores da economia, o desemprego, o financiamento e o subsídio ao capital estrangeiro com dinheiro público etc. O Ministério da Fazenda, o Banco Central, a Receita Federal, o sistema tributário, a Sudene, o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e os incentivos e subsídios são os principais instrumentos da política patrimonialista do Estado e de manutenção do capitalismo de privilégios.

Sem nenhuma transparência, o capital financeiro é fonte de especulação, não de poupança de financiamento. O mercado de ações, por exemplo, é um obscuro negócio de poucos. Os acionistas minoritários são violentados em seus direitos, expropriados pelos grandes. O Estado, os órgãos administrativos do governo e o Judiciário são uma grande capa protetora dos privilégios e da concentração.

O programa do PT deve atacar essas condições estruturais do capitalismo brasileiro que concentram a riqueza e a terra e impedem a democratização do capital e da propriedade. Promover uma radical reforma democratizadora do capital, da propriedade e das rendas, e republicinizadora do Estado, tem, no Brasil, o alcance de uma revolução.

3. A versão inicial do Programa de Governo PT-2002

A versão considerada foi aprovada em dezembro de 2001, no XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado na cidade de Recife. Até o mês de abril figurou no site do PT na INTERNET. Entretanto, como o candidato à Presidência mantinha-se à frente das pesquisas, decidiu-se adiar a sua divulgação até a realização da Convenção Partidária, a realiza-se em junho, último prazo determinado por lei. Desde a convenção, o PT abandonou de modo integral a postura radical precedente. Contudo, do ponto de vista da reconstituição histórica, a que nos propusemos, cabe registrar o teor do documento em causa.

O documento aprovado no XII Encontro, após uma breve apresentação, contém uma primeira parte intitulada "A ruptura necessária" em que critica a política de desenvolvimento econômico do governo, devido basicamente, como diz, à situação de "dependência e vulnerabilidade externas" que engendrou para a economia brasileira.. A segunda parte denomina-se "As bases de um programa democrático e popular para o Brasil". Subdivide-se em três tópicos: I. O social; II. O Nacional e III. O democrático. O primeiro consiste numa reelaboração da velha idéia de que o crescimento deveria repousar no mercado interno e, o terceiro, que trata do Estado, mantém a opção pelo sistema cooptativo ainda que refira itens da reforma partidária em curso no Congresso. O mais importante, parece-nos o que se contém no segundo tópico. Por assim entender, adiante acha-se integralmente transcrito o que denomina de "seis dimensões para eliminar a vulnerabilidade externa". Ali se são reafirmadas as teses conhecidas: denúncia dos acordos com o FMI, auditoria e renegociação da dívida externa pública, recusa da ALCA etc.

Segue-se a transcrição do trecho de que se trata.

47. Nesse contexto macro-estrutural, as políticas específicas, orientadas à redução da vulnerabilidade e da dependência externas se projetam em seis dimensões. Em primeiro lugar, a recuperação do saldo comercial e a redução do déficit na conta de serviços do balanço de pagamentos, com vistas à diminuição acentuada do déficit em transações correntes, hoje na casa dos 5% do PIB. Particularmente relevantes nesse âmbito são o estímulo à expansão e a melhoria na pauta de exportações – enfatizando nos diversos setores a agregação interna de valor e a elevação do conteúdo tecnológico dos bens exportados – o aperfeiçoamento e a racionalização das estruturas de transporte, armazenamento e comercialização, que oneram a competitividade da produção exportável, a re-substituição de importações, especialmente no segmento de bens de consumo, eletro-eletrônicos, bens de capital, petróleo e química, e o aproveitamento de nossas potencialidades nas áreas de turismo e indústria naval.
48. Em segundo lugar, a correção dos desequilíbrios oriundos da abertura comercial, através da revisão da estrutura tarifária e da criação de proteção não tarifária, amparada pelos mecanismos de salvaguarda da OMC, para atividades consideradas estratégicas. Nessa mesma linha se insere uma política de defesa comercial ativa, destinada a proteger o país contra práticas desleais de concorrência e agressões econômicas e a preservar os interesses nacionais nas transações bilaterais e nas relações com os organismos multilaterais. As alterações na proteção à produção nacional não implicam, contudo, o fechamento da economia, nem tampouco devem promover a ampliação do grau de monopólio e das margens unitárias de lucro das empresas instaladas no país.

49. Em terceiro lugar, a adequação da política relativa ao capital estrangeiro às diretrizes e às prioridades do novo modelo econômico. Isso significa implantar mecanismos de regulação da entrada de capital especulativo e reorientar o investimento direto externo com critérios de seletividade que favoreçam o aumento das exportações, a substituição de importações, a expansão e a integração da indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico. É essencial que o capital estrangeiro se vincule à criação de capacidade produtiva adicional e compense o aumento da remessa de lucros, dividendos e royalties com seu impacto positivo sobre o saldo comercial.
50. Em quarto lugar, a regulamentação do processo de abertura do setor financeiro. A redução da fragilidade externa da economia brasileira envolve também a eliminação de brechas legais que facilitam a realização de operações financeiras não transparentes com o exterior, a revisão dos esquemas de captação de recursos utilizados pelo sistema bancário para operações de arbitragem com títulos públicos e a regulamentação do ingresso de novos bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional.
51. Em quinto lugar, com relação à dívida externa, hoje predominantemente privada, será necessário denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI, para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país e bloquear as tentativas de reestatização da dívida externa, reduzindo a emissão de títulos da dívida interna indexados ao dólar. O Brasil deve assumir uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública, particularmente de países como o Brasil, o México e a Argentina, que respondem por grande parte da dívida externa mundial e, não por acaso, tem grande parte de sua população na pobreza.
52. Em sexto lugar, a consolidação da vocação de multilateralidade do comércio exterior brasileiro mediante políticas direcionadas à diversificação de mercados, ao fortalecimento e ampliação do Mercosul e à retomada do projeto de verdadeira integração latino-americana, ao estabelecimento de programas de cooperação econômica e tecnológica com potências emergentes como a Índia, a China, a África do Sul, entre outras, à desconcentração e diversificação do setor exportador e, finalmente, ao estabelecimento de alianças específicas com empresas estrangeiras para uma política qualificada de re-substituição de importações.
53. Quanto à ALCA, tendo em conta a avaliação já efetivada, não se trata de uma questão de prazos ou de eventuais vantagens nesse ou naquele setor. Tal como está proposta, a ALCA é um projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA, cujo alvo principal, pela potencialidade de seus recursos e do seu mercado interno, é o Brasil. O que está em jogo, então, são os interesses estratégicos nacionais, é a preservação de nossa capacidade e autonomia para construir nosso próprio futuro como nação. Em outras palavras, rechaçar essa proposta, tal como está sendo apresentada, é um requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução de nossa dependência e vulnerabilidade externas. Por outro lado, a inserção soberana do Brasil no mundo exigirá esforços no sentido de aprofundar e aperfeiçoar as relações comerciais bilaterais de nosso país com os Estados Unidos – o mais importante parceiro individual do Brasil no comércio mundial – e com a União Européia – o melhor exemplo de integração supranacional exitosa e calcada em regras democráticas.

4. A reviravolta na campanha eleitoral

Ao contrário do que vinha ocorrendo habitualmente, os jornais não se ocuparam das divergências internas no PT quanto à mudança de rumo, tornada patente no Programa de Governo lançado a 23 de julho, num dos auditórios da Câmara dos Deputados, em Brasília. As divergências tornadas públicas diziam respeito à aliança com o Partido Liberal (PL). Esta, contudo, efetivou-se e aquela agremiação forneceu o vice da chapa com que concorreu às eleições presidenciais, o senador José Alencar, empresário em Minas Gerais, estado que representa no Senado Federal.

O novo Programa denominou-se **Coligação Lula Presidente – Um Brasil para todos** e propõe alterações na política econômica mas não mais se fala em "ruptura". Formula-se claramente o compromisso com o respeito dos contratos, tanto no que se refere à dívida externa como à interna.

A reviravolta em causa foi grandemente aprofundada no mês de agosto. Turbulências internas e alta das cotações do dólar obrigaram o governo a negociar novo empréstimo com o FMI. Instado a fazê-lo, o PT assumiu publicamente o compromisso de cumprir e respeitar tal acordo. Deste modo, deixa-se de satanizar aquela instituição financeira internacional, que era precisamente uma das marcas registradas da agremiação. Outro passo importante ocorreu no mesmo mês: a decisão de não participar nem apoiar o "plebiscito" convocado pela Igreja Católica a pretexto de justificar a sua posição quanto ao não pagamento da dívida externa. O curioso é que, o PT haja justificado o novo posicionamento alegando que a efetivação de plebiscitos dispõe de uma regulamentação legal, ignorada no caso em apreço. Não mais expressa solidariedade com as invasões do MST.

Há questões pendentes. Mas a importância do novo posicionamento não pode ser subestimada. A normal alternância no poder, nos países democráticos, exige que o postulante respeite o Estado de Direito, o que não se dava na pregação do PT.

Faltam apenas duas providências: 1ª) a correspondente elaboração teórica que justifique essa adesão ao socialismo democrático, como parece ser a nova opção; e, 2ª) definir efetivamente quem fala em nome do PT desde que, como foi verificado no horário gratuito da campanha eleitoral, seus candidatos a diversos postos eletivos continuaram falando em suspensão do pagamento das dívidas interna e externa, denúncia de acordos com o FMI, etc., que precisariam efetivamente ser consideradas coisa do passado.

Transcreve-se adiante a notícia da reunião de Brasília, em que se deu o lançamento do novo Programa, publicada pelo jornal *Gazeta Mercantil*, e a apreciação que dele fez Miriam Leitão, comentarista de *O Globo*.

Mudança sem ruptura, propõe PT

O programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva incorporou a moderação adotada nos últimos tempos pelo PT e pelo próprio candidato. Apresentado ontem, o texto "*Coligação Lula Presidente do Brasil para todos*" propõe um novo modelo econômico e um

novo contrato social para o País. Mas em nenhum momento recorre a expressões como ruptura, termo que dá calafrios no mercado.

Em discurso no Congresso, Lula disse ser preciso "mudar o modelo econômico" para preservar o Brasil da instabilidade internacional. No programa, o PT defende um estado mais atuante na economia, na infra-estrutura e em políticas sociais.

"O Estado precisa ser mais regulador. Mas isso não significa voltar atrás. É preciso atuar em projetos estratégicos, mas também em combinação com a iniciativa privada", disse o coordenador geral do plano e prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antônio Palocci.

O documento garante que o programa será implementado sem atropelos, por meio de "transição" a um novo modelo de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal e compromisso social.

O crescimento econômico é apontado como idéia chave pois ajuda a gerar empregos, distribuir renda e pagar a dívida, que "explodiu" no governo Fernando Henrique Cardoso.

Nas propostas, Lula baixa o tom e mostra moderação. Mas, fez duras críticas ao governo do Fernando Henrique. "O governo cedeu a absurdas exigências externas e deixou o país estagnado", afirmou Lula, destacando ainda inoperância no combate à violência, no combate à fome e à pobreza.

Contratos

A chamada âncora fiscal é vista como um dilema, no programa da coligação formada por PT, PL, PC-doB e PMN. O texto garante que administrará o problema sem arriscar a estabilidade econômica, preservando o superávit primário.

A questão da dívida pública é abordada de forma branda. "O governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados", diz o texto.

Para o vice de Lula, senador José Alencar (PL-MG), o alto endividamento, uma consequência de juros exorbitantes, e o baixo crescimento, ameaçam fazer do Brasil um "caloteiro". "Temos que ter coragem para romper com essa política e voltar a crescer. Caso contrário, quebramos", disse Alencar.

Crescimento

O programa do PT propõe crescimento de pelo menos 5% ao ano, avaliado como necessário superar o desemprego. Para Lula, o crescimento médio de 2,3% nos governos Fernando Henrique foi "mediocre" e insuficiente para baixar o desemprego. Ao lembrar o crescimento do PIB a taxas de 7% no passado, o programa petista diz que um eventual governo Lula trabalhará para "transitar da âncora fiscal para o desenvolvimento".

O capital externo é considerado bem-vindo, mas a dependência de especuladores é condenada.

"Precisamos superar a perigosa combinação de dependência do capital externo dos juros altos que fazer aumentar a relação dívida pública com PIB", afirmou Lula. Para reduzir a dependência externa, o candidato propõe esforço exportador vigoroso, o alargamento do mercado interno e o investimento em infra-estrutura.

O resgate do Mercosul é apontado como fundamental, mas o ingresso na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) nas atuais condições é descartada. "A liderança ativa do Brasil na América do Sul é vital para que o continente supere a crise e não desagregue. A Alca representa menos uma verdadeira integração e mais uma forma de anexação", disse Lula.

Festa no auditório

O lançamento do programa do PT foi uma grande festa no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Não apenas petistas ilustres, como a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, e o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, marcaram presença. Havia ainda uma platéia estranha a concentrações petistas, como o governador da Paraíba, Roberto Paulino (PMDB), o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Paulo Skaf, e até o rabino Henry Sobel, e o dono da auditoria Trevisan, Antoninho Trevisan.

Duas bandas para meta de inflação

Veja alguns pontos do programa do candidato do PT:

Crescimento Econômico

O ideal seria 7% ao ano. Mas Lula reconhece a inviabilidade do índice e projeta entre 4% e 5%.

Câmbio

O programa prevê a manutenção do regime de câmbio flutuante.

Inflação

Os economistas do PT revelam que o sistema de metas seria modificado para o instrumento de bandas: a primeira funcionaria como o atual sistema de metas. E a segunda, chamada de banda larga seria usada para casos de crises econômicas.

Reforma Tributária

Enviar um projeto de lei ainda em 2003 ao Congresso Nacional. Já está pronta uma proposta que acaba com a cumulatividade da cobrança do PIS/Pasep, inclusive no setor de serviços, e promete fazer o mesmo em relação à incidência da Cofins.

Imposto de Renda

Aumento da alíquota para os rendimentos mais altos.

Exportações

Prioridade. A atuação governamental ocorrerá sob o comando da Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, a ser criada, e que estaria ligada diretamente ao gabinete do presidente.

Previdência Social

Segundo o candidato, é preciso ampliar a base de contribuintes do INSS, ou seja, aumentar o número de trabalhadores com carteira assinada. Criar um sistema para que os trabalhadores informais paguem a contribuição previdenciária.

Habitação

A ação tem como foco várias frentes: construção de casas populares a baixo custo, geração de empregos e crescimento econômico.

Privatizações

Lula promete não rever as privatizações passadas. O candidato admite a venda de empresa que não integram os setores estratégicos de um Estado.

Saneamento básico

Contrário à privatização do sistema de saneamento básico, Lula neste caso, admite parcerias com a iniciativa privada para a concessão dos serviços públicos do setor por períodos previamente fixados.

Salário Mínimo

O documento prevê dobrar o valor do salário mínimo nos próximos quatro anos, o que significa reajustes médios anuais de 20% nesse período e uma reformulação na legislação do salário mínimo.

Simples

O PT elogia no documento a iniciativa de criação do Simples, que foi um programa para facilitar o pagamento de impostos das pequenas empresas. O partido ressalta, porém, que o programa não conseguiu evitar a informalidade. O objetivo do PT é ampliar o programa para atrair os segmentos informais.

(Transcrito de *Gazeta Mercantil*, 24/08/2002)

Meio do caminho

Miriam Leitão

O PT confunde o transitório com o permanente no programa que acaba de divulgar. Ele compara o uso do câmbio fixo do primeiro governo, que ele define como “armadilha cambial”, com a necessidade de superávit primário, que ele define agora como “dilema fiscal”. Além de contradições entre o que dizia antes e diz agora, há contradições no próprio texto quando o assunto é estabilização.

O programa econômico do PT é próprio de um partido que tenta adaptar seu discurso histórico a novas circunstâncias. Ele traz várias incongruências. Diz que o a estabilização é velha aspiração dos brasileiros e faz quase um elogio ao governo: “Nos últimos oito anos muita coisa mudou, a inflação foi contida.” E, mais adiante, critica a estabilização “conseguida a qualquer custo”. Critica a “abertura desordenada”, mas garante que não trará de volta a onda protecionista. Reclama da política industrial “que viciou as experiências passadas pródigas na distribuição de subsídio”, mas, nas entrevistas, seus líderes e candidato nunca escondem a admiração pelo nacional desenvolvimentismo do período Geisel.

Ao analisar a Previdência, o PT admite que as aposentadorias do setor público provocam um déficit de R\$ 50 bilhões, mas culpa o governo por não ter feito a reforma. Diz que houve “falta de empenho e pouca sensibilidade na negociação”. Nenhuma palavra sobre o fato de que o PT votou sistematicamente contra qualquer tentativa de reduzir esse déficit e comandou as resistências no Congresso à reforma. O texto é o retrato de um partido em meio a mudanças que podem amadurecê-lo ou descaracterizá-lo. Outros grupos de esquerda já fizeram essa mudança do discurso, mas é uma operação difícil e delicada. A palavra “ruptura”, que encabeçava o documento com as diretrizes para um programa de governo, agora virou “transição sem atropelos”. Apesar disso, na semana passada, Lula falou em mudar o modelo econômico “desde o primeiro dia”. A dificuldade é saber em que versão do PT, das muitas e mutantes, deve-se acreditar.

A proposta de aumento do salário-mínimo é a menos demagógica das três propostas da oposição. Garotinho promete dobrá-lo em dois anos, o PT, em quatro. Ciro sugere um salário-mínimo de US\$ 100 dólares no primeiro momento de governo; já o PT faz seus cálculos em moeda nacional, o que é mais sensato. Há boas propostas e boas idéias e há também, o mérito de apresentar um programa econômico, coisa que até o candidato do governo não fez. Quem o apresenta de forma objetiva, corre o risco de enfrentar as críticas, quem deixa apenas idéias no ar que vão mudando ao sabor do vento, livra-se das críticas. Para um debate maduro sobre os rumos do Brasil, contribui mais quem apresenta um programa, como faz agora o PT, do que quem não consegue pôr suas idéias no papel.

Há alguns equívocos de interpretação da realidade econômica, como dizer que o mercado interno foi abandonado. Houve um aumento tão grande dos patamares de consumo em todos os segmentos, produtos e serviços, o que se provocou o desaparecimento do superávit comercial e a entrada no tempo dos déficits. Qualquer análise superficial nos dados de consumo mostrará isso. O mercado interno ampliou-se com o Real. Em alguns produtos, triplicaram-se – ou até quintuplicaram-se – os níveis de consumo. E, mesmo assim, isso não produziu inflação exatamente porque o país está aberto; abertura, aliás, que eles condenam, embora não esclareçam devidamente se vão manter ou revogar. A abertura garantiu as condições para a estabilização. Não há como separar essas irmãs siamesas. Portanto, o desafio é reduzir o déficit externo, sem revogar a abertura e, para isso, o PT não tem a resposta adequada e, para ser justa, nenhum dos candidatos tem, nem mesmo o do governo.

Há avaliações corretas, mas que são diferentes das que foram apresentadas até agora. O PT foi contra a privatização do setor de telecomunicações e Lula continua dizendo que foi um erro fazê-la, mas, no programa, o partido conta que houve um aumento do número de telefones por 100 habitantes. Em 98, eram 13,6; no fim de 2001, eram 27. Ou seja, em apenas três anos, o número dobrou. A telefonia estatizada só conseguiu fazer isso em décadas de operação. E o crescimento foi conseguido com a política tão criticada pelo PT. O texto contorna essa contradição e propõe mais do mesmo: o partido quer mais competição e maior

densidade de telefone, o que será conseguido com o aumento da renda. Está certo o novo PT. O caminho é mesmo aumentar a competição, por meio de boa regulação, e ter políticas de melhoria de renda para ampliar o que já foi ampliado não só no mercado de telefonia, como em todos os outros. Houve um tempo em que o PT proporia reestatização. Felizmente, esse tempo passou.

Apesar de todas essas incongruências expostas (há ainda muitas outras), há um inegável avanço pelo Partido dos Trabalhadores. Mas, na área fiscal, ainda existe uma inconsistência de números: as propostas todas, somadas, estouram o Orçamento. Algumas são ótimas para efeitos eleitorais, como a recriação do Proálcool; mas esse programa sempre custou caro. Não há contas de quanto custa isto: aumentar o salário-mínimo 20% ao ano, criar 10 milhões de empregos; recriar o Proálcool; reabrir Sudam e Sudene; manter a CPMF apenas com uma alíquota simbólica; entre outras coisas. Todas as propostas juntas são mais um caso em que as partes somadas são maiores que o todo...

(Transcrito de *O Globo*, 24/08/2002)

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA

O SOCIALISMO BRASILEIRO

E

A SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

VOLUME V

A SOCIAL DEMOCRACIA

Por Antônio Paim, Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodríguez

Editora Humanidades

SUMÁRIO

TEXTO I - INSICÇÕES DE ORDEM HISTÓRIA

3. Razões que determinaram a sua criação
4. O Programa do PSDB
5. Resultados eleitorais

TEXTO II - A BUSCA DA CONSISTÊNCIA DOUTIRNÁRIA E COMO A AVALIA HÉLIO JAGUARIBE

4. Coleção Pensamento Social Democrata
5. Como Hélio Jaguaribe caracterizou o PSDB

TEXTO III - ANÁLISE DO GOVERNO FHC POR BOLIVER LAMOUNIER E RUBENS FIGUEIREDO

TEXTO IV – A VISÃO DE BRESSER PEREIRA DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

TEXTO I – INDICAÇÕES DE ORDEM HISTÓRICA

– Razões que determinaram a sua criação

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi fundado em 25 de junho de 1988, como resultado de uma cisão no PMDB, em que se transformou, no ano de 1980, a agremiação que resultara da coalizão formada pelos opositores aos governos militares, justamente denominado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O MDB desempenhou papel dos mais relevantes durante os anos do regime de exceção. Todas as lideranças políticas que se opunham ao prolongamento da permanência dos militares no poder, muitas das quais haviam apoiado o movimento de 1964 – que se fez justamente para assegurar a continuidade do Estado de Direito, que se supunha ameaçada pelo governo Goulart – foram constrangidas, pela imposição do bipartidarismo em 1965, a conviver numa única agremiação. A sua persistência e o empenho em evitar pretextos, de que se valesse a chamada "linha dura" do Exército para perpetuar-se no poder, impediu que transitássemos do autoritarismo para o totalitarismo, de muito difícil remoção como se viu na Europa do século XX.

Graças ao MDB, o Parlamento continuou funcionando. As violações às liberdades, notadamente a censura à imprensa, podiam tornar-se públicas. No último caso, o governo tinha ostensivamente que nomear censores para os jornais ou impedir a sua circulação. O MDB sempre participou das eleições o que lhe permitiu ameaçar a maioria governamental na Câmara dos Deputados. No pleito de 1966, obteve 4,9 milhões de votos (36%); no de 1970, 4,8 milhões (30,5%) e no de 1974, 10,9 milhões (48%). Com maioria precária, o governo introduziu a figura do senador indireto para assegurar maioria no Senado. Nas eleições de 1988, a situação na Câmara manteve-se inalterada.

As eleições indiretas para governadores e presidente da República, ainda que não tivesse a possibilidade de vencê-las, foram utilizadas para manter a chama do Estado de Direito. Os candidatos do MDB percorriam o país em pregação democrática.

Com a Reforma Partidária de 1980, o MDB fracionou-se. Muitos de seus integrantes afastaram-se para organizar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Grupo expressivo criou o Partido Popular (PP). Contudo, como o governo introduziu mudança legislativa, nas eleições de 1982, impondo que, para todos os níveis, o eleitor votasse apenas no mesmo partido, impedindo coligações, dificultando a participação do PP, esta agremiação dissolveu-se e seus integrantes regressaram ao que agora se denominava Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), isto é, resolveu-se manter o nome antigo, acrescentando a palavra Partido, como exigia a legislação. Nas eleições de 1982, o PMDB obteve 200 cadeiras na Câmara dos Deputados (42% do total de 479).

A agremiação promoveu movimento nacional por eleições diretas para a Presidência da República, em 1985, não obtendo entretanto o apoio do Parlamento, onde o governo ainda detinha a maioria. Marchou para as eleições indiretas e, com o apoio da cisão na partido oficial – tornada mais tarde o Partido da Frente Liberal (PFL) – elegeu Tancredo Neves. Tendo este falecido antes de tomar posse, assumiu o governo José Sarney, que era o representante na mencionada cisão do partido oficial, na condição de Vice-Presidente. Nas

eleições para a Câmara dos Deputados, em 1986, o PMDB tornou-se o maior partido, elegendo 260 representantes (53,4% do total, que se havia elevado para 487).

Em decorrência dos resultados das eleições de 1986, o PMDB deteve o domínio absoluto da Assembléia Constituinte. O relator do projeto era Mário Covas, uma de suas principais lideranças em São Paulo. Contudo, tudo leva a crer que a insistência de José Sarney em estender a duração do seu mandato para cinco anos criou um grande descontentamento, em especial nos paulistas. Justamente esse grupo assumiria a responsabilidade de romper com o PMDB e criar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Tal se deu em plena Assembléia Constituinte, conforme se indicou, a 25 de junho. A Constituição de 88 foi promulgada a 3 de outubro, cerca de três meses depois.

Na Introdução ao programa então aprovado – e que se transcreve adiante – as razões do seu rompimento com a Nova República, denominação que foi atribuída ao período posterior à abertura política, são apresentadas deste modo, depois de registrar que o empenho governamental em promover mudanças limitou-se à convocação da Constituinte: “desafortunadamente, o impulso de mudança parou aí. Porque preferiu aderir às estruturas autoritárias ao Estado em vez de reformá-las, o governo deixou que as políticas sociais alardeadas se esvaíssem na ineficiência burocrática, no empreguismo, no clientelismo e na corrupção. Foi incapaz de manter uma estratégia de negociação da dívida externa coerente e compatível com taxas razoáveis de crescimento interno,⁽¹⁾ promoveu o Plano Cruzado mas sem complementá-lo com o ataque às causas estruturais da inflação; aumentou a desorganização do investimento público; e ainda agora parece oscilar entre as tentações do populismo e a política recessiva ditada pelos credores externos. No plano político dedicou-se a enfraquecer e desbaratar os partidos políticos que lhe davam sustentação. Em vez de cooperar com a Constituinte, fez o possível para confundi-la, manipulá-la, desmoralizá-la tudo para estender por mais um ano de mandato destituído de legitimidade fora dos marcos da transição, a qual deveria terminar com a promulgação da nova Carta e a imediata convocação de eleições diretas para a Presidência da República.”

– O Programa do PSDB

Pretendendo congregar "liberais progressistas, democrata-cristãos, social-democratas, socialistas democráticos", o Programa do PSDB deixa a impressão de haver evitado aquelas questões que de fato o definiriam como **social democrata**. Abrigando em seu seio intelectuais de grande nomeada, como Bolívar Lamounier, Fernando Henrique Cardoso ou Hélio Jaguaribe, poderia tê-lo feito com maestria. Entretanto, mesmo quando teve que abordar questões tais como o problema da igualdade não a aproveitou para bem fixar em que se distinguiria dos liberais, defensores da igualdade de oportunidades, ou dos socialistas, engajados na obtenção da igualdade de resultados. Numa questão deveras polarizadora como a seguridade social, abordou-a em termos tão gerais que não se saberia mesmo em que campo situá-los. Ainda assim, o Programa posiciona-se em face de questões sem dúvida relevantes na atualidade política brasileira.

A referência anterior a democratas cristãos consiste certamente numa deferência a Franco Montoro, um dos próceres da agremiação assim denominada que existiu no interregno democrático pós-Estado Novo. Montoro era um dos líderes do PMDB e se elegera governador de São Paulo nessa legenda em 1982. Seria um dos patrocinadores do PSDB. Desconhece-se a

existência de liberais no novo partido. Suas figuras mais importantes eram sobretudo socialistas democráticos. O primeiro presidente da agremiação seria Tasso Jereissati, uma das novas lideranças promissoras surgidas após a abertura política, eleito governador do Ceará em 1986; e, secretário geral, Sérgio Mota, paulista que se sobressairia no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Programa do PSDB propõe-se "recolher a herança democrática do liberalismo". Ao mesmo tempo, diz não partilhar "com os liberais conservadores a crença no automatismo das forças de mercado". Aposta na função reguladora do Estado com esta ressalva, "desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados". Declara que a posse dos meios de produção deve ser privada. Mas, além de, ao mesmo tempo, tentar minimizar o impacto da declaração porquanto logo proclama a existência de formas variadas de exercê-la, referindo as cooperativas, ignora os níveis brutais a que se chegou em matéria de estatização da economia bem como a existência de um programa oficial de privatizações que não saia do papel.

O PSDB faz profissão de fé parlamentarista; entende que o Estado requer uma profunda reforma; dispõe-se a enfrentar os desafios da inflação e da dívida externa. Afirma a necessidade de serem retirados da situação de miséria os brasileiros que ainda permanecem em tal situação "no horizonte de vida da atual geração", entendendo que "justiça social não se confunde com paternalismo". Defende a inserção soberana na economia internacional, condenando o modelo autárquico em que vivíamos. Em matéria de seguridade social diz o seguinte: "O PSDB preconiza, como condição essencial à concretização da justiça social, a construção de um sistema de seguridade social compatível com os postulados da dignidade da pessoa humana", dispensando-se de manifestar-se de maneira precisa numa questão candente e definidora do posicionamento doutrinário em nosso tempo.

Sem dúvida que o programa do PSDB o situa de forma diferenciada no panorama político nacional. Ainda assim, a condição de social democrata não se acha plenamente esclarecida.

Para que essa opinião possa ser avaliada de forma independente, procede-se à transcrição de seu inteiro teor.

Programa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Introdução

*Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas,
nasce o novo partido.*

Os abaixo assinados, conscientes de suas responsabilidades na vida pública e imbuídos da seriedade da opção que assumem neste momento, dirigem-se aos brasileiros de todas as classes e regiões para anunciar a decisão de se unirem num novo partido político: o Partido da Social Democracia Brasileira.

Partidos de verdade não se criam a qualquer momento ou por qualquer pretexto. Se muitos de nós decidimos deixar as agremiações a que pertencíamos e com as quais nos

identificamos ao longo de toda uma trajetória de lutas, é porque fatos graves nos convenceram da impossibilidade de continuar defendendo de maneira conseqüente aquilo em que acreditamos dentro do atual quadro partidário.

Em algumas semanas uma nova Constituição deve ser promulgada no Brasil. Com todos os defeitos que se possam apontar, ela contém avanços importantes em relação aos direitos e garantias individuais e coletivos; assegura ampla liberdade política; possibilita o revigoramento da Federação e uma divisão mais equilibrada dos Poderes; expressa uma preocupação clara com o resgate da *dívida social*.

Por tudo isso, o momento da promulgação da nova Carta deveria ser de otimismo e confiança no futuro do País. Infelizmente, é outro o clima que se respira hoje no Brasil. Enquanto o amanhã desenhado pela Constituinte ainda é uma carta de intenções, cresce por toda parte a decepção com a Nova República. Mesmo sem ser causadora dos problemas econômicos e sociais que afligem os brasileiros – problemas que têm raízes fundas no passado e se agravaram nos vinte anos do regime autoritário – se mostra incapaz de resolvê-los ou sequer de apontar soluções convincentes.

A decepção veio no refluxo da onda de esperança que varreu o Brasil com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Mesmo com a perda de Tancredo, a Nova República se instalou cercada de um respaldo social tão amplo que parecia assegurar a concretização das reformas prometidas na campanha das *diretas-já*.

Em seu primeiro ano, o Governo presidido por José Sarney, com a sustentação política da Aliança Democrática, deu passos no sentido da institucionalização da democracia, culminando com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte..

Desafortunadamente, o impulso de mudança parou aí. Porque preferiu aderir às estruturas autoritárias do Estado em vez de reformá-las, o Governo deixou que as políticas sociais alardeadas se esvaíssem na ineficiência burocrática, no empreguismo, no clientelismo e na corrupção. Foi incapaz de manter uma estratégia de negociação da dívida externa coerente e compatível com taxas razoáveis de crescimento interno, promoveu o Plano Cruzado mas sem complementá-lo com o ataque às causas estruturais da inflação; aumentou a desorganização do investimento público; e ainda agora parece oscilar entre as tentações do populismo e a política recessiva ditada pelos credores externos. No plano político, dedicou-se a enfraquecer e desbaratar os partidos que lhe davam sustentação. Em vez de cooperar com a Constituinte, fez o possível para confundi-la, manipulá-la, desmoralizá-la – tudo para estender por mais um ano de mandato destituído de legitimidade fora dos marcos da transição, a qual deveria terminar com a promulgação da nova Carta e a imediata convocação de eleições diretas para a Presidência da República.

Assim a Nova República envelheceu precocemente, até decretar sua própria morte política com a postergação das eleições presidenciais.

Hoje o Brasil vive entre parênteses. A economia permanece estagnada, os salários achatados, a questão da dívida externa sem solução, a inflação no limiar do descontrole. O desgoverno exacerba pressões corporativistas, comprometendo ainda mais a eficiência e as finanças do setor público e fazendo o peso maior da crise recair precisamente sobre as camadas mais indefesas da população. A troca de favores virou moeda corrente na política e a

corrupção, sem os tapumes do autoritarismo, se exhibe aos olhos e ouvidos da Nação enojada, desmoralizando os poderes públicos e lançando descrédito sobre a atividade política em geral.

Nesse processo, o PMDB, ao qual cabia a maior parcela de responsabilidade pelos rumos da transição, sucumbiu lamentavelmente. Receoso de enfrentar suas divergências internas, deixou de tomar posição ou ao menos de debater as políticas de governo a que deveria dar sustentação. Invadido por oportunistas, dividiu-se desde os primeiros embates da Constituinte. Envolvido no jogo da ocupação de espaços na máquina governamental, acabou fornecendo massa de manobra ao continuísmo de oligarquias decrépitas e de burocratas acostumados ao mando irresponsável. Numa palavra, arenizou-se, atrelado a um governo que deixou de se constituir no primeiro da Nova República para se fazer o último da velha República.

Hoje, para sustentar politicamente medidas que assegurem a retomada do desenvolvimento, para dar início às reformas inadiáveis e prosseguir a construção da democracia, é preciso mais do que uma mera legenda eleitoral que abrigue forças heterogêneas. Por isto, tornou-se imperativo reunir brasileiros que se comprometam com um ideário simples e claro de reformas e que aceitem conscientemente participar de um *partido* no qual a fidelidade aos princípios programáticos, a começar pela democracia interna, dê ao eleitor a garantia de que seu voto não será traído.

Nasce assim, na adversidade, o Partido da Social Democracia Brasileira: contra um governo que traiu a transição democrática, contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação. Nasce longe das benesses oficiais mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança.

Ampla bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo – por exemplo, liberais progressistas, democratas cristãos, social-democratas, socialistas democráticos – o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro.

Diferentemente dos populistas de ontem e de hoje, entendemos que a preocupação com uma distribuição justa da renda e da riqueza exige definição clara das prioridades das políticas públicas e estímulo à eficiência na produção, sem o que não há medidas distributivas que se sustentem. Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil.

Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados. Por isso, na concepção da democracia do PSDB, a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requer transparência da informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas.

Inspirado nesse ideário, o PSDB será contido nas promessas para criar perspectivas sem despertar ilusões. Será claro em seus objetivos; profundamente democrático em sua vida inteira; flexível no propósito de representar sem deformar nem mistificar aqueles que lhe derem o voto; independente dos favores dos governos para poder ser coerente e competente ao governar.

As plataformas democráticas e progressistas têm sido lugar-comum no artificialismo da vida política brasileira. As palavras de um programa nada valem se não forem acompanhadas de ação. Consciente disto, temos tanta preocupação com os critérios de aceitação de adesões e os padrões de comportamento dos nossos militantes quanto com as propostas partidárias.

As filiações em massa têm sido um veículo de atrelamento dos partidos às máquinas governamentais. No PSDB, ninguém poderá votar nem ser votado para cargos partidários pelo simples fato de haver assinado uma ficha de inscrição. Haverá um estágio para que o filiado possa demonstrar sua disposição de militância participando regularmente das atividades do Partido.

Não haverá delegados permanentes – outra fonte de aliciamento e fisiologismo que desvirtua a democracia interna. A alternância dos dirigentes e o princípio de direção colegiada serão observados em todos os níveis. Os órgãos de direção não serão integrados apenas por parlamentares, mas também por representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil.

As linhas de ação do Partido, baseadas nas diretrizes estabelecidas no programa, serão atualizadas a cada dois anos, numa convenção nacional precedida de ampla consulta às bases partidárias.

Mais do que as palavras do programa, esperamos que valha o testemunho da vida pública dos que subscrevem este documento, com o firme propósito de fazer do PSDB um instrumento para a construção da sociedade democrática, próspera e justa, tantas vezes prometida e tantas vezes negada a sucessivas gerações de brasileiros. Ainda mais que os propósitos dos fundadores hão de valer a maturidade, o espírito crítico, a dedicação de milhares de militantes que hoje esperam com impaciência uma alternativa partidária. Da força dessa militância, mais que tudo, nos vem a certeza de que a mensagem que nos reúne hoje terá eco na sociedade brasileira.

Diretrizes Básicas

Democracia: valor fundamental

A democracia para o PSDB é muito mais que uma palavra vaga ou uma formalidade. Ela é um valor fundamental – o estuário para onde correm as energias progressivas no mundo contemporâneo: o padrão de convivência civilizado para o qual se voltam as esperanças de homens e mulheres de diferentes países, de diferentes sistemas econômicos, de diferentes concepções políticas, filosóficas, religiosas.

O primeiro objetivo do PSDB é a efetiva realização da democracia como único regime que garante a dignidade da pessoa humana. Em defesa desse objetivo, o PSDB

envidará todos os esforços, buscará aliança com outros partidos e forças organizadas da sociedade e se oporá a qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias, sejam elas dominadas por um partido, por corporações estatais ou por qualquer espécie de autocrata.

A democracia moderna é participativa e pluralista. Envolve a participação crescente do povo nas decisões políticas e na formação dos atos de governo. Respeita o pluralismo de idéias, culturas e etnias. Pressupõe, assim, o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes na sociedade. Exclui os sectarismos e a violência política a qualquer título. Por assim entender, o PSDB se baterá pela descentralização do poder político, pelo respeito e autonomia das organizações da sociedade civil e pela ampliação dos canais de informação, discussão e consulta à população nas decisões de interesse público, como pressupostos da adoção crescente de novas formas de exercício direto da cidadania que qualifiquem e validem os mecanismos clássicos da democracia representativa. E cultivará a negociação como método de solução dos conflitos em todos os níveis.

Outra dimensão essencial da concepção democrática do PSDB é seu conteúdo social: o modo democrático de convivência não condiz com a manutenção de desigualdades sociais profundas, nem depende apenas do reconhecimento formal de certo número de direitos individuais, políticos e sociais. Ele reclama a vigência de condições econômicas que possibilitem o pleno exercício desses direitos. Por isto o PSDB lutará pela transformação das estruturas econômicas e sociais brasileiras e haverá de incorporar a luta por igualdade efetiva de todos os que sofrem discriminação na sociedade, notadamente as mulheres, os negros, os índios e os idosos.

Parlamentarismo: pelo aperfeiçoamento da democracia

A Assembléia Nacional Constituinte manteve o presidencialismo, mas deu ao País a oportunidade de tomar uma decisão final sobre seu sistema de governo daqui a quatro anos, através de um plebiscito e de uma revisão da Constituição.

É preciso que haja um amplo debate nacional sobre o assunto. Desde logo o PSDB toma posição: defenderá a adoção do parlamentarismo.

O parlamentarismo fortalece os partidos e assegura ao Legislativo participação responsável nas grandes decisões nacionais. Permite mudanças de governo sem provocar crises institucionais. É essencialmente um regime de programas, discutidos e definidos publicamente com o apoio da maioria dos representantes da Nação, ao contrário do presidencialismo, que tende a ser o regime do poder unipessoal e das decisões a portas fechadas, num convite permanente ao fisiologismo político.

A adoção do parlamentarismo representará, assim, um passo importante para a consolidação do sistema partidário, o fortalecimento do Legislativo e a reestruturação do Executivo – em suma, para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Justiça social: meta do desenvolvimento

A suprema injustiça social é a miséria. Num país com o grau de desenvolvimento já alcançado pelo Brasil, não é injusto, é indecente que mais de um terço da população viva na miséria absoluta. Pagar a dívida do País para com esses brasileiros, no horizonte de vida da atual geração, é o objetivo maior do projeto nacional de desenvolvimento defendido pelo PSDB.

Justiça social não se confunde com paternalismo. A valorização social do homem se dá no exercício do trabalho produtivo. Por isto o PSDB encara a expansão das oportunidades de trabalho e de emprego produtivo como um objetivo primordial de política econômica, e apoiará a implantação de programas de formação profissional e de um verdadeiro seguro-desemprego.

As desigualdades regionais são um aspecto inseparável da pobreza, da concentração da renda e da riqueza em nosso País. O PSDB apoiará decididamente políticas de desenvolvimento regional, cujos benefícios cheguem diretamente ao povo, e não a oligarquias.

Aspecto dramático da vida social brasileira é o aviltamento das condições de trabalho remuneração do trabalhador e dos proventos dos aposentados. O PSDB estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações, não com a pretensão de conduzi-las, mas a fim de assegurar a incentivar a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, e as dimensões fundamentais da autonomia sindical: liberdade de organização sindical sem interferência do Estado, liberdade do trabalhador de aderir ou não ao sindicato, liberdade de atuação do sindicato na defesa de suas reivindicações, liberdade de filiação do sindicato a entidades de grau superior.

Educação, cultura

O PSDB lutará pela expansão do ensino público e pelo cumprimento do princípio segundo o qual a educação é direito de todos e dever do Estado.

A gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática do ensino e a valorização dos educadores serão metas da política educacional do Partido. A autonomia da universidade será defendida tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do País. A liberdade de criação e difusão da cultura serão defendidas na atuação pública e praticadas na vida interna do Partido, partindo do princípio de que a expressão artística e intelectual não pode estar sujeita a nenhuma forma de regulamentação limitativa nem à censura.

Seguridade Social

O PSDB preconiza, como condição essencial à concretização da justiça social, a construção de um sistema de seguridade social compatível com os postulados da dignidade da pessoa humana. A política de saúde pública, inscrita na de seguridade social, deverá enfatizar, na sua organização, execução e controle, a descentralização e, onde se fizer necessário, a participação da comunidade na orientação dos serviços.

Crescimento econômico com distribuição de renda

O crescimento econômico rápido e sustentado é condição necessária para a erradicação da miséria e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Isto não implica em adiar a divisão mais justa da renda para um futuro remoto. Implica, sim, em saber que o crescimento e a distribuição da renda exigem grandes esforços, elevados investimentos, tecnologia moderna e eficiência na utilização dos recursos.

Nada disso se consegue sem competitividade. Por isto o PSDB valoriza a ação inovadora do empresariado como fator de desenvolvimento, batendo-se por regras claras e estáveis e por políticas que estimulem a livre iniciativa sem paternalismo nem privilégios de natureza cartorial.

A propriedade privada dos meios de produção constitui a base do sistema econômico brasileiro, devendo ser garantida na medida em que atenda ao princípio da sua função social e se harmonize com a valorização do trabalho e do trabalhador. Nem por isto se pode desconhecer a multiplicidade das formas de organização da produção, mesmo no setor privado da economia, como é o caso das formas cooperativistas, que merecem reconhecimento e estímulo.

De todos os lados, no mundo de hoje, a busca da inovação tecnológica, da eficiência aponta para a integração soberana ao sistema econômico internacional. Para o PSDB, soberania nacional não pode ser sinônimo de autarquia, de isolamento econômico, de criação de *cartórios* que exploram o povo, cultivam a ineficiência freiam a acumulação de capital. Soberania deve significar capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração à economia mundial.

A soberania exige a definição das prioridades nacionais em matérias de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Só com prioridades claras saberemos evitar tanto o protecionismo fútil como o aberturismo irresponsável. Com escassas possibilidades de captação de recursos externos no futuro imediato e com sua capacidade de poupança interna deprimida, o Brasil precisa ser altamente seletivo nos investimentos em pesquisa e recursos humanos e na absorção de tecnologias do exterior. Reservas de mercado formais ou informais são um recurso válido, nesse contexto, como medidas temporárias, nunca como privilégio permanente para determinados setores ou grupos empresariais em detrimento do conjunto da sociedade.

Os desafios da inflação e da dívida externa

A solução duradoura do problema da dívida externa é fundamental para o desenvolvimento brasileiro. O PSDB entende que tal solução requer, além da prévia auditoria, uma estratégia que não prive o País da poupança interna necessária à retomada do crescimento e preserve a soberania nacional em relação à política econômica interna.

Tanto quanto o estrangulamento externo, a inflação é incompatível com qualquer projeto de desenvolvimento a longo prazo. O Brasil não poderá prosseguir por muito tempo na *fuga para adiante* em relação à espiral inflacionária. A inflação fomenta o investimento

especulativo no lugar do produtivo, castiga os setores mais desprotegidos da população, dificulta o cálculo econômico, acarreta, enfim, instabilidade econômica e inquietação social.

O equacionamento da dívida externa é, ele mesmo, uma condição crítica para o controle da inflação. Medidas corajosas têm de ser tomadas em pelo menos três frentes; o reequilíbrio das condições de financiamento do setor público, uma reforma do sistema financeiro acompanhada de políticas monetárias apropriadas, e uma adequada administração dos preços fundamentais da economia. A partir daí será possível, a médio e longo prazos, encaminhar medidas de estímulo à produção compatíveis com a redistribuição de renda e taxas de crescimento elevadas sem reaquecimento da inflação.

Mas nada disso será conseguido, no curto prazo, sem resistência por parte dos credores externos e dos setores internos que hoje se beneficiam da inflação. Por isto o enfrentamento destes dois desafios tem, para o PSDB, um pressuposto político: um governo revestido de legitimidade, autoridade, eficiência, clareza de objetivos e visão nacional – hoje inexistentes – para falar em nome do interesse brasileiro no exterior e arbitrar internamente os sacrifícios necessários à retomada do crescimento sustentado.

A reforma do Estado

Simultaneamente ao enfrentamento dos desafios imediatos da inflação e da dívida externa, é preciso atacar com firmeza a reforma das estruturas do Estado, cuja necessidade todos reconhecem mas em relação à qual se tem falado muito e agido pouco.

O Estado brasileiro aplica hoje na área social uma parcela do Produto Interno Bruto maior do que os outros países na mesma faixa de renda por habitante, mas apresenta indicadores básicos de condições de vida, como mortalidade infantil, piores do que os desses países. A conclusão é clara: é fundamental dar prioridade social na distribuição do gasto público, mas é preciso também que os recursos aplicados cheguem de fato à população carente, convertendo-se com a máxima eficiência em melhores condições de alimentação, saúde, educação, habitação, transportes coletivos e meio ambiente. Isto requer ação política tenaz do Executivo e do Legislativo, nas esferas da União, dos estados e dos municípios, envolvendo uma ampla reforma do setor público.

Em defesa das camadas mais carentes da população e por uma questão de respeito aos contribuintes, o PSDB combaterá duramente o clientelismo, a ociosidade, a duplicação de órgãos e funções, as distorções salariais. Enfim, todo um quadro tradicional de aberrações que se agravou no período autoritário e que o atual Governo mostra-se incapaz de enfrentar. E o fará, não com o espírito de perseguição, mas certo de que a valorização da eficiência, a observância estrita do princípio do concurso público e de critérios objetivos de promoção, a hierarquização racional de funções e salários significam o restabelecimento da dignidade do servidor público.

A descentralização de recursos, funções e encargos da União para os estados e municípios, é outra condição imprescindível, tanto para a democratização das decisões como para o melhor atendimento das necessidades básicas da população. Por isto os integrantes do PSDB na Constituinte se bateram pelo fortalecimento político e econômico da Federação, e atuarão para consolidar esses avanços na legislação ordinária e na prática administrativa.

Mais do que reforma administrativa em sentido estrito, se impõe hoje no Brasil uma reestruturação profunda da máquina do Estado, abrangendo tanto a administração direta como a indireta. A gestão da área estatal da economia precisa ser realmente pública, isto é, aberta ao controle da sociedade. As empresas que devam permanecer estatais – por sua importância estratégica, ou em função do tipo de demanda que atendem ou da ação inovadora em setores que necessitem ser impulsionados – não de obedecer a padrões rigorosos de eficiência na sua gestão corrente, livres do empreguismo e do desperdício, e a critérios de estrito interesse público, democraticamente definidos nos seus planos de expansão.

As prioridades do gasto público, incluindo toda sorte de benefícios fiscais e creditícios, devem ser estabelecidos de maneira democrática, e sua execução rigorosamente fiscalizada. A nova Constituição cria amplas condições para esse controle. O PSDB se empenhará para que os mecanismos constitucionais sejam efetivamente aplicados, a começar por uma revisão dos benefícios citados, que hoje são um importante componente do déficit público.

Os avanços da Constituição no campo tributário também precisam ser consubstanciados mediante uma ampla revisão da atual legislação. É preciso assegurar politicamente o fortalecimento da Federação e racionalizar a transferência de recursos e encargos aos estados e municípios. Além disso, impõem-se mudanças substanciais na distribuição da carga tributária, que onera proporcionalmente muito mais os contribuintes com menor nível de renda (hoje quem ganha um salário mínimo paga cerca de um terço do seu rendimento em impostos; quem ganha 100 salários mínimos paga em torno de 15 por cento). Essa aberração precisa ser corrigida mediante uma gradual inversão das proporções dos impostos indiretos e diretos na carga tributária.

Paralela e complementarmente, é indispensável uma profunda revisão de todos os incentivos fiscais, a extinção de privilégios injustificáveis desfrutados por alguns setores (como, aliás, prevê a nova Constituição) e uma ampla simplificação e modernização do sistema de cobrança de impostos, a fim de baratear e diminuir a imensa sonegação hoje existente.

Reforma agrária e política agrícola

O PSDB defende uma política de reforma agrária que assegure a exploração racional da terra, subordinada à sua função social, e contribua para elevar os níveis de emprego e de renda dos trabalhadores rurais. Tal política terá de combinar tributação progressiva e desapropriações de acordo com as peculiaridades de cada região, de modo a garantir melhor distribuição das terras.

Haverão de se combinar também critérios de conveniência econômica, equidade social e defesa do meio ambiente a fim de assegurar a modernização da produção e coibir formas selvagens de exploração da terra e da mão-de-obra, especialmente em áreas de fronteira agrícola e em zonas já intensamente ocupadas, como certas áreas do Nordeste.

Do ponto de vista do PSDB, tal política não é excludente mas, ao contrário, deve complementar medidas nas áreas de crédito, preços, transportes, armazenagem, seguros,

comércio exterior e pesquisas, com vistas à expansão continuada da produção de alimentos, no contexto de um plano agropecuário plurianual.

Reforma do sistema financeiro

O sistema financeiro nacional não tem se adequado às necessidades do desenvolvimento da economia. Isto se evidencia claramente pela intermitente alta taxa de juros e a incapacidade do segmento financeiro privado de prover empréstimos de longo prazo para investimentos produtivos. Estamos num país em que a simples previsão correta da taxa oficial de inflação de um mês determinado assegura ganhos financeiros totalmente desvinculados de qualquer critério econômico socialmente aceitável. Na prática, o sistema financeiro tem operado, de forma crescente, como instrumento de defesa e especulação para os detentores de poupança – especialmente os maiores – e de grandes saldos de caixa.

É o governo que remunera as aplicações, seja para financiar seus déficits, seja para absorver excessos de liquidez que julga detectar. Por isso, a reforma do sistema financeiro supõe uma ampla reorganização das finanças públicas, hoje à beira do caos, e a contenção da inflação galopante. Supõe também a melhora da eficiência operacional das instituições financeiras públicas e privadas, muitas das quais funcionaram com prejuízo se não houvesse inflação, ou seja, seriam empresarialmente invisíveis.

Preservação dos recursos naturais: Compromisso com o futuro

Usados como recursos a fundo perdido, os recursos naturais e o meio ambiente – incluindo o espaço urbano – se deterioraram numa escala assustadora no Brasil nos últimos decênios. Existe uma consciência crescente da gravidade dessa situação, sobretudo entre a juventude. Existe também uma repulsa generalizada às tentativas de usar a miséria de parte da nossa população e a premência do crescimento econômico como desculpas para a dilapidação dos recursos naturais e do meio ambiente. O PSDB encara a preservação ambiental como um requisito básico do bem-estar social e um compromisso indeclinável com as gerações futuras.

Do mesmo modo, o Partido defenderá uma política urbana que conduza a redução da segregação social nas grandes cidades e à ocupação racional do solo, combatendo a especulação imobiliária mediante tributação progressiva e uma adequada política fundiária.

Com o empenho do PSDB, os mecanismos que estão sendo introduzidos pela nova Constituição nesse terreno, ampliando as possibilidades de ação dos poderes públicos e da sociedade, serão efetivamente aplicados e aprimorados.

Presença ativa no cenário internacional

O PSDB entende que a política externa tem uma importância estratégica para o desenvolvimento do País. O Brasil deve continuar a marcar sua presença no cenário internacional pelo diálogo e por formas de relacionamento externo baseadas na cooperação e na não-confrontação. Os objetivos tradicionais de longo prazo da política externa brasileira

–soberania, autodeterminação, segurança e integridade territorial – deverão ser afirmados no desempenho de um papel mais ativo da nossa diplomacia em questões como a integração latino-americana e a dívida externa, assim como nas gerações a favor da paz mundial. (Publicado no *Diário Oficial da União* – Seção I de 6 de julho de 1988, págs. 12508-12510).

– Resultados eleitorais

O primeiro pleito eleitoral nacional, posterior à criação do PSDB, realizou-se em 1989, sendo as primeiras eleições diretas para a Presidência da República desde a que ocorrera a 3 de outubro de 1960 – quando se elegeu Jânio Quadros, marcando o início da crise que culminaria em 64. Haviam transcorrido, portanto, pouco menos de 30 anos.

O PSDB lançou a candidatura de Mário Covas e outros 15 partidos o fizeram, registrando-se 16 candidatos. Dentre estes, nomes consagrados na política brasileira, além do próprio Mário Covas, como Ulysses Guimarães que, na qualidade de Presidente do MDB tornou-se a grande figura da oposição aos governos militares; Leonel Brizola, Paulo Maluf e Aureliano Chaves. Concorreram também duas lideranças novas, Fernando Collor de Melo, ex-governador de Alagoas, e Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT). A novidade é que haveria um segundo turno, a que concorreriam os dois mais votados, desde que, no primeiro, nenhum dos candidatos obtivesse mais de 50% dos votos. Esse princípio foi introduzido pela Constituição de 1988.

O candidato do PSDB obteve 11,5% dos votos, vindo em quarto lugar, depois de Fernando Collor (30,5%), Luiz Inácio Lula da Silva (17,2%) e Leonel Brizola (16,5%). No segundo turno venceu Fernando Collor com 53% dos votos.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados o PSDB elegeu 36 representantes em 1990; 63 em 1994 e 101 em 1998. Sua representação no Senado acompanhou essa expansão, o que lhe permitiu figurar entre as três maiores bancadas no Congresso, ao lado do PFL e do PMDB.

Sua maior vitória eleitoral deu-se entretanto em 1994 quando elegeu Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República no primeiro turno, com 54,3% dos votos. Fernando Henrique Cardoso foi reeleito em 1998. O PSDB também elegeu governadores em muitos estados, sendo São Paulo o mais importante, além do Nordeste (Ceará e Sergipe) e Centro Oeste (Goiás e Mato Grosso).

TEXTO II – A BUSCA DA CONSISTÊNCIA DOUTRINÁRIA E COMO A AVALIA HÉLIO JAGUARIBE

– Coleção Pensamento Social Democrata

A Coleção Pensamento Social Democrata corresponde a uma iniciativa do Senador Lúcio Alcântara, ao tempo em que exercia a presidência do Instituto Teotônio Vilela, órgão teórico do PSDB. Para concebê-la contou com a colaboração de Carlos Henrique Cardim, professor de ciência política na Universidade de Brasília. Ao todo, compreende 23 livros.

Trata-se de empreendimento sem precedentes no Brasil. Pela primeira vez uma corrente política mereceu um programa editorial que a abrangeu de forma completa, a começar da obra de seus fundadores, passando pelos desdobramentos mais importantes e situando, de modo pleno, sua situação contemporânea.

Com o propósito de nortear o empreendimento, Carlos Henrique Cardim organizou o livro intitulado *Formação e Perspectivas da Social Democracia*, com a colaboração de Antonio Paim e Ricardo Vélez Rodriguez. Esse texto subdivide-se em cinco partes, a saber: I- Socialismo moral e socialismo doutrinário (Ricardo Vélez Rodriguez); II- Elaboração teórica que desembocou na social democracia (Antonio Paim); III- Formação e evolução dos principais partidos socialistas (Antonio Paim); IV- Avanços teóricos da social democracia (Ricardo Vélez Rodriguez); e V- Perspectivas da social democracia (Carlos Henrique Cardim). A última parte ocupa-se da situação da corrente na França, na Inglaterra, na Alemanha, na Espanha e no Brasil.

Dos fundadores a Coleção incorporou dois livros aparecidos anteriormente no Brasil: *Socialismo evolucionário*, de Edward Bernstein e *A questão agrária*, de Karl Kautsky. Em relação ao primeiro, o prof. Carlos Henrique Cardim verificou que se tratava de uma edição incompleta e defeituosa, aparecida na Inglaterra no início do século XX, tendo providenciado a tradução completa de seu texto básico (*Premissas do socialismo e as tarefas da social democracia* – 1898), cuja edição não chegou entretanto a efetivar-se. Publica pela primeira vez entre nós a obra de Ferdinand Lassale, justamente o autor que procurou vincular o socialismo à democracia, numa época, início da segunda metade do século XIX, em que o tema ainda não havia assumido a dimensão de que chegaria a revestir-se posteriormente. Intitula-se *Manifesto operário e outros textos políticos*, contando com magnífica introdução de Joaquim Abellan, conhecido especialista espanhol no pensamento político alemão.

Do ciclo de seu desenvolvimento a Coleção incorpora dois livros *Socialismo liberal*, de Carlo Rosselli e *Bases e fundamentos do trabalhismo*, de Clement Attlee. O primeiro apareceu em fins dos anos vinte para contestar que as versões de socialismo autoritário existentes na época tivessem algo a ver com o socialismo. De fato, os Partidos Socialistas haviam se tornado os grandes beneficiários da democratização do sufrágio, circunstância que Rosselli trata de lembrar. O livro de Attlee é um documento fundamental sobre o comprometimento do trabalhismo inglês com o sistema democrático-representativo.

O registro do prenúncio da situação atual, quando os maiores Partidos Socialistas aderem à social democracia – ao contrário das décadas precedentes quando os alemães achavam-se mais ou menos isolados – encontra-se nos textos de um seminário realizado no

Brasil nos anos oitenta e que tem este título: *A social democracia alemã e o trabalhismo inglês*.

Os demais textos dedicam-se a situá-la contemporaneamente e incorporar autores brasileiros.

A terceira via de Tony Blair comparece com dois livros fundamentais: *Minha visão da Inglaterra*, do próprio Blair e *A terceira via*, de Anthony Giddens, que se considera seria a sua versão amadurecida.

A social democracia francesa com uma obra de Pierre Rosanvallon, o festejado estudioso da crise do Estado de Bem Estar Social, e intitula-se *A Nova Questão Social*.

A social democracia nos Estados Unidos, de que praticamente não se tinha notícia entre nós, mereceu uma coletânea: *A social democracia nos Estados Unidos*. A Coleção publicou, simultaneamente com o aparecimento da obra nos Estados Unidos, os resultados da pesquisa monumental dirigida por Seymour Lipset acerca dos percalços do socialismo na América do Norte: *Porque não vingou*. O prof. Cardim, por entender que John Rawls poderia ser classificado como social democrata – hipótese que justifica na apresentação do livro – incorporou, daquele autor, *O liberalismo político*.

Inclui também um livro do pensador argentino Juan B. Justo: *Socialismo e organização política*.

Temas relevantes da atualidade são considerados em *Globalização, política e economia* (textos de um seminário internacional realizado em Brasília, sob o patrocínio do Instituto Teotônio Vilela) e *O Estado que temos hoje e Como será o Estado do futuro*, de Will Hutton. A coleção publicou também as conferências pronunciadas, em Florença, em 1999, pelos principais líderes da terceira via, reunião à qual compareceram Bill Clinton, Tony Blair, Gerhard Schoroeder, Massimo d'Alema, Leonel Jospin e Fernando Henrique Cardoso (*Globalização e governo progressista – novos caminhos*).

O Brasil comparece com estas obras: *Dimensões da social democracia brasileira* (textos de seminário); *O socialismo brasileiro*, reedição do texto clássico de Evaristo de Moraes Filho, complementado por: *O socialismo brasileiro – 1979-1999*, de Antonio Paim; e *Proposta Social Democrata*, de Hélio Jaguaribe.

Como se vê, é inquestionável que se trata de uma iniciativa sem precedentes no país, como tivemos oportunidade de afirmar inicialmente, no que se refere à caracterização de uma corrente política.

– Como Hélio Jaguaribe caracteriza o PSDB

O texto a seguir transcrito é a introdução que Hélio Jaguaribe elaborou para a reedição de uma coletânea de textos, resultantes de um seminário realizado no Rio de Janeiro em 1989, dedicado à social democracia. A reedição em causa teve lugar em 1998, antes do pleito eleitoral em que Fernando Henrique Cardoso reelegeu-se para a Presidência da República. Hélio Jaguaribe (nascido em 1923) é um cientista político de renome internacional, tendo sido professor nas Universidades de Harvard e Stanford, nos Estados Unidos. Autor de

extensa bibliografia é considerado como um dos principais teóricos da social democracia brasileira.

No texto a seguir procura inserir o quadro brasileiro no contexto internacional.

No que se refere especificamente à situação presente da social democracia, depois de dizer que, se em determinados ciclos históricos as posições de esquerda e direita são diametralmente incompatíveis, no período recente observa-se uma aproximação que define deste modo: "No curso mais recente da história, como exemplifica o caso da Alemanha pós-guerra, essas duas posições se aproximaram muito e, de reciprocamente excludentes, tornaram-se complementares, embora em diferentes níveis de priorização. A esquerda moderna visa ao máximo de bem-estar social, com o decorrente intento de minimização das diferenças sociais, dentro de condições compatíveis com a satisfatória preservação da competitividade internacional da respectiva sociedade. A direita moderna visa ao máximo de eficiência e competitividade, para a respectiva sociedade, dentro de condições compatíveis com satisfatórios níveis de bem estar social e de redução de desigualdades."

Esta situação cria, para países como o Brasil imenso intervalo entre esquerda como projeto e esquerda como máquina. Eis como explica essa tese: "A esquerda finalística, qualquer que seja a denominação dos agentes que a representam, busca, nas condições objetivas de sua respectiva sociedade e do nosso tempo, a otimização do bem-estar social, com decorrentes esforços para minimizar as desigualdades sociais e assegurar o melhor amparo socioeconomicamente viável aos setores desvalidos, visando, ademais, à supressão das condições que geram formas sociais de desvalimento."

A esquerda como máquina, por seu turno, "se converte em uma esquerda fisiológica". Parece-lhe que, a "oposição de esquerda", embora abrigue representantes da esquerda moderna, como é o caso de Roberto Freire, escreve "é essencialmente fisiológica". Conclui que não tem nenhum projeto consistente de governo, para fazer face ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Afirma taxativamente: "O comportamento anti-social da esquerda fisiológica, sustentando o parasitismo público e inviabilizando o equilíbrio fiscal, mais ainda o do sistema de seguridade social, torna difícil a implementação de um projeto social democrata no Brasil".

Entende que o país disponha hoje do que denomina de direita moderna. Entre os intelectuais refere Roberto Campos. No plano político parece-lhe que o típico seria a direita conservadora (cita Paulo Maluf). No centro, escreve, "afastando-se de posições de centro direita e acusando, ainda incipientemente, propensão para uma posição social liberal, figura, disciplinada e eficientemente, o PFL." A seu ver também o PMDB situar-se-ia no centro ("não por motivos programáticos, mas apenas pela equidistância própria aos partidos puramente de clientela").

Eis como conclui, do ângulo que nos interessa: "Para que se formule e implemente, consistentemente, um projeto social democrata no Brasil é necessária a existência de uma esquerda moderna, necessariamente moderada. O PSDB detém, nominalmente, essa posição. Falta-lhe, porém, um mínimo de coerência interna para sustentá-la. Um setor do partido é apenas social liberal. Outro, é social estatizante. Outro, de recente formação, é

puramente situacionista. Os verdadeiros social-democratas são minoritários no partido e seu principal representante dele se encontra afastado, por exercer a Presidência da República".

Segue-se a transcrição:

INTRODUÇÃO
A PROPOSTA SOCIAL-DEMOCRATA –
DEZ ANOS DEPOIS, NO MUNDO E NO BRASIL

Hélio Jaguaribe

O QUADRO INTERNACIONAL

O processo da globalização

Visto em termos gerais, o quadro internacional da década de 80 se caracterizou pela predominância de tendências conservadoras, marcadas pelo governos de Thatcher (1979-90), na Grã-Bretanha, e Regan (1980-88), nos Estados Unidos, correspondendo à crescente visibilização do processo de globalização econômico-tecnológica do mundo.

Por seu lado, a União Européia, para dar atendimento aos compromissos da moeda única firmado em 1992 em Maastricht, teve, na década de 90, independentemente da vinculação partidária dos governos dos países-membros, de se pautar por um rígido programa de austeridade monetária e fiscal, visando a conter seus déficits orçamentários e taxas inflacionárias nos restritos limites de 3% e 3,3% do PIB, respectivamente, impostos como condição para adoção do euro.

O final dos anos 80, com o colapso do comunismo internacional (1989) e a desintegração da União Soviética (1990-91), tornou claro que dois principais processos iriam configurar os destinos do mundo: o processo da globalização e o da configuração de uma nova ordem mundial.

Vive o mundo, presentemente, o terceiro ciclo de um processo de globalização que se iniciou no século XIV com as descobertas marítimas: Vasco da Gama abrindo o caminho das Índias e Cristóvão Colombo, o das Américas. O primeiro ciclo desse processo correspondeu à fase do mercantilismo e favoreceu os países e agentes econômicos que tiveram mais ativa participação no emergente comércio internacional. Países como Índia e China, cujo nível civilizatório era relativamente superior ao europeu, até princípios do século XVIII, começaram a dar indicações de que caminhavam para se tornarem sociedades do Terceiro Mundo. O segundo ciclo do processo, correspondente à expansão da revolução industrial e desembocando no colonialismo, conduziu, através de um regime de desigualdade de trocas entre exportadores de produtos industriais e de produtos primários, à formação da hegemonia dos países ocidentais sobre o restante do mundo. O terceiro e atual ciclo, corresponde à revolução tecnológica de meados do século XX, está colocando, em escala planetária, uma minoria dos países de alta competitividade, à frente dos quais se encontram os Estados Unidos, em vantajoso relacionamento com uma maioria de países de baixa competitividade, acentuando, vertiginosamente, a brecha entre tais países.

O processo de configuração de uma nova ordem mundial se iniciou com o colapso do comunismo internacional e da União Soviética, deixando os Estados Unidos como única

superpotência. Rompido, a favor dos Estados Unidos, o antigo equilíbrio bipolar, tudo parecia indicar que se iniciaria prontamente uma nova era, a da *Pax americana*, sob a hegemonia mundial dos Estados Unidos. Duas ordens de fatores, entretanto, impediram, até recentemente, a concretização de um novo império americano. Domesticamente, os Estados Unidos perderam, depois da guerra do Vietnã, sua precedente unidade ideológica. O povo americano se recusou, desde então, a contribuir com os esforços – em termos financeiros e de vidas humanas – necessário para construir e sustentar um império mundial. Por outro lado, a elite de poder americana, que havia sido capaz de mobilizar, contra a União Soviética, uma eficaz cruzada internacional de “defesa do mundo livre”, não soube, depois do colapso do comunismo, formular um projeto internacional que compatibilizasse os interesses nacionais e a liderança mundial dos Estados Unidos com uma razoável administração dos interesses dos demais países.

Observe-se, contrastando com a presente situação dos Estados Unidos, que o segredo da eficácia e da longevidade do Império Romano não consistiu apenas, nem mesmo principalmente, na invencibilidade de suas legiões mas, a partir de Augusto, na capacidade que teve Roma de propor uma *Pax Romana* favorável às elites das províncias, preservando suas características culturais e econômicas e a auto-administração de suas cidades. Enquanto as legiões romanas protegiam as províncias de incursões bárbaras e nelas asseguravam a ordem pública, o direito romano, com *jus gentium* e o *praetor peregrinus*, gerava um regime e uma ordem jurídica favoráveis às elites e classes médias de todo o império, às quais, subseqüentemente, o édito de Caravalla concedeu universal cidadania romana. Esse exemplo não foi compreendido pelos Estados Unidos e sua elite de poder não se revela capaz de pô-lo em prática.

Independentemente dessas limitações, entretanto, o processo de globalização, em dias mais recentes, depois de que os Estados Unidos foram capazes de superar sua inferioridade competitiva em relação ao Japão, revelaram àquele país que lhes era possível, pela via econômica e por intermédio de seu setor privado, atingir, protegidos por seu predominante poder militar de dissuasão, a hegemonia mundial que não haviam alcançado por via política. O processo de globalização se tornou assim, em seu terceiro e atual ciclo, independentemente de desígnios prévios, um processo conducente à hegemonia mundial dos Estados Unidos, na medida em que a extensão mundial desse processo supere as possibilidades de defesa protecionista dos países de menor capacidade competitiva.

É uma questão em aberto se saber se, no curso dos próximos vinte anos, se consolidará a hegemonia mundial americana ou se, diversamente, se configurará uma ordem mundial multipolar, necessariamente mediada pelas Nações Unidas. Na medida em que a União Européia venha, com a adoção da moeda única e outras iniciativas, a adquirir a unidade política de que presentemente carece, na medida em que prossiga o vertiginoso desenvolvimento da China e na medida, finalmente, em que a Rússia se recupere das condições caóticas do pós-comunismo, essa ordem mundial multipolar se torna uma alternativa algo mais provável que a do império mundial americano. É dentro desse quadro internacional que devem ser analisadas as possibilidades de uma social-democracia para os próximos decênios.

Crise Social

A livre disputa por superior competitividade, que veio sendo travada, com crescente desinibição, a partir dos anos 80, sob o predomínio de governos conservadores trouxe, como consequência previsível, ademais de efeitos negativos sobre os países de menor competitividade, efeitos igualmente negativos no âmbito das sociedades adiantadas. O crescente desemprego e o aviltamento dos salários das atividades menos qualificadas foram os resultados domésticos, na Europa e, em menor escala, nos Estados Unidos, da era conservadora. Em reação a tais efeitos se avolumaram as pressões anticonservadoras que conduziram, na década de 90, a um retorno de forças não-conservadoras nos países ocidentais: Bill Clinton, nos Estados Unidos, Tony Blair, na Grã-Bretanha, Jospin, na França. A derrota, por pequena margem de votos, de Felipe González na Espanha, depois de várias reeleições, não deve ser vista, propriamente, como expressão de uma divergente tendência conservadora e sim como um intento de substituir uma equipe política que dava mostras de fadiga – e de certa margem de corrupção – por outra nova.

Nas relações internacionais, a defesa contra uma avassaladora penetração de produtos americanos levados pelo processo de globalização está conduzindo ao fortalecimento dos mercados regionais, como o da União Européia e, em menor escala, o Mercosul, na América do Sul. É nessas condições que se apresenta, para as sociedades contemporâneas, o problema da preservação de um elevado nível de qualidade de vida, dos benefícios do *welfare state* e do projeto social-democrata.

Ante a supercompetitividade americana e japonesa, os países europeus, individualmente, e as nações emergentes da Ásia e da América Latina, se defrontam com um perverso dilema: se erguem barreiras protecionistas para defender suas indústrias e sua qualidade de vida, ingressam em crescente obsolescência tecnológica e sofrem severas retaliações econômicas dos países mais competitivos e medidas punitivas dos organismos internacionais, hoje pautados pelos princípios do neoliberalismo. Se se abrem irrestritamente para o mercado internacional, sofrem severa devastação de suas indústrias, com correspondente desemprego e queda de sua qualidade de vida.

É nesse quadro que se apresentam as dificuldades para a preservação dos benefícios do *welfare state*, conquistados pelos europeus e, em menor escala, por países do Terceiro Mundo, no pós-Segunda Guerra Mundial. E é nesse quadro que tem de ser reformulada a proposta social-democrata.

Competitividade e qualidade de vida

A equação entre competitividade e qualidade de vida, para os países que não se situem nos mais altos patamares da competitividade internacional, apresenta uma exigência prévia: a de dispor de um amplo mercado, de tal sorte que medidas de moderado protecionismo, no âmbito desse amplo mercado, não acarretem, pelo menos a curto e médio prazos, severos efeitos de obsolescência tecnológica. Foi essa a razão que levou os europeus a formas crescentes, vertical e horizontalmente, de integração regional, conduzindo à presente Europa dos 15 e à busca da moeda comum. Foi essa mesma razão que levou à criação do Mercosul e aos correntes intentos de ampliar esse mercado para outros países da América do Sul.

O projeto de bem-estar social e a decorrente proposta de uma solução social-democrata, nas condições contemporâneas, se distanciam muito das condições em que tais aspirações podiam ser validamente formuladas, nas décadas de 50 e 70. A questão se situava, antes, no restrito âmbito de espaços nacionais. É certo que esses espaços nacionais não eram incomunicáveis e, por esta razão, as medidas sociais que um país podia adotar, mesmo nesse período, tinham de levar em conta a preservação de equilíbrio de seu balanço de pagamentos. As margens disponíveis para as medidas sociais, entretanto, permaneciam bastante amplas e, como o prova a Alemanha pós-guerra, eram tanto mais amplas quanto mais produtiva fosse a respectiva economia.

Nas condições mundiais de fins da década de 90, as margens disponíveis para a preservação do *welfare state* e de um projeto social-democrata, como mais uma vez o demonstra a Alemanha de hoje, a despeito de sua alta produtividade e da proteção que lhe dá a União Européia, são incomparavelmente mais restritas.

Nas condições atuais, as possibilidades de preservação do *welfare state* e da validade de uma proposta social-democrata dependem, basicamente, da medida em que a política social de um país não se faça a expensas da competitividade de suas empresas e das externalidades relevantes- infra-estrutura, regime legal, estatutos sociais – que condicionam o chamado "custo nacional" de um país. A social-democracia ocidental se construiu, historicamente, em grande medida pela transferência, para as empresas e os empregadores, em geral, dos custos de sua sustentação. Na era da globalização e da feroz disputa de competitividade, esse regime é suicida. A oposição empregado-empregador, nas condições atuais, é totalmente contraproducente. Sempre que prevaleça num país uma razoável ordem social, encaminhada para o *welfare state* e um regime de tendência social-democrata, o bem-estar dos empregados depende diretamente da prosperidade da empresa, que por sua vez depende de sua produtividade, como condição de competitividade.

A decorrência a extrair dessa situação é a de que a preservação do *welfare state* e da social-democracia depende atualmente da fina administração de um regime que assegure as melhores condições possíveis de competitividade para as empresas, estabelecendo, por outro lado, um regime social que, por via fiscal e meios equivalentes, transfira para o setor público uma suficiente margem do excedente econômico que permita o financiamento do bem-estar e o amparo dos setores menos favorecidos, sem prejudicar a competitividade das empresas e os atrativos para uma satisfatória taxa de investimentos, para a conservação, renovação, modernização e expansão do sistema produtivo.

Dentro das condições mencionadas, as sociedades que desejem preservar elevados níveis de qualidade de vida e uma ordem social equitativa, como a que resulta de um projeto social-democrata ou social-liberal, tem de se associar na formação de mercados suficientemente amplos para permitir que um moderado protecionismo as defenda das formas irrestritas de competitividade de outras sociedades, como tende a ocorrer, por motivos e em condições diferentes, nos casos dos Estados Unidos e do Japão.

O QUADRO BRASILEIRO

As vicissitudes políticas

O Brasil perdeu muitos anos, depois da malograda década de 80 e, particularmente, da restauração do regime democrático em 1985. O falecimento de Tancredo Neves, logo após a sua extraordinária atuação política, que lhe permitiu eleger-se pela própria máquina eleitoral que fora montada para perpetuar o regime militar, privou o governo que então se formou, sob a direção do vice-presidente Sarney, de condições para empreender a grande tarefa, que de há muito se impunha, da modernização do país. Muito ao contrário, por falta de uma liderança esclarecida, o Congresso Constituinte aprovou uma Constituição que, sob a capa de ser obstáculo a futuras ditaduras – a presumida Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães –, inseriu o país num sistema institucional obsoleto e inviável.

A sucessão do governo Sarney foi marcada pelos lamentáveis episódios que terminaram conduzindo ao impedimento do presidente Collor. O vice-presidente Itamar, durante sua primeira fase de governo, administrou o país de forma errática, levando-o à beira da nova séria crise, desta vez por razões de ordem econômica e administrativa. Salvou-se o país, inesperadamente, quando o então ministro do Exterior, Fernando Henrique Cardoso, foi convidado para a pasta da Fazenda. Surpreendendo mesmo aqueles que conheciam seu talento, Fernando Henrique Cardoso montou uma equipe econômica extremamente competente e foi capaz, no período final do governo Itamar, de formular e implementar o Plano Real e, com ele, resgatar o país da crônica superinflação em que vegetava há muitos anos.

O prodígio da estabilização da moeda, acarretando, com a proteção do poder aquisitivo dos salários, substancial elevação do nível de vida da população de mais baixa renda, ou seja, das grandes massas, levou à eleição de Fernando Henrique Cardoso, que iniciou seu governo, cercado de expectativas favoráveis, em janeiro de 1995.

O Governo Cardoso

Ao se aproximar o fim do governo Cardoso parece razoável se afirmar que ele revelou ser o mais qualificado presidente de nossa história e, provavelmente, o mais qualificado chefe de Estado e de governo de nossos dias. Isto não obstante, o desempenho de seu governo se situa bastante abaixo desse seu excepcional nível de qualificação e a imagem pública de seu governo, no Brasil – diversamente do que ocorre no exterior – é muito inferior ao seu efetivo nível de desempenho. Por que ocorre esse duplo desnível?

É difícil emitir um juízo objetivo e bem fundamentado sobre o primeiro desnível. Isto porque intervêm, nesse desnível entre a superqualificação do presidente e seu mais modesto nível de desempenho, fatores os mais diversos, grande número dos quais independentes do que possa fazer o chefe do Governo, tais como os que derivam das limitações decorrentes das instituições vigentes, os que decorrem da fragmentária composição do Congresso Nacional e os que provêm da ineficiente estrutura da máquina burocrática e de seus tripulantes

O governo Cardoso concentrou de modo correto suas energias no intento de promover as reformas institucionais urgentemente requeridas pelo país, como condição de

recuperar a governabilidade e a capacidade de desenvolvimento econômico e social. Para esse efeito, o presidente mobilizou sua inexcedível capacidade de persuasão na tentativa de formar uma ampla base parlamentar de consenso em torno das necessárias reformas. Ao se aproximar o final de seu governo, os esforços em prol das reformas constitucionais apresentavam resultados mistos. Foram coroados de êxito os projetos de reforma orientados para a desburocratização e a flexibilização da economia. Um rápido e significativo incremento das inversões estrangeiras no Brasil, com substancial elevação das reservas cambiais (da ordem de US\$ 70 bilhões), já demonstrou o acerto dessas reformas. Diversamente, entretanto, as reformas orientadas para a modernização do Estado e o asseguramento de seu equilíbrio fiscal – reformas do regime fiscal e da previdência social – se arrastam pelo Congresso, encontrando as maiores dificuldades para reunir o necessário consenso mínimo. Conspiram contra a aprovação dessas indispensáveis reformas o clientelismo que prevalece para a eleição da maioria dos parlamentares e o crescente parasitismo à custa do setor público, que se encontra na base desse clientelismo. O fato de ter sido aprovada a emenda que permite a reelegibilidade, para um segundo mandato, do presidente da República, bem como de governadores e prefeitos, aumenta as possibilidades de que o presidente Cardoso logre, afinal, a aprovação das reformas do sistema público e fiscal.

O segundo desnível já referido, o que situa a imagem pública do presidente Cardoso bem abaixo do nível que corresponde a seu efetivo desempenho, resulta, em essência, de três principais fatores. Mencione-se, de início, a medida em que os projetos de reforma do sistema público e fiscal, apresentados pelo presidente Cardoso, contrariam, fundamentalmente, os interesses de uma numerosa classe de funcionários públicos, nos três níveis da Federação e um amplo e extremamente vocal contingente de beneficiários de indevidas vantagens do atual sistema previdenciário. Essa minoria empreende uma ativa contrapropaganda do governo, enquanto que a maioria dos cidadãos, futuros beneficiários das reformas do sistema público, não se dá conta desse fato e permanece apática. Acrescente-se que os benefícios imediatos decorrentes da estabilização da moeda se fazem sentir nos setores de baixa renda – cujo poder aquisitivo é sustentado e ampliado – e nos setores de elevada renda, cujos projetos de investimento se tornam viáveis e financiáveis. Para a classe média, sobre a qual tem imediata repercussão a elevação do custo dos serviços – fenômeno que em geral se segue aos processos de estabilização monetária –, os benefícios decorrentes da instituição de condições favoráveis para uma aceleração do desenvolvimento econômico tendem a só se fazer sentir dentro de alguns anos.

Essas circunstâncias favoráveis a divulgação de uma imagem negativa do governo Cardoso têm sido ativa e competentemente explorada pela chamada “oposição de esquerda”, que constitui o segundo e mais importante fator determinante de desnível entre o desempenho do governo e sua imagem. Esse item, por outro lado, vem sendo extremamente beneficiado pelo terceiro dos fatores mencionados, que é o da excepcional incompetência dos serviços de divulgação e propaganda do governo. Na verdade, somente o próprio presidente Cardoso se vem mostrando capaz de defender persuasivamente seu governo, o que, é óbvio, reduz a poucos momentos por ano as manifestações que contradigam a contínua contrapropaganda da “oposição de esquerda”.

Esquerda finalística e esquerda fisiológica

O projeto social-democrata no Brasil, ademais de se confrontar, como indicado, com a problemática que caracteriza em nossos dias um projeto dessa natureza, depara-se com preocupantes margens de ignorância e atraso por parte das forças que integram a “oposição de esquerda”.

“Esquerda” e “direita”, desde a inicial configuração dessas posições, no curso da Revolução Francesa, apresentam características diferentes, conforme distintos períodos históricos e circunstâncias sociais. Sem prejuízo dessas diferenciações, determinadas por cambiantes condições histórico-sociais, persiste, não obstante, um aspecto essencial próprio a cada uma dessas posições. As posições de esquerda se preocupam, predominantemente, com a defesa da dignidade do homem e buscam, para tal, condições que a assegurem, sobretudo as que conduzam à maximização da igualdade. As posições de direita se preocupam, em essência, com uma eficaz ordenação da sociedade e para tal se empenham em assegurar condições que maximizem competência, produtividade e competitividade.

Em diversas condições históricas, como, por exemplo, na crise da República de Weimar, durante o conflito final entre comunismo e nazismo, as posições de esquerda e direita eram diametralmente incompatíveis. No curso mais recente da história, como exemplifica o caso da Alemanha pós-guerra, essas duas posições se aproximaram muito e, de reciprocamente excludentes, tornaram-se complementares, embora em diferentes níveis de priorização. A esquerda moderna visa ao máximo de bem-estar social, com o decorrente intento de minimização das diferenças sociais, dentro de condições compatíveis com a satisfatória preservação da competitividade internacional da respectiva sociedade. A direita moderna visa ao máximo de eficácia e de competitividade, para a respectiva sociedade, dentro de condições compatíveis com satisfatórios níveis de bem-estar social e de redução das desigualdades.

As características que hoje delimitam a faixa de viabilidade social e de validade programática da esquerda moderna conduzem em certos países, como quase sempre ocorre em sociedades subdesenvolvidas e tipicamente sucede no Brasil de nossos dias, a um imenso intervalo entre a esquerda como projeto e a esquerda como máquina. A esquerda finalística, qualquer que seja a denominação dos agentes que a representem, busca, nas condições objetivas de sua respectiva sociedade e do nosso tempo, a otimização do bem-estar social, com decorrente esforços para minimizar as desigualdades sociais e assegurar o melhor amparo socioeconomicamente viável aos setores desvalidos, visando, ademais, à supressão das condições que geram formas sociais de desvalimento. A esquerda como máquina se converte em uma esquerda fisiológica. Sua titularidade a posições de esquerda não lhe provêm de um projeto objetivamente viável de otimização do bem-estar social, mas do fato de ser dirigida por agentes que se declaram de esquerda –que tendem, subjetivamente, a crer que o sejam – e que mobilizam, para alcançar suas expectativas de poder, setores sociais que sustentam reivindicações imediatistas e supõem que elas poderão ser atingidas através de processos de apropriação, por via política, dos bens já existentes na respectiva sociedade.

A atual "oposição de esquerda" brasileira, não obstante dela participarem algumas personalidades representativas da esquerda moderna, como é o caso de Roberto Freire, é essencialmente fisiológica. Não tem nenhum consistente projeto alternativo de governo, para fazer frente ao governo Cardoso. Mas dispõe de um competente sistema de propaganda e divulgação – de que precisamente carece o governo Cardoso – e através dele difunde a arbitrária alegação de que o governo Cardoso é neoliberal e sustenta, no Congresso e fora

dele, uma política de oposição sistemática às propostas de reformas. Com isto adota posições extremamente anti-sociais, obstaculizando itens da maior urgência e importância para a sociedade brasileira.

O comportamento anti-social da esquerda fisiológica, sustentando o parasitismo público e inviabilizando o equilíbrio fiscal, mais ainda o do sistema de seguridade social, torna difícil a implementação de um projeto social-democrata no Brasil. Esse projeto é o do presidente Cardoso. Para dar-lhe condições de viabilidade, entretanto, o governo necessita, previamente, da aprovação das reformas institucionais que propôs ao Congresso. Necessita, por outro lado, de apropriada sustentação política e popular. As reformas se deparam com as dificuldades já apontadas. A sustentação política que obtém no Congresso encontra, por outro lado, além das dificuldades já mencionadas, a falta de coerência interna por parte do Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB, precisamente o partido que deveria dar integral e militante respaldo a tal projeto. O PSDB, entretanto, agregou a seus vícios de origem, consistentes na incorporação de um apreciável contingente de políticos alheios à social-democracia, os decorrentes de se haver convertido, recentemente, em um partido situacionista, em lugar de em um partido de projeto. O consenso dos membros do PSDB, portanto, no que se refere às propostas do governo, não se faz em função do mérito destas, mas da medida em que dar-lhes apoio aumente a participação do partido na máquina do Estado, ou em vantagens clientelistas.

O PMDB, contando com ampla bancada parlamentar e, como tal, sendo o partido fundamental para a coalizão do governo, é uma heteroclita associação de políticos que têm em comum, apenas, uma legenda partidária que lhes resulta vantajosa para seus projetos eleitorais. As compensações clientelísticas assumem, assim, no caso desse partido, a quase exclusiva motivação de seu posicionamento, ante os projetos do governo.

Deixando de lado outras legendas e motivações relacionadas com o apoio parlamentar aos projetos do governo Cardoso, avulta a importância de que se reveste, na coalizão governamental, o Partido da Frente Liberal/PFL. Passando por alto as questões relacionadas com suas origens e antigos vínculos com Tancredo Neves, observe-se, apenas, que esse partido, que se tornara quase exclusivamente uma agremiação de políticos nordestinos, compromissados com os interesses conservadores das classes dominantes da região, passou a apresentar duas importantes características. Por um lado, em virtude de lideranças dotadas de grande capacidade e sensibilidade políticas, como a de Antonio Carlos Magalhães, tornou-se uma agremiação disciplinada, atuando, coerentemente, em função dos projetos que adote. Por outro lado e pelas mesmas razões, avultando a progressiva influência no partido do vice-presidente Marcos Maciel, sua precedente condição de partido representativo dos interesses da classe dominante do Nordeste e se tornou um partido de escopo nacional, que se encaminha, crescentemente, para adotar uma posição social-liberal.

Social-democracia no Brasil

A situação resultante, no que concerne a um consistente projeto social-democrata no Brasil, apresenta um quadro contraditório. O país dispõe de uma pequena mas atuante direita moderna, de que o embaixador Roberto Campos é o máximo expoente. E de uma direita conservadora, de que o ex-prefeito Maluf é um representante política e eleitoralmente importante. No centro, afastando-se de posições de centro-direita e acusando, ainda

incipientemente, propensão para uma posição social-liberal, figura, disciplinada e eficientemente, o PFL. O PMDB também mantém uma posição de centro, não por motivos programáticos, mas apenas pela equidistância própria aos partidos puramente de clientela.

Para que se formule e implemente, consistentemente, um projeto social-democrata no Brasil é necessária a existência de uma esquerda moderna, necessariamente moderada. Essa é a principal lacuna do quadro político-partidário brasileiro. O PSDB detém, nominalmente, essa posição. Falta-lhe, porém, um mínimo de coerência interna para sustentá-la. Um setor do partido é apenas social-liberal. Outro, é social-estatizante. Outro, de recente formação, é puramente situacionista. Os verdadeiros social-democratas são minoritários no partido e seu principal representante dele se encontra afastado, por exercer a presidência da República.

Resta nesse quadro o Partido dos Trabalhadores/PT, não o de hoje, mas um possível e até mesmo provável PT do futuro. O PT, em parte por lhe faltar um mínimo satisfatório de experiência no exercício da administração pública, ainda padece da síndrome infantil dos partidos de extração proletária, a síndrome do radicalismo *bloody worker*. Essa síndrome afetou durante largos anos o Labour Party da Inglaterra, a SF10 na França e a Social-Democracia da Alemanha. Essa síndrome tende a ser corrigida pelas exigências da disputa democrática do poder. Tal disputa leva os partidos obreiros à compreensão de que somente se convertendo em partidos policlassistas, com propostas válidas para os três principais estratos de uma sociedade moderna, na qual predomina, cada vez mais, o estrato médio, logram se tornar alternativas viáveis para o exercício do poder.

As eleições em setembro de 1997 para a direção do PT e a disposição declarada pelos novos líderes, de formar alianças, estão afastando o partido de seu radicalismo infantil. Falta-lhe, ainda, compreender que a arbitrária atribuição do apodo de neoliberal ao presidente Cardoso, ainda que possa ter certo êxito propagandístico – como efetivamente vem tendo – não consiste num substituto socialmente compensatório para a falta de um consistente programa alternativo do governo.

Embora ainda seja cedo para prognósticos, no ano das eleições presidenciais de 1998, os indícios são claramente no sentido de que o PT irá, novamente, ser derrotado. Essa relativamente provável derrota poderá, entretanto, se ocorrer, ser extremamente benéfica para o partido e para o país. Isto porque um projeto social-democrata terá, necessariamente, de ser a linha-mestre de governo nos anos finais deste e dos iniciais do século que se aproxima. Se reeleito, Fernando Henrique Cardoso certamente procurará implementar tal projeto e necessitará, para tanto – e para a eventual complementação das reformas institucionais –, amplo apoio parlamentar. Ante um PSDB programaticamente mal definido e um PFL talvez ainda insuficientemente social-liberal, um PT educado por sucessivas derrotas democráticas tenderá a apresentar condições internas para que transite do antigo radicalismo infantil para a maturidade de uma posição genuinamente social-democrata, independentemente de que venha ou não a participar do futuro governo. Mas, em tal caso, o PT provavelmente se habilitaria para assumir a sucessão do possível segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

TEXTO III – A ANÁLISE DO GOVERNO FHC POR BOLIVAR LAMOUNIER E RUBENS FIGUEIREDO

O texto a seguir transcrito, da autoria dos cientistas políticos Bolivar Lamounier e Rubens Figueiredo, corresponde à introdução ao livro *A Era FHC. Um balanço* (São Paulo, (Cultura Editores Associados, 2002).

INTRODUÇÃO

O livro *A era FHC. Um balanço* pretende analisar, de forma isenta e crítica, o desempenho da administração Fernando Henrique Cardoso em seus primeiros sete anos de mandato (1995-2001). Trata-se de uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), presidida pelo Dr. Fernando Bezerra, que contou com o decisivo apoio do Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais de São Paulo (Idesp).

Analisar a *performance* de um governo não é tarefa simples. Todo governo atua em muitas frentes, muda ao longo do tempo e tem altos e baixos. Alterações no Ministério, com a entrada ou saída de figuras-chaves, podem afetar de maneira significativa o desempenho do conjunto. A ação de governar consiste essencialmente em tomar decisões, em escolher entre alternativas, e toda escolha cria descontentamentos. Há, assim, também a interferência do fator subjetivo, uma vez que nenhum governo é avaliado de maneira homogênea por seus interlocutores mais relevantes, muito menos pela sociedade em geral. Pode-se dizer, nesse sentido, que a dificuldade decorre de três fatores principais:

1. eventual *parti pris*, partidário ou ideológico, de quem faz a avaliação;
2. complexidade e mutabilidade do objeto: as ações de qualquer governo abrangem amplo leque de políticas substantivas e envolvem o sempre difícil equacionamento entre recursos e possibilidades;
3. encadeamento causal: nem sempre é possível identificar com precisão o nexo causal entre a situação precedente (a que determinado governante encontrou no país como um todo ou em determinada área), as políticas que sua gestão promoveu e os resultados efetivamente alcançados.

Essa complexidade tem como contrapartida, na ciência política, a enorme variedade de abordagens e métodos aos quais se tem recorrido com o objetivo de avaliar governos. Destacam-se, entre os mais freqüentemente utilizados:

- análise direta das políticas públicas, isto é, do conteúdo da ação governamental, em diferentes áreas;
- aferição do nível de apoio social ao governo, focalizando seja a opinião pública em geral, seja especificamente os usuários de determinados serviços públicos;
- monitoramento de indicadores econômicos ou sociais, a fim de avaliar que diferença terá feito a atuação do governo num período especificado;

– avaliação do desempenho institucional – e especificamente do grau de entendimento e colaboração entre as instituições que compõem o governo –, que se reflete, por exemplo, na produção legislativa.

Cada uma dessas abordagens tem vantagens e desvantagens. Todas requerem compilação e análise de amplas bases de dados, abrangendo informações orçamentárias, indicadores econômicos e sociais, votações, pesquisas de opinião pública, análises do noticiário jornalístico, depoimentos de especialistas nas diversas áreas de atuação governamental e assim por diante.

A questão da opinião pública é especialmente complexa. Entre a percepção popular e o que faz efetivamente um governo abre-se, não raro, um fosso enorme. A mídia pode eventualmente contribuir para isso, mas esse fosso sempre existirá, pois decorre da própria complexidade das questões e do imenso volume de informações que o cidadão precisaria assimilar para chegar, ele mesmo, a uma avaliação adequada.

Para o bem ou para o mal, fato é, portanto, que a percepção da realidade governamental pela opinião pública é mediada, em qualquer sociedade moderna, pelos meios de comunicação. A formação da percepção popular é também influenciada por acontecimentos específicos, considerados importantes e amplamente divulgados, que acabam por se fixar como "resumos" simbólicos do que se passa em determinada área. Resumos que podem ser adequados em alguns casos, mas distorcidos ou completamente falsos em outros – na medida em que isolem ou indevidamente superestimem a importância de determinado aspecto da realidade.

O afundamento de uma plataforma marítima da Petrobrás ou um surto epidêmico de dengue, por exemplo, podem ou não refletir de maneira adequada o conjunto da ação governamental em relação à produção de petróleo ou à saúde. O fato individual pode ser importante em si mesmo ou como notícia (muitas vezes, como imagem), mas não é necessariamente um bom resumo simbólico do conjunto do qual é momentaneamente abstraído. Um dos objetivos deste volume é, pois, analisar de maneira mais contextualizada a ação governamental, distinguindo suas diferentes áreas, tentando retratá-las como conjuntos e, sobretudo, colocando cada uma delas em perspectiva temporal mais dilatada.

Cabe também lembrar que governos não agem no vazio. Agem escolhendo entre alternativas, portanto submetidos, sempre, a restrições. Restrições decorrentes de escassez de recursos, de valores sociais incompatíveis com certas escolhas, do interesses de outros países, de flutuações no nível de atividade econômica mundial, de mudanças nos padrões de produção e de avanços tecnológicos, entre outros. Assim, o bom desempenho de determinado governo poderá consistir na realização de um potencial limitado, ou mesmo em evitar que esse potencial se restrinja ainda mais sob a ação de fatores que escapam ao seu controle. Nesses casos, diante da magreza ou da virtual invisibilidade dos resultados, a percepção da opinião pública dificilmente coincidirá com a avaliação (supostamente mais informada, equilibrada e de perspectiva mais ampla) dos cientistas políticos.

O mais importante, de qualquer forma, é que toda avaliação, leiga ou científica, pressupõe critérios. Em relação a que áreas é mais importante ou apropriado avaliar a ação governamental? Que tipo de profissional faz a avaliação? Com base em quais informações? Quais os indicadores mais adequados? Como assegurar que a variação encontrada em

diferentes áreas seja mesmo de desempenho, e não de diferentes perspectivas ou pontos de partida conceituais?

No que se refere à amplitude da ação governamental, os organizadores do presente livro selecionaram dezoito temas que lhes pareceram importantes. Esses temas foram agrupados nas três seções em que se divide o livro. A primeira seção – economia e infra-estrutura – compreende os seguintes temas: política macroeconômica e ajuste fiscal, renda e consumo, emprego, indústria e tecnologia, agricultura e reforma agrária, telecomunicações e transportes. A segunda trata de questões referentes à política e ao Estado: política (e comércio) exterior, relações Executivo-Legislativo, reforma administrativa, política de desenvolvimento urbano, defesa nacional e direitos humanos e violência. Na terceira seção acham-se os temas relacionados à área social: saúde, educação, previdência social, assistência social e cultura.

É claro que outras áreas poderiam ter sido incluídas. Na questão de infra-estrutura, por exemplo, a ausência de um capítulo sobre energia – especialmente tendo o País vivido longo período de racionamento – constitui lacuna evidente. Da mesma forma, o Judiciário e as propostas para sua reforma bem mereceriam um capítulo. O sistema financeiro não foi analisado de forma específica, não obstante a importância do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (Proer) como política pública no primeiro mandato de Fernando Henrique. Sobre tais lacunas, o melhor que os organizadores podem dizer é que certamente serão sanadas em etapas futuras deste trabalho, que ora iniciam.

Muitas vezes, os temas se sobrepõem. É impossível falar de ajuste fiscal (Capítulo 1) sem tratar da reforma da Previdência (Capítulo 16). O decréscimo das taxas de mortalidade infantil (Capítulo 14) está relacionado à expansão do saneamento básico, assunto tratado no texto sobre a política urbana (Capítulo 11). Não há como falar de emprego e desemprego (Capítulo 3) sem se referir à aplicação de novas tecnologias na produção (Capítulo 4). A defesa nacional (Capítulo 13) tem relação com a política externa (Capítulo 8). E assim por diante.

Definidos e delimitados os temas, solicitamos a pesquisadores acadêmicos ligados a algumas das mais renomadas universidades brasileiras que fizessem levantamentos sobre cada uma das áreas a serem avaliadas, cuidando de reunir informações tão abundantes e confiáveis quanto possível.

Os textos poderiam ter sido escritos por cientistas políticos, por economistas, ou por quaisquer outros profissionais. Nossa opção foi entregar esse trabalho a alguns dos mais expressivos jornalistas brasileiros. São deles, portanto, as avaliações que o leitor encontrará nos diferentes capítulos deste livro. Foi-lhes sugerido desde o início que levassem ou não em conta, a seu critério, as análises precedentemente produzidas pelos acadêmicos-consultores. Nesse sentido, o livro tentou promover certo “casamento” entre o rigor universitário no levantamento e no tratamento dos dados com a informação contextualizada, o adestramento no debate público e, por que não dizê-lo, o texto em geral mais fluente dos jornalistas.

No que se refere àquele mínimo desejável de homogeneização conceitual, os organizadores entenderam que o trabalho deveria ter como preocupação, no tocante a cada área, responder a três perguntas básicas:

1. Em que situação se achava a área analisada no início do governo FHC?
2. Que políticas o governo adotou e implementou para resolver os problemas encontrados?
3. Qual foi o resultado efetivo da política adotada?

Luís Nassif, colunista e membro do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*, assina o texto que abre o livro. O autor mostra que a política fiscal do governo Fernando Henrique deve ser avaliada em conexão com os objetivos maiores da política econômica. Ela diz respeito não apenas ao aspecto tributário propriamente dito, mas ao gerenciamento da dívida pública como um todo e também às despesas governamentais. O texto frisa que o governo FHC herdou, no que se refere à política fiscal, verdadeiras “bombas de efeito retardado”: os enormes passivos internos (previdenciário, habitacional e do FGTS, entre outros) e externos, estes resultantes sobretudo da política de câmbio valorizado da primeira fase do Plano Real. Nesse quadro, o saneamento financeiro tornou-se peça-chave para a política econômica em seu conjunto, compreendendo o acordo da União com os estados a fim de assegurar o cumprimento das metas relacionadas ao déficit público, o programa de privatizações, a reforma da Previdência e a reforma administrativa. A Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso em maio de 2000, veio coroar esse processo, como grande agente de disciplina fiscal.

Apesar do enorme esforço dos últimos anos, o País ainda não dispõe de um modelo fiscal sustentável. A dívida pública continua em trajetória desconfortável. As agências que pesam na fixação da imagem externa do Brasil (e conseqüentemente nos *spreads* que nos são cobrados) exigem maior geração de superávit para reduzir o "risco Brasil", objetivo atacado por setores políticos que contra ele invocam as carências sociais do País. Fato é, porém, que se logrou expressivo avanço na área fiscal e especificamente no tocante à obtenção de importante superávit primário. Mas, para consolidar essa tendência, será preciso persistir na racionalização do gasto público e da carga tributária e no equacionamento da taxa de juros.

André Lahöz, jornalista da revista *Exame*, analisa a evolução da renda e do consumo durante o governo Fernando Henrique. Aqui, um consenso e uma confusão. Consenso quanto ao imperativo e à urgência de melhorar a distribuição da renda e reduzir de maneira significativa os atuais níveis de pobreza. Confusão no que se refere às reais dimensões do problema e ao debate sobre se terá ou não efetivamente havido, nos últimos anos, redução da desigualdade e da pobreza.

Segundo Lahöz, há muita discrepância nos números, mas os principais estudos mostram que houve discreta melhora na distribuição de renda entre 1995 e 1999, bem como expressiva diminuição no número de pobres durante o governo FHC. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam que as porcentagens de “indigentes” e de “pobres” caíram de 19,55% para 14,5% e de 41,7% para 34,1% da população, respectivamente, no período 1993-1999. Essa redução equivale a 5,2 milhões de indigentes e

6,3 milhões de pobres a menos. A partir de 1999, entretanto, o número de pobres voltou a crescer, embora o Censo 2000 tenha mostrado que o rendimento médio do brasileiro cresceu 41,8% na década passada.

Com o advento do Plano Real, a queda da inflação e a volta do crédito ao consumidor permitiram importante expansão do consumo. O brasileiro passou a consumir mais leite, frango e salsicha e menos arroz e feijão, ou seja, melhorou sua dieta, passando a ingerir mais proteínas e menos carboidratos. Registrou-se também aumento nas vendas de café, chocolate, cerveja, refrigerante, sabonete, creme dental e cimento, assim como dobrou o número de viagens aéreas domésticas. Portanto, no conjunto, melhorou o padrão de vida de parcelas expressivas da sociedade.

Ribamar Oliveira, colunista do jornal *Valor Econômica*, escreve sobre a questão do emprego, mostrando que, no governo Fernando Henrique, o Brasil viveu grave crise nesse setor, talvez a pior de sua história. A multiplicidade das causas e o caráter muitas vezes passional do debate dificultam sobremaneira a avaliação desse fenômeno. Em que pesem as divergências interpretativas sobre as causas, os números disponíveis são eloquentes no que se refere aos elevados índices de desemprego.

Observe-se, antes de mais nada, a intensidade da pressão demográfica sobre o mercado de trabalho, com substancial aumento da demanda por emprego. Nos anos de 1990, a população total cresceu à taxa anual de 1,63% e a força de trabalho à de 2,7% ao ano. A mudança de modelo econômico, na medida em que implica aumento de produtividade e do componente tecnológico nos processos produtivos, dificultou o atendimento daquele incremento de demanda. No governo Collor, esses fatores foram agravados pelo fracasso da política de estabilização monetária (de 3 milhões de vagas que desapareceram no mercado formal na década de 1990, 2,1 milhões foram destruídos durante a recessão daquele período). O crescimento econômico é, pois, o remédio essencial. Após três anos de virtual estagnação, o mercado de trabalho apresenta, em 2000, aumento de 4,2% na ocupação média anual, superior à registrada em 1994 (2,6%), até então a mais alta do período FHC – tendência ascensional que foi interrompida pelas crises de 2001.

Convencido de que o encarecimento da mão-de-obra devido aos encargos sociais também dificulta o aumento da oferta de emprego, o governo FHC vem propondo alterações na legislação trabalhista, a fim de reduzi-los. As primeiras tentativas de “flexibilização”, como o contrato por prazo determinado e a suspensão temporária do contrato de trabalho, não tiveram o resultado esperado. Não obstante; a taxa média de desemprego aberto de 2001, medida pelo IBGE, foi de 6,2% (contra 7,6% em 1998). O governo tratou também de estimular a qualificação profissional, objetivo que se afigura ainda mais importante quando se considera que a má qualidade do ensino geral representa sério obstáculo.

Francisco Viana, ex-editor da revista *Isto É* e colunista da revista *Imprensa*, é o responsável pelo capítulo que aborda a indústria e a tecnologia. Os anos 80 do século XX ficaram conhecidos como a “década perdida”. Nos anos de 1990, tendo o País passado a operar com uma economia mais aberta ao exterior e em ambiente de estabilidade monetária, o desafio de modernizar a indústria se reapresentava e esbarrava em dificuldades decorrentes da sobrevalorização cambial e do elevado custo do capital. E, de fato, os resultados alcançados até 1997 pareceriam modestos, uma vez que naquele ano, ponto mais alto da expansão ocorrida durante o governo FHC, o índice da produção industrial era apenas 13% superior ao

de 1980. Para bem compreender o que está ocorrendo, devemos porém aquilatar as importantes transformações registradas no parque industrial.

O primeiro fato a destacar é o aumento da importação de bens de capital e de tecnologia, que vem assegurando às empresas industriais brasileiras substanciais ganhos de eficiência e produtividade, com significativa redução nos custos de produção. A par disso, observa-se acentuada tendência à especialização do parque industrial, efeito da internacionalização da economia. Outro relevante indicador das transformações em curso na indústria é o número de empregados com nível educacional equivalente ao curso médio completo ou superior. Entre 1986 e 1998, o percentual de empregados com esse nível educacional saltou de 12% para 22%. O movimento nessa direção é reforçado pela crescente aproximação entre a universidade e as empresas, a par do crescente interesse destas últimas em pesquisa e inovação. Para assegurar a continuidade desse processo, o governo estimulou a criação de fundos setoriais, com vistas a facilitar a atualização tecnológica das chamadas atividades estratégicas.

Mauro Maulin, ex-jornalista do *Jornal do Brasil* e editor da revista *Update*, analisa as questões referentes à reforma agrária e à agricultura. Embora critique a reforma agrária sob certos aspectos, o autor também apresenta números e resultados bem eloqüentes a respeito de sua importância. O dispêndio anual feito nessa área pelo governo FHC, em seus primeiros cinco anos, correspondeu a 7,5 vezes tudo o que se gastou nos cinco anos finais do governo Figueiredo, a 106% dos gastos do governo Sarney e a 79,1% do total de gastos do período Collor-Itamar. Mais de meio milhão de famílias foi assentado, número expressivo, embora a qualidade desses assentamentos seja às vezes questionada.

Não foram menos expressivos os resultados atingidos na agricultura. Na safra 1990-1991, foram colhidas 57,8 milhões de toneladas de grãos em área plantada de 37,8 milhões de hectares. A previsão para a safra 2001-2002 é uma colheita de 100 milhões de toneladas em 38,4 milhões de hectares cultivados. Esses números indicam o importante ganho de produtividade que está ocorrendo na agricultura, "maior que a da indústria e dos serviços", segundo um dos depoimentos do capítulo.

Ethevaldo Siqueira, colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*, tem como objeto de estudo o setor de telecomunicações, cujo cenário, em 1995, não era dos mais alentadores. A média de disponibilidade desse serviço no Brasil era inferior à latino-americana (8,1 telefones por 100 habitantes contra 11 na América Latina). O monopólio estatal, embora tivesse assegurado expansão entre 1965 e 1980, apresentava francos sinais de esgotamento, resultante de vários fatores. Sem disponibilidades para investimento – consequência em grande parte da sistemática redução dos superávits para atender a problemas do Tesouro Nacional – e perdendo qualidade profissional, o setor viu-se incapacitado para atender à demanda, daí decorrendo congestionamento e perda de eficiência, bem como forte expansão do mercado paralelo de telefonia.

O processo de reversão desse quadro foi comandado por Sérgio Motta, escolhido para a pasta das Comunicações. Logo no primeiro semestre de 1995, o governo obteve do Congresso a emenda constitucional que extinguiu o monopólio. Seguiram-se os passos requeridos para implantação de um novo modelo: aprovação da lei que abriu o mercado dos serviços celulares em julho de 1996 e, logo após, aprovação pelo Congresso da Lei Geral de

Telecomunicações, que criou uma agência reguladora independente (Anatel), instalada em 5 de novembro de 1997. A privatização da Telebrás ocorreria no dia 25 de julho de 1998.

Assim, a disponibilidade de linhas fixas saltou de 19 milhões em julho de 1998 para 43,1 milhões em agosto de 2001, formando-se em três anos um novo parque equivalente ao que antes existia. A telefonia celular teve aumento de quase 400%, passando de 5,3 milhões para mais de 26 milhões de assinantes no mesmo período.

José Roberto de Toledo, colaborador da *Folha de S. Paulo* e diretor do jornal eletrônico *PrimaPagina*, encarregou-se do capítulo sobre transportes. Embora o setor tenha sido altamente beneficiado em termos de investimento em comparação com outras pastas, no governo FHC, a matriz de transportes não se alterou substancialmente: o transporte rodoviário continua representando mais de 60% do total.

Salvo as rodovias federais privatizadas, não se observa melhora substancial no conjunto da malha, não obstante 67% do total de investimentos terem sido dirigidos para as estradas de rodagem. Avançou-se muito no tocante a projetos relacionados aos grandes corredores de exportação, por exemplo, o que visa atender ao Mercosul, tendo-se concluído a duplicação e melhora do trecho entre São Paulo e Santa Catarina.

Privatizadas as ferrovias, os investimentos nesse setor destinaram-se ao transporte de massa de passageiros em alguns dos grandes centros urbanos. A tonelagem transportada aumentou, mas, no conjunto, as metas programadas não foram atingidas.

No setor portuário, houve progresso na implantação do novo sistema operacional. A participação da iniciativa privada na movimentação de cargas responde agora por 86% do total. Logrou-se substancial aumento de produtividade, caindo os gastos com mão-de-obra de R\$ 14,70 em 1994 para R\$ 8,06 em 1999 no porto de Santos, principal ancoradouro do País. Os custos de movimentação de contêineres nos portos, situados na faixa de US\$ 400 a US\$ 500 em 1997, caíram para algo entre US\$ 150 e US\$ 230 em 2001. Essa análise sugere, portanto, que também na área de transportes o aumento da participação de empresas privadas poderá contribuir para a redução dos custos e, conseqüentemente, para tornar mais competitivas as exportações brasileiras.

Carlos Eduardo Lins da Silva, diretor-adjunto de redação do jornal *Valor Econômico*, examina a política externa e o comércio exterior do Brasil. O autor entende que as relações internacionais são um aspecto altamente positivo da era FHC. O comportamento do País na arena internacional tem-se tradicionalmente baseado na busca do desenvolvimento, no distanciamento em relação a centros geradores de tensão internacional e no cultivo de relações pacíficas com os países vizinhos. O governo FHC não se afastou dessa linha, mas inovou ao recorrer intensamente à chamada "diplomacia presidencial", valendo-se das credenciais pessoais e do bom relacionamento do presidente com chefes de Estado e de governo das grandes potências, com vistas a colocar o País em posição de destaque no cenário mundial.

Nos mandatos de Fernando Henrique, a questão das relações externas ganhou dimensão inédita, potencializada pela aceleração da interdependência entre as nações, pela consolidação de grandes blocos econômicos e pela perspectiva de instauração da Alca.

Helena Chagas, colunista de política e chefe da sucursal de Brasília do jornal *O Globo*, assina o texto sobre as relações Executivo-Legislativo. No período Fernando Henrique,

a relação entre esses dois poderes é caracterizado pela autora como "a era dos três quintos". Essa expressão alude à necessidade em que se viu o governo de recorrer freqüentemente ao quorum qualificado de três quintos a fim de aprovar reformas constitucionais. Tendo assegurado essa maioria, o governo alterou o capítulo da Constituição dedicado à ordem econômica, deu vigoroso impulso às privatizações e aprovou, ainda que em textos que ficaram aquém do desejado, as reformas administrativa e da Previdência (também analisadas nos capítulos 10 e 16 deste livro). Obteve igualmente a aprovação do Congresso para a regulamentação das referidas alterações constitucionais, bem como para o princípio da reeleição, que permitiu ao presidente reeleger-se para um segundo mandato.

Não obstante as conhecidas deficiências de nosso sistema político (fragmentação do sistema partidário, debilidade dos incentivos à fidelidade partidária e distorções na representação regional, entre outras) a verdade é que muito foi votado, conseguindo o Executivo a aprovação do Congresso para a maioria de seus objetivos. O custo parece ter sido alto. O presidente foi obrigado a fazer concessões e, em certos momentos, viu-se praticamente imobilizado. Preferiu não confrontar o Congresso (e os demais componentes do sistema político) em matérias complexas como seriam as reformas política e tributária. Mesmo dispondo de ampla maioria, formada pelos maiores partidos, o Executivo precisou – ou preferiu – lançar mão abundantemente das chamadas MPs (Medidas Provisórias), sendo sua prerrogativa de editá-las restringida apenas em 2001. No que se refere especificamente ao sistema político, portanto, o quadro traçado por Helena Chagas indica pouca mudança, salvo a já referida admissão da reeleição dos Executivos para um mandato consecutivo.

Silvio Bressan, repórter político do jornal *O Estado de S. Paulo*, encarregou-se de examinar a reforma administrativa. Ao contrário do que muitas vezes se frisou no debate público, entende o autor que o Plano de Reforma do Aparelho do Estado, de autoria do então ministro Bresser Pereira, não foi mero expediente para reduzir despesas, e sim um intento de reformar e modernizar profundamente a máquina do Estado. Segundo sua análise, a Constituição de 1988 teria agravado certos traços negativos tradicionais do Estado brasileiro – como o patrimonialismo, o burocratismo e a ineficiência. Dessa forma, ficou mais rígido e centralizado. A burocracia tornou-se virtualmente inamovível, uma vez que a Constituição concedeu estabilidade aos servidores que contassem pelo menos cinco anos de serviço, concedendo-lhes assim benefícios que iriam gerar déficits crescentes no futuro. E chegou-se, ademais, graças a distorções longamente acumuladas, à maléfica situação em que os funcionários de escalões mais altos percebiam remuneração algo inferior a de postos da mesma natureza na iniciativa privada, mas funcionários que ocupavam cargos operacionais de nível médio recebiam salários até 45% superiores aos equivalentes na iniciativa privada.

Caco de Paula, diretor de redação dos *Guias 4 Rodas* e ex-editor da revista *Veja São Paulo*, aborda a política urbana. Lembremos desde logo que, há apenas duas décadas, mais de 30% da população brasileira ainda vivia na zona rural. Esse percentual reduziu-se a 18,8% em 2000. O intenso processo de urbanização agravou enormemente o crescimento de favelas e periferias pobres nas grandes cidades. O déficit habitacional na área urbana, em 1995, era estimado em 4 milhões de moradias. Ao mesmo tempo, havia 5,6 milhões de moradias sem infra-estrutura, faltando tratamento para cerca de 90% do esgoto e destinação adequada para 2/3 do lixo coletado. Ou seja, o problema era em si portentoso, mas, além disso, os mecanismos de intervenção a que o governo poderia recorrer ficavam bastante aquém do desejável.

Assim, embora não se possa dizer que a questão urbana tenha sido uma de suas prioridades, o governo FHC atuou em relação a ela de maneira positiva, embora indireta, por exemplo no que se refere ao saneamento básico. Um elemento importante dessa política diz respeito à reestruturação das companhias estaduais e municipais responsáveis pelo tratamento da água e do esgoto. O governo federal condicionou a obtenção de novos financiamentos à recuperação da capacidade de endividamento e à elaboração de programas específicos destinados a reduzir perdas operacionais. Vale dizer, as companhias foram obrigadas a reestruturar-se. Alternativamente, a União facultou recursos para privatização, sendo preferida, entretanto, a primeira opção. Graças a tais iniciativas, o País retomou os investimentos em saneamento, logrando expandir de maneira perceptível a rede de esgotos. As autoridades sanitárias consideram altamente positivos os efeitos epidemiológicos dessas providências. O governo também se empenhou em recuperar o financiamento habitacional; porém, sem conseguir beneficiar nas proporções requeridas os estratos de mais baixa renda.

Marcelo Godoy, jornalista de *O Estado de S. Paulo*, escreve sobre direitos humanos e violência. Entende o autor que o governo recebeu legado muito negativo no que se refere às instituições policiais e de segurança, além de criminalidade em tendência ascensional e sistema de Justiça em crise. A regra, em se tratando de violações de direitos humanos, era a impunidade sistemática. Em maio de 1996, como resposta à situação que herdou, o governo lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos. Apesar de o Brasil ter ratificado a Convenção Mundial sobre tortura em 1989, foi necessário esperar mais de oito anos até que esse tipo de crime fosse devidamente capitulado na legislação penal brasileira. Alguns indicadores são positivos: de 1993 a 1998, por exemplo, reduziu-se de forma expressiva o número de mortes em conflitos no campo, embora ainda existam ocorrências importantes. Mas os traços positivos são exceções dentro de um quadro global inegavelmente problemático. Devido ao crescimento exponencial da população carcerária (de 124 mil detentos em 1992 para 213 mil em 2000), agravou-se seriamente o problema da superpopulação nos presídios, não obstante o volume dos investimentos realizados. E, embora o governo tenha endurecido sua posição no tocante ao controle da venda de armas, a esperada nova legislação sobre o assunto ainda não foi produzida pelo Congresso.

Iris Walquiria Campos, ex-editora dos relatórios especiais do jornal *Gazeta Mercantil* e ex-editora de política do jornal *O Estado de S. Paulo*, dedicou-se à análise da defesa nacional. É provável que, do ponto de vista institucional, esta tenha sido a área que mais mudou no governo FHC. Em junho de 1999, foi extinto o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e criado o Ministério da Defesa. As três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica – perderam o *status* de ministérios independentes e foram transformados em comandos na nova pasta.

O desenho parece ter sido bem-sucedido. Depois dessas mudanças, a corporação militar não manifestou saudosismo ou insatisfação de maior monta. Mas é preciso consolidar o novo Ministério. Para isso, será necessário definir um "norte" para a política de segurança e defesa. Qual deve ser, afinal, o papel das Forças Armadas no Brasil democrático? Esse importante debate torna-se ainda mais atual à luz do novo cenário internacional que se formou a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, que provocaram substancial mudança na postura internacional norte-americana.

André Singer, repórter especial da *Folha de S. Paulo*, analisa a política de saúde. O governo Fernando Henrique encontrou o setor negativamente afetado não apenas pela

redução dos recursos públicos disponíveis para a área como também pela instabilidade das fontes de financiamento. A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), mandamento constitucional, não progredira nos cinco anos decorridos desde a promulgação da Constituição de 1988. A opção do governo FHC, no primeiro mandato, foi criar um novo tributo, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a ser utilizado de forma exclusiva pela Saúde. Contudo, a nova verba acabou não sendo acrescida às demais, que passaram a minguar. O problema somente seria solucionado no segundo mandato, com a vinculação obrigatória de recursos à Saúde por meio de emenda constitucional. Com isso, os gastos com a área aumentaram 30%. Definido o SUS como municipalização dos serviços de saúde pública, seus principais programas já alcançam a quase totalidade dos municípios brasileiros, abrangendo 93% da população.

Há expressiva melhora em alguns dos principais indicadores de saúde. A mortalidade infantil, por exemplo, reduziu-se de 40 mil para 35 por mil nascidos vivos entre 1994 e 2000. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, o índice de mortalidade infantil brasileiro está próximo da meta de 33% estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança para o ano de 2000 – depois que o texto dedicado ao setor foi recebido pelos organizadores para publicação, dados recentemente divulgados apontaram uma mortalidade infantil de 28 por mil nascidos vivos. A mortalidade materna, porém, parou de cair. Entre as doenças contagiosas, o governo não obteve vitórias significativas contra a tuberculose, a hanseníase e a malária. Logrou, entretanto, debelar o surto de sarampo que emergiu no primeiro mandato e, sobretudo, reduzir de modo substancial a mortalidade por Aids. No caso da dengue, dada a extensão assumida pela epidemia no início de 2002, o papel do governo FHC tem sido questionado. Só uma análise específica e aprofundada poderá esclarecer se, de fato, ele fez menos do que podia ou devia no tocante ao controle preventivo.

O grande destaque positivo da ação governamental, além da política contra a Aids, deverá ficar por conta da política de remédios, notadamente no que diz respeito à difusão dos chamados genéricos. Esperava-se que, em fins de 2001, 70% das necessidades da população em matéria de medicamentos estariam sendo atendidas por essa modalidade, com sensível redução dos preços.

Nely Caixeta, editora executiva da revista *Exame*, aborda a área de educação, na qual apresenta um conjunto de resultados altamente expressivos. Para os padrões internacionais, não há dúvida de que os indicadores educacionais do País continuam muito ruins. Em média, o brasileiro adulto tem 5,8 anos de escolaridade, índice inferior ao encontrado em países bem mais pobres, como El Salvador, Panamá, Equador e Colômbia. Para cada 100 brasileiros na faixa de 20 a 24 anos, apenas 12 estão na universidade, contra 20 no Chile, 30 no Uruguai e 40 na Argentina.

Mas é também certo que avanços muito significativos foram obtidos durante os dois mandatos de Fernando Henrique. Um estudo citado pela autora demonstra que a velocidade na melhora dos índices de escolarização na década de 1990 chegou a ser quatro vezes maior do que na de 1980. Em 1995, 89% das crianças de 7 a 14 anos estavam na escola. A taxa de cobertura, em 2000, era de 97%. Estima-se que, até o final de 2002, 100% das crianças nessa faixa etária estarão nos bancos escolares.

Ainda no ensino fundamental, o atraso escolar foi reduzido, grande parte do professorado passou por programas de qualificação e os turnos de aulas foram prolongados. Adotou-se, também, um corajoso sistema de avaliação do rendimento escolar nos vários

níveis de ensino: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Cursos, que se tornou popularmente conhecido como "Provão". Houve, ainda, aumento significativo de matrículas nos cursos superiores – 62% entre 1994 e 2000 –, e o número de docentes com doutorado aumentou 85% nesse mesmo período.

Maria Inês Nassif, repórter especial de política da *Folha de S. Paulo*, trata da reforma da Previdência Social, questão nevrálgica da administração pública brasileira. Como se sabe, o INSS, que atende ao setor privado, chegou a 1998 com um déficit de R\$ 6,8 bilhões, enquanto os encargos da União com os inativos equivaliam, em 1997, a R\$ 19,5 bilhões, cifra próxima ao total do dispêndio com o pessoal ativo.

Por mais eloqüentes que sejam esses números, fato é que o governo conseguiu aprovar somente uma reforma parcial – e mesmo essa já no início do segundo mandato. Parte da dificuldade pode ter sido a má comunicação do governo sobre o assunto, uma vez que se formou na opinião pública a percepção de que a proposta governamental de reforma pretendia tão-somente restringir ou denegar direitos. E observou-se, paralelamente à luta legislativa, verdadeira “corrida” para a obtenção de aposentadorias, com algum agravamento dos problemas que o governo pretendia remediar.

No setor privado (INSS), os novos segurados somente têm direito à aposentadoria proporcional ao tempo de serviço aos 53 anos, se homens, e aos 43 anos, se mulheres. No setor público, o governo não conseguiu extinguir a aposentadoria com salário integral, mas obteve a substituição do conceito de "tempo de serviço" pelo de "tempo de contribuição". Paralelamente, abriu a possibilidade de União, estados e municípios adotarem, no futuro, um teto de benefício igual ao fixado para o INSS (dez salários), desde que instituíam regime complementar para os seus servidores. No caso do INSS, as mudanças feitas ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique desafogam o sistema no curto prazo, mas o equilíbrio financeiro futuro continua a exigir alterações.

Cley Scholz, jornalista da revista *Veja*, aborda a assistência social. O Brasil chega ao século XXI ocupando o 79º lugar entre os países classificados pela ONU com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IHD). Ao mesmo tempo, registra a maior concentração de renda entre 174 países analisados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A comparação embutida nessas cifras é evidentemente terrível para o Brasil, país que integra o grupo das dez maiores economias do planeta. Conseqüência disso é que o assistencialismo tem sido traço historicamente constante de nossa ação governamental, com a agravante de que as ações assistenciais normalmente não atingem os verdadeiros necessitados e dão ensejo a não pouca corrupção.

Consciente da impossibilidade de resolver problemas sociais apenas com políticas assistencialistas, o governo FHC procurou inovar na matéria. Tratou, por um lado, de estimular o desenvolvimento sustentável em pequenas cidades do interior, mediante diferentes programas, entre os quais o fortalecimento da agricultura familiar, a erradicação do trabalho infantil, o apoio à qualificação profissional e a redução do analfabetismo. De outro, empenhou-se no estabelecimento de parcerias que traduzissem participação da comunidade na luta contra a exclusão social. Nesse particular, merecem destaque o chamado “trabalho voluntário” e o esforço por atrair o mundo empresarial para ações de solidariedade. As empresas foram igualmente instadas a participar com recursos em programas oficiais

destinados ao combate à pobreza. Nesse sentido, o programa Comunidade Solidária tornou-se uma experiência importante.

José Castello, colaborador do jornal *O Estado de S. Paulo* e da revista *Bravo*, trata da questão cultural. Seu texto expõe a tensão existente entre, de um lado, a inequívoca percepção da importância da cultura e do avanço quantitativo na produção de peças e aparatos culturais (artes cênicas, espetáculos musicais, filmes, exposições, bibliotecas etc.) no governo FHC, e, de outro, o que o autor entende ser a inexistência de uma política cultural digna desse nome, já que o governo transfere ao mercado a decisão sobre o patrocínio da cultura (via isenção fiscal).

O sucesso quantitativo é inquestionável. Nas artes cênicas, os espetáculos patrocinados em 1992 foram apenas 6; em 1997 eram 118. Na música, o salto foi de 2 para 108 eventos; nas artes plásticas, de 1 para 58. No mesmo período, o número de filmes patrocinados aumentou de 1 para 109. O público do cinema nacional teve aumento impressionante: de 271.454 pessoas em 1994 para 7,4 milhões em 2000. Desde 1996, foram implantadas mais de 1 mil bibliotecas no País. Somando-se as deduções tributárias com os investimentos diretos, o valor geral aportado na cultura (R\$ 350 milhões) é três vezes superior ao de 1995.

Fatos simbólicos foram também marcantes nesse período. Em 1998, a atriz Fernanda Montenegro ganhou o Urso de Prata em Berlim, e o filme “Central do Brasil”, de Walter Salles Júnior, sucesso na Europa e vencedor de mais de cinquenta prêmios internacionais, foi indicado para o Oscar. Em 2000, as comemorações dos 500 anos de Descobrimento também tiveram ampla repercussão, assim como, em 2001, a exposição “Brasil: Corpo e Alma”, realizada no Museu Guggenheim, de Nova Iorque, com peças estimadas em US\$ 158 milhões. Também ficaram na memória dos brasileiros a réplica da nau capitânia, que adernou, e a violência nas festividades em Porto Seguro (BA).

O questionamento que se faz, não obstante – e até a partir de resultados tão expressivos –, é se o governo não teria se eximido da formulação da política cultural. Em 1994, eram 340 empresas participando de atividades no setor, número que passou para mais de 3.500 em 2002. Isso daria ao mercado um poder muito grande de direcionamento de recursos – e, de certo modo, da própria produção –, com base em critérios que fugiriam ao âmbito governamental. A suposição é que as empresas patrocinadoras não têm ou não teriam interesse em investir em eventos com poucas possibilidades de retorno institucional.

Tomados em conjunto, os dezoito capítulos deste livro oferecem ao leitor ampla base para a avaliação do governo de Fernando Henrique Cardoso. Em cada um dos temas abordados, os autores se empenharam em analisar a situação que o governo encontrou a área considerada, o que ele fez (ou deixou de fazer) e quais foram os resultados de sua ação. O objetivo desse esforço é contribuir para um debate substantivo e bem informado a respeito de período tão importante de nossa história.

Um trabalho de tal extensão e ambição não poderia naturalmente chegar a bom termo se não contasse com a generosa e ativa colaboração de muitas pessoas e instituições.

Agradecemos aos dezoito jornalistas que tão prontamente aceitaram o nosso convite e assumiram a responsabilidade pela análise dos diferentes temas e pela produção dos textos finais.

Nosso caloroso muito obrigado aos 21 pesquisadores acadêmicos que prepararam o material de apoio; a Rachel Meneguello, professora de Ciência Política da Unicamp, que se encarregou da coordenação de toda essa fase do trabalho; e aos pesquisadores do Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais de São Paulo (Idesp) – especialmente Amaury de Souza, Armando Castelar Pinheiro, Lourdes Sola, Maria Tereza Sadek, Rogério Arantes e Sérgio Micelli –, que atuaram como consultores.

O professor Antonio Paim leu cuidadosamente os textos originais e contribuiu de forma significativa com suas críticas e sugestões. Laura Nogueira, Sandra Regina das Neves Zanusso e Igor Jorge dos Santos foram os profissionais que, durante mais de um ano, deram suporte operacional ao desenvolvimento deste trabalho. A eles, nosso muito obrigado.

Reservamos agradecimento todo especial a Ney Figueiredo, consultor da CNI, a quem este projeto muito deve, desde sua concepção original, e que nos ofereceu valiosas sugestões e críticas, além de constante estímulo, durante todo o transcurso de sua realização.

BOLIVAR LAMOUNIER
RUBENS FIGUEIREDO

TEXTO IV – A VISÃO DE BRESSER PEREIRA DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Luís Carlos Bresser Pereira é um dos fundadores do PSDB. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, fez pós-graduação em economia e administração nos Estados Unidos (mestrado na Universidade de Michigan) e na USP (doutorado e livre-docência). É professor titular de economia na Fundação Getúlio Vargas (São Paulo). Foi ministro da Fazenda no governo Sarney e Ministro da Administração no governo Fernando Henrique Cardoso. Nesta última função elaborou projeto de reforma administrativa que se considera poderá eliminar os resquícios de patrimonialismo do Estado brasileiro tornando-o autêntico Estado Moderno.

No PSDB tem colaborado com o Instituto Teotônio Vilela no sentido de proporcionar-lhe consistência doutrinária. Neste sentido tem publicado textos na série *Idéias e Debates*, mantida por aquele instituto. Adiante transcreve-se o que intitulou *de Social democracia e esquerda no final do século*.

O autor detém-se na análise dos conceitos de esquerda e direita, procurando situar a sua evolução no século passado. No que se refere à direita, distingue os neoliberais (reconhecendo que tradicionalmente se denominavam de conservadores) e os liberais. Examina como estas correntes situam-se diante da crise do Estado, descartando desde logo a alternativa neoliberal, por considerar extremada a hipótese do Estado mínimo.

Quanto à crise do Estado brasileiro escreve o seguinte: "Quando falo de crise do Estado, estou me referindo a uma coisa muito precisa. Refiro-me, em primeiro lugar, a uma crise fiscal do Estado. O Estado quebrou. Não tinha mais condições de pagar corretamente suas dívidas, o Estado perdeu o crédito público, deixou de acumular poupança pública e, conseqüentemente, não teve mais liberdade de executar políticas públicas."

A seu ver, à crise fiscal acresce a crise da forma de intervenção. Parece-lhe ter perdido o sentido "montar toda a estratégia de desenvolvimento baseando-se na proteção à indústria nacional. A indústria não era mais uma indústria infante. Estava na hora de competir internacionalmente."

Por fim, configurou-se a crise na forma burocrática de administrar o Estado: "Nos anos 60 já era tempo de pensar em uma administração gerencial muito mais eficiente, muito mais moderna, voltada para a descentralização e o controle dos resultados, ao invés do controle legal dos processos. Como a reforma não foi realizada, nos anos 80 esta era uma causa fundamental da crise."

Eis como apresenta a alternativa social democrata: lograr o estabelecimento de Estado fiscalmente forte e administrativamente capaz. Entende que sendo os sociais democratas favoráveis a Estado forte, capaz de compensar os desequilíbrios provocados pelo mercado, nada é mais importante que o ajuste fiscal. Quanto à intervenção na economia, entende que objetiva "dar condições às empresas para que concorram internacionalmente, ao invés de protegê-las da concorrência". Na área social, essa intervenção não deve ser direta, isto é, não deve implicar na execução dos serviços pela própria burocracia do Estado.

Depois de destacar o significado da abertura comercial e do programa de privatização das empresas estatais, insiste na necessidade das reformas administrativa e previdenciária. Conclui: "Estas são reformas que nada têm de neoliberais. São reformas necessárias para o país. São reformas de uma esquerda democrática e contemporânea. São reformas de quem fez uma transição intelectual e ideológica, de quem continua fiel à esquerda porque comprometido com a justiça social, disposto a arriscar a ordem em nome da justiça, mas são reformas de um partido contemporâneo, de um partido que sabe que o mundo mudou, que o Estado entrou em crise, e que é preciso, diante dessas mudanças, responder com políticas novas."

Social-Democracia e Esquerda no final do século

Luiz Carlos Bresser Pereira

Esquerda e direita, liberalismo e intervencionismo, socialismo e capitalismo são ideologias e instituições que possuem um conceito universal, invariável no tempo, e outro historicamente situado. Em conseqüência, quando examinados do ponto de vista histórico, as relações entre essas variáveis mudam. O liberalismo sempre esteve associado à prevalência do mercado no plano econômico e da liberdade no plano político, enquanto o intervencionismo atribui um papel maior para o Estado na coordenação da economia; a esquerda foi sempre uma posição política que privilegia a justiça social e a igualdade, enquanto a direita sempre prioriza a ordem. Nos séculos XVIII e boa parte do século XIX, o liberalismo era revolucionário e estava associado às idéias de esquerda; neste século identificou-se com a direita enquanto a esquerda, capturada pela burocracia, se tornava intervencionista e, no limite, estatista. O capitalismo industrial foi na Inglaterra um projeto liberal, nos países de industrialização tardia, um projeto intervencionista. O intervencionismo, desde que moderado, era tanto de esquerda quanto de direita. A direita foi intervencionista em todos os regimes autoritários e totalitários que patrocinou. Neste século a esquerda foi estatista nos países comunistas ou de economia de comando; foi desenvolvimentista nos países em desenvolvimento, e foi social-democrática nos países desenvolvidos. Todas essas concepções históricas da esquerda, entretanto, entraram em crise nos últimos 20 anos. Agora no Brasil temos um partido social-democrático e moderno, o PSDB. Como defini-lo neste momento de crise de velhos valores e de mudança tecnológica mais acelerada do que nunca? E, mais amplamente, como conceituar os movimentos de esquerda moderada deste final de século?

Para definir o que é o PSDB sem repetir simplesmente que é um partido social-democrático, poderíamos dizer que é um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. Se pensarmos no significado destas três palavras, teremos um caminho para analisarmos a natureza deste partido que surgiu no final dos anos 80 identificado com uma proposta ética e anti-populista de modernização da centro-esquerda no Brasil.

O PSDB é um partido democrático. Quanto a isto não há dúvida e portanto podemos ser breves a respeito. O grupo que formou o núcleo fundador do PSDB, em 1988, lutou a vida inteira pela democracia, contra o autoritarismo sob todas as formas possíveis, fossem elas de direita ou de esquerda. Muitos de nós talvez não fôssemos tão democráticos nos anos 50, quando insistíamos em diferenciar a democracia formal da substantiva e a menosprezar a primeira. Os anos de ditadura, entretanto, foram uma maravilhosa escola

democrática para a esquerda, que aprendeu que a democracia-formal – a afirmação dos direitos civis e políticos já é uma grande conquista – é uma conquista que não pode ser trocada por taxas de desenvolvimento eventualmente maiores ou por programas sociais mais amplos. A etapa seguinte – a defesa dos direitos sociais – foi a grande tarefa da esquerda neste último século, mas não pode ser cumprida ao custo do abandono dos dois outros avanços: os direitos civis, defendidos pelos liberais ainda no século dezoito, e os direitos políticos, conquistados pelos democratas tanto liberais quanto de esquerda no século dezenove.¹ A democracia é um valor universal que se tornou economicamente viável a partir do século XIX, quando o excedente econômico deixou de ser apropriado de forma violenta por uma pequena classe dominante armada e passou a ser apropriado via mercado pela troca de equivalentes. Nesse momento tornou-se também politicamente desejável, na medida em que os regimes democráticos, além de garantirem a liberdade, revelavam-se mais estáveis do que os regimes autoritários.

Já em relação ao segundo ponto – a social-democracia estar identificada com a esquerda – parto de um pressuposto: ou alguém é de esquerda ou é de direita. Pode-se ocupar politicamente o centro, como ocorre hoje com a coalizão que apoia o governo Fernando Henrique, pode-se pensar que existe um espaço localizado no centro do espectro ideológico, mas, na verdade, ou se está basicamente comprometido com os princípios da esquerda ou da direita; em última instância, ou se é progressista ou se é conservador. O centro é um lugar virtual, um espaço de acordos, que são necessários mas não constituem uma opção ideológica. Na verdade, os governos geralmente acabam ocupando o centro. Em princípio só se consegue ter a maioria e ser governo quando se ocupa o centro. Mas, enquanto pessoa ou enquanto partido, ou somos de esquerda ou de direita. O PSDB, embora, como todo grande partido abrigue um amplo espectro ideológico, é essencialmente um partido de centro-esquerda.²

Conceito Universal de Esquerda e Direita

Mas o que é ser de esquerda ou ser de direita? O que é ser progressista ou conservador?³ Em um livro recente, *Esquerda e Direita*, Norberto Bobbio (1994) procura definir os dois termos. Embora leitor e admirador de Bobbio, não concordo inteiramente com sua definição, mesmo reconhecendo que seja semelhante àquela que vou apresentar. Simplificando dramaticamente, Bobbio diz que é de esquerda quem defende a igualdade, quem luta por uma distribuição de renda mais igual, por uma maior justiça social. E é de direita quem não tem este objetivo como prioridade, vendo a desigualdade como inevitável e sob muitos aspectos desejável.⁴ Bobbio pretende que esta seja uma definição neutra – ideologicamente, axiologicamente, valorativamente neutra – embora, no final do livro, declare sua preferência por uma esquerda moderada, ou seja, por uma esquerda social-democrática. Como, porém, pode ser neutra uma distinção que define uma das posições pela negativa?

Em seu lugar proponho uma outra definição de esquerda e de direita, que não sofre dessa limitação, que, ao invés de opor uma afirmação a uma negação, opõe dos valores afirmativos. É de esquerda quem está disposto a arriscar a ordem em nome da justiça. É de direita quem prioriza a ordem em relação à justiça social. Além da liberdade, que não divide a esquerda da direita, há dois outros valores absolutamente fundamentais para as sociedades contemporâneas. Um é a ordem o outro é a justiça. Todos desejam a ordem, a segurança, a estabilidade, e todos também querem a justiça, a equidade, senão a igualdade pelo menos a

igualdade de oportunidade. Mas quando a ordem é tão importante para alguém a ponto de não arriscar nada em nome dela, essa pessoa será conservadora, será de direita. Quando, porém, estiver disposta a arriscar a ordem (e a democracia no limite já é um risco à ordem) em nome da justiça, então será de esquerda. Falo em arriscar, não acabar com a ordem. Quem quer acabar com a ordem é um extremista ou um revolucionário, que busca instalar uma outra ordem. Extremista se sua perspectiva for autoritária, se a ordem que busca destruir for democrática; revolucionário, se seu compromisso for com a democracia, se a ordem que precisa derrubar é opressiva. De esquerda, se seu objetivo for a igualdade plena, de direita, se sua aspiração maior for apenas restaurar uma ordem que julga perdida ou ameaçada.

Esta distinção entre esquerda e direita com base na prioridade atribuída à justiça ou à ordem parte de uma perspectiva lógico-dedutiva. É um conceito a-histórico, que vale em qualquer momento, lugar e circunstância. Como todo conceito derivado do método lógico-dedutivo, tem origem em uma definição, em um pressuposto, a partir do qual tudo o mais se deduz logicamente. O pressuposto está baseado em uma convenção, que naturalmente se refere a alguma realidade ou a alguma experiência, mas, esta é colocada em segundo plano para que o conceito ganhe o máximo de generalidade para que se torne o mais abstrato e universal possível.

Quando afirmo que o PSDB é um partido de esquerda ou, mais precisamente, de centro-esquerda, estou simplesmente dizendo que seus membros estão dispostos a arriscar a ordem em nome da justiça. Com moderação, com prudência, mas com determinação. Valorizam a ordem, mas valorizam tanto ou mais a justiça e sabem que para alcançá-la é preciso, muitas vezes, colocar em jogo a ordem, uma ordem quase sempre marcada pela desigualdade e o privilégio, pelo monopólio da riqueza nacional, do poder, do patrimônio do Estado por parte de grupos ou classes minoritárias. Afinal, o que se quer mudar, assumindo-se os riscos da mudança, não é outra coisa senão um determinado tipo de ordem: a ordem estabelecida.⁵

A distinção entre esquerda e direita a partir de um ponto de vista histórico recebeu um grande avanço com a contribuição de Albert Hirschmann, em seu livro *The Rhetoric of Reaction* (1991). Hirschmann procurou em seu livro detectar quais os principais argumentos retóricos conservadores através dos tempos, e chegou a três grandes argumentos ou teses: a Tese do Efeito Perverso, a Tese da Futilidade e a Tese do Risco ou do Perigo (*Jeopardy Thesis*). Como contrapartida destas três teses, a esquerda adotou historicamente a Tese da Crise Eminente, a Tese da Necessidade Histórica e a Tese do Apoio Mútuo. Através de seus argumentos a direita procurou, em três momentos fundamentais que correspondem às etapas de T.H. Marshall, se opor à mudança: opôs-se, através de Burke, à afirmação dos direitos civis no século dezoito; opôs-se a afirmação dos direitos políticos no século dezenove através de Mosca e Pareto; e está se opondo aos direitos sociais neste século através de intelectuais como Hayek, Friedman e Stigler.

O conservador é contra a mudança social; é a favor da ordem. Por isso se oporá sistematicamente a todas as tentativas de mudar a sociedade para melhor. O primeiro argumento é a Tese do Efeito Perverso. É arriscado mudar a ordem. Pode ter efeitos perversos, não intencionais. Conforme Burke e Tocqueville procuraram demonstrar, a revolução francesa, ao defender os direitos civis, teria conduzido a sociedade “à tirania e ao terror”; a grande luta pelo sufrágio universal levaria ao "despotismo das massas"; a implantação neste século do *Welfare State* teria distorcido os preços, provocado de forma "populista" o

desequilíbrio fiscal, e estimulado a "desídia e depravação" daqueles que são ajudados. Além de negar a necessidade do efeito perverso, que pode ser evitado, a esquerda argumentou com a Tese do Perigo Iminente de conturbação ou revolução social, que só poderiam ser evitadas se reformas sociais forem adotadas. O argumento é atrativo, generoso, mas, na maioria dos casos, tão falso quanto o dos efeitos perversos.

As tentativas de mudança podem, também, pecar pela futilidade, argumenta o conservador. De acordo com a Tese da Futilidade, todas as ações para mudar a sociedade para melhor seriam cosméticas, de fachada. O sufrágio universal seria uma ilusão já que leis profundas e inevitáveis, como a lei de Pareto sobre a distribuição de renda, ou a lei de Mosca sobre o domínio necessário das elites, particularmente da "classe política", evitarão que um regime realmente ocorra. Da mesma forma, o *Welfare State* seria um engano. Os benefícios não chegarão ao seu objetivo - o pobre - sendo desviados pela burocracia estatal que tem o papel de distribuí-los. Segundo a "lei de Director", enunciada por Stigler: "as despesas públicas beneficiam principalmente a classe média, embora financiadas por impostos pagos em grande parte pelos pobres e pelos ricos".⁶

A contrapartida do argumento da futilidade das tentativas de mudança está na Tese da Necessidade Histórica. Esta foi uma teoria marxista que marcou profundamente a esquerda e a levou a equívocos e contradições. Se a emergência do proletariado e a vitória do socialismo são historicamente inevitáveis, a rigor não há razão para lutar por elas. Ou, quando se luta, se é investido de uma segurança pessoal, de uma certeza de estar com a verdade – a verdade da história – que é tão deletéria quanto as teorias imobilistas dos conservadores. Hirschmann observa que os conservadores buscam leis da estabilidade dos sistemas sociais e assim sustentam seu argumento da futilidade, enquanto que os progressistas buscam as leis do movimento e assim sustentam seu argumento da necessidade histórica, ou da futilidade da reação contra o progresso.⁷

Finalmente o conservador, em sua paixão pela ordem, argumenta em relação ao risco que reformas sociais representam. Estas podem ser desejáveis em si mesmas, mas poriam em risco conquistas anteriores. No século dezenove o sufrágio universal e a democracia poriam em perigo os direitos civis anteriormente conquistados; no século vinte, as reformas sociais ameaçariam a democracia conquistada. Os argumentos são variados: Hayek argumenta que a democracia exige consenso, e o consenso só é possível quando o Estado é mínimo; já Huntington argumenta que é exatamente esse consenso que é perigoso, porque permite que as demandas dos pobres sejam maiores do que a capacidade da sociedade de, através do Estado, atender. Foi assim que Huntington explicou, senão justificou, os regimes militares instalados na América Latina nos anos 60.⁸ A contrapartida de esquerda ao argumento do perigo ou do risco é a Tese dos Apoios Mútuos. As reformas não são contraditórias entre si, mas, se apoiam mutuamente. Este pensamento pode ser verdadeiro em muitos casos, mas, quando levado ao exagero, produz um tipo de pensamento utópico perigoso.

O conservador, na sua defesa da ordem está, assim, sempre alertando contra os efeitos imprevistos da mudança, quanto ao perigo que ela representa ou quanto a inutilidade de tentá-la. Em contrapartida o progressista, preocupado com a justiça, minimiza os riscos de alcançá-la, imagina que as reformas têm externalidades positivas apoiando-se mutuamente e, no limite, acreditam que a vitória de suas teses é historicamente inevitável.⁹

Nesse sentido o conservador é um pessimista que acredita que o homem é o lobo do homem, que seu egoísmo é avassalador que homens e mulheres só se motivam para obter ganhos pessoais, enquanto que o progressista é um otimista, que acredita na possibilidade de solidariedade e que, em certos casos, está disposto a sacrificar interesses pessoais em nome dos interesses gerais. Tanto um quanto outro têm como valor maior um valor social realmente fundamental: a ordem e a justiça social. O problema, como a esquerda bem observa, é que a conservação da ordem, geralmente, também implica na manutenção de privilégios. Ou a dificuldade, conforme retruca a direita, está no fato de que a obtenção da justiça é arriscada, senão impossível.

A justiça social, para a esquerda, é sinônimo de igualdade. De igualdade relativa, de igualdade política, social e econômica como uma compensação das desigualdades individuais, que necessariamente existem. É mais do que igualdade de oportunidade, porque esta não neutraliza as desigualdades individuais intrínsecas a cada indivíduo. Ora, o objetivo de um progressista é neutralizá-las ou compensá-las, ainda que parcialmente. Neutralizá-las inteiramente além de impossível seria desaconselhável, já que eliminaria a motivação individual que para a esquerda também é um fator importante.

É exatamente essa falta de motivação que leva o conservador a abominar a justiça social. Ou, mais precisamente, a dizer que é a seu favor, mas, que mais importante é motivar os indivíduos a serem trabalhadores, inovadores, capazes de aceitar riscos nos negócios. E isto só será possível se todos os ganhos que obtiverem forem exclusivamente seus, não tiverem que ser divididos pelas políticas sociais do *Welfare State*.¹⁰

O conservador, no século dezoito e em boa parte do século dezenove, era contra o liberalismo porque a afirmação dos direitos civis ameaçavam a ordem estabelecida. Quando os direitos civis passaram a fazer parte da ordem, opuseram-se à democracia tornando-se aos poucos liberais porque o sufrágio universal ameaçava a nova ordem. Finalmente, quando a democracia passou a fazer parte da ordem vigente, colocaram-se contra a nova ameaça a ela – o socialismo (que na sua corrupção estatista era, de fato, uma ameaça) e a defesa dos direitos sociais – e tornaram-se definitivamente liberais: neoliberais. Contraditoriamente não se aperceberam ainda que a afirmação dos direitos sociais já é parte da ordem em que vivemos, e que o ameaçador, o perigoso, é querer destruí-la.

A social-democracia é de esquerda porque, embora valorizando a ordem, está disposta a arriscá-la em nome da justiça. Por isso defende os direitos sociais, por isso se insurge contra a desigualdade que é ainda tão grande no mundo e principalmente no Brasil. Mas, adota uma posição de esquerda moderada, propõe reformas graduais, acredita no mercado como um bom alocador de recursos, defende radicalmente a democracia, tem horror às soluções gerais e definitivas para toda a sociedade, é tolerante e retalhista por definição. Por isso tudo compartilha com os liberais alguns dos seus princípios clássicos, exatamente aqueles princípios que permitiram que no século dezoito e na primeira metade do século dezenove os liberais fossem progressistas e tenham dado uma contribuição tão importante ao desenvolvimento econômico e à democracia.

Adam Przeworski (1985;239), em sua pesquisa hoje já clássica sobre a social-democracia, partindo do pressuposto de que seu objetivo é, ainda que a longo prazo e por via reformista, o socialismo, identificou um paradoxo que poderia ser chamado de "Paradoxo de Przeworski": "os social-democratas fizeram o melhor que poderia ter feito sob

as circunstâncias históricas sob as quais atuaram... mas eu duvido que seus esforços levariam suas sociedades ao socialismo... Creio ter demonstrado que os trabalhadores provavelmente não optarão pelo socialismo se agirem exclusivamente na defesa de seus interesses... Já que eu vejo a combinação de capitalismo com democracia a forma de sociedade mais adequada aos seus interesses econômicos imediatos, sou cético a respeito da possibilidade de se alcançar o socialismo através da ação deliberada de sindicatos, partidos políticos ou governos”.

O paradoxo de Przeworski pode, entretanto, ser resolvido se não entendermos socialismo como o sistema econômico e social em que necessariamente é abolida a propriedade privada dos meios de produção, muito menos como um sistema econômico estatal, como a esquerda burocrática deste século pretendeu. Em vez disto podemos entendê-lo mas como um sistema em que os direitos sociais são respeitados a um ponto de produzir uma razoável igualdade não apenas de oportunidade mas de padrões de vida entre todos. Neste caso a luta da social-democracia deixa de ser paradoxal, porque os seus objetivos são também os objetivos imediatos dos pobres e dos trabalhadores.

E neste caso, a luta de uma esquerda moderna, socialista, democrática e liberal tem amplo espaço. Para isto, entretanto, é preciso não incorrer no erro da esquerda tradicional, burocrática, que subestima o papel dos mercados em promover melhores condições de vida para os trabalhadores e da democracia para promover a igualdade. E é preciso compreender que, embora a igualdade, como a liberdade e a justiça, seja uma das utopias básicas da humanidade, para ser alcançada não basta ser idealista, é preciso trabalhar não apenas no Estado mas em todos os níveis da sociedade e particularmente nas organizações públicas não-estatais, com os instrumentos que nos permitem definir políticas públicas igualitárias adequadas e, em seguida, administrá-las de forma competente. Conforme observa Fernando Henrique Cardoso (1995d;3) "O debate sobre o alcance do ideal da igualdade não morreu, embora se tenha tornado mais concreto, voltado para problemas de gestão e eficiência... Aqui entra o ideário social-democrata. Se o objetivo é distribuir renda, abandonando as vias radicais, o problema que se coloca é duplo: o da eficiência e o da equidade, que devem ser combinados”.

Esquerda e Direita dos Anos 30 aos 50

Além de democrático e de centro-esquerda, o PSDB é um partido contemporâneo. Contemporâneo, porque inserido na História. Contemporâneo porque comprometido com a resolução dos problemas concretos que a nação brasileira enfrenta neste final de século. Contemporâneo porque apoiado em uma concepção moderna, adequada aos nossos dias, do que seja a esquerda, do que seja lutar pela democracia e por uma distribuição de renda mais igual.¹¹

Uma coisa é pensar tão abstratamente como acabei de fazer ao definir lógico-dedutivamente esquerda e direita, e concluir que o PSDB é de esquerda. Outra coisa, é, a partir dessa visão muito geral e muito ampla, cuidar dos problemas concretos, reais, contemporâneos do país. Neste caso, deve-se ser histórico e não abstrato. Ser histórico, indutivo, concreto, viver sua realidade contemporaneamente, sem perder suas referências mais universais e abstratas.

Muitas vezes, quando discutimos o que é esquerda e direita, pensamos historicamente e não abstratamente. Na verdade, é preciso pensar segundo os dois métodos. É preciso não perder o referencial histórico e universal dos conceitos, mas não confundi-lo ou identificá-lo com as formas históricas que assume através do tempo.¹² Por exemplo, a esquerda nos anos 50 era nacionalista, desenvolvimentista, protecionista, além de estar preocupada com a justiça social. Não se preocupava muito com a democracia, já que a democracia existente era considerada "formal". Por outro lado, a direita autoritária dos anos 70, a direita dos militares, era também nacionalista, desenvolvimentista e protecionista.

Este fato nos sugere, primeiro, que o fato de ser nacionalista, desenvolvimentista e protecionista não distingue esquerda de direita. Segundo, que essa era a resposta que a esquerda dava aos problemas do Brasil em um momento em que o país estava realizando a transição de um regime pre-capitalista, mercantilista, para um regime capitalista, entre os anos 30 e os anos 50. Um sistema econômico mercantilista através da industrialização, se tornava capitalista. Como toda industrialização tardia, era obrigatoriamente uma industrialização dirigida pelo Estado, implementada à base da proteção à indústria nacional. Não havia outra alternativa naquela época. E a esquerda, corretamente, adotava esta perspectiva, apoiava esta política, uma política que, aliás, não era exclusiva da esquerda: era também dos empresários que, naquele momento histórico, haviam temporariamente deixado de se identificar com o liberalismo econômico, e também da direita tradicional, patrimonialista e autoritária, que nunca fora liberal.

A Crise do Estado

Mas o tempo passou, o mundo e o Brasil mudaram. A grande mudança foi a grande crise do Estado e, em consequência, o ressurgimento do liberalismo, imediatamente reivindicado como exclusividade de uma nova direita neoliberal, embora também a esquerda dele necessite – uma crise do Estado que foi a causa fundamental da grande crise econômica nos anos 80. Uma crise que se inicia nos anos 70 e que atinge seu auge na década seguinte. Uma crise que atingiu principalmente a América Latina e o Leste Europeu, onde o endividamento externo foi maior. Atingiu também a África e parte da Ásia. A rigor só escapou o Leste e Sudeste Asiático. Também no mundo desenvolvido houve crise. Não uma crise tão grave, mas suficiente para que as taxas de crescimento dos países da OCDE baixassem para a metade do que foram nos 20 anos após a Segunda Guerra Mundial. Na América Latina, a renda permaneceu estagnada por 15 anos. Nunca a região havia sido atingida por uma crise tão grave quanto esta. A grande depressão dos anos 30, que golpeou tão duramente o mundo desenvolvido, foi muito menos forte na América Latina.

Ora, diante desta crise, o fundamental é saber porque ela ocorreu e porque, diante dela, torna-se preciso repensar as estratégias para alcançar a justiça social.

Está claro que a causa fundamental da grande crise econômica dos anos 80 foi a crise do Estado. Nesta década o Estado entrou em uma profunda crise, assim como nos anos 30 fora o mercado que entrara em grande crise. As economias capitalistas contemporâneas são coordenadas pelo mercado e pelo Estado. Os liberais defendem uma maior coordenação via mercado; os intervencionistas, uma coordenação em que o Estado tenha um papel relevante. No limite temos os neoliberais, que querem a retirada total do Estado da coordenação da economia e os estatistas, que pretendem controlar tudo através do plano. Quando mercado ou

Estado entram em crise, entra em crise a economia como um todo. E entra em crise a respectiva ideologia de coordenação econômica.

Nos anos 30 foi o mercado que entrou em crise, e, conseqüentemente, os liberais entraram em crise. Nos anos 80 quem entrou em crise foi o Estado, e, em conseqüência entraram em crise os intervencionistas, entre os quais estávamos nós, os social-democratas, intervencionistas moderados, desenvolvimentistas e defensores do *Welfare State*. Diante das novas realidades, todos tiveram que se ajustar, que realizar suas transições intelectuais. A direita brasileira que, nos anos 70, também apoiava firmemente a intervenção do Estado, rapidamente se ajustou porque lembrou que a burguesia, a classe empresarial, é originalmente uma classe liberal e que a direita, no século XX, identifica-se necessariamente com ela. Já a esquerda, inclusive a moderada, social-democrática, teve mais dificuldade em ajustar-se, já que estava historicamente identificada com o intervencionismo, um intervencionismo defendido em nome do desenvolvimento da defesa dos trabalhadores, mas que estava também intrinsecamente ligado aos interesses da nova classe média burocrática, assalariada, que neste século emergiu ao nível do Estado e das grandes organizações privadas, propondo-se, politicamente, estar identificada com os interesses da classe trabalhadora.

A primeira dificuldade foi diagnosticar a crise, perceber que sua origem estava no Estado, um Estado que crescera demais, e que fora privatizado, submetido aos interesses especiais, ao *rent-seeking* de empresários, pequenos proprietários, e pela nova classe média, inclusive os funcionários públicos.

Quando falo em crise do Estado, estou me referindo a uma coisa muito precisa. Refiro-me, em primeiro lugar, a uma crise fiscal do Estado. O Estado quebrou. Não tinha mais condições de pagar corretamente suas dívidas, o Estado perdeu o crédito público, deixou de acumular poupança pública, e, conseqüentemente, não teve mais liberdade de executar políticas públicas. A sua capacidade de intervir na economia e na sociedade diminuiu dramaticamente. Isto é a crise fiscal do Estado.

Em segundo lugar, é uma crise da forma de intervenção. O modelo segundo o qual o Estado, no Brasil, promoveu a intervenção na economia foi fundamentalmente o da substituição de importações, uma estratégia essencialmente protecionista que, afinal, pouca coisa teve a ver com a esquerda: foi uma forma de acumulação primitiva que implicou em substancial concentração de renda. Esta estratégia já estava esgotada no começo dos anos 60, quando grave crise econômica atingiu o país e toda América Latina. Não havia mais sentido para o país e a região montar toda a sua estratégia de desenvolvimento baseando-se na proteção à indústria nacional. A indústria não era mais uma indústria infante. Estava na hora de competir internacionalmente.

E, terceiro, a crise do Estado é uma crise da forma burocrática de administrá-lo. Nos anos 60 já era tempo de pensar em uma administração gerencial muito mais eficiente, muito mais moderna, voltada para a descentralização e o controle dos resultados, ao invés do controle legal dos processos. Como a reforma não foi realizada, nos anos 80 esta era uma causa fundamental da crise.

Liberalismo e Intervencionismo

Uma questão interessante na distinção entre esquerda e direita e mais precisamente, entre intervencionistas e liberais está relacionada com a defesa dos direitos sociais e dos direitos individuais. A social democracia e a esquerda estão baseadas na afirmação dos direitos sociais, tal qual foram definidos no século XIX e implantados no mundo no século XX. Ao passo que os liberais, que não podem ser simplesmente identificados com a direita, estão ligados à afirmação dos direitos civis ou direitos individuais, que foram definidos no século XVIII e introduzidos nas constituições dos países no século XIX. Na verdade, nessa época a "esquerda" era formada pelos liberais, lutando contra a direita tradicional; os intervencionistas ou os socialistas estavam então apenas surgindo.

Então, temos a afirmação dos direitos individuais ou civis definindo, no século XIX, o Estado Liberal. E temos a afirmação dos direitos sociais definindo, no século XIX, o Estado Social.

O Estado Liberal do século XIX entrou em crise com a Primeira Guerra Mundial. Aproveitando a brecha provocada por essa crise, surgiu o movimento comunista internacional, definido por um intervencionismo radical, pelo estatismo. Os estatistas identificaram socialismo com estatismo e disseram que havia uma contradição absoluta entre as idéias sociais ou socialistas, e as idéias liberais. É falso. Se a defesa dos direitos individuais representou a implantação do Estado Liberal e um grande avanço da democracia no século XIX, a defesa dos direitos sociais e a afirmação dos direitos sociais representaram um segundo grande avanço dos ideais democráticos neste século que está prestes a terminar. Há conflitos entre a afirmação dos dois direitos, mas não há incompatibilidade. Na verdade, direitos individuais e direitos sociais, liberalismo e intervencionismo moderados, capitalismo e socialismo democrático são valores e instituições mais complementares do que conflitantes. O conflito só é radical quando o socialismo e o intervencionismo são identificados com o estatismo, como fizeram os comunistas, ou quando o capitalismo e o liberalismo são radicalizados e transformados em um neoconservadorismo, como fazem os neoliberais. Há complementaridade mais do que conflito se os direitos civis e liberalismo, direitos sociais e intervencionismo são pensados e praticados em termos moderados; quando não se pensa em formas puras de capitalismo e de socialismo, mas em formas mistas, como um capitalismo social e um socialismo de mercado.

Direitos Públicos e a *Res Publica*.

Nesta segunda metade do século XX, entretanto, além dos direitos individuais e dos direitos sociais, um novo direito precisa ser melhor definido e implementado: o direito que o patrimônio público, a *res publica*, aquilo que é de todos e para todos, seja de fato público, não seja privatizado por grupos especiais de interesses, não seja vítima do *rent-seeking*. Em função da defesa dos direitos sociais, o Estado cresceu muito neste século. O Estado Liberal só tinha 4 ministérios: o Ministério da Justiça, com a polícia, o da Defesa, com as forças armadas, o das Relações Exteriores, com a diplomacia, e o das Finanças, provendo os recursos. Isto mais o poder Legislativo e o Judiciário, compunham o Estado clássico, o Estado que garante a propriedade e os contratos.

No século XX, porém, surge o Estado Social, ou Social-Burocrático, com papéis e objetivos muito mais complexos e amplos. Aumentou o número de ministérios, surgiram os ministérios que cuidam da área social – educação, saúde, previdência, cultura, esportes,

ciência e tecnologia, meio ambiente – os ministérios de infra-estrutura – transportes, comunicações, minas e energia, e os ministérios que cuidam do próprio Estado: planejamento e administração. Dessa forma, a *res publica* aumentou brutalmente. A carga tributária que representava cerca de 5 a 10 por cento, passou para 30 a 50 por cento do PIB.

A partir de então, a cobiça sobre a coisa pública tornou-se enorme, forte. Grupos de interesse de todos os tipos, grupos de capitalistas, de funcionários, de assalariados de classe média em geral, passaram a lutar ferozmente para se apropriar da coisa pública que é, antes de mais nada a carga tributária, o volume de impostos que o Estado arrecada anualmente e transfere para os setores julgados politicamente prioritários. Porque é bom lembrar: a atividade econômica essencial do Estado consiste em transferências, que só podem ser decididas politicamente, distinguindo-se, nesse ponto, radicalmente do mercado, onde, ao invés de transferências temos trocas de equivalentes.

Na segunda metade do século XX surge, portanto, um problema fundamental: a defesa da coisa pública. Um problema tão antigo quanto o Estado, mas que começa a ser definido quando, no século XIX, o avanço do capitalismo e da democracia leva à clara separação entre o patrimônio público e o privado, que encontra sua primeira resposta no Estado de direito e na administração pública burocrática. Mas que só se torna central quando a dimensão da *res publica* torna-se o problema central para o capitalismo contemporâneo. Vai se tornando claro que um terceiro direito precisa ser defendido. Além dos direitos individuais, além dos direitos sociais, agora é necessário definir com clareza e afirmar o direito que todo cidadão tem à coisa pública. Que a coisa pública seja de fato pública. Que a coisa pública não seja apropriada por grupos especiais.

Essa idéia surge na esquerda como a luta contra a privatização do Estado. Foi um intelectual do nosso partido, Luciano Martins, quem primeiro usou essa expressão "privatização do Estado", em um artigo publicado em *Ensaio de Opinião* em 1978. Um pouco antes, uma intelectual conservadora, neoliberal, a economista americana Ann Krueger (1974), criou a expressão *rent-seeking* (busca de rendas), que é a ação desenvolvida pelos grupos de interesse para lograr "rendas", ou seja, vantagens extra-mercado, que não derivam do trabalho ou do capital aplicados no mercado, mas do controle das transferências do Estado. Mais amplamente, *rent-seeking* seria a busca de vantagens monopolistas, mas Krueger limita-as aos ganhos de quem monopoliza o Estado no seu próprio interesse. Ora, isto é privatização do Estado com outro nome. E a apropriação do Estado realizada por capitalistas e burocratas que, por representantes da classe alta e da classe média, que obtêm subsídios e proteções indevidas do Estado, ou que recebem remunerações de todo tipo do Estado sem contrapartida correspondente. É privatização do Estado com uma conotação teórica diferente, nos termos do pensamento neoclássico, que caracteriza a teoria microeconômica.

Nestes termos, a esquerda e a direita começam a perceber, nos anos 70, que a defesa da coisa pública tornara-se um problema fundamental do nosso tempo. Um problema que exige a definição de um terceiro tipo de direito, além dos direitos individuais e sociais. Venho propondo chamar esses direitos de "direitos públicos", no plural, para significar o direito que todos nós, cidadãos, temos de que a coisa pública seja de fato pública e não privada. Enquanto os direitos civis são direitos do cidadão contra o Estado, os direitos públicos são direitos do cidadão a favor do Estado – do Estado enquanto *res publica*.

A defesa desses direitos é parte fundamental do processo de construção da democracia. Um partido social-democrático como o nosso deve defender os direitos

individuais, que constituem a base da democracia liberal; deve defender os direitos sociais, que constituem a substância da democracia social; e devem defender os direitos públicos, que garantem que a democracia seja, ao mesmo tempo, liberal e social, que os recursos do Estado estejam a serviço da sociedade e não de grupos privilegiados.

A Alternativa Social-Democrática Contemporânea

Assim, se a crise fundamental que nós vivemos é uma crise do Estado, um Estado que foi privatizado por muitos, quatro alternativas se colocam para resolver essa crise: a alternativa neoliberal, a alternativa liberal, a alternativa social-democrática contemporânea e a alternativa populista.

A primeira e a última são alternativas extremas. A alternativa neoliberal é a do Estado Mínimo. Já que o Estado se tornou um problema, já que o Estado em crise não logra mais (ou, mais precisamente, nunca logrou) promover o desenvolvimento da justiça social, mas, pelo contrário, representa um obstáculo a esse objetivo, vamos reduzir o Estado ao mínimo e entregar toda a coordenação da economia ao mercado. Na verdade, os neoliberais fizeram uma crítica inteligente e aguda do Estado, mas sua proposta é mera ideologia dogmática. Em nenhum país do mundo se logrou instalar um Estado neoliberal, voltar-se ao Estado Liberal do século passado. O país que mais se esforçou nessa direção foi a Grã-Bretanha. Reformas importantes foram realizadas, mas a redução do Estado foi muito pequena. Esta não é realmente uma solução.

No outro extremo, temos a alternativa populista que ignora a crise e pretende retomar as velhas idéias dos anos 50. É a alternativa da esquerda arcaica. De quem não compreendeu os novos tempos. De quem não percebeu a crise do Estado.

A alternativa liberal é a alternativa pragmática da direita, que sabe que o Estado tem papéis importantes na área social e econômica. Que é de direita não porque vise o Estado mínimo mas porque privilegia os direitos individuais sobre os sociais, porque dá mais importância aos estímulos individuais do que à proteção dos mais fracos.

Finalmente, temos a alternativa social-democrática contemporânea. A alternativa do PSDB. Se a crise é do Estado, se é a crise do Estado que está provocando a crise na Economia, temos de reformar e reconstruir o Estado.

A primeira condição para reconstrução do Estado é termos um Estado fiscalmente forte e administrativamente capaz. São estas duas características que dão ao Estado governança: capacidade de governo. A defesa do déficit público como solução geral para os problemas econômicos é uma tolice sem nome atribuída ao maior economista deste século por populistas inveterados. Keynes, que foi o maior economista deste século, jamais adotou tal idéia. O déficit público era um recurso temporário e excepcional para enfrentar a insuficiência da demanda agregada. O déficit público crônico só enfraquece o Estado. Para nós social-democratas, que precisamos de um Estado forte, capaz de compensar os desequilíbrios provocados pelo mercado, nada é mais importante do que ajuste fiscal. Sem recursos, sem poupança pública, o Estado estará imobilizado. Por outro lado, não basta ter recursos, é preciso saber usá-los com competência administrativa. O argumento fundamental dos neoliberais contra a intervenção do Estado não é o de que não existem falhas no mercado, mas que as falhas do Estado são por definição mais graves. Ora, isto não é necessariamente

verdade. Só o é quando falta capacidade administrativa ao Estado. Quando sua burocracia é incompetente, quando suas instituições são rígidas e hierárquicas. Porque neste caso, como no caso de falta de poupança pública, o Estado não terá governança.

Na verdade, existe uma segunda circunstância em que os neoliberais têm razão: quando falta governabilidade ao Estado. As falhas do Estado nestas circunstâncias tenderão a ser maiores do que as falhas do mercado. Esta também é a segunda condição para a reconstrução do Estado: dotá-lo de governabilidade, seja através da definição de objetivos para sua intervenção consistentes com suas possibilidades financeiras e técnicas, seja através da implantação de instituições políticas que garantam legitimidade a seu governo de forma que os políticos no poder sejam de fato representantes ou agentes dos interesses da nação.¹³

É impossível reconstruir o Estado sem ter claros os objetivos a serem atingidos. E estes objetivos têm que ser historicamente situados. Não faz sentido insistir em objetivos para o Estado que eram adequados no início da industrialização, quando a acumulação primitiva não havia sido ainda realizada. Não faz sentido, também, atribuir ao Estado missões que o Estado não tem condições fiscais de cumprir, ou que eram recomendáveis quando o mercado e não o Estado estava em crise. Hoje está claro que o Estado deve intervir principalmente na área econômica para dar condições às empresas para que concorram internacionalmente, ao invés de protegê-las da concorrência. Por outro lado, na área social, como na área econômica, a intervenção do Estado não deve ser direta, não deve implicar na execução dos serviços pela própria burocracia do Estado. Se economias externas ou direitos humanos relevantes justificam a intervenção do Estado, este deve contratar os serviços sociais com organizações públicas não-estatais em termos competitivos ao invés de conceder o monopólio daquele serviço a um grupo de burocratas do Estado.

Finalmente, reconstruir o Estado e dotá-lo de governabilidade significa criar instituições que garantam que os eleitores sejam de fato o principal e os governantes, os seus agentes. Que os políticos no poder tenham incentivos para representar os interesses dos seus eleitores. No PSDB lutamos pelo parlamentarismo porque acreditamos que esta seja uma instituição política que garante melhor governabilidade. Da mesma forma, defendemos um sistema eleitoral distrital misto, formas mais transparentes de financiar eleições, horário gratuito no rádio e na televisão para os partidos políticos, limitações ao número de partidos, fidelidade partidária apenas para questões doutrinárias fundamentais e contínuo aperfeiçoamento dos métodos internos de democracia partidária porque acreditamos que estas instituições políticas dão legitimidade ao governo, e permitem que ele governe melhor.

As Reformas

Temos de partir dessas idéias para pensar o PSDB e o Brasil. E para rebater as críticas de que o PSDB e a grande coalizão de centro que hoje apoia o governo Fernando Henrique Cardoso esteja realizando uma política neoliberal. Que as reformas defendidas pelo governo sejam conservadoras. À luz da análise que acabamos de realizar, opiniões desse tipo não subsistem um segundo. Desde quando eliminar monopólios estatais, desde quando eliminar privilégios na previdência e recuperar seu equilíbrio financeiro, desde quando reformar o aparelho do Estado e tornar a burocracia mais responsável perante o governo e a nação, desde quando privatizar, desde quando abrir o país comercialmente de forma pragmática, desde quando lutar dia a dia pelo ajuste fiscal e a estabilidade da moeda é estar

engajado em reformas neoliberais? Estas são reformas liberais apenas para uma esquerda arcaica e populista. Ou para um patrimonialismo conservador, que quer manter o Estado a serviço de suas clientelas. Se essas fossem reformas neoliberais, os neoliberais deteriam o monopólio da contemporaneidade e do bom senso.

É óbvio que o Brasil tinha de fazer sua abertura comercial e que esta foi extremamente bem sucedida. Criou alguns problemas mas foi a principal causa do impressionante aumento da produtividade ocorrido na indústria brasileira nestes últimos cinco anos. Em certos casos temos de ser pragmáticos. Recuar um pouco, como o fizemos. Porque não podemos ser dogmáticos em reforma nenhuma. As reformas que realizamos são corretamente orientadas para o mercado, mas são também orientadas para o interesse nacional.

A privatização é outra reforma que está em curso e que está sendo bem feita, com respeito ao patrimônio público. Quando o Estado tinha poupança pública sobrando e podia investir ou reinvestir seus lucros, as empresas estatais eram uma solução ideal para promover o desenvolvimento. No momento em que o Estado perde a capacidade de realizar poupança pública, chegou a hora de privatizar.

A reforma administrativa, pela qual eu sou diretamente responsável, é uma reforma fundamental para o país, seja para garantir o ajuste fiscal e a recuperação da poupança pública, seja para viabilizar uma administração do Estado eficiente e moderna, na qual servidores públicos competentes e motivados atendam os cidadãos, ao invés de se constituir em uma burocracia isolada da sociedade, com um sistema de remuneração desvinculado do mercado de trabalho privado, auto-referida ao invés de voltada para o cidadão, lenta e ineficiente porque presa a uma racionalidade de procedimentos rígida, legal, em uma burocracia que por todas essas razões é desvalorizada pela sociedade a quem deve servir. O sentido da reforma constitucional proposta e das propostas contidas no *Plano Diretor da Reforma do Estado* (1995) é exatamente o de restabelecer a capacidade administrativa do Estado, dotá-lo de um corpo de funcionários nas carreiras de Estado que administre e fortaleça o núcleo estratégico do Estado, ao mesmo tempo que viabilize a descentralização dos serviços do Estado para as agências executivas e as organizações públicas não-estatais.¹⁴

A reforma da previdência, finalmente, é essencial para restabelecer o equilíbrio financeiro do sistema e para eliminar privilégios, que são manifestos principalmente no sistema de aposentadorias e pensões dos funcionários públicos. Esta reforma só será uma reforma de esquerda, social-democrática, se lograr estabelecer um princípio de maior igualdade entre o setor público e o setor privado, em substituição a um sistema previdenciário em que o setor público é privilegiado quando comparado com setor privado.

Estas são reformas que não têm nada de neoliberais. São reformas necessárias para o país. São social-democráticas. São reformas de uma esquerda democrática e contemporânea. São reformas de quem fez uma transição intelectual e ideológica, de quem continua fiel à esquerda porque comprometido com a justiça social, disposto a arriscar a ordem em nome da justiça, mas são reformas de um partido contemporâneo, de um partido que sabe que o mundo mudou, que o Estado entrou em crise, e que é preciso, diante dessas mudanças, responder com políticas novas. Ficarmos presos aos anos 50, quando estamos nos anos 90, é uma loucura. Estamos quase no século XXI, e temos desafios enormes para enfrentar, que exigem coragem, imaginação e contemporaneidade.

Globalização

Entre os desafios que teremos que enfrentar, o da globalização talvez seja maior. Um tema sobre o qual o presidente Fernando Henrique Cardoso fez notáveis discursos recentemente. A globalização não é nenhuma conspiração da direita. A globalização é um problema sério, perigoso. É um fato histórico que está aí, que decorre fundamentalmente da redução brutal do custo dos transportes e das comunicações. Por essa razão o custo dos transportes e das comunicações, nestes últimos 50 anos, baixaram muito. Os países ficaram muito mais próximos, a concorrência entre eles aumentou enormemente. Isto é a globalização: um aumento da competição internacional em escala nunca vista. A tese corrente é a de que esta globalização vai provocar um aumento do desemprego, o que é verdade no curto prazo, mas não creio que o seja no longo prazo. A grande ameaça da globalização está antes na concentração de renda que provoca. Ao expor os países à competição, a globalização tem o efeito dos mercados imperfeitos: faz com que os mais fortes fiquem mais fortes e os mais fracos, mais fracos. Esta é a lei do mercado, que não tem nenhuma preocupação com a justiça. Por isso que o mercado precisa ser controlado pelo Estado. O mercado é eficiente na alocação de recursos, mas é incrivelmente injusto, só quer saber da oferta e da demanda. Se existe uma oferta maior de mão-de-obra não qualificada do que a demanda, os salários vão para baixo. Se a demanda de mão-de-obra qualificada de técnicos, de altos especialistas, é menor do que a demanda, os salários sobem vertiginosamente. Se as empresas multinacionais detêm uma vantagem tecnológica e de escala, eliminam as empresas nacionais.

Por isso é fundamental reconstruir o Estado. Com a globalização, diminuiu a autonomia do Estado de fazer políticas, dado um determinado grau de governabilidade e governança. Se há crise fiscal do Estado, se aumenta sua capacidade administrativa; se sua missão é definida de acordo com os tempos em que vivemos e se assegura legitimidade para seus governantes, o Estado será mais forte e terá condições de contrabalançar os efeitos desestabilizadores e distorcivos da globalização.

Estas são missões de um partido democrático, de esquerda e contemporâneo, como é o PSDB. São desafios que enfrentamos hoje, dia a dia, como o partido do governo, como um partido que faz parte da coalizão política que apoia o governo. São missões que estão sendo cumpridas com firmeza, são desafios que estão sendo enfrentados com determinação.

NOTAS

1- Estou utilizando o esquema de T.H. Marshall (1950), que examinou a evolução histórica da afirmação dos direitos na Inglaterra através de três etapas: direitos civis, relacionados com a liberdade individual, afirmados no século dezoito; direitos políticos relacionados com o avanço e, o sufrágio universal; e direitos sociais alcançados, ainda que parcialmente, neste século.

2- O Manifesto do PSDB afirma que o PSDB "nasceu da confluência de diferentes vertentes do pensamento contemporâneo". A partir daí Franco Montoro (1996) nomeia estas vertentes: "trabalhistas, democrata-cristãos, socialistas democráticos, liberais-progressistas".

3- Como o termo "esquerda" é identificado com posições radicais, a expressão "progressista" surgiu como um substituto moderado. Esquerda é o gênero. Temos uma esquerda radical e uma esquerda moderada, ou seja, uma centro-esquerda social-democrática formada por progressistas. Uma outra distinção é aquela entre a esquerda moderna e a arcaica ou burocrática, que examinaremos mais adiante.

4- Nas palavras de Bobbio (1994; 75): “O igualitário parte da convicção que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que desejaria ver eliminadas são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o desigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, que são naturais e, enquanto tal, inelimináveis.”

5- Venho desenvolvendo esse conceito de esquerda e direita através de artigos de jornal, desde que, em São Paulo, como Secretário do Governo de André Franco Montoro, tive a experiência do que era ser de esquerda e de direita ou administrar as greves e outros movimentos sociais que então ocorriam. Ver a respeito Bresser Pereira (1996a).

6- A citação de Stingler está em Hirschmann (1991; 63).

7- Diz Hirschmann (1991; 157) "Se a essência da tese 'reacionária' é a *invariança* de certos fenômenos sócio-econômicos devido a existência de algo como leis naturais, então sua contrapartida 'progressista' é a lei *similar* em relação ao movimento, à mudança ou ao *progresso*. O marxismo é simplesmente o corpo de conhecimento que proclamou com grande vigor o caráter de lei, a inevitabilidade de uma forma específica de movimento para frente" (grifos e aspas do autor).

8- Ver Huntington (1968). Não estou citando as fontes dos autores dos argumentos a não ser quando há uma citação entre aspas ou quando considerarei necessário adicionar alguma coisa à notável análise de Hirschmann (1991), onde todas as referências poderão ser encontradas.

9- É significativo e paradoxal, entretanto, que a partir da onda conservadora que tomou o mundo nos últimos 20 anos, a direita se identificou com reformas. Reformas simplesmente necessárias, quando, orientadas para o mercado, visam corrigir as distorções e excessos da intervenção estatal; reformas conservadoras quando reduzem direitos sociais legítimos. Em um caso os conservadores estão restabelecendo a ordem, no outro recuperando privilégios e aumentando desigualdades. Nos dois casos são obrigados a promover mudanças.

10- Nesse sentido tem razão Carlos Heitor Cony (1996) quando afirma sobre os neoliberais: "O neoliberalismo é um regime brutal porque parte da constatação de que todos os homens, em sendo desiguais pela natureza e potencialidades, assim devem continuar: os mais fortes e competentes aumentando a força e a competência e os mais fracos se tornando mais fracos e incompetentes”.

11- Observe-se que estou usando a palavra "contemporâneo" e não "moderno". Esta última é uma palavra ampla demais, e por demais desgastada. Vivemos na era moderna desde a Renascença e o advento do capitalismo mercantil. A arte moderna data do começo de século. Moderno muitas vezes é usado como sinônimo de capitalista. Já "contemporâneo" é um termo mais preciso e menos ideologicamente conturbado: refere-se ao tempo em que estamos vivendo, sem ambigüidades.

12- Sobre a importância de se adotar o método lógico-dedutivo e histórico-indutivo não a conclusões perfeitamente coerentes, a uma visão unitária do mundo, mas para chegar a conclusões complementares, que iluminam sob ângulos diversos uma mesma realidade, ver Bresser Pereira e Tadeu Lima (1996).

13- Sobre o conceito do principal-agente aplicado à reforma do Estado ver Melo (1996) e Przeworski (1996).

14- Sobre a reforma do aparelho do Estado proposta no governo Fernando Henrique Cardoso ver Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (1995) e Bresser Pereira (1996b).

REFERÊNCIAS

- Bobbio, Norberto (1994) *Destra e Sinistra*. Roma: Donzelli Editore. Existe tradução para o português.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1996a) *Economic Crisis and the State Reform in Brazil*. Boulder, Co: Lynne Rienner Publishers. A ser publicado em 1996 pela Editora 34, São Paulo.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1996b) "Da Administração Pública Burocrática à Gerencial". *Revista do Serviço Público*, 47(1) janeiro 1996.
- Bresser Pereira, L.C. e G. Tadeu Lima (1996) "The Irreducibility of Macro to Microeconomics: a Methodological Approach". *Revista de Economia Política*, 16 (2), abril 1996.
- Cardoso, Fernando Henrique (1995) "Social-Democracia é a Alternativa Viável". *O Estado de S. Paulo*, 27 de agosto, 1993, p.D3. Resumo do autor de sua aula na Universidade de Coimbra, ao receber o título de doutor honoris causa em 21 de julho.
- Cony, Carlos Heitor (1996) "O Elefante e a Pulga". *Folha de S. Paulo*, 31 de julho, 1996.
- Hirschman, Albert O. (1991) *The Rhetoric of Reaction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Huntington, Samuel P. (1968) *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.
- Marshall, T.H. (1950) "Citizenship and Social Class". In T.H. Marshall and Tom Bottomore (1992) *Citizenship and Social Class*. Londres: Pluto Press. Originalmente publicado em 1950.
- Martins, Luciano (1978) 'Estatização' da Economia ou 'Privatização' do Estado". *Ensaio de Opinião* 2(7), 1978.
- Melo, Marcus André (1996) "Governance e Reforma do Estado: o Paradigma Agente x Principal". Mimeo. A ser publicado na *Revista do Serviço Público*, 1996.
- Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (1995) *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, novembro 1995.
- Montoro, André Franco (1996) "PSDB: sua Origem, seu Programa". Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.
- Przeworski, Adam (1985) *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. Existe tradução para o português.
- Przeworski, Adam (1996) "On the Design of the State: a Principal-Agent Perspective". Trabalho apresentado ao seminário "Reforma do Estado na América Latina e no Caribe", patrocinado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e a Organização das Nações Unidas. Brasília, 16-17 de maio, 1996.
- Stigler, George (1970) "Director's Law of Public Income Distribution". *Journal of Law and Economics*, 13, April 1970.

(Conferência pronunciada na Convenção Nacional Extraordinária para Reforma Tributária do PSDB. Brasília, março de 1996. Revista em agosto de 1996. Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 1996.